FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.103 TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2022 R$ 5,00

Ilustrada C1 a C3

A ferro e fogo

Estreia nesta semana "A Casa do Dragão", história derivada da série "Game of Thrones", da HBO. A nova produção promete retomar violência, intrigas e sexo, marcas da original.

Rhaenyra Targaryen, papel de Milly Alcock em 'A Casa do Dragão' Ollie Upton/HBO Max

Comida C8

Restaurante peruano Mil utiliza apenas ingredientes achados na altitude andina

Esporte B7

Novata no futebol, 1ª mulher a presidir a Premier League fez carreira em finanças

52% das chapas estaduais têm mulheres, mas maioria é vice

Apesar de cota em fundo eleitoral, elas só estão no topo em 17% dos casos

As mulheres atingiram em 2022 sua maior representação na disputa por governos estaduais ou distrital. Embora perfaçam 53% do eleitorado brasileiro e estejam em 52% dessas chapas, porém, elas só encabeçam a candidatura em 17% dos casos, mesmo com o impulso da cota feminina no fundo eleitoral, definida em 2018.

Foram lançadas até este domingo pelo menos 217 chapas completas nas disputas pelo Executivo dos estados, das quais pouco mais da metade inclui uma ou mais mulheres. Mas há somente 37 candidatas a governadora nos 26 estados e no DF, ante 180 candidatos. Entre vices, a representatividade delas sobe para 85 (ou 39%).

O avanço no campo de vice consolida a tendência iniciada em 2018 e tem o impulso da decisão do Supremo Tribunal Federal, que virou emenda constitucional neste ano, de deixar 30% do fundo eleitoral para mulheres. Como as legendas definem a distribuição, a verba muitas vezes é direcionada a chapas encabeçadas por homens.

Análise dos dados parciais do Tribunal Superior Eleitoral indica ainda que a proporção de candidaturas de pessoas negras e mulheres em eleição federal deve ser recorde neste ano. O prazo de inscrição no pleito terminou ontem, e os dados devem ser atualizados com os últimos registros nos próximos dias. Política A4 e A5

Presidenciáveis declararam de R$ 197 a fortuna de R$ 97 mi A8

Lula lidera com 44%, ante 32% de Bolsonaro, aponta Ipec A10

Hospital A.C. Camargo deixará de atender pelo SUS

Referência em pesquisa e tratamento de câncer, o hospital A.C. Camargo, em São Paulo, deixa de atender pelo sistema público a partir de dezembro. A instituição argumenta que precisa fazer aportes anuais para conseguir fechar as contas devido à defasagem da tabela SUS. Saúde B1

Sala de espera do setor de quimioterapia do hospital A.C. Camargo, na capital paulista, inaugurado em 1953 Karime Xavier/Folhapress

Enxaqueca atinge mais as mulheres, e pesquisas são subfinanciadas

Equilíbrio B3

Giuliani é alvo de investigação sobre ingerência eleitoral

A defesa do ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani, importante aliado de Donald Trump, foi informada de que ele é alvo da investigação sobre suposta interferência no resultado eleitoral da Geórgia, em 2020. Giuliani deve se recusar a falar em interrogatório amanhã. Mundo A14

Giovana Madalosso

O recado da caravela

Minha menina foi queimada por uma caravela numa praia da Bahia. Descobri que, graças ao aumento da temperatura do mar pela mudança climática, elas têm se reproduzido mais. A natureza não para de soar alarmes. Opinião A2

Petista e presidente devem ir à posse de Moraes no TSE

O ministro do STF Alexandre de Moraes assume hoje a presidência do Tribunal Superior Eleitoral e se consolida como peça central nas eleições. A posse deve marcar o primeiro encontro de Jair Bolsonaro (PL) e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que confirmaram presença. Política A11

Joel P. da Fonseca

Bolsonaro guarda trunfo nas redes?

A fluência bolsonarista nas redes sociais não foi igualada por ninguém, nem por Lula, cujo vínculo com o eleitor é de outra era. Pode até bastar para se eleger, mas, quando vai às redes, fica claro que o petista está defasado. Política A8

Petrobras reduz preço da gasolina em 4,8%

A Petrobras anunciou corte de 4,8% no preço da gasolina nas refinarias. É a terceira redução em menos de um mês, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo. A estatal estima R$ 0,13 a menos por litro na bomba. Jair Bolsonaro (PL), que aposta no combustível mais barato como arma eleitoral, comemorou medida. Mercado A15

Cresce previsão do mercado para inflação até 2024

Mercado A16

ATMOSFERA

São Paulo hoje

	Hoje	Amanhã
Rio	14° 32°	15° 32°
Brasília	15° 30°	16° 31°
Ribeirão	17° 34°	20° 34°

Fonte: www.climatempo.com.br

EDITORIAIS A2

Risco paternalista

Acerca de papel do TSE na regulação da campanha.

Tragédia afegã

Sobre situação depois de um ano da saída dos EUA.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Risco paternalista

Com campanhas nas ruas, poder de censura dos juízes eleitorais deveria ser usado com parcimônia

Ante a agenda autoritária do presidente da República, ressalta-se no pleito deste ano a principal virtude do sistema de votação brasileiro, a de ser conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral —um árbitro nacional, constitutivamente neutro e distanciado das tarefas de governar e aprovar as leis.

Já entre os aspectos desafiadores desse modelo está o padrão excessivo das intervenções da Justiça nas liberdades de partidos e eleitores.

O labirinto de restrições e minudências parte da própria legislação e se acentua pela atuação dos juízes, dentro da prática pouco moderna de considerar o eleitor alguém hipossuficiente, a ser protegido das artimanhas dos candidatos.

A campanha começa oficialmente apenas nesta terça-feira (16), mas o TSE já proibiu a veiculação de vídeos porque considerou que continham pedidos de votos antes do período permitido, utilizavam termos ofensivos, faziam conexões indevidas ou valiam-se de canais oficiais para elogiar o combate federal à Covid-19.

Se depender da Procuradoria que atua na corte, vai para o índex dos vídeos proibidos a investida infame do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o sistema eleitoral brasileiro diante de embaixadores estrangeiros. Essa documentação histórica de um dos pontos mais baixos já atingidos pela diplomacia nacional jamais deveria ser apagada.

Sob o impacto da máquina de falsificações e ameaças catapultada pelas redes sociais e manejada com gozo pelo bolsonarismo, que com ela alvejou autoridades judiciárias, o maior resguardo dos magistrados neste pleito é compreensível.

Ampliou-se o escopo hermenêutico dos juízes eleitorais, que terão o poder de suspender o compartilhamento e a veiculação de fatos "sabidamente inverídicos". Esse dispositivo, contudo, deveria ser utilizado com parcimônia.

Será mais efetivo e justo se for reduzido aos casos em que a concretude verificável dos acontecimentos não permitir a menor dúvida sobre tratar-se de uma inverdade. Se ultrapassar essas fronteiras para interpretações mais abstratas, vai cercear o debate político.

A eleição também tem um caráter de batalha encenada que, paradoxalmente, ajuda a suprimir a violência real na disputa do poder. Linguagem agressiva, críticas severas, promessas impossíveis e mentiras, desde que não criminosas, integram o seu repertório comum.

Do entrechoque entre ataques e contra-ataques no plano do discurso se forja parte da matéria que ajuda os eleitores a decidirem o voto.

Não cabe, afinal, a magistrados o papel de árbitros de fato da eleição. Esse poder exercem dezenas de milhões de cidadãos responsáveis e capazes de fazer as suas escolhas em meio à algazarra cívica.

Tragédia afegã

Um ano após retirada dos EUA, país vive grave crise humanitária e é ameaça à segurança do mundo

O século 21 começou sob a égide do terrorismo e de tudo o que ele representa para o Ocidente, em especial a sensação de vulnerabilidade do fluxo incessante de bens e pessoas que marcou a globalização acelerada do pós-Guerra Fria.

A sucessão de ações militares lideradas ou inspiradas pelos norte-americanos após o 11 de Setembro tentou recuperar a ilusão de controle, com sucesso só relativo, do Afeganistão à Síria, passando por Iraque, Iêmen, Líbia e outros celeiros de grupos radicais islâmicos.

No casos afegão e iraquiano, além de intervenções para derrubar governos hostis, os EUA assumiram projetos de implantação de regimes espelhados nas democracias ocidentais. Foi um fracasso algo previsível, mais agudo em Cabul.

Ali, 20 anos de presença americana acabaram por redundar na volta dos anfitriões da Al Qaeda que golpeou Nova York e Washington em 2001, o grupo fundamentalista Talibã. Em 15 de agosto do ano passado, suas forças retomaram a capital afegã sem esforço.

Elas vieram amparadas no anúncio do presidente Joe Biden de que iria deixar de vez o país, cumprindo um acordo costurado pelo antecessor, Donald Trump. Foi a admissão de um fiasco espetacular.

As mãos lavadas possibilitariam o desengajamento de forças no sul da Ásia rumo a outras prioridades envolvendo a China, agora a rival estratégica da Casa Branca. Segundo o desenho, eventuais ameaças terroristas seriam tratadas com bombardeios precisos.

Para trás ficou o povo afegão, particularmente aqueles que não se opunham ao Ocidente —a imagem de desesperados caindo da fuselagem de um avião americano em fuga é mancha histórica indelével.

Em que pese a arbitrariedade da intervenção ocidental, houve ganhos que poderiam ter sido preservados, a começar por direitos de mulheres e minorias. Não demorou para que as promessas de comedimento dessem lugar à brutalidade do jugo de zelotes religiosos.

A crise humanitária se agravou, com 90% do país sob a linha de pobreza e 20% a mais de pessoas deslocadas de suas casas desde a saída dos ocidentais, segundo a ONU.

Mesmo sob a ótica mais cínica, o problema não tende a ser contido. Grupos radicais se disseminam, muitos rivais do Talibã. Se o mundo agora é palco renovado do embate entre potências, como mostram a guerra na Ucrânia e a crise em Taiwan, basta um atentado para que eles voltem a ser manchete.

Festival de fake news

Hélio Schwartsman

Começa oficialmente nesta terça (16/8) a campanha eleitoral. A expectativa é que ela seja marcada por um festival de fake news. Embora a humanidade conviva com mentiras ao menos desde o advento da linguagem, não devemos desprezar seu potencial destrutivo. Elas não apenas confundem como dificultam a manutenção e a formação de consensos sociais que são importantes para a democracia.

Em algumas circunstâncias, podem revelar-se fatais. Não é pequeno o número de pessoas, em geral simpáticas a Jair Bolsonaro, que se deixou convencer pela pregação antivacinal do presidente e, por isso, não se imunizou. Paradoxalmente, os efeitos eleitorais das fake news tendem a ser mais restritos. É que a mesma arquitetura cerebral que faz de nós seres teimosos e interesseiros, pouco sensíveis às lições da ciência, nos protege parcialmente das fraudes de campanhas eleitorais.

O autor da façanha são os vieses da família do viés de confirmação, que, para evitar dissonâncias cognitivas, nos fazem buscar e supervalorizar informações que confirmam nossas crenças e preferências anteriores, descartando as que vão contra elas. Isso significa que tendem a acreditar nas fake news bolsonaristas, por exemplo, os eleitores que já se inclinam a votar no capitão reformado, mesmo que ainda não saibam disso. As fake news eleitorais mais revelam do que propriamente convencem.

Cuidado, não estou com isso dizendo que sejam inócuas. Elas falam fundo à alma dos militantes e os tornam menos tolerantes em relação aos que pensam de modo diferente. Podem eventualmente estimulá-los a comportamentos violentos, o que é péssimo para a democracia.

Meu ponto é que as fake news, embora em tudo deploráveis, só em raras ocasiões mudam o resultado de uma eleição. Isso significa que devemos combatê-las, mas sem restringir demais o princípio da liberdade de expressão, este sim indissociável da democracia.

helio@uol.com.br

O recado da caravela

Giovana Madalosso

Levei minha menina de apartamento para passar uns dias em uma praia da Bahia. Preferia que ela fosse mais da areia que do cimento, mas seus dez anos foram vividos em São Paulo, dentro do nosso décimo andar, e boa parte na clausura da pandemia.

Tendo aprendido mais sobre a vida marinha com "Procurando Nemo" do que com as ondas, assustou-se ao pisar sobre os recifes pontiagudos e ao nadar em meio a um populoso cardume. Quando finalmente relaxou, topou com uma "coisinha transparente" que, aos seus olhos de espectro Made in China, pareceu ser um pedaço de plástico. Logo descobriu que aquela embalagem tinha vida. E que vida: alguns minutos depois, saía da água chorando, com as mãos queimadas, sentindo choques.

O plástico falsário era, na verdade, uma caravela. A prima da água-viva. Conversando com um biólogo que estava no local, descobrimos ser época do venenoso cnidário, que vem nadando do outro lado do oceano até o Brasil. Também descobrimos que, nos últimos anos, graças ao aumento de temperatura, as caravelas se reproduziram mais, lotando a areia de certas praias portuguesas e zarpando em maior número para cá.

Eu já sabia que, com o muito provável aquecimento de 2 graus no planeta, perderemos 99% dos corais, parte da vida marinha e teremos escassez de água (sem falar em outros desdobramentos, como a redução de cerca de 7% da produção agrícola e 13% do PIB mundial). Mas sentir o efeito palpável dessa mudança em curso ardeu também em mim.

Sentada na areia, dando colo para a minha filha e para a sua dor de se descobrir em um mundo duplamente selvagem, pensei no desafio que temos pela frente. É justamente essa geração, que nasceu tão apartada da natureza, que precisa salvá-la. Mas como amar e lutar por aquilo que nem conhecemos direito? Talvez seja mesmo a hora de tirar os Nikes, os olhos da tela e fincar os pés na terra e na realidade: a natureza não para de soar os alarmes.

Janja e a macumba

Alvaro Costa e Silva

Rainha da ribalta na eleição de 2018, a mamadeira de piroca é hoje uma vedete envelhecida que foi morar no Irajá. Ainda resiste em programas de humor e marchinhas de Carnaval e se prepara para uma tentativa de volta aos palcos na campanha ao Senado da ex-ministra da Mulher Damares Alves. Acontece que ela perdeu o viço nas pernas longas e mentirosas. Ao lado do kit gay e da Ursal, não consegue esconder a flacidez e as varizes.

Tanto que Damares foi chutada para escanteio por Bolsonaro, que preferiu apoiar a candidatura de Flávia Arruda, em mais um conluio com o centrão. Damares só voltou à disputa por artes de Michelle Bolsonaro, sincronizada com a ex-ministra no fanatismo religioso e, como a aliada, também useira e vezeira no artifício das fake news.

Uma mentira, no entanto, continua em plena forma, vivíssima nos grupos do Telegram e WhatsApp, nas páginas do Facebook e Instagram, na ação dos robôs, nos áudios e vídeos editados com inteligência artificial e nos subterrâneos da dark web. Está presente até na cabeça de papel do coronel escalado pelas Forças Armadas para fiscalizar as eleições.

Uma mentira que esbanja a mesma vitalidade demonstrada em 2018, quando grande parte dos eleitores acreditou nela, e foi responsável pela cassação do deputado bolsonarista Fernando Francischini. A informação (em verdade, a desinformação) de que houve fraude nas urnas eletrônicas com o intuito de contabilizar votos para Fernando Haddad. Em seu festival de cascatas, o presidente não perde a oportunidade de afirmar —sem provas— que ganhou aquelas eleições no primeiro turno.

Quatro anos depois, a esquerda gasta seu tempo comprando essa briga, como se a única estratégia de Bolsonaro se baseasse num paradoxo: desacreditar o sistema eleitoral. Enquanto isso, a campanha na prática é um caminho de dinheiro e o emblema segundo o qual "Janja é macumbeira".

Um raio-X do estrago

Fernanda Mena

Mestre em direitos humanos (LSE-Londres) e doutora em relações internacionais pela USP, é repórter especial da **Folha**

Faz parte do ethos do atual presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus seguidores o desprezo sistemático pelos direitos humanos, apelidados pelo mandatário e candidato à reeleição de "o esterco da vagabundagem" e um "desserviço ao Brasil".

Passados mais de três anos de seu governo, chegou a hora de explicar os efeitos dessa retórica na prática ao prestar contas para a comunidade internacional sobre o estado dos direitos humanos no país.

É que, em 2022, entre as muitas emoções previstas, está a quarta Revisão Periódica Universal (RPU).

Trata-se de uma espécie de sabatina internacional que acontece a cada quatro anos e meio com todos os 193 Estados que integram a Organização das Nações Unidas (ONU).

Marcada para dia 14 de novembro, na Comissão de Direitos Humanos da ONU em Genebra, na Suíça, a sessão terá o Brasil como tema poucos dias após a conclusão do segundo turno das eleições mais polarizadas do país desde a redemocratização.

Na ocasião, os países membros da ONU que assim desejarem apresentarão recomendações ao Brasil no campo dos direitos humanos com base em três documentos: um relatório do governo sobre si mesmo, um compêndio de denúncias e apontamentos da sociedade civil organizada, e o compilado de relatórios de agências da ONU sobre o Brasil.

O resultado do escrutínio internacional dos anos 2018 a 2021 promete se revelar um raio-X do estrago promovido pelos anos Bolsonaro num país já repleto de desigualdades, violações e vulnerabilidades.

Ameaças às instituições e ao regime democrático, aumento de mortes evitáveis, da fome e da pobreza, da violência contra a mulher, contra pessoas trans e contra defensores de direitos humanos. Explosão de conflitos rurais, do desmatamento e do garimpo ilegal em terra indígena.

A lista é extensa. E o vácuo deixado pelas instituições nacionais de Justiça fez multiplicar a quantidade de ações internacionais contra o governo brasileiro nos tribunais internacionais e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Na última RPU, de 2017, o Brasil recebeu 246 recomendações, das quais 242 foram aceitas pelo Estado brasileiro. Entre aceitá-las e cumpri-las só não dá para dizer que o Brasil ficou no meio do caminho porque, na verdade, o governo se moveu neste campo: para trás.

Hoje, excepcionalmente, não é publicado o artigo de Preto Zezé, que escreve às terças-feiras neste espaço.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Calote nos precatórios é tentativa de subjugar a Justiça

Trata-se de inescusável ofensa ao direito de propriedade dos mais necessitados

Nelson Alves
Juiz federal, é presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil)

A Justiça Federal se depara com algo jamais visto em sua história. O puro e simples calote, por parte do Executivo federal, de parte do pagamento de suas dívidas —os denominados precatórios.

Para aqueles pouco familiarizados com o assunto, precatório é a forma prevista pela Constituição Federal, no seu artigo 100, para que União, estados e municípios paguem dívidas decorrentes de condenações judiciais. Essas condenações ocorrem após um longo trâmite das ações, observados os mais variados recursos por parte dos entes públicos. Nesses casos, além do longo período de tramitação, o Estado, em sentido amplo, ainda goza de prazo alargado para o pagamento das dívidas judiciais.

Agora, por meio da emenda constitucional 114/2021 (art. 107-A do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), criou-se a figura do teto para pagamento de precatórios. Ou seja, passa a vigorar um limite para o pagamento das dívidas da União e entes federais com base no gasto de 2016 (ano de criação do teto de gastos) corrigido pela inflação.

Para este ano, por exemplo, dos R$ 89 bilhões devidos, apenas R$ 45 bilhões foram pagos, ficando o saldo remanescente inserido em fila de espera, possivelmente para recebimento no ano seguinte. O mesmo ocorrerá para as condenações a serem pagas em 2023, e sucessivamente até 2026, incluindo nessa situação verbas de natureza alimentar, cujo pagamento jamais foi parcelado ou postergado pela União.

Nesse sentido, podemos facilmente perceber que, em 2023, nenhum valor inscrito e a ser pago nesse referido ano será quitado, uma vez que cerca de 50% dos valores devidos em 2022 foram postergados para pagamento no ano seguinte. Por essa média, em 2026, último ano de vigência da emenda constitucional 114/2021, será objeto de pagamento apenas 50% dos valores que deveriam ter sido adimplidos em 2024. Ou seja, todos os valores que deveriam ser quitados em 2025 e 2026, além de 50% de 2024, simplesmente não serão pagos —duas anuidades e meia de precatórios da União, algo, em números de hoje, na casa dos R$ 225 bilhões.

[...]

Essa é uma clara tentativa, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, de subjugar o Poder Judiciário, impedindo que suas decisões sejam efetivamente cumpridas a tempo e a modo, ferindo a independência dos Poderes, expressa no artigo 2º da Constituição Federal como cláusula pétrea

Não fosse isso suficiente, a referida emenda (ADCT, artigo 107-A, §3º) oferta aos credores públicos, sem ruborizar, o pagamento da dívida, dentro do período constitucional originário, com a pura e simples redução em 40%, o que revela inescusável ofensa ao direito de propriedade daqueles mais necessitados, ainda mais após terem enfrentado longo caminho judicial propiciado pelo próprio abuso processual do devedor.

Essa é uma clara tentativa, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, de subjugar o Poder Judiciário, impedindo que suas decisões sejam efetivamente cumpridas a tempo e a modo, ferindo a independência dos Poderes, expressa no artigo 2º da Constituição Federal como cláusula pétrea, além de diversos outros dispositivos constitucionais de igual estatura.

O Supremo Tribunal Federal, em outras oportunidades, reconheceu a inconstitucionalidade de emendas que buscavam alterar o regramento dos precatórios, instituindo verdadeiros calotes, como por exemplo nas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) 4.357 e 4.425, que questionavam a emenda constitucional 62/2009.

Outro caminho não se espera do Supremo Tribunal Federal ao apreciar as ADIs 7.047 e 7.064 em face da EC 114/2021, ambas da relatoria da ministra Rosa Weber, em futuro breve a sua nova presidente e responsável pela pauta de julgamentos daquela corte. Essa situação não pode ser postergada, com novo calote em 2023, e o descrédito, ao fim e ao cabo, do Poder Judiciário da União.

Estratégias para uma economia de baixo carbono

Indústria tem investido em eficiência energética, com tecnologias de ponta

Robson Braga de Andrade
Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Adotar a economia de baixo carbono, incorporando tecnologias limpas e processos produtivos mais eficientes, é essencial para o desenvolvimento sustentável e para uma maior competitividade das empresas. A indústria brasileira tem acelerado a implementação de programas capazes de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, de acordo com as metas do Acordo de Paris.

O compromisso do Brasil é cortar as emissões em 37% até 2025 e em 50% até 2030, partindo dos níveis de 2005. Para isso, a estratégia elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem quatro pilares: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal. Estamos mobilizando o setor industrial e fazendo articulações com o governo para avançar nessa agenda.

O mundo precisa mudar a forma como consome energia, com a passagem de uma matriz baseada em combustíveis fósseis para uma ancorada em fontes renováveis. Nesse processo, o Brasil sai na frente, pois já conta com uma elevada utilização dessas fontes e vem ampliando o uso de energia eólica, solar e bioenergia.

As indústrias brasileiras têm investido em projetos de eficiência energética, com tecnologias de ponta, mudanças na gestão dos insumos, ajustes na produção, tratamento e reaproveitamento de resíduos e redução das emissões de gases. De 2006 a 2016, a indústria química, por exemplo, cortou em 44% as emissões nos seus processos de produção.

A criação de um mercado global de carbono é uma das iniciativas para ajudar os países a reduzir as emissões. O caminho mais adequado, entre as opções de precificação de carbono, é o mercado regulado, com regras claras que estimulem a segurança jurídica, a inovação e a competitividade das empresas, sem aumentar a carga tributária.

[...]

Defendemos a adoção do sistema "cap and trade", em que empresas com volume de emissões inferior ao autorizado podem vender o excedente para as que lançam uma quantidade maior de gases de efeito estufa na atmosfera, o que estimulará investimentos em tecnologias verdes

Defendemos a adoção do sistema "cap and trade", em que empresas com volume de emissões inferior ao autorizado podem vender o excedente para as que lançam uma quantidade maior de gases de efeito estufa na atmosfera, o que estimulará investimentos em tecnologias verdes.

O Brasil pode ser, também, uma potência em economia circular, que busca manter o fluxo dos recursos naturais, evitando o desperdício e diminuindo custos. Nosso país tem nítidas vantagens nessa área, como a maior biodiversidade do mundo, indústria diversificada e corpo científico qualificado. São necessárias, porém, políticas públicas e de governança que impulsionem esse modelo.

A conservação florestal completa os quatro pilares da estratégia de transição para uma economia de baixo carbono. Combater o desmatamento ilegal e as queimadas no país, que possui 58% de seu território coberto por florestas, é fundamental para diminuir as emissões de carbono e conter o aquecimento global.

Essas ideias, já apresentadas pela CNI aos candidatos à Presidência da República, serão debatidas no encontro "Estratégia da Indústria para uma Economia de Baixo Carbono", nesta terça (16) e quarta-feira (17), em São Paulo. O evento é preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP27), que ocorrerá em novembro, no Egito.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Charge de Jean Galvão em referência ao Dia dos Pais Jean Galvão

Em cheio

As charges são muito utilizadas para fazer críticas de maneira jocosa. A de Jean Galvão na página A2 da **Folha** de 14/8 teve o objetivo de saudar o Dia dos Pais. Acertou em cheio, foi de uma criatividade ímpar. Para desfazer o desapontamento do filho, o pai transformou uma fita numa gravata; e o garoto vibrou. Foi a primeira vez que me emocionei com uma charge. Sou bisavô e me senti presenteado.
João Henrique Rieder (São Paulo, SP)

Fome

"Lula foca combate à fome, busca evangélicos e tenta conter avanço de Bolsonaro" (Política, 15/8). Boas notícias! Vamos refazendo a rota para que o Brasil volte a sonhar. Nestas eleições será civilização x barbárie. Não podemos nos esquecer das milhares de mortes durante a pandemia que poderiam ter sido evitadas.
Risoneida Maria da Silva (Recife, PE)

Sem segurança

"Evento de estreia da campanha de Lula é cancelado por questões de segurança" (Painel, 15/8). Toda segurança é valida.
João Pedro Sousa (São Paulo, SP)

*

Amarelão.
Gustavo Wilson (Caxias do Sul, RS)

*

Nuvens negras pairam no horizonte. Todo cuidado é pouco. Resta rifá-lo já no primeiro turno.
Alderijo Bonache
(Centenário do Sul, PR)

*

Optar por Bolsonaro é optar pela continuação da violência contra os índios; é optar pelo envenenamento dos nossos rios; é optar pela continuidade da tragédia amazônica e de nossos demais biomas. Significa optar pela continuidade da truculência, do obscurantismo, do negacionismo, dos orçamentos secretos dos sigilos de um século e de tantas mazelas mais. Quando acordaremos deste pesadelo? Nunca, em toda minha vida, vi um chefe do Executivo estimular abertamente o ódio e incitar a violência explícita.
Edson Vieira Nunes (São Paulo, SP)

*

O motivo é outro. Lula resolveu ir à posse de Alexandre de Moraes no TSE. Preteriu os operários. A segurança mente a pedido do homem.
Graça Almeida (Belo Horizonte, MG)

*

É questão de ordem. O atual gestor faz parte de milícia, daí a necessidade de segurança máxima. Roubar sossego do povo é uma coisa; roubar uma vida é outra.
Maria Izabel Costa (Curitiba, PR)

Neonazismo

"Episódios neonazistas no Brasil crescem ano a ano sob Bolsonaro, diz observatório judaico" (Mônica Bergamo, 15/8). Isso não é novidade para quem está informado. Já era revelado por ele desde os tempos de parlamentar parasita e insignificante. E ficou ainda mais escrachado no discurso vergonhoso na Hebraica em 2017, tendo ao fundo, ladeando a bandeira brasileira, a de Israel (normal, porque era no clube judeu) e, pasmem, a da Havan. Os que lá estavam pensaram que não era com eles, mas a ficha caiu quando toda a comunidade judaica repudiou a fala de Bolsonaro. Tanto que hoje não se vê mais a bandeira israelense em suas manifestações.
César Paes (Curitiba, PR)

Intolerância e necropolítica definem desde sempre o perfil do atual mandatário. A elite tolerou o intolerante, tratando-o como folclórico. Parte da classe média abraçou e ama o intolerante. Parte dos desvalidos, principalmente aqueles religiosos, emularam no intolerante um Messias. Ele é a face ativa e perversa da extrema-direita brasileira.
João Melo
(São Paulo, SP)

*

Ué? Não o apoiaram? Não o apoiam ainda? Agora reclamam... Que reclamem aos rabinos que contribuíram para que chegássemos a este ponto lamentável de nossa história.
Miguel Ruiz
(Araraquara, SP)

Educação contra a farsa

A farsa das eleições sem boas opções se repete a cada dois anos. Covardes são aqueles que se aproveitam da inocência do povo humilde para encher os bolsos de dinheiro público. Entregar o Brasil para a quadrilha assaltar sem a menor resistência é uma pena. A quadrilha engana e rouba sem parar. Os brasileiros que não percebem a jogada caem nas mentiras repetidas centenas de vezes. As boas escolas públicas são a nossa única saída. Não existe milagre nem mágica.
José Carlos Saraiva da Costa
(Belo Horizonte, MG)

Vargas Llosa

Opiniões são sempre importantes, mas não sei qual foi o intuito da **Folha** ao publicar a de Mario Vargas Llosa na primeira página no domingo (14/8). 1) Bolsonaristas nunca devem ter ouvido falar nele; 2) Quem o lê no Brasil é predominantemente de esquerda; 3) O Peru é um furdunço político; 4) Como candidato a presidente do Peru foi inexpressivo. Quanta falta de assunto. Francamente, decepcionante.
Sebastião Galinari
(São Paulo, SP)

Democracia

Em 1977, estudante, eu estava lá nas Arcadas quando foi lida a Carta aos Brasileiros pelo fim da ditadura. Eram tempos violentos, de censura, tortura e prisões. 1977 foi um ano histórico. Os estudantes voltaram às ruas em prol das liberdades democráticas. Mas poucos dias após oo discurso de Goffredo, a PUC foi violentamente invadida pela polícia. A ditadura só cairia em 1985. Voltei ao largo São Francisco neste 11 de agosto para mais uma Carta aos Brasileiros. Entre as faixas, uma me chamou a atenção: "Democracia Sem Fome". Avançamos muito pouco nestes 45 anos.
Bruno Blecher
(São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

AMBIENTE (15.AGO., PÁG. B1) Cem hectares equivalem a cerca de cem campos de futebol, não a dez, como afirmado incorretamente na reportagem "Desmate avança sob Bolsonaro a bolsões antes preservados".

COTIDIANO (13.AGO., PÁG. B4) A reportagem "Antibiótico é remédio que mais falta em farmácias de São Paulo" grafou incorretamente a palavra amoxicilina.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Olhos abertos

O evento oficial de estreia da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que estava previsto para a manhã desta terça (16) numa fábrica da zona sul de SP, foi cancelado na véspera, por questões de segurança. Segundo organizadores do ato na metalúrgica MWM, foi uma medida preventiva, em razão da falta de rotas de fuga adequadas. A decisão de última hora mostra a preocupação extremada do comando da candidatura com todos os detalhes numa corrida que promete tensão máxima.

DO ALTO O retorno de Jair Bolsonaro (PL) a Juiz de Fora (MG) nesta terça (16), onde levou uma facada há quatro anos, será em cima de um carro de som, o que reduz o contato com eleitores e o risco de novo atentado. Será feita uma varredura nos edifícios ao redor para evitar atiradores.

COMUNHÃO Bolsonaro está avaliando dois eventos, ainda sem data definida, para fazer um aceno ao eleitorado católico. O primeiro seria uma ida à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no interior de SP, o segundo maior templo católico do mundo. O segundo seria uma missa, oferecida pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, no Cristo Redentor.

EXAGERO Auxiliares do presidente receiam que a grande presença de evangélicos em sua campanha possa afastar eleitores católicos. Essa percepção se reforçaria com os eventos em que a primeira-dama, Michelle, defende o marido em tom de pregação.

CONFISCO O senador Fernando Collor (PTB) perdeu R$ 20 milhões de patrimônio desde 2018, de acordo com o registro da sua candidatura ao Governo de Alagoas no TSE, queda de 76,4%. Nas últimas eleições, o ex-presidente declarou patrimônio de R$ 26,3 milhões em valores atualizados. A cifra baixou para R$ 6,2 milhões.

REVIRAVOLTA Decisão de junho do ministro Kássio Marques (STF) que devolveu o mandato ao deputado cassado Valdevan Noventa (PL), fez com que a Polícia Civil de SP adiasse operação para investigar o enriquecimento de dirigentes do sindicato de motoristas e cobradores de ônibus de SP. Ela foi deflagrada na semana passada.

ESPERA A operação estava preparada no final de maio, mas a decisão do ministro fez com que a polícia aguardasse a retomada da cassação, que aconteceu em junho. A operação teve cinco endereços ligados a Valdevan como alvos e apura a infiltração do PCC no sindicato.

ENTORNO O Cebri divulgou documento sobre o papel do Brasil na América do Sul. "A assimetria entre o Brasil e os seus vizinhos é grande e gera paradoxos para a sua política externa e seu projeto de integração regional", diz o paper, de Hussein Kalout, Feliciano Guimarães e Fernanda Cimini.

PIX O TSE começou a depositar nesta segunda (15) o fundo eleitoral nas contas dos partidos para o pleito de outubro. Dono da maior fatia, o União Brasil recebeu exatos R$ 757.970.221,27. As direções partidárias vinham reclamando da demora na liberação dos recursos e relatavam pressão de candidatos.

DEMOROU "A expectativa inicial era que o dinheiro tivesse sido transferido na semana passada", diz Antônio Rueda, vice-presidente do União. "Estão querendo me comer vivo por causa da lentidão", afirma Bruno Araújo, presidente do PSDB.

IDEIA FIXA Preso após uma série de ataques ao STF, Roberto Jefferson voltou a colocar o Judiciário na mira no programa de governo de sua candidatura a presidente pelo PTB. Ele propõe uma emenda dizendo que apenas juízes com 15 anos de carreira possam fazer parte das cortes superiores.

PASSO A PASSO Após as convenções, 170 candidaturas LGBTQIA+ foram oficializadas, contra 157 em 2018. O levantamento é da organização VoteLGBT, que busca aumentar a representatividade desse segmento. "Só ocupamos 0,16% dos cargos políticos eletivos, mas é bom ver avanço", diz Evorah Cardoso, da entidade.

ANTECIPAÇÃO A menos de um ano da renovação da diretoria da CNI, candidatos já se movimentam para substituir o atual presidente, Robson Andrade. A eleição para a principal entidade do setor industrial no país deve ocorrer no primeiro semestre de 2023. Cada uma das 27 federações estaduais tem direito a um voto.

POLARIZAÇÃO Do lado da atual direção, o nome mais forte é o do presidente da Federação das Indústrias do Mato Grosso, Gustavo Pinto de Oliveira. Já os opositores se movimentam em torno de Ricardo Alban, representante da Bahia.

SUPREMO O papel do Judiciário desde a Constituição é o tema de "República dos Juízes", documentário em 5 episódios que terá pré-estreia na terça (16) em SP. Concebida pela cineasta Jean-Claude Bernardet, a série chega ao streaming (Claro TV+) e ao canal Cinebrasil em 24/8. A direção é de Eugenio Puppo, com codireção de Cédric Fanti e Hugo Leonardo.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

*Chapas completas registradas até 12/08/2022 Fonte: TSE

Mulheres estão em 52% das chapas para governos, mas maioria é vice

Eleições deste ano consolidam tendência de candidatas a vice mulheres nos estados; homens ainda são 8 em 10 cabeças de chapa

Victoria Azevedo e João Pedro Pitombo

SÃO PAULO E SALVADOR Quatro anos após a definição de uma cota de 30% do fundo eleitoral para candidaturas femininas, as eleições de 2022 terão a presença de mulheres em 52% das chapas que vão disputar governos estaduais, mas a maioria delas estará na posição de vice.

Ao menos 217 chapas completas para a disputa dos governos dos 26 estados e do Distrito Federal foram lançadas até domingo (14). Dessas, apenas 37 são encabeçadas por mulheres —17% do total de candidatos ao cargo. Já o número de candidatas a vices chega a 85, o equivalente a 39% do total.

O cenário contrasta com a participação das mulheres na sociedade: 53% do eleitorado e 46% dos filiados a partidos políticos do país.

O avanço do número de candidatas a vice consolida uma tendência que teve início em 2018. Os partidos falam em suprir os apelos por maior representatividade, mas as escolhas também têm como pano de fundo a definição dos gastos da cota financeira de 30% para mulheres.

Isso porque os critérios de distribuição dos recursos da cota são definidos pelos partidos, que podem inclusive destinar a verba para candidaturas majoritárias lideradas por homens e que têm mulheres como vice. Nesta eleição, o fundo eleitoral será de R$ 4,9 bilhões.

A cota de 30% dos recursos do fundo eleitoral para mulheres foi instituída em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal. Neste ano, o repasse mínimo para mulheres foi objeto de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada em maio. O objetivo foi dar maior segurança jurídica ao mecanismo, mas a nova legislação trouxe poucos avanços e ainda anistiou os partidos que não cumpriram a regra nas eleições de 2018 e 2020.

Levantamento da **Folha** em 2020 apontou que, na eleição municipal daquele ano, os partidos não cumpriram a regra e aplicaram 73% dos recursos dos fundos públicos em candidaturas de homens.

Relatora da PEC, a deputada federal Margarete Coelho (PP-PI) diz que a nova legislação representou um avanço, mas que ainda faltam regras claras na distribuição dos recursos.

Ela defende que os partidos sejam obrigados a investir em candidaturas femininas ao menos 30% dos recursos destinados às eleições aos legislativos, criando condições de competitividade entre homens e mulheres.

As pessoas criticam porque veem a mulher em uma posição de invisibilidade, mas discordo. A gente tem que começar de algum lugar. Fui vice-governadora e consegui formar um capital político que me fez ser uma das deputadas mais votadas do meu estado

Margarete Coelho (PP-PI)
deputada federal

Por outro lado, ela comemora o avanço do número de mulheres concorrendo em chapas majoritárias, mesmo que seja na posição de vice.

"As pessoas criticam porque veem a mulher em uma posição de invisibilidade, mas discordo. A gente tem que começar de algum lugar. Fui vice-governadora e consegui formar um capital político que me fez ser uma das deputadas mais votadas do meu estado."

A advogada Gabriela Rollemberg, especialista em direito eleitoral, vê o incentivo da legislação eleitoral como uma espécie de porta de entrada para mais mulheres na política. Mas avalia que a fatia de recursos reservada às mulheres ainda é baixa.

Para Débora Thomé, pesquisadora associada do LabGen da UFF (Universidade Federal Fluminense), porém, a escolha de vice-governadoras mulheres não significa necessariamente um investimento no futuro político delas.

Ela afirma que, em 2018, havia a expectativa de que essas mulheres teriam mais incentivo, o que não ocorreu, e cita como exemplo o caso da governadora do Ceará, Izolda Cela.

Izolda foi vice nos dois mandatos de Camilo Santana (PT) e assumiu o governo em abril, quando o governador renunciou para concorrer ao Senado. Ela tentou disputar a reeleição, mas foi preterida em uma disputa interna do PDT. Insatisfeita, pediu desfiliação do partido. "O caso dela é exemplar de como não foi possível furar essa estrutura partidária. Sua candidatura foi simplesmente ignorada. Os partidos continuam querendo manter os mesmos homens no poder."

Outra vice-governadora que ascendeu ao comando de um estado neste ano foi Regina Sousa (PT), do Piauí. Mas ela não chegou a pleitear a reeleição dentro do partido, alegando questões de saúde.

Há quatro anos, o Brasil elegeu apenas uma governadora nas 27 unidades da Federação: Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte.

Sete mulheres foram eleitas vices em 2018 e somente uma vai concorrer ao mesmo cargo neste ano: Luciana Santos (PC do B), em Pernambuco. Fátima Bezerra também concorre à reeleição e é uma das poucas candidatas a governos estaduais consideradas competitivas.

Ao todo, ao menos 105 chapas têm homens como candidatos ao governo e a vice, assim como cinco chapas à Presidência, incluindo as lideradas pelos favoritos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

País deve ter recorde de candidaturas de mulheres e de negros

DELTAFOLHA

SÃO PAULO O Brasil deve ter uma proporção recorde de candidaturas de pessoas negras e mulheres em uma eleição federal. Segundo dados parciais do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), das 26.398 candidaturas registradas, 49,3% são de pessoas negras e 49,1% de pessoas brancas. O percentual de mulheres na disputa soma 33,4%, até o momento.

Os números consideram os pedidos de registro apresentados à Justiça Eleitoral, antes, portanto, do deferimento das candidaturas. As solicitações de inscrição no pleito terminaram nesta segunda (15), às 19h.

Apesar de o prazo oficial para registro de candidaturas ter acabado, os dados ainda devem ser atualizados com mais registros nos próximos dias, devido ao tempo de inserção das últimas fichas nos sistemas digitais.

A mudança no perfil dos candidatos ocorre na esteira das regras que buscam incentivar a participação política da população negra e das mulheres e melhorar a representatividade dessas parcelas da população nos espaços de poder.

Em 2018, candidaturas de pessoas negras somaram 46,7%, ante 52,2% de pessoas brancas. Em 2014, 44,2% eram de pessoas negras e 55% brancas. Foram consideradas candidaturas negras a soma dos postulantes que se autodeclaram pretos e pardos.

Já em relação à divisão por gênero, o maior percentual de mulheres até então havia sido registrado em 2018, com 31,8%. Agora, segundo os registros parciais, são 33,4%.

Em dezembro de 2021, o TSE aprovou resolução que estabeleceu regras de distribuição dos recursos do fundo eleitoral. As legendas precisam distribuir o dinheiro para financiamento de campanha de forma proporcional para candidatos negros e brancos, levando em consideração o número de postulantes em cada partido.

Além disso, a partir deste ano os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados serão contados em dobro na definição dos valores do fundo partidário e do fundo eleitoral distribuídos aos partidos políticos. A medida será válida até 2030.

Os partidos devem reservar, no mínimo, 30% do fundo eleitoral para mulheres, que deverão aparecer nessa mesma proporção de tempo na propaganda de rádio e TV. Desde 2009, mulheres precisam ser 30% das candidaturas por um partido.

Considerando as candidaturas no geral, os 26.398 pedidos de registro computados até agora representam 1.804 a menos que a eleição de 2018, que teve 28.202 pedidos de candidatura aos cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual, bem como seus respectivos vices.

Na estreia das federações, o maior grupo será o Fé Brasil, que agrega PT, PC do B e PV, com 1.519 candidatos.

O PL e a União Brasil são os partidos que registraram maior número de candidatos até agora: 1.540 e 1.462, respectivamente. **Cristiano Martins, Letícia Padua, Priscila Camazano e Tayguara Ribeiro**

Continua na pág. A5

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
352.428 exemplares (junho de 2022)

Continuação da pág. A4

Eleição deverá ter proporção recorde de negros e mulheres

Número de candidatos

Ano	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Candidatos	14.663					28.202	26.398

Variação 2018–2022: -6,4%

*Estão incluídos os registros de vice-governador e vice-presidente, e desconsiderados os de suplente de senador.

Majoritárias

	2018	2022
Presidente	13	12
Governador	202	206
Senador	352	218

Proporcionais

	2018	2022
Dep. federal	8.543	9.843
Dep. estadual	18.874	15.853

Cor dos candidatos

% de candidatos

	2014	2018	2022
brancos	55	52,2	49,1
negros	44,2	46,7	49,3
outros	0,8	1	1,6

Candidaturas indígenas, amarelas e não declaradas não passaram de 2%

Cor dos candidatos em 2022

Em %

	%
Brancos	49,1
Pardos	35,5
Pretos	13,8
Indígenas	0,6
Amarelos	0,4
Não declarado	0,4

Candidatos pretos e pardos, somados, ultrapassam os brancos em 2022

Negros (pretos + pardos)	13.021
Brancos	12.961
Outros	416

Gênero dos candidatos

Em %

	1998	2018	2022
masculino	87,5	68,2	66,6
feminino	12,4	31,8	33,4

8.811 mulheres se candidataram neste ano, ante 8.964 em 2018

Número de candidatos por partido

Partido	2018	2022
Agir	828	739
Avante	1040	975
Cidadania	666	445
DC	781	589
MDB	1073	1340
Novo	402	469
Patriota	1208	1183
PC do B	804	200
PCB	75	67
PCO	103	134
PDT	934	1241
PL	699	1540
PMB	446	585
PMN	759	752
Podemos	916	1137
PP	740	1302
PROS	1085	751
PRTB	979	803
PSB	906	1256
PSC	851	989
PSD	678	1144
PSDB	913	870
PSOL	1270	836
PSTU	168	130
PT	1241	1047
PTB	630	1183
PV	892	272
Rede	812	449
Republicanos	839	1411
Solidariedade	778	1043
União		1462
UP		54

Fonte: TSE/ Dados até 15.ago.2022

Rivaldo Gomes - 5.ago.22/Folhapress

Luciano Bivar, 77
Formado em direito, fundou o PSL em 1994. Deputado federal em três mandatos, já presidiu o Sport Clube do Recife, time de futebol de Pernambuco, seu estado natal. É empresário do ramo de seguros.

Luciano Bivar

Ameaças de Bolsonaro assustam, e União Brasil é a favor da democracia

Presidente do partido admite conversas com Lula e PT e sinaliza oposição da sigla ao presidente em eventual segundo turno

ENTREVISTA

Julia Chaib e Ranier Bragon

BRASÍLIA O presidente da União Brasil, Luciano Bivar, sinalizou defender que o partido se posicione contra Jair Bolsonaro (PL) em um eventual segundo turno entre o atual presidente da República e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Claro que a União Brasil se posiciona. Não é no segundo turno, posiciona-se hoje. Ela é a favor da democracia", afirmou o dirigente, para quem há ameaça de ruptura institucional no país.

Em entrevista à **Folha**, Bivar admitiu ter mantido conversas com o PT, mas refutou que a aproximação tenha sido a razão que o levou a desistir da disputa pela Presidência.

O deputado federal foi pré-candidato ao Palácio do Planalto até 31 de julho, quando anunciou que deixaria a corrida e buscaria a reeleição à Câmara dos Deputados. Em seu lugar, lançou a senadora Soraya Thronicke.

Integrantes da cúpula da União Brasil dizem que Bivar chegou a negociar internamente o endosso do partido a Lula sob promessas de apoio do petista para a reeleição do deputado e para a busca de uma posição de destaque no Congresso. Bivar nega.

A União Brasil é resultado da fusão entre o DEM, um adversário histórico do PT, e o PSL, sigla fundada por Bivar e pela qual Bolsonaro foi eleito em 2018.

*

Por que o sr. desistiu de disputar a Presidência? Não é que eu desisti. A União Brasil continua com uma candidatura própria, como sempre falei. Até então a gente tinha um nome a definir. Soraya é uma mulher qualificada, competente, senadora da República. A gente já vinha caminhando pelo Brasil todo. Talvez foi um sentimento da União Brasil que seria melhor eu na Câmara do que como candidato à Presidência.

Essa decisão foi tomada, segundo relatos de bastidores, após conversas do sr. com o PT. O sr. chegou a conversar internamente sobre a possibilidade de a União apoiar Lula? Isso tudo é especulação. A conversa que tive com o PT tive com todos os partidos, inclusive com o partido do presidente [Bolsonaro, o PL]. Isso não faz nenhuma diferença. Não posso entender que isso tenha algum vínculo com a minha desistência. Muito pelo contrário. A União Brasil continua, e, como sempre disse, será protagonista desta eleição.

Como foi a conversa que o sr. teve com Lula? A conversa que eu tive com o PT, como com o PL, como com o presidente atual, com todos, é sempre em cima de coisas propositivas para o Brasil. Nada diferente disso. Cada um tem sua candidatura. Temos que nos preocupar com o Brasil.

Mas ele chegou a pedir para o sr. retirar a candidatura ou fazer gestões no partido para apoiar a candidatura dele? Jamais ele me pediu isso. Não é da personalidade dele me fazer uma proposta dessa. Eu não tive conversas só com Lula, eu tive conversas com interlocutores. A minha família é muito grande. São 56 deputados, dez senadores, 13 candidatos ao governo, eles conversam entre si.

Com o Lula o sr. não esteve pessoalmente? Já estive várias vezes com o Lula pessoalmente. Recentemente, não. Durante todo esse período de campanha a gente tem tido contato.

Mas o sr. conversou com Lula no último mês? Se um dia chamar vocês para jantar em São Paulo e alguém perguntar se estive com vocês, quem tem que falar isso é vocês. Não sou inconfidente.

Não ficou uma chateação do sr. pela forma como Bolsonaro saiu do partido? Isso foi há três anos. Ele saiu porque nós temos diferenças. Eu entendo que a gente tem que preservar a democracia no Brasil a qualquer preço. Qualquer coisa que possa arranhar isso não soa bem.

O sr. tentou levar a União a apoiar o Lula? Não, em nenhum momento. A União Brasil brigou internamente e externamente para ter sua candidatura própria, mas tem setores da imprensa que querem eleger até quem é a terceira via. É inadmissível. A candidata mais qualificada chama-se Soraya Thronicke, tem um projeto econômico sem igual. Tem um vice-presidente, o Marcos Cintra, que é um economista irretocável.

> Ele [Bolsonaro] saiu [do PSL] porque nós temos diferenças. Eu entendo que a gente tem que preservar a democracia no Brasil a qualquer preço. Qualquer coisa que possa arranhar isso não soa bem

> Claro que a União Brasil se posiciona. Não é no segundo turno, posiciona-se hoje. Ela é a favor da democracia. Esse é o laço mais forte que nós fizemos com a fusão, para defender as instituições e a democracia

Nós temos projeto próprio para tudo, de educação, de saúde pública, segurança pública, com [Sergio] Moro [ex-ministro da Justiça]. Minas e Energia com [o deputado] Fernando [Coelho] Filho [União-PE]. Não tem ninguém que tenha algo parecido com o nosso plano de governo. E nosso projeto econômico, o imposto único, é a solução desse país. Quero brigar pelo imposto [único], pela simplificação tributária.

Caso o sr. seja reeleito, avalia a possibilidade de disputar a presidência da Câmara? Não, isso é uma questão da Câmara. O partido que vai definir isso.

Na eventualidade de um segundo turno, qual posição defenderia? Eu posso dizer que, se der um pouco de atenção ao projeto da senadora Soraya, ela estará no segundo turno.

Caso isso não ocorra, com quem a União Brasil deve seguir? Se minha avó fosse mais nova, andava de bicicleta. Meu projeto é o Brasil. Eu sou democrata e preservo as instituições a qualquer preço. A União Brasil nasceu para fortalecer as instituições. A fusão do PSL com o DEM foi para criar não só uma musculatura na nossa democracia, mas para defender nossos ideais.

Essa posição, então, é contrária ao que é associado hoje ao presidente Bolsonaro [e suas ameaças golpistas]? É claro que é preocupante. Todas as fustigações que ele faz às instituições nos assustam, mas isso é uma decisão do eleitor.

No segundo turno, é preciso que a União Brasil se posicione ou pode adotar neutralidade? Claro que a União Brasil se posiciona. Não é no segundo turno, posiciona-se hoje. Ela é a favor da democracia. Esse é o laço mais forte que nós fizemos com a fusão, para defender as instituições e a democracia.

Então podemos depreender que, entre um e outro, vocês têm posição mais contrária a Bolsonaro pelo que ele expressa hoje? Você, como jornalista, tem todas as ferramentas possíveis e imagináveis para depreender de acordo com a coletânea de informações e entrevistas. A União Brasil não se furta também à liberdade de imprensa.

O sr. vê algum risco de ruptura institucional no país? Eu me preocupo. Não é à toa que estou aqui, na minha idade, brigando pela minha democracia.

Por que a candidatura do Sergio Moro não deu certo? O Podemos [ex-partido de Moro, que ingressou depois na União Brasil] não deu condições de ele ser candidato a presidente.

Mas e na União Brasil? Quando veio, ele já não era mais candidato a presidente. Veio como candidato ao Senado pelo estado de São Paulo [a Justiça barrou sua transferência de domicílio eleitoral, e ele deve ser candidato ao Senado pelo Paraná]. Essa foi a conversa pessoal que eu tive com ele. Ele veio com essa condição. Ele gostaria de saber se tinha legenda para ele ser candidato ao Senado.

Ele chegou a falar com o sr. nos últimos dias sobre as conversas da União Brasil com Lula? Não. Ele está centrado na disputa no Paraná, e as pesquisas mostram ele à frente, quando nem começou a propaganda em canal aberto.

O sr. considera integrar o governo Lula? Não considero. O nosso projeto é estar na Câmara e defender o imposto único, a nossa bandeira é destravar o país.

Para aprovar isso, vai precisar de entendimento com o governo. Caso não seja a União Brasil, o partido vai estar aberto para conversar ou compor esse governo? O que quero é o projeto Brasil, qualquer que seja o governo. É preservar a democracia. Se quiser acabar com esse manicômio tributário, conte com a União Brasil.

A expectativa é eleger quantos deputados, senadores e governadores? A gente passa de 60 deputados federais, acho que faz dez senadores e ao menos uns sete governadores.

Em Pernambuco, uma preocupação dos políticos locais é a União não conseguir eleger três deputados... A União Brasil está brigando para eleger três deputados federais. Hoje estou em Pernambuco, a minha terra, pedindo votos, dando duro para que a gente consiga ter votos suficientes para eleger três federais.

Em 2018, o PSL ficou marcado pelas candidaturas laranjas, a situação de mulheres que foram lançadas com muito dinheiro e quase nenhum voto. O que o sr. tirou de lição desse episódio e o que o partido pretende fazer agora? Primeiro, quero dizer que não fui nem indiciado. As três candidatas que foram indiciadas foram absolvidas. Porque não pode fazer uma relação direta de quanto investe e [quanto o eleitor] vota. Se tivesse isso, já sabia o eleito agora.

Mas era uma discrepância muito grande entre o valor investido e o voto obtido. Um dado nesta eleição agora, no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]: quase 3% das candidatas tiveram de zero a um voto, [em] todos os partidos, exceto o PSL. A verdade factual é que você tem dificuldade de ter candidaturas em cima de cotas. Isso não é um problema só da União Brasil. A gente tem um compliance [normas para evitar fraudes ou crimes]. Acho que nenhum partido tem tanta preocupação com isso quanto a União Brasil, e a gente vai seguir à risca aquilo que determina a lei.

Alguns adversários do sr. afirmam que a Soraya foi colocada nessa posição exatamente para conseguir alcançar a cota das mulheres. Como o sr. responde a isso? É um preconceito muito grande. Por que esse preconceito com mulher? Ela é competente, mais do que 90% dos homens naquele Congresso. Não sou sexista, mas acho que a mulher é tão competente quanto o homem.

A Shell acredita
na energia que
vem da gente.
Escaneie o QR Code
ou saiba mais em
shell.com.br

Bolsonaro guarda um trunfo nas redes?

Quando vai à internet, fica claro que Lula está defasado

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Apesar da pesquisa Ipec desta segunda-feira (15), tudo indica que a corrida deve se acirrar nas próximas semanas. A economia trabalha a favor de Bolsonaro, mas não é só isso. Com o início da campanha, a comunicação ganha ainda mais peso. E a fluência bolsonarista na linguagem das redes sociais não foi igualada por ninguém, nem mesmo pelo Lula, que construiu seu vínculo com o eleitorado numa outra era. Esse capital pode ser o bastante para elegê-lo. Mas quando vai para as redes, fica claro que está defasado.

Essa defasagem é recente. Dez anos atrás, nos tempos daquele artefato pré-histórico chamado blog, o petismo reinava na internet. Blogs a serviço do partido, que se faziam de sites de notícias, veiculavam narrativas favoráveis ao mesmo tempo em que demonizavam a imprensa séria, apelidada de PIG (Partido da Imprensa Golpista). O que mudou nesse meio tempo foram as redes sociais e aplicativos de mensagem, que engatinhavam na época e hoje dominam o espaço.

Há atores políticos que aprenderam a navegar essas novas águas: André Janones, que agora está com Lula, é um deles. O MBL é outro. Mas ainda são poucos. Cabe elencar alguns pontos dessa nova comunicação.

Primeiro: para chegar a muita gente, precisa fazer barulho. Precisa chocar. Uma fala justa e ponderada terá dificuldade para ir longe. Uma afirmação taxativa e exagerada tem muito mais chance de viralizar. Atacar e ridicularizar o inimigo conta mais, infelizmente, do que um argumento sensato. Bom gosto, elegância; esses estão fora.

Segundo ponto: a comunicação nas redes é, acima de tudo, horizontal. Você conversa com um igual, e não há carteirada, credencial, diploma ou jargão técnico que vença um debate por WO. Para a maioria que assiste, o uso da autoridade (mesmo quando válida) é visto como arrogante e até suspeito. Não é à toa que "especialista" virou quase um termo de insulto.

E, em terceiro lugar, a comunicação é pessoal. Tudo que é frio, institucional, profissional, distanciado não consegue se conectar com as pessoas. Ninguém conversa com uma instituição, e não ver um rosto do outro lado apenas alimenta fantasias negativas de quem está ali ou a quem serve. O autêntico (isto é, aquilo que parece autêntico a quem vê), mesmo tosco, é preferível à precisão fria.

A conversa de Bolsonaro no Flow Podcast na semana passada —cinco horas de conversa livre, não entrevista sob fogo cruzado— foi um acerto para ele. Com seu jeito tosco e debochado, conseguiu se humanizar. Ser o "tiozão do churrasco" e não o demônio encarnado, que alguns pintam, basta para conquistar a simpatia de muita gente. O vídeo já foi visto mais de 10 milhões de vezes.

Nesse sentido, Bolsonaro deixa ao menos um legado positivo na comunicação política: a sua live de quinta-feira. Sim, ele a usa para repetir as mentiras e abobrinhas de sempre, mas criar esse espaço periódico e pouco estruturado para falar dos assuntos do momento, responder a críticas comuns, apresentar o que ele considera bom é um jeito bom de solidificar o vínculo com seus eleitores.

Claro que o meio não é neutro quanto ao conteúdo da mensagem. Não foi à toa que imprensa tipográfica serviu de veículo para uma religião que colocava a leitura direta do livro como valor central. Também não é à toa que a política antissistema, personalista e extremista ganhe espaço hoje.

Habituar-se a esse novo tempo, mais democrático e também mais instável, é o único caminho para as instituições e para os líderes que busquem algo melhor do que a destruição que é o bolsonarismo. O domínio das redes só vai aumentar.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Presidenciáveis declaram bens de R$ 197 a fortuna de R$ 97 mi

Partidos inscreveram 12 nomes ao Planalto, mas número pode cair para 10

Ranier Bragon

BRASÍLIA O patrimônio declarado pelos 12 candidatos inscritos pelos partidos ou pelas coligações para a disputa da Presidência da República nas eleições de outubro deste ano soma R$ 145 milhões, indo de um que se resume a uma caderneta de poupança de R$ 197 a outro relativo a uma fortuna informada de R$ 97 milhões.

O prazo de registro das candidaturas se encerrou nesta segunda-feira (15). O número de presidenciáveis pode ser reduzido a dez até a realização das eleições devido à retirada da candidatura de Pablo Marçal pelo Pros, ainda passível de ratificação pela Justiça, e à possibilidade de Roberto Jefferson (PTB) ser considerado inelegível.

O candidato do PTB foi condenado no escândalo do mensalão, em 2012, e teve a pena perdoada quatro anos depois, em 2016, mas isso não teria o efeito de afastar a inelegibilidade de Jefferson, que só venceria em 2030.

Em abril, por exemplo, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, que assume o a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta terça-feira (16), afirmou que o indulto individual concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) não afastava a inelegibilidade decorrente de condenação imposta ao parlamentar pelo STF.

Seja qual for o número final de presidenciáveis, ele ficará na média das últimas eleições. Em 2018, foram 13 candidatos disputando o Palácio do Planalto. Quatro anos antes, eram 11 nomes nas urnas.

A eleição direta com o maior número de concorrentes foi a primeira após o fim da ditadura no país, realizada em 1989, quando 21 candidatos disputaram a sucessão de José Sarney. Venceu Fernando Collor (PRN), hoje senador e candidato ao governo de Alagoas.

Na outra ponta, o pleito com menos nomes na disputa foi o de 2002, com apenas seis candidatos, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), favorito nas pesquisas de intenção de voto para a reeleição neste ano.

O maior patrimônio declarado agora é de Marçal, mas o seu caso é ilustrativo da fragilidade da legislação e dos mecanismos de controle sobre essa questão. O informe de bens tem caráter declaratório e não é cruzado com nenhuma outra fonte de informações dos órgãos públicos.

Em tese, omitir bens ou declará-los de forma incorreta pode se enquadrar no crime de falsidade ideológica eleitoral (artigo 350 do Código Eleitoral), mas condenações são dificílimas pois entende-se que deve ser provado dolo e que as informações inverídicas lesaram a disputa de forma relevante.

Marçal, que é coach motivacional e empresário, declarou inicialmente ao TSE um patrimônio de R$ 16,9 milhões. Em entrevista posterior à **Folha**, mencionou que a assessoria do partido havia errado e que ele controlava um grupo de 20 empresas, sendo que só uma delas tinha um capital social de R$ 100 milhões.

Dias depois, porém, a retificação dos bens informou o valor de R$ 96,9 milhões como patrimônio total.

José Maria Eymael, no nanico DC, é outro exemplo: inscrito para sua sexta candidatura presidencial, um recorde só igualado por Lula, Eymael declarou ter empobrecido nos últimos quatro anos em 75% —de R$ 6,1 milhões em 2018 para R$ 1,58 milhão agora.

Procurada, sua assessoria disse ter havido um equívoco da assessoria jurídica do partido, que não lançou créditos a receber, benfeitorias em imóveis e outros valores. Segundo a assessoria, a declaração será retificada para um valor total de R$ 6,6 milhões.

Lula declarou à Justiça ter patrimônio de R$ 7,4 milhões, valor inferior ao declarado em 2018, quando afirmou ter R$ 8 milhões —na época, ele teve a candidatura barrada pela Lei da Ficha Limpa e foi substituído por Fernando Haddad (PT) na disputa. A quantia atualizada pela inflação chega a R$ 10,2 milhões.

O presidente Bolsonaro declarou um total de R$ 2,3 milhões em bens. Em 2018, havia informado R$ 2,29 milhões (R$ 2,9 milhões se corrigidos pela inflação).

O candidato que declara ser o mais pobre na disputa presidencial é o técnico de mecânica Léo Péricles (UP), que informou ter apenas uma caderneta de poupança com saldo de R$ 197.

Como Eymael ainda irá retificar sua declaração de bens, não é possível saber de forma exata quais são os tipos de patrimônio mais comuns entre os presidenciáveis.

Sem a retificação, empresas (R$ 115 milhões) e imóveis (R$ 10,5 milhões) são os bens que lideram o ranking.

O patrimônio dos presidenciáveis

Doze políticos pediram registro de candidatura para a disputa ao Palácio do Planalto em outubro

Candidato/Partido	Patrimônio declarado
Pablo Marçal* (Pros)	R$ 96.942.541,15
Felipe D'Avila (Novo)	R$ 24.619.627,66
Lula (PT)	R$ 7.423.725,78
Eymael (DC)	R$ 6.566.949,48
Ciro Gomes (PDT)	R$ 3.039.761,97
Tebet (MDB)	R$ 2.323.735,38
Jair Bolsonaro (PL)	R$ 2.317.554,73
Soraya Thronicke (União Brasil)	R$ 783.000,00
Roberto Jefferson (PTB)	R$ 745.323,41
Sofia Manzano (PCB)	R$ 498.000,00
Vera (PSTU)	R$ 8.805,00
Léo Péricles (UP)	R$ 197,31
Total:	R$ 145.269.221,87

* Nova direção do partido aprovou revogação de sua candidatura nesta segunda-feira (15)

Facebook falha em detectar anúncios com fake news, diz ONG

Renata Galf

SÃO PAULO O Facebook, que pertence à Meta, aprovou anúncios para serem veiculados em sua plataforma que continham desinformação sobre a eleição brasileira, aponta um relatório da organização não governamental Global Witness.

A entidade revela que mesmo anúncios com erros sobre informações básicas, como a data da eleição, e que não dependem, portanto, de interpretação não estariam sendo detectados e coibidos pelo processamento e moderação da empresa.

Uma das regras do Facebook proíbe "desinformação sobre datas, lugares, horários e métodos de votação". Apesar disso, a plataforma não barrou anúncios com frases como: "O dia da eleição está mudando: As pessoas de São Paulo agora devem votar no dia 3 de outubro". O pleito é no dia 2.

A plataforma tampouco rejeitou anúncios que diziam: "Agora votar é voluntário. Eleitores entre 18 e 70 anos no Brasil agora podem escolher se eles querem ou não votar. Tudo bem querer ficar em casa" e "Não se preocupe em trazer documento no dia da eleição, as máquinas de votação saberão quem você é".

A empresa tem política para vetar desinformação "sobre quem pode votar, quais são os requisitos eleitorais, se um voto é contabilizado e quais informações ou materiais devem ser apresentados para votar".

Além de mostrar falhas na moderação com base em suas próprias regras, o teste da organização indica problemas no processo de autorização para anúncios eleitorais e políticos, sobre os quais há transparência em relação ao responsável pelo pagamento.

Desde 2020, passou a ser obrigatório um processo de autorização para veicular esse tipo de anúncio no Brasil. O usuário precisa apresentar documento de identidade e comprovar endereço residencial de correspondência no país.

É o próprio anunciante que declara se a postagem trata de temas políticos. A Meta afirma que utiliza inteligência artificial para fazer essa identificação daquilo que pode não ter sido declarado.

Ao fazer o teste, a Global Witness não rotulou os anúncios como sendo políticos e submeteu nove deles a partir de um computador no Quênia e outro a partir do Reino Unido. De acordo com a organização, não foi usada nenhuma ferramenta para mascarar a real localização do usuário, como VPN.

O pagamento foi feito no Reino Unido. O público-alvo escolhido foi de usuários no Brasil. Foram submetidos dez anúncios, todos pela mesma conta.

De acordo com a organização, apenas um dos anúncios foi inicialmente rejeitado pelo Facebook. Seis dias depois, porém, "sem qualquer intervenção da Global Witness, o mesmo o anúncio foi aprovado sem explicação".

"O processo é totalmente 'opt-in'. Ele assume que as pessoas têm boas intenções. Mas, como sabemos, quem espalha desinformação não tem boas intenções", diz Jon Lloyd, consultor sênior da Global Witness e responsável pela investigação.

Segunda a entidade, o teste mostra que autorregulação não funciona.

O Facebook afirmou que não poderia se pronunciar por não ter acesso ao relatório na íntegra. A entidade afirma que informou à empresa o conteúdo dos anúncios e o link da conta pela qual eles foram submetidos.

A **Folha** questionou o Facebook se a empresa era capaz de identificar que as postagens foram submetidas por essa conta com tais informações, se o conteúdo dos anúncios incluídos no relatório violava suas políticas e, em caso positivo, quais as possíveis falhas teriam impedido que eles fossem barrados.

A empresa não respondeu às perguntas e elencou ações que tem tomado para promover informações confiáveis no país.

> O processo assume que as pessoas têm boas intenções. Mas, como sabemos, quem espalha desinformação não tem boas intenções
>
> **Jon Lloyd**
> consultor sênior da Global Witness

Pros decide apoiar Lula, que iguala maior coligação da história no Brasil

Reunião da executiva do partido aprovou aliança com PT, mas palavra final será dada pela Justiça

Ranier Bragon

BRASÍLIA A nova executiva nacional do Pros (Partido Republicano da Ordem Social) se reuniu nesta segunda-feira (15) e decidiu, por unanimidade, retirar a candidatura presidencial do coach motivacional Pablo Marçal e apoiar Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Caso isso se confirme, o petista chegará a dez partidos em seu entorno, igualando o recorde histórico de Dilma Rousseff em 2010. Conseguirá também aumentar em alguns segundos seu tempo de propaganda no rádio e na TV, que já é o maior.

O Pros passa por uma disputa interna de poder que já envolveu várias decisões judiciais que ora colocam uma ala no comando, ora outra.

Na última, o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Ricardo Lewandowski concedeu liminar, no último dia 5, devolvendo o comando do partido ao seu fundador, Eurípedes Jr. A decisão foi referendada pelo plenário do TSE, por 4 votos a 3.

Até então, o presidente era Marcus Holanda, que havia bancado a candidatura presidencial de Marçal.

O coach disse, em nota distribuída por sua assessoria, que haverá uma renúncia coletiva dos candidatos do Pros caso o partido "retire sua postulação e se curve ao PT".

> **Os 911 candidatos que vieram ao meu convite sairão do partido, isso inviabilizará todas as nominatas homologadas na convenção e será a última eleição do Pros**
>
> **Pablo Marçal**
> coach motivacional

"Os 911 candidatos que vieram ao meu convite sairão do partido, isso inviabilizará todas as nominatas homologadas na convenção e será a última eleição do Pros", disse.

Caso não haja reviravolta no comando do partido por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), a Justiça Eleitoral deve ratificar a retirada da candidatura de Marçal e o apoio da sigla a Lula.

A campanha começa oficialmente nesta terça-feira (16).

Sem Marçal, serão 11 os candidatos à Presidência, sendo que ao menos um deles corre o risco de não ter o seu pedido aprovado pela Justiça —Roberto Jefferson (PTB), condenado no escândalo do mensalão. O racha interno do Pros envolve inclusive negociações para tentativa de compra de sentença judicial, como mostrou a **Folha**.

As duas alas afirmam ter realizado reuniões partidárias legítimas em que uma acabou destituindo a outra. As ações judiciais movidas na primeira instância deram decisões favoráveis a Eurípedes Jr..

Já o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, órgão de segunda instância, deu ganho de causa à ala contrária, colocando o comando do partido nas mãos de Marcus Holanda desde março deste ano.

Como mostrou a **Folha**, áudios, trocas de mensagens e depoimento registrado em cartório exibem uma negociação para compra de decisão judicial favorável em primeira e segunda instâncias pelo grupo liderado por Holanda.

Houve um encontro e vários contatos entre Holanda e uma irmã do desembargador Diaulas Costa Ribeiro, relator do caso no TJ-DF. A familiar do magistrado indicou a advogada que atuaria no caso.

O desembargador diz que jamais recebeu qualquer proposta criminosa e que não tem relação com a irmã há duas décadas. No material obtido pela **Folha**, não há diálogo em que ele figure como interlocutor. Todos os outros envolvidos nas conversas negam tentativa de compra de sentença.

Pablo Marçal tem 1% das intenções de voto, de acordo com a última pesquisa do Datafolha, e integra o pelotão de candidatos descolados dos três concorrentes mais bem posicionados, Lula (PT), com 47% das intenções de voto, Jair Bolsonaro (PL), com 29%, e Ciro Gomes (PDT), com 6%.

O coach, que tem 2,3 milhões de seguidores em seu perfil no Instagram, havia declarado inicialmente um patrimônio de R$ 16,9 milhões, mas afirmou à **Folha** que esse dado estava errado e que só uma de suas cerca de 20 empresas tem capital social de R$ 100 milhões.

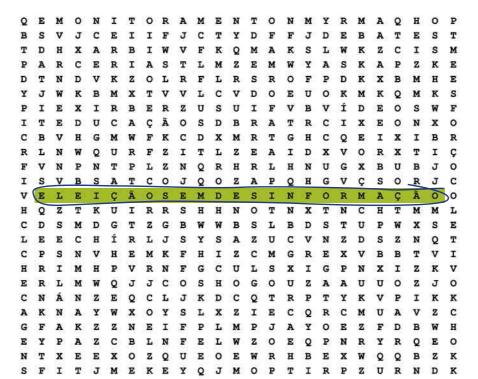
Ele retificou sua declaração no TSE dias depois, afirmando ter bens que somam, no total, R$ 97 milhões.

Em janeiro de 2022, Marçal foi destaque no noticiário por ter liderado uma expedição de 32 pessoas por uma área montanhosa em São Paulo como parte de seu programa de coaching motivacional.

O grupo precisou ser resgatado pelos bombeiros, devido às más condições climáticas.

Leia mais na pág. A8

Candidatos, coligações e tempo de TV

Candidatos	Coligações	Total por bloco de 12min30s (em seg)	Nº de inserções de 30s ao dia
Lula (PT)	PSB, PC do B, PSOL, Solidariedade, Pros, Avante, PV, Agir e Rede	200	7,5
Jair Bolsonaro (PL)	PP e Republicanos	160	6
Simone Tebet (MDB)	PSDB, Cidadania e Podemos	141	5,2
Soraya Thronicke (União Brasil)	Sem coligação	130	4,9
Ciro Gomes (PDT)	Sem coligação	49	1,8
Roberto Jefferson (PTB)	Sem coligação	22	0,8
Felipe d'Avila (Novo)	Sem coligação	19	0,7
Eymael (DC)	Sem coligação	8	0,3
Vera Lúcia (PSTU)	Sem coligação	7	0,3
Sofia Manzano (PCB)	Sem coligação	7	0,3
Leonardo Péricles (UP)	Sem coligação	7	0,3

*Projeção feita pela Folha com base na legislação eleitoral. Tempo oficial será divulgado pela Justiça Eleitoral nas próximas semanas
**Peças de 30 segundos ou 1 minuto, veiculadas nos intervalos comerciais das emissoras

Explode número de eleitores jovens e no exterior

Maior parte dos votantes nas eleições de outubro vive na região do Sudeste, tem até 54 anos e é composta por mulheres

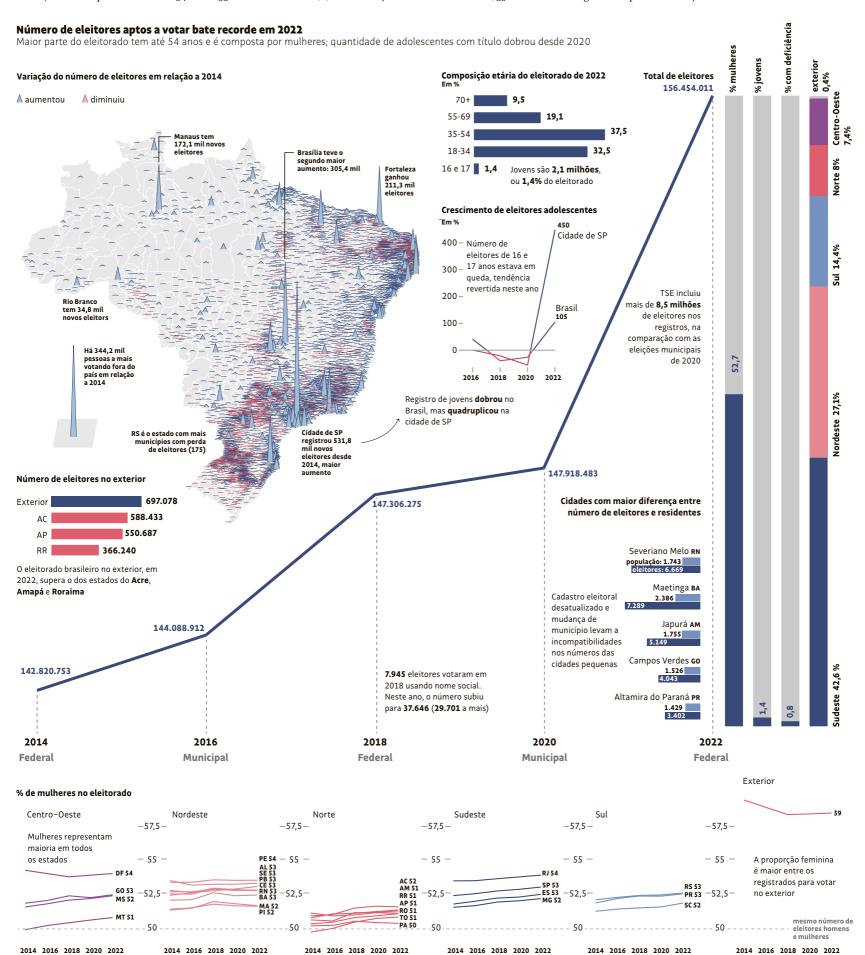
DELTAFOLHA

SÃO PAULO As eleições de 2022 terão cerca de 8,5 milhões de eleitores a mais que o último pleito, em 2020, de acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ao todo, 156,5 milhões de brasileiros estão aptos a ir às urnas em outubro —o maior eleitorado da história.

Os dados mostram que 43% vivem no Sudeste, 70% têm de 18 a 54 anos e 53% são mulheres. Na comparação com 2020, dobrou o número de adolescentes de 16 e 17 anos que se registraram para votar.

Após campanhas nas redes, puxadas por artistas e influencers, 2,1 milhões de jovens tiraram o título, mais de um milhão a mais que na eleição passada.

Apesar do aumento, eles ainda são minoria, representando 1,4% do eleitorado. Do total de adolescentes nessa faixa etária, 35% fizeram o registro —para eles, assim como para quem tem 70 anos ou mais, o voto não é obrigatório.

Também houve crescimento expressivo no número de brasileiros no exterior que se registraram para votar. Hoje há 697 mil pessoas nessa condição, 344,21 mil a mais que em 2014. Há mais brasileiros votando fora do país no Acre, em Roraima ou no Amapá. **Diana Yukari, Letícia Padua, Guilherme Garcia e Flávia Faria**

Lula lidera no 1º turno com 44% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro, com 32%, diz Ipec

RIO DE JANEIRO O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece à frente com 44% das intenções de voto contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem 32%, segundo pesquisa Ipec divulgada nesta segunda-feira (15). Em seguida estão Ciro Gomes (PDT) com 6%, Simone Tebet (MDB) com 2%, Vera Lúcia (PSTU) com 1%. Brancos e nulos somam 8% dos eleitores ouvidos, e os indecisos são 7%.

Na simulação de segundo turno, o petista teria 51% dos votos e Bolsonaro, 35%, aponta o levantamento encomendado pela TV Globo, o primeiro após a oficialização da maioria das candidaturas.

A propaganda eleitoral começa a ser permitida nesta terça (16), autorizando os concorrentes a pedir votos em comícios e por outros meios. Já a propaganda eleitoral gratuita em estações de rádio e canais de televisão se inicia no dia 26.

A pesquisa ouviu 2.000 entrevistados presencialmente nos domicílios nos dias 12 e 14 de agosto e tem margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. Foi registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número BR-03980/2022.

Ela também mostrou que 29% dos brasileiros consideram a gestão de Bolsonaro ótima ou boa, 26% regular, 43% ruim ou péssima e 1% não sabe ou não respondeu. 37% aprovam a maneira dele governar, e 57% desaprovam.

Mais cedo, foram divulgados os resultados das disputas para a presidência e para o governo de seis locais: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

O Ipec foi criado em fevereiro de 2021 por ex-executivos do Ibope Inteligência, que encerrou suas atividades no mês anterior em razão do término de um acordo de licenciamento com a Kantar Group.

Justiça manda retirar painel no RS que associa esquerda ao PCC

PORTO ALEGRE A Justiça eleitoral gaúcha determinou a retirada em 24 horas dos painéis gigantes com difamações à esquerda e chamamentos para o 7 de Setembro instalados na madrugada de quinta (11) em dois pontos movimentados de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A decisão do juiz da 113ª zona eleitoral do município, Márcio André Keppler Fraga, foi comunicada na tarde desta segunda-feira (15) ao Ministério Público Eleitoral, que havia ingressado mais cedo com uma ação por notícia de irregularidade em propaganda eleitoral.

Embora não citassem candidatos e não sejam assinados, os painéis repetiam associações feitas por políticos bolsonaristas.

Na decisão, o magistrado levou em conta que, apesar de não haver pedido de voto, há o emprego da expressão "você decide" na iminência das eleições, acompanhada de elementos gráficos associados a ideologias políticas. **Caue Fonseca**

Lula e Bolsonaro devem ir à posse de Moraes

Ministro do STF vira peça-chave da eleição ao assumir presidência do TSE em meio a insinuações golpistas do presidente

Matheus Teixeira e
e Mateus Vargas

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes assume nesta terça (16) a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e se consolida como personagem central para o pleito de 2022.

A cerimônia de posse ganhou maior relevância porque deve marcar o primeiro encontro do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha ao Palácio do Planalto. Cerca de 2.000 autoridades receberam os convites para a posse de Moraes, incluindo ex-presidentes e parlamentares.

O TSE não divulgou a lista de confirmados, mas são esperados mais de 20 governadores no evento.

A cerimônia também deve marcar reencontro da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e de Michel Temer (MDB), vice da petista que se tornou chefe do Executivo após liderar articulações pelo impeachment em 2016. Dilma se refere a Temer como "golpista".

O tribunal montou esquema de segurança reforçado para a posse, com limitações ao número de profissionais de mídia com acesso ao plenário.

Pelas regras divulgadas pelo TSE, fotógrafos não poderão acessar o plenário onde ocorre a cerimônia e repórteres não poderão usar o celular para fazer imagens. Apenas equipes de filmagem têm autorização para registrar a posse dentro do local do ato.

O encontro de Lula e Bolsonaro, líder e vice-líder de intenções de voto em pesquisa Datafolha divulgada no último dia 28, ocorre no momento em que os adversários sobem o tom na troca de acusações.

Lula chamou Bolsonaro de genocida enquanto Bolsonaro, além de chamar o petista de ladrão, tem feito insinuações golpistas e repetido teorias da conspiração sobre as urnas eletrônicas.

Além de passar a comandar a corte eleitoral, a relevância de Moraes aumenta ainda mais por ele ter nas mãos as relatorias de investigações no STF (Supremo Tribunal Federal) contra Bolsonaro e aliados.

Entre eles, o inquérito das milícias digitais, tido como anteparo contra possíveis investidas golpistas do presidente. Dentro dessa apuração, o ministro já determinou a prisão de Roberto Jefferson (PTB) e também levou à cadeia um homem que estimulou ataques a políticos de esquerda e às instituições.

A aposta no TSE é que Moraes tentará se colocar como o ministro mais influente do colegiado. Assim, apesar de a corte ter outros seis integrantes titulares e sete substitutos, ele deverá atuar para que suas opiniões prevaleçam —caso isso não ocorra via ordem individual de algum magistrado, Moraes deverá articular para revertê-la no plenário.

O ministro é visto como um magistrado de perfil centralizador e com ampla capacidade de articulação. A expectativa entre autoridades do Judiciário é que ele terá uma forte atuação nos bastidores.

A avaliação tem como base a postura do magistrado no STF. No plenário do órgão de cúpula do Judiciário, Moraes se tornou um dos mais influentes ministros e um dos poucos capazes de manter bom diálogo com as diferentes alas do tribunal. As divisões no Supremo foram expostas recentemente em julgamentos criminais relativos à Lava Jato.

Apesar dos embates com o Executivo, Moraes costuma buscar consensos tanto internamente como na relação com o Congresso ou com os demais entes da federação.

Isso ocorreu, por exemplo, nas negociações sobre as chamadas emendas de relator e na análise de casos com grande potencial de impacto nas contas públicas dos estados.

Nos tribunais superiores, embora o voto de todos os ministros tenha peso igual, o presidente controla a pauta de julgamento e geralmente exerce influência sobre os outros magistrados.

Isso é reforçado pela composição da cúpula do TSE, que também será formada pelos ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.

Os três membros do Supremo têm boa relação e devem caminhar alinhados. A composição titular do tribunal tem outros 4 integrantes, sendo 2 deles do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e 2 oriundos da advocacia.

Além de ter boa capacidade de articulação e de ser o presidente do tribunal, Moraes também pode lançar mão dos poderes que tem devido aos inquéritos no Supremo.

O ministro é relator de investigações que atingem apoiadores de Bolsonaro e o próprio presidente, como o das fake news e dos atos do 7 de Setembro passado. Indicado por Bolsonaro ao Supremo, o ministro André Mendonça suspendeu o recurso de 20 julgamentos dentro desses casos.

Com estes julgamentos, Moraes buscava o respaldo dos colegas do Supremo para assumir a presidência do TSE com mais força perante o Poder Executivo e para inibir ataques às instituições durante as comemorações do Bicentenário da Independência.

No STF, o ministro tomou decisões vistas por apoiadores de Bolsonaro como tentativas de esvaziar a campanha à reeleição do presidente, como o bloqueio temporário do Telegram e a prisão de blogueiros aliados.

Apesar de já ter sido chamado de "canalha" e "parcial" por Bolsonaro, Moraes tem melhor interlocução com o governo do que Edson Fachin, seu antecessor no TSE.

Nas últimas semanas, Moraes fez contatos com ministros de Bolsonaro, inclusive o da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira.

Paulo Maluf (PP-SP), então deputado, aguarda sessão na CCJ da Câmara em 2017 Pedro Ladeira - 10.out.17/Folhapress

Maluf surge na eleição por elo com Rodrigo e apoio a petista

Tucano se indispôs com Covas por ligação com ex-prefeito; PT fez aliança em 2012

Carolina Linhares e Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A disputa pelo Governo de São Paulo resgatou a figura de Paulo Maluf, 90, com a tentativa de Rodrigo Garcia (PSDB) e Fernando Haddad (PT) de vincular o adversário ao político que já comandou o estado e a capital, influenciou disputas locais por anos e, sobretudo, é associado a escândalos de corrupção.

No caso do atual governador, o apoio a Maluf e ao candidato apoiado por ele ocorreu nas eleições de 1996 e de 1998 —embates que opuseram o então PFL de Rodrigo ao seu atual PSDB.

Rodrigo, que participou do governo Mário Covas (PSDB) como secretário-adjunto de Agricultura e vem usando a família Covas e seu legado como um ativo na campanha, chegou a deixar o Palácio dos Bandeirantes por ter se aliado a Maluf.

Já Haddad surpreendeu seus eleitores ao ser fotografado, ao lado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com Maluf, na casa do então deputado, em encontro que selou uma aliança para a eleição de 2012.

Os episódios envolvendo Maluf, representante do conservadorismo e aliado da ditadura militar, foram resgatados no primeiro debate entre os candidatos a governador, realizado pela Band no último dia 7.

Rodrigo perguntou a Haddad qual a avaliação do petista sobre o Poupatempo. Na introdução da questão, reforçou motes de sua campanha —de que serviu a diversas gestões do PSDB e de que tem Covas como exemplo. A ideia é se vacinar contra sua ligação com João Doria (PSDB), de quem foi vice.

"Ocupei cinco secretarias diferentes, trabalhei com cinco governadores, procurei sempre pegar o que há de melhor de cada um deles. E um dos grandes programas que o Mário Covas criou foi o Poupatempo", disse.

Para a classe política, Rodrigo deu um tiro no pé ao apostar tantas fichas em Covas, dando a oportunidade de o petista relembrar que houve um rompimento entre eles em 1996 —o atual governador tinha 22 anos.

"Rodrigo, você foi demitido pelo Mário Covas porque rompeu com ele para apoiar o Maluf e o candidato dele a prefeito de São Paulo, que era o [Celso] Pitta. Você fez parte da gestão Pitta. [...] O Poupatempo foi criado justamente no momento em que você servia ao Pitta, não ao Covas", disse Haddad.

Quem acompanhou o episódio afirma que Covas sentiu-se traído e nunca voltou a ter uma boa relação com os ex-aliados. Em 1995 e 1996, Rodrigo foi secretário-adjunto de Agricultura, pasta então comandada por Antonio Cabrera, do PFL, legenda que viria a ser o DEM e hoje é a União Brasil, uma fusão com o PSL.

Na época, o partido buscava se expandir nos grandes centros para se tornar a maior sigla do país. Em São Paulo, Cabrera, líder estadual do PFL, escalou Rodrigo para abrir diretórios e formar alianças como a feita com o PPB de Maluf. Em 1994, a dobradinha com o PSDB pavimentou a vitória de Covas ao governo.

O tucano, irritado, exonerou Cabrera e Antonio Duarte Nogueira Júnior, chefe da Habitação e filiado ao PFL (hoje tucano e prefeito de Ribeirão Preto), selando o fim da participação de Rodrigo no governo.

A **Folha** noticiou à época que o PFL tinha cerca de 150 cargos na administração. "O encontro de Cabrera e Covas durou 20 minutos. Cabrera argumentou que o PFL não tinha o compromisso de apoiar o PSDB no pleito municipal. Covas foi seco: 'Os cargos são de confiança. O senhor os devolva'", relata a reportagem.

Enquanto esteve no governo, Rodrigo ganhou pontos com Covas por ter demonstrado habilidade para negociar com lideranças do MST durante uma invasão à sede da Secretaria da Agricultura, enquanto o secretário Cabrera, um coadjuvante naquela crise, defendia o uso da força contra os invasores.

Em 1996, Maluf, então prefeito de São Paulo, queria Pitta como sucessor, e o candidato de Covas era José Serra (PSDB).

Políticos ouvidos pela **Folha** dizem que a queda de Rodrigo se deu em termos duros, já que Covas era um ferrenho opositor de Maluf. Ao mesmo tempo, afirmam que Rodrigo não tinha expressão política à época e que o conflito se deu com Cabrera, que dava as cartas no PFL e na pasta de Agricultura.

Serra não passou do primeiro turno e, no segundo, Pitta venceu Luiza Erundina (PT) —o PSDB integrou uma frente de apoio à petista.

Em 1998, Covas e Maluf viriam a se enfrentar pelo governo do estado. Mais uma vez, o PFL apoiou Maluf e integrou a chapa com o vice Luiz Carlos Santos. Covas foi reeleito com o apoio do PT no segundo turno —em 2000, Covas retribuiria com o apoio a Marta Suplicy (PT) contra Maluf.

Rodrigo permaneceu no DEM por 27 anos e só se filiou ao PSDB em 2021. Como resposta no debate ao Governo de SP, Rodrigo lembrou que Maluf apoiou o petista em 2012, quando Haddad chegou à prefeitura. "Quem foi lamber as botas do Maluf para se candidatar a prefeito foi você e o Lula, que visitaram Maluf na casa dele para pedir apoio", disse o governador.

As fotos da visita de junho de 2012, em que os três se abraçam e se cumprimentam, provocaram mal-estar na base petista e fizeram com que Erundina desistisse de ser a candidata a vice na chapa de Haddad.

O PT é adversário histórico de Maluf —foram diversos embates diretos pela prefeitura entre 1988 e 2000. A campanha do petista, no entanto, precisava do tempo de TV que o PP traria para a coligação.

Na época, o então partido de Maluf integrava a base do governo Dilma Rousseff (PT), e Haddad pediu ao então ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP), que indicasse um nome técnico para a Secretaria Municipal de Habitação. O partido controlou também a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab).

Em nota, a assessoria de Rodrigo nega ruptura com Covas e diz que a "aliança perdura até hoje, inclusive com o apoio da família Covas". "Em 1998, Rodrigo é eleito deputado estadual e segue ao lado das administrações tucanas [...]. Naquele momento, as coligações partidárias tiveram outra formação."

Procurado, Haddad afirmou que "o que define um político é quem ele apoia". "Em 1998, apoiei o Covas contra o Maluf. O Covas aceitou o apoio do PT. Não se recusa apoio na política", disse.

"Em 2012, o PP decidiu me apoiar, mas meu secretário da Habitação não era nem filiado ao PP", completou Haddad, em referência a José Floriano de Azevedo Marques Neto, que, embora indicado pelo PP, de fato não era um membro do partido.

Governador vê falta de reformas com Bolsonaro pior que golpismo

SÃO PAULO Eleitor de Jair Bolsonaro (PL) em 2018, o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), disse nesta segunda-feira (15) ter se frustrado com seu voto.

Para o tucano, é mais grave o fato de o atual presidente não ter consolidado reformas administrativas e tributárias em comparação com as atuais ameaças de golpe.

As declarações foram dadas em sabatina realizada pela rádio CBN e pelos jornais O Globo e Valor Econômico.

"Sou eleitor frustrado [do Bolsonaro], votamos para fazer reforma tributária e administrativa, não aconteceu. Paramos na [reforma da] Previdência, que já estava pactuada", disse o governador.

Questionado sobre o que considerava mais grave, se as ameaças reiteradas de Bolsonaro ao Estado democrático de Direito ou a ausência de reformas, Rodrigo respondeu que "o mais grave foi não combater os problemas reais" do país.

"Eu não acredito nessas ameaças, nós temos uma democracia consolidada. Temos hoje uma desarmonia de Poderes. Estamos longe de ter uma democracia ameaçada. [...] Para mim, o grave foi não combater os problemas reais do Brasil. A reforma administrativa, se tivesse sido feita, nós estávamos num outro momento", continuou.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, discursa durante convenção do PSDB Rubens Cavallari - 30.jul.22/Folhapress

"Isso [ameaças de golpe] não é problema real. Eu estou na minha sétima eleição e disputando com urnas eletrônicas, eu confio nas urnas eletrônicas", completou.

Em sua campanha à reeleição, Rodrigo se diz descolado da polarização em torno da Presidência, entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O governador evitou responder em qual dos dois votaria no segundo turno.

Ao ser questionado sobre o voto "Bolsodrigo", afirmou que existe também o "Luladrigo", já que dois partidos da coligação de Lula (Avante e Solidariedade) o apoiam em São Paulo.

O tucano tenta se vender como um candidato autônomo, diferentemente de Fernando Haddad (PT) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), apadrinhados, respectivamente, por Lula e Bolsonaro.

Na sabatina, porém, Rodrigo seguiu sua série de acenos ao eleitorado bolsonarista, dizendo-se favorável a uma legislação penal mais dura.

"Essas pautas sempre foram de São Paulo. São Paulo sempre se posicionou sobre, por exemplo, a mudança do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. [...] Eu pessoalmente sou favorável à redução da maioridade penal para 16 anos", disse.

"Sou favorável à posse de armas, não tenho nenhum problema de armas legais, registradas, dentro da residência das pessoas, no seu trabalho, mas o porte de armas se mostrou algo que muitas vezes aumenta a violência, então tenho essa discordância em relação à legislação federal."

Em relação ao policial militar Henrique Otávio Oliveira Velozo, acusado de matar o lutador de jiu-jítsu Leandro Lo, Rodrigo defendeu a demissão do agente.

"O policial está preso. Já abrimos um procedimento disciplinar. O salário dele está suspenso. E não tenho nenhuma dúvida de que vai terminar o processo disciplinar com a expulsão dele, que não é policial, é um assassino", disse.

Em terceiro lugar, atrás de Haddad e de Tarcísio, no último Datafolha, Rodrigo prometeu que devolverá à população na faixa da pobreza o imposto estadual pago durante a compra de produtos. A medida poderá ter impacto de R$ 1,5 bilhão, de acordo com estimativa do tucano.

"A população pobre não vai pagar imposto nos próximos quatro anos no nosso estado. O estado possui 1,7 milhão de famílias, ou seja, 4,5 milhões de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza", disse. "Vamos devolver todo imposto estadual pago na compra de algum produto com nota fiscal." **CP e CL**

Fernando Haddad lidera em SP com 29%, aponta Ipec

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Fernando Haddad (PT) lidera a corrida para o Governo de São Paulo com 29% das intenções de votos, de acordo com pesquisa Ipec divulgada nesta segunda-feira (15).

Em seguida, aparecem empatados tecnicamente Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Rodrigo Garcia (PSDB), com 12% e 9%, respectivamente.

Colombo (PCB) e Vinicius Poit (Novo) marcaram 2% cada. Edson Dorta (PCO) teve 1%. Os brancos e nulos somam 23%, e outros 16% não souberam responder.

O Ipec também divulgou as intenções de voto para os governos de outros estados.

No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro (PL), com 21%, está empatado tecnicamente com Marcelo Freixo (PSB), que tem 17%.

Em seguida vêm Rodrigo Neves (PDT), com 5%, o ex-governador Wilson Witzel (PSC), com 4%, Cyro Garcia (PSTU), Eduardo Serra (PCB) e a educadora Juliete Pantoja (UP), com 3% cada um. Milton Temer (PSOL) e Paulo Ganime (Novo) têm 1%.

Em Minas Gerais, o atual governador, Romeu Zema (Novo), segue com larga vantagem, com 40% dos eleitores, seguido pelo ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD), com 22%.

Depois aparecem Carlos Viana (PL), com 5%, e Marcus Pestana (PSDB), com 2%. Com 1% dos votos aparecem ainda Cabo Tristão (PMB), Lorene Figueiredo (PSOL), Lourdes Francisco (PCO), Renata Regina (PCB) e Vanessa Portugal (PSTU). Brancos e nulos somam 11% e os que não sabem são 15%.

Em Pernambuco, Marília Arraes (Solidariedade) também aparece isolada com 33%, à frente de Raquel Lyra (PSDB), 11%, Anderson Ferreira (PL), 10%, e Miguel Coelho (União Brasil), 9%.

Na sequência estão Danilo Cabral (PSB), 6%, e Claudia Ribeiro (PSTU), Jadilson Bombeiro (PMB), João Arnaldo (PSOL) e Jones Manoel (PCB), com 1% cada um.

No Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) tem empate técnico com Onyx Lorenzoni (PL), com 32% e 29% das intenções de voto dos eleitores, respectivamente.

Já no Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) lidera com folga, com 38%.

As pesquisas, contratadas pela TV Globo, foram registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com os números SP-04035/2022 (SP), BR-03082/2022 (RJ), BR-05666/2022 (MG), BR-09411_2022 (PE), BR-04133/2022 (RS) e BR-02251/2022 (DF). A margem de erro é de três pontos.

Colômbia pode ser laboratório de política antitráfico, diz analista

Para Cynthia Arnson, vitória dos republicanos em pleito legislativo dos EUA deve criar obstáculo a Gustavo Petro

ENTREVISTA
CYNTHIA ARNSON

Sylvia Colombo

BOGOTÁ O novo presidente da Colômbia, Gustavo Petro, se elegeu e tomou posse prometendo uma mudança radical nas políticas de combate ao narcotráfico e à violência. Delicado internamente, o tema ainda guarda a possibilidade de impactar também a política externa do país.

Nesse sentido, os Estados Unidos têm papel central. Nas últimas décadas Washington vem repassando vultosas verbas de auxílio visando, entre outras coisas, a compra de armas. Por ora, as propostas do esquerdista parecem contar com apoio americano, tanto que o presidente Joe Biden não demorou nem 48 horas para fazer uma chamada telefônica cumprimentando Petro e enviou, para a posse, uma delegação liderada por Samantha Power, chefe da Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

O cenário pode ser considerado sob risco, porém, a depender da eleição legislativa nos EUA, em novembro, na qual a estreita maioria democrata está ameaçada. Em julho, o senador republicano Marco Rubio propôs que as Farc voltassem a ser consideradas uma organização terrorista —o grupo, que firmou um acordo de paz com o Estado em 2016, foi retirado da lista no ano passado.

Petro tem sinalizado com a ideia de tirar o foco da repressão ao tráfico. Sua estratégia de "paz total" inclui ainda negociar tratados com outras guerrilhas e paramilitares.

Para Cynthia Arnson, ex-diretora do programa latino-americano do Wilson Center (EUA), o plano é arriscado, mas, se tiver sucesso, pode servir de laboratório para a região. Ela falou à **Folha** sobre outros pontos do programa.

*

O que a sra. acha da mudança de enfoque das políticas para o combate ao narcotráfico proposta por Gustavo Petro? Está muito claro que a ideia é tirar a pressão dos camponeses que plantam a folha de coca. O governo anterior [de Iván Duque] apostou muito na erradicação por via aérea, com uso de substâncias químicas prejudiciais à saúde, e não teve êxito, porque a quantidade de hectares dedicados ao cultivo aumentou.

A questão central é como combinar a estratégia de desenvolvimento rural com uma de restauração da segurança no campo, onde a violência aumentou. Por ora, sabemos que a ideia é de não só restabelecer o diálogo com o ELN [Exército de Libertação Nacional], mas também com as organizações criminosas que atuam no narcotráfico, na tentativa de chegar a acordos por desmobilização e entrega de armas. Na gestão de Juan Manuel Santos já havia essa ideia, aplicada com as Farc, mas a política foi interrompida.

Acha viável a ideia da chamada "paz total"? É uma questão controversa, porque há muitos exemplos de negociações de sucesso com grupos com uma agenda política, como é o caso de guerrilhas. Já a aplicação de trocar benefícios pela desmobilização com grupos criminosos é outro tema —se eles não têm reivindicações políticas, não há muito o que negociar. E o principal motivador da violência na Colômbia hoje são esses grupos, que dominam o contrabando de drogas ilícitas e o da mineração ilegal. Será muito complicado, embora não impossível.

Mas a estratégia de combate às drogas usando a força contra grupos armados tampouco tem funcionado. Não, e há um movimento grande de crítica a essa estratégia. Vários governos apostaram forte nisso nas últimas décadas na região e não houve sucesso. Ao contrário, tivemos centenas de milhares de latino-americanos mortos.

Nesse sentido, estou certa de que o governo de Petro pode servir de laboratório para produzir uma estratégia alternativa. Creio que sua proposta pode ter êxito na redução da violência, mas muito provavelmente não conseguirá reduzir o narcotráfico nem o poder dos narcotraficantes. E, se for esse o resultado, as críticas se darão num volume muito alto.

A ideia da "paz total" vai contra a política que os EUA vêm defendendo para a Colômbia nas últimas décadas. Isso pode afetar a relação dos dois países? O governo dos EUA tem acenado positivamente à mudança na Colômbia e se mostra muito atento a essas novas políticas. Porém, a expectativa é que, nas eleições de novembro, os republicanos retomem o controle da Câmara e talvez do Senado. Se isso ocorrer e tivermos um Congresso controlado pelos republicanos, está claro que eles tentarão amarrar as mãos de Biden —isso pode incluir a restrição do repasse de assistência econômica para a Colômbia.

Os republicanos querem ver evidências de que haverá uma política forte para suprimir o cultivo de coca, e isso vai contra a proposta de Petro.

Uma das convicções do novo governo é eliminar a política de extradição de narcotraficantes, que leva aos EUA, por ano, cerca de 300 criminosos. Como vê isso? É uma proposta ousada. A crítica central da política de extradição é que ela faz com que esses criminosos não passem pelo sistema colombiano. Assim, não chegam a confessar seus crimes contra a população civil e levam com eles muita informação que poderia ser útil para desmontar as redes na Colômbia.

Uma vez extraditados, a informação que podem dar sobre ataques a comunidades, assassinato de líderes sociais, se perde. Isso debilita as negociações de paz, a busca por reparação e pela verdade. Por outro lado, a extradição se transformou em uma ferramenta muito importante para processar os atores criminosos, porque o sistema judiciário colombiano é vulnerável a ameaças e intimidações e é muito corrupto, portanto facilmente comprado pelo poder do narcotráfico.

Cynthia Arnson
Pesquisadora e ex-diretora do programa de América Latina no Woodrow Wilson International Center for Scholars. Atuou como organizadora e editora de publicações sobre a região e realizou diversas consultorias para o Congresso dos EUA. É membro do conselho editorial da revista Foreign Affairs Latinoamérica

> Vários governos apostaram forte nisso [política de guerra às drogas] nas últimas décadas na região e não houve sucesso. Ao contrário, tivemos centenas de milhares de latino-americanos mortos

Petro almeja 'paz total' com penas alternativas para combater violência

BOGOTÁ O esquerdista Gustavo Petro assumiu a Presidência da Colômbia no último dia 7 com mostras objetivas do programa que pretende implantar. No primeiro dia de governo, anunciou um projeto de reforma tributária que prevê taxar grandes fortunas. Os planos econômicos têm como ponto central também as propostas na área de segurança.

Petro imagina implantar um conceito de "paz total" para combater a violência no país, pautado em uma radical mudança de enfoque no enfrentamento a grupos armados. Nos bastidores, funcionários do primeiro escalão do governo e aliados no Congresso explicaram à **Folha** as linhas gerais do plano.

Hoje atuam no país a última guerrilha de esquerda nascida nos anos 1960, o ELN (Exército de Libertação Nacional); dissidentes dos acordos de paz com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e paramilitares firmados em 2016 e 2005, respectivamente; e facções criminosas conhecidas como Bacrim, que se dedicam unicamente ao narcotráfico.

Além da retomada de negociações, a "paz total" implementaria um sistema de Justiça reparatório que ofereceria penas alternativas a quem colaborar com informações sobre esses grupos.

Paralelamente há uma estratégia de combate à corrupção nas Forças Armadas, a cargo do ministro da Defesa, Iván Velázquez. O jurista liderou a CICIG (Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala) entre 2013 e 2019, com investigações que terminaram em processos contra ex-militares e o então presidente Otto Pérez Molina, hoje preso.

Nos círculos militares há tensão sobre o que o novo governo propõe, uma vez que já existem acusações e processos contra alguns chefes e ex-chefes das Forças na Justiça Militar —o presidente quer que os casos sejam transferidos para a Justiça comum ou para tribunais especiais criados para essa finalidade.

"Corrupção se desmonta com democracia", disse Petro em seu discurso de posse. Segundo a ONG Transparência pela Colômbia, entre 2016 e 2020 a instância de governo que mais acumula processos por corrupção são as Forças Armadas. São casos como o do ex-general Eduardo Zapateiro, que chegou a fazer ameaças públicas a Petro na campanha e responde à acusação de desvio de verba do Exército para subornar oficiais que colaboravam com o Clã do Golfo (uma das maiores facções criminosas do país).

Velázquez vem se reunindo com generais para explicar que a "paz total" os incluiria, mas que eles teriam de abrir mão da Justiça Militar e aceitar entregar informações em troca de benefícios.

Ao mesmo tempo, congressistas aliados, como Iván Cepeda, afirmam que é preciso amadurecer a ideia de um "perdão social". Disse ele à **Folha**: "Esse conceito ainda precisa ser elaborado, com muita conversa e consenso, mas não há porque seguirmos enchendo as prisões e tornando-as quartéis-generais do crime".

A ênfase numa reforma agrária sem expropriação, mas com tributação maior a terras improdutivas, e investimentos na produção é a principal estratégia para reduzir a violência no setor rural.

Mas é justamente nessa área que o Exército é necessário, porque está na linha de frente —lutando contra grupos armados, levando a vítimas civis colaterais, ou associados de modo ilícito ao narcotráfico.

A Justiça Especial do modo que tem sido aplicada às Farc desde o acordo de 2016 é uma referência para quando as negociações com o ELN (e eventualmente outros grupos) avançarem. A chamada JEP não só confere penas reparatórias a criminosos que aceitem falar após entregar as armas como também promove sessões de reparação simbólica, com vítimas encontrando os criminosos.

Na posse Petro deu indicativos de como deve ser a "paz total". "Queremos convocar a todos os armados que deixem as armas nas névoas do passado. [...] Para que a paz seja possível, precisamos dialogar muito, buscar caminhos comuns e produzir mudanças." **SC**

Luis Tato/AFP

ELEIÇÃO DE WILLIAM RUTO NO QUÊNIA SOFRE CONTESTAÇÃO

A comissão eleitoral do Quênia anunciou nesta segunda (15) William Ruto, 55, como o novo presidente do país em meio a uma cerimônia marcada por brigas e contestação dos resultados —feitas por autoridades do próprio órgão eleitoral. Ruto, hoje vice-presidente, obteve 50,49% dos votos, contra 48,5% de Raila Odinga. O líder da Aliança Kwanza do Quênia vinha aparecendo à frente em algumas sondagens divulgadas após a ida dos quenianos às urnas, na última terça-feira (9). O caos no anúncio oficial dos resultados, porém, se instalou antes mesmo da divulgação, com a vice-presidente da comissão eleitoral e três outros comissários repudiando os trabalhos do órgão. "Não podemos nos responsabilizar pelos resultados a serem anunciados devido à natureza opaca do processo", disse Juliana Cherera em entrevista coletiva. Em Kisumu, reduto de Odinga no oeste do país, a reação foi imediata. Nuvens negras de fumaça se ergueram ao redor de uma rotatória enquanto as pessoas queimavam pilhas de pneus.

Giuliani é investigado por interferência eleitoral nos EUA

Senadores pedem acesso a documentos sigilosos apreendidos com Trump

SÃO PAULO A defesa do advogado Rudolph Giuliani foi informada que o aliado do ex-presidente dos EUA Donald Trump é um dos alvos da investigação que apura a tentativa do republicano de interferir no resultado eleitoral da Geórgia em 2020.

O estado, em que Joe Biden teve uma margem de vitória de menos de 12 mil votos no pleito presidencial, foi um dos principais alvos de Trump para tentar reverter sua derrota. Giuliani, ex-prefeito de Nova York, surgiu nas últimas semanas como figura central da investigação conduzida no condado de Fulton, segundo reportagem do jornal The New York Times desta segunda (15).

De acordo com a publicação, o advogado deve ser interrogado na quarta (17) por um júri do caso —que nos EUA pode decidir se há evidências para a abertura de um processo. Sua defesa adiantou que ele alegaria sigilo profissional para não responder a questões sobre sua relação com Trump.

Giuliani é um dos maiores porta-vozes das alegações do ex-presidente de que houve fraude na eleição de 2020 —a Justiça americana nunca encontrou nenhum sinal de que tenha ocorrido algo do tipo. No ano passado, um tribunal de Nova York suspendeu a licença do advogado, alegando que ele fez "declarações comprovadamente falsas e enganosas" sobre o caso.

O cerne da investigação que agora atinge o ex-prefeito é uma ligação feita por Trump ao então secretário de Estado da Geórgia, Brad Raffensperger, em 2 de janeiro de 2021. Na chamada telefônica, o político teria pedido ao secretário para "encontrar" 11.780 votos necessários para reverter sua derrota. Segundo os promotores do caso, Giuliani também conversou com Raffensperger sobre o assunto.

Analistas dizem que as conversas podem configurar ao menos três violações à legislação da Geórgia: conspiração para fraudar eleição; solicitação de crime para fraudar eleição; e interferência intencional no desempenho de funções eleitorais. O Departamento de Justiça dos EUA também investiga o caso.

Os reveses se somam a um cerco promovido nos últimos dias a Trump, a partir da operação do FBI, a polícia federal americana, em seu resort, na Flórida, no último dia 8. Desde então, aliados do ex-presidente pressionam a Casa Branca a divulgar os documentos que listam os motivos para o mandado de busca. Também nesta segunda, porém, o Departamento de Justiça se opôs à divulgação do material argumentando que isso poderia comprometer futuras etapas da investigação.

"Informações sobre testemunhas são particularmente sensíveis, dados a natureza do assunto e o risco de que a revelação da identidade de testemunhas impacte sua disposição de cooperar", disse o órgão em nota.

Um dia antes, líderes do Comitê de Inteligência, órgão bipartidário do Congresso, pediram para ter acesso ao material sigiloso que foi encontrado na casa de Trump na operação do FBI. A abertura da investigação é incomum e exigiria a aprovação judicial, segundo a agência Reuters.

A solicitação, feita pelo democrata Mark Warner e pelo republicano Marco Rubio, inclui avaliação sobre potenciais danos à segurança nacional em função de possível manuseio incorreto dos papéis, segundo um porta-voz do órgão encarregado de supervisionar o tratamento de informações confidenciais.

O pedido integra a intensificação da pressão parlamentar por detalhes sobre o conteúdo dos arquivos e a inédita operação policial no imóvel do político na Flórida.

Trump é investigado por possíveis crimes de espionagem, obstrução da Justiça e destruição de materiais do governo. No último dia 8, agentes do FBI retiraram 20 caixas de sua mansão em Mar-a-Lago, contendo 11 conjuntos de documentos com algum tipo de classificação sigilosa. Alguns pertenciam a categorias que só autorizam a visualização dentro de instalação segura do governo. O conteúdo dos arquivos, porém, ainda é desconhecido.

Segundo o jornal Financial Times, o líder democrata do Comitê de Inteligência, Adam Schiff, pediu que seja feita uma revisão dos danos aos interesses dos EUA devido à decisão de Trump de manter um "tesouro de materiais secretos".

"O fato de que eles estavam em um lugar inseguro, guardado com nada mais do que um cadeado, é profundamente alarmante", declarou à CBS.

O que pesa contra Trump

Adulteração de eleição na Geórgia
Um júri foi convocado na Geórgia para avaliar os esforços de Trump para influenciar o resultado das eleições locais.

Sumiço de arquivos nacionais
Em operação na casa do ex-presidente na Flórida na semana passada, o FBI apreendeu documentos extraídos da Casa Branca.

Ataque ao Capitólio
O Congresso investiga o papel do republicano na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

CHINA FAZ NOVAS MANOBRAS PERTO DE TAIWAN APÓS VISITA DE DELEGAÇÃO DOS EUA

Presidência de Taiwan/AFP

A China anunciou nesta segunda-feira (15) novos exercícios militares perto de Taiwan em retaliação pela chegada de uma delegação de congressistas americanos à província que Pequim considera parte de seu território. A unidade militar chinesa responsável pela área, o Comando do Teatro Oriental do Exército de Libertação Popular, disse que organizou patrulhas de prontidão de combate e exercícios nos mares e no espaço aéreo ao redor da ilha. Segundo as autoridades, as manobras foram uma forte dissuasão contra os Estados Unidos e Taiwan por "continuarem a fazer truques políticos". Taipé afirmou que condena os exercícios e que os enfrentará "calmamente".

Exército Brasileiro evita competição militar organizada pela Rússia

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O Exército Brasileiro desistiu de participar de uma competição anual entre forças militares organizada pela Rússia, país que invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro, mudando o balanço geopolítico do planeta.

Os Jogos Internacionais do Exército, realizados pelo Kremlin desde 2015, começaram no sábado (13) e irão até o próximo dia 27. Eles compreendem 36 competições na Rússia e em 11 outros países, incluindo pela primeira vez a Venezuela, principal aliada de Moscou no quintal estratégico dos Estados Unidos.

Questionado, o Centro de Comunicação Social da Força confirmou que não haverá delegação brasileira, mas não citou motivos. Segundo oficiais com conhecimento do assunto, a decisão foi política: participar de um evento do gênero montado por um país em guerra poderia sugerir que o Brasil tem lado.

A orientação difere do comportamento do governo de Jair Bolsonaro (PL), que condenou a invasão em voto na ONU, mas não integra o grupo de países que aplicam sanções ao governo de Vladimir Putin. Ao contrário, o presidente brasileiro procurou novos negócios de oportunidade, particularmente comprar diesel mais barato.

O Brasil participou como observador das edições de 2015 e 2019 e competiu no ano passado na categoria de países sem uso de veículos blindados. Ganhou uma prova de salto de paraquedas e ficou em terceiro lugar geral.

Há todo tipo de simulação militar no evento. A Venezuela sediará a competição de franco-atiradores em fronteiras e teve uma base reformada pelos russos. O regime chavista é sócio militar de Moscou desde os anos 2000, tendo adquirido caças, tanques, sistemas antiaéreos e armas.

O Comando Sul dos EUA classifica a presença russa, além da pegada econômica chinesa em países latino-americanos, como um desafio.

Na véspera do início dos Jogos Internacionais, aliás, os americanos concluíram seu principal exercício anual na região, o Panamax.

Os jogos já foram apelidados por observadores de "Olimpíadas do Eixo do Mal", resgatando o derrogatório termo cunhado pelo então presidente americano George W. Bush em 2002 para falar de países rivais dos EUA —no caso, Irã, Iraque e Coreia do Norte.

Nesta edição, 21 países distantes ou rivais dos EUA participarão. O destaque é a antagonista principal de Washington na chamada Guerra Fria 2.0, a China, que terá em seu solo uma disputa entre blindados e outra de limpeza de campos minados.

Dois competidores não são reconhecidos pela ONU: os protetorados russos de Abkházia e Ossétia do Norte, extirpados da Geórgia após a guerra de 2008 contra Moscou. Outros nomes são conhecidos das listas proscritas dos americanos: Belarus, Irã, Sudão e a própria Venezuela, apesar dos esforços de reaproximação recentes do governo de Joe Biden.

Nem sempre foi assim, como a presença brasileira no passado indicou. A Grécia foi o único país da Otan, a aliança militar ocidental, a participar dos jogos. EUA, França, Alemanha, Holanda, Eslovênia e Turquia, todos membros do clube, já enviaram observadores em edições anteriores.

Moscou impõe condições para inspeção em usina

A ONU declarou que apoiaria uma visita de inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica à usina de Zaporíjia, tomada pelos russos em março. Moscou impôs, no entanto, condições para que isso ocorra, citando que a missão não deveria chegar por Kiev devido a uma série de riscos. Um porta-voz das Nações Unidas afirmou que a entidade tem condições logísticas e de segurança de garantir uma inspeção chegando por Kiev.

Clientes abastecem veículos em posto de combustível na região central da cidade de São Paulo Rivaldo Gomes - 20.jul.22/Folhapress

Petrobras corta preço da gasolina em 4,8%, na terceira redução em um mês

Queda nas refinarias, que vale a partir desta terça (16), acompanha recuo do petróleo, diz estatal

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (15) corte de 4,8% no preço da gasolina em suas refinarias. É a terceira redução em menos de um mês, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo.

A partir desta terça (16), a gasolina vendida pelas refinarias da estatal vai custar, em média, R$ 3,53 por litro. A queda é de R$ 0,18 por litro em relação ao preço médio praticado até esta segunda.

Considerando que a gasolina vendida nos postos tem 27% de etanol, a estatal estima um repasse de R$ 0,13 por litro ao preço final do combustível, que já vem em trajetória de queda desde o fim de junho, quando o Congresso aprovou cortes de impostos federais e estaduais.

Segundo a Petrobras, a redução é coerente com sua política, "que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado global, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio".

Nesta segunda-feira, os preços do petróleo chegaram a cair mais de US$ 5 (R$ 25) por barril, devido a temores de queda da demanda, já que dados econômicos decepcionantes da China renovaram as preocupações com uma recessão global.

Na abertura do mercado, o preço médio da gasolina brasileira estava R$ 0,33 por litro acima da paridade de importação, conceito usado pela Petrobras em sua política de preços para simular quanto custaria trazer o produto importado para o país.

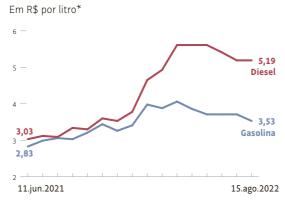
Desde o fim de junho, os preços do mercado brasileiro estão acima da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), mesmo com os dois cortes recentes anunciados pela estatal.

O recuo do petróleo foi usado pela empresa para justificar também dois cortes no preço do diesel em agosto. Esse produto havia sido menos impactado pelas reduções de impostos, pois já tinha alíquotas abaixo do teto estabelecido pelo Congresso na maior parte dos estados.

Segundo dados da Abicom, o preço médio do diesel nas refinarias brasileiras abriu o mercado nesta segunda R$ 0,23 por litro acima da paridade de importação.

As ações ordinárias da estatal caíram 0,34%, e as preferenciais, que dão prioridade no recebimento de dividendos e estão valorizadas justamente pelos elevados pagamentos realizados pela empresa, subiram apenas 0,03% nesta segunda (15). O desempenho reflete o baque sofrido pelo setor de commodities com os dados da China.

Evolução do preço nas refinarias

Em R$ por litro*

*Corrigido pelo IPCA | Fonte: Petrobras

Em nota divulgada logo após o anúncio da Petrobras nesta segunda-feira, a Ativa Research avaliou que o movimento de redução dos preços é condizente com o de queda das cotações de petróleo e do câmbio verificados ao longo das últimas semanas.

"Ainda que, segundo nossos cômputos, não víssemos espaço para uma redução deste tamanho [no preço da gasolina], acreditamos que o mercado não contestará a decisão da petrolífera", afirmou.

Para o banco Goldman Sachs, a Petrobras passará a vender gasolina abaixo da paridade internacional após o corte, mas ponderam que as margens da empresa com o combustível permanecem superiores à média de 2021.

"Isso nos leva a acreditar que as margens de refino consolidadas da Petrobras se mantêm em um nível saudável", afirmam os analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins.

Na primeira quinzena de agosto, segundo a empresa de pagamentos eletrônicos ValeCard, o preço da gasolina nas bombas caiu 9,16% em comparação com a média de julho, chegando a R$ 5,779. O movimento reflete efeitos dos cortes de impostos e das reduções do preço de refinaria.

Em julho, a queda do preço da gasolina após corte de alíquotas de ICMS já havia levado o país a registrar deflação, segundo dados divulgados pelo IBGE na semana passada.

> "Ainda que, segundo nossos cômputos, não víssemos espaço para redução deste tamanho [na gasolina], acreditamos que o mercado não contestará a decisão
>
> **Ativa Research**
> em nota

A queda de 0,68% foi influenciada principalmente pelo grupo dos transportes, que teve a redução mais intensa, de 4,51%. O segmento contribuiu com o maior impacto (-1 ponto percentual) no resultado geral do IPCA.

A baixa dos transportes é explicada pelo recuo dos combustíveis, de 14,15%. A gasolina caiu 15,48%. O etanol recuou 11,38%.

Entre os 377 subitens que compõem o IPCA, a gasolina teve o impacto individual mais intenso para a deflação (-1,04 ponto percentual).

Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou o projeto que definiu o teto para a cobrança de ICMS sobre produtos e serviços como combustíveis e energia.

Analistas avaliam que a queda de preços pode gerar ganhos para o governo na corrida eleitoral, mas o cenário ainda deve ser de uma inflação desconfortável até as eleições.

Bolsonaro repete que país terá gasolina entre as mais baratas

BRASÍLIA Após a Petrobras anunciar nova redução no preço da gasolina, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a dizer nesta segunda-feira (15) que "brevemente" o Brasil terá uma das mais baratas do mundo.

"É a terceira redução anunciada nas últimas semanas. Brevemente teremos uma das 'gasolinas' mais baratas do mundo", afirmou no Twitter.

A mesma promessa já foi feita em ao menos duas ocasiões: em discurso, na Bahia, em 2 de julho; e em rede social, em 19 de julho.

A queda no preço dos combustíveis é uma das principais apostas da campanha do presidente, que busca se reeleger em outubro.

A redução entra em vigor no mesmo dia em que começa, oficialmente, a campanha eleitoral. Bolsonaro viajará para Juiz de Fora (MG), mesmo local onde levou a facada em 2018.

Desde o fim de junho, os preços do mercado brasileiro estão acima da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), mesmo com os dois cortes anunciados pela estatal em julho.

O recuo do petróleo foi usado pela empresa para justificar também dois cortes no preço do diesel em agosto. Esse produto havia sido menos impactado pelos cortes de impostos, pois já tinha alíquotas abaixo do teto estabelecido pelo Congresso na maior parte dos estados.

Marianna Holanda e Matheus Teixeira

Desaceleração da economia da China derruba cotação do petróleo à mínima desde fevereiro

Clayton Castelani

SÃO PAULO Os preços do petróleo caíram de forma acentuada nesta segunda-feira (15) em razão dos sinais de desaceleração da economia da China, principal consumidora da commodity.

No início da noite, o petróleo Brent, referência para a matéria-prima bruta, caía 4,74%, a US$ 93,50 (R$ 476,09) por barril. O valor renova a mínima observada desde 18 de fevereiro, antes do início da Guerra da Ucrânia, em 24 de fevereiro.

A rigorosa política de Pequim para combater a Covid-19 é apontada como a principal causa para a perda de fôlego da atividade industrial em julho, além de uma persistente crise no setor imobiliário do país.

Ações de companhias brasileiras que são grandes exportadoras de materiais básicos sentiram o golpe, mesmo em um dia favorável para as Bolsas mundiais.

Vale e Petrobras, empresas com maior peso na Bolsa do Brasil, tiveram, respectivamente, quedas de 2,15% e de 0,34% nos seus papéis ordinários na sessão.

Até mesmo as ações preferenciais da Petrobras, que dão prioridade no recebimento de dividendos e estão valorizadas justamente pelos elevados pagamentos realizados pela estatal, subiram apenas 0,03% nesta sessão.

O peso da desaceleração chinesa nas preocupações do mercado é ainda maior do que o de costume neste momento porque investidores já estão cautelosos diante do esfriamento da economia dos EUA.

"A possibilidade de desaceleração econômica também no gigante asiático jogou os preços de commodities como petróleo e minério de ferro para baixo, levando junto ações de empresas brasileiras", comentou Antônio Sanches, analista da Rico Investimentos.

Queda do petróleo

Variação diária do barril do Brent, em US$

Fonte: Bloomberg

Apesar do dia fraco para commodities, o índice de referência da Bolsa de Valores brasileira subiu 0,24%, a 113.034 pontos. O Ibovespa contou com forte avanço das ações do varejo e de outros ramos cujas ações o mercado avalia que estavam muito baratas.

Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos, afirma que a expectativa de declínio dos juros é uma das causas da valorização de líderes do setor varejista, como o Magazine Luiza, que saltou 12,85% no pregão.

Americanas e Via dispararam 18,29% e 14,47%, nessa ordem, sendo as mais valorizadas desta sessão, embora não estejam entre as empresas com maior peso na composição do Ibovespa.

"A deflação no Brasil e uma inflação menor que o esperado nos EUA seguem animando os mercados, e no cenário doméstico, o possível fim do ciclo de alta de juros por parte do Copom [Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil] segue fazendo preço na Bolsa", comentou Alves.

Analistas do Itaú BBA avaliam que, se o Ibovespa conseguir se firmar acima dos 113 mil pontos, as chances de retomada da alta em direção à máxima histórica aumentam, reportou a Reuters, com base em relatório do banco a clientes.

A máxima histórica do Ibovespa em um fechamento de mercado é de 130.776 pontos, registradas em 7 de junho de 2021.

Outro motivo para a alta do Ibovespa foi o dia ligeiramente positivo em Wall Street, que é referência para os mercados globais. O S&P 500, parâmetro de Nova York, subiu 0,40%. Dow Jones e Nasdaq avançaram 0,45% e 0,62%.

Com a temporada de balanços trimestrais chegando perto do fim, os resultados animam investidores aqui e no exterior. Jennie Li, estrategista de ações da XP, diz que 73% das empresas brasileiras acompanhadas pela corretora apresentaram resultados acima do esperado.

O dólar ganhou força contra a maior parte das moedas nesta segunda-feira, refletindo as preocupações com a China.

No mercado de câmbio do Brasil, o dólar comercial à vista fechou em alta de 0,35%, a R$ 5,0920 na venda. Nas primeiras horas da manhã, a moeda subiu mais de 1% e encostou na casa dos R$ 5,15.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Decolagem

Enquanto espera a chegada da quinta-feira (18), quando vai acontecer a sétima rodada das concessões de aeroportos, o secretário nacional de aviação civil, Ronei Glanzmann, tem dito que o momento é "desafiador" por causa dos contextos macroeconômico e geopolítico internacionais, mas suas expectativas permanecem positivas. O leilão, que abrange 15 aeroportos agrupados em três blocos, inclui Congonhas, que é considerado a joia da coroa.

PILOTO "Estamos saindo de uma das maiores crises da aviação por causa da pandemia. Temos crise da Ucrânia, preço de petróleo, situação geopolítica internacional complicada. A macroeconomia global, também em momento delicado com risco de recessão global, inflação e juro alto no mundo. O momento é desafiador para um leilão desse porte", diz Glanzmann.

POUSO Ele ressalva que o governo está confiante na qualidade dos ativos e na maturidade do processo. "Já estamos na sétima rodada e houve uma curva de aprendizado. Hoje, temos um modelo reconhecido mundialmente, que funciona, capaz de atrair grandes operadores", diz.

MACA Para adequar os custos ao novo piso da enfermagem, parte das Santas Casas avalia fechar unidades ou reduzir o número de técnicos da equipe, mantendo auxiliares de enfermagem, segundo Edson Rogatti, da Fehosp (Federação de Santas Casas de SP).

TRIBUNAL Rogatti afirma que também vê no setor uma disposição de seguir o exemplo da Santa Casa de Belo Horizonte, que resolveu judicializar, pedindo bloqueio mensal de contas públicas da União, do governo de Minas Gerais ou da gestão municipal para bancar os gastos com salário.

CAUTELA Ele afirma que considera precipitado iniciar as demissões neste momento e tem pedido paciência. "A gente espera, o governo prometeu, através da Câmara e do Senado, que viria a fonte de recurso, mas até agora, nada", diz.

URNAS Sancionada por Bolsonaro sem fonte de custeio, a medida tem sido avaliada como gesto eleitoreiro para agradar uma categoria que sofreu pela má gestão da pandemia e chegou a ser alvo de ataques de bolsonaristas em 2020 ao defender o isolamento social.

MICROFONE O ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), os presidentes da Câmara e do Senado e o ministro do STF Dias Toffoli se reúnem nesta sexta (19) para falar do equilíbrio dos Três Poderes em seminário do grupo Esfera Brasil.

FREIO Caminhoneiros dizem que estão enfrentando gargalos na burocracia para acessar o auxílio liberado pelo governo e que a dificuldade pode prejudicar o humor de motoristas com Bolsonaro às vésperas da eleição. José Roberto Stringasci, da ANTB (associação de motoristas), afirma que os caminhos para o cadastramento ainda estão confusos.

BUZINA "Isso vai dar uma dor de cabeça para o presidente. Vai ser um tiro no pé se foi feito para a categoria apoiar [a reeleição]. Provavelmente, esses que não vão conseguir pegar o auxílio vão ficar revoltados", disse. A queixa acontece depois do pente-fino feito pelo Ministério do Trabalho com o Dataprev, que reduziu de 848 mil para 190 mil o número de caminhoneiros que receberiam o benefício até dezembro.

PNEU Pelas regras, os caminhoneiros que poderão receber são os que estavam em situação ativa no RNTR-C (registro da categoria) até 31 de maio. A ANTT (agência de transportes terrestres) comunicou o governo que existem 848 mil transportadores com o RNTR-C ativo até a data. Após a filtragem do Dataprev, porém, a maior parte ficou suspensa ou pendente.

RAIZ Uma das maiores produtoras e exportadoras de manga do país, a Agrodan planeja expandir a área plantada e diversificar os destinos de sua produção, hoje mais voltados à Europa. A empresa inaugura no pico da safra deste ano a sua nova instalação de embalagem, no vale do rio São Francisco, em Pernambuco.

CAROÇO Com capacidade para embalar 320 toneladas de mangas por dia, o projeto recebeu investimentos de R$ 20 milhões, segundo a empresa.

CADEIRA Christianne Dias, ex-diretora-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento), que deixou o cargo com o fim do seu mandato em janeiro, agora se associa à assessoria financeira Vallya. Segundo a empresa, ela vai atuar em infraestrutura, na área de especialidade da sociedade de investimento, que tem projetos de concessão de logística e parques.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

JUROS

Jul., em % ao mês

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.ago

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 22.ago. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.ago. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Mercado teme risco fiscal se auxílios permanecerem em 2023, diz chefe do BC

Segundo Campos Neto, que vê inflação em alta, investidores estão ansiosos para saber se haverá compensação fiscal para benefícios

Felipe Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira (12) que o Brasil vive um momento de alta inflacionária que pode se intensificar ainda mais no próximo ano.

Segundo Campos Neto, as medidas adotadas pelo governo nos últimos meses –como redução nos impostos e ampliação de programas sociais– ajudaram a segurar a escalada inflacionária, mas essas ações não devem manter o mesmo efeito para 2023 e 2024.

"A gente precisa entender como é que essas medidas vão se dissipar, é difícil modelar isso. É como se você tivesse as medidas do governo pressionando a inflação para baixo, mas os componentes dos anos subsequentes são mais fortes do que a inércia que gera da queda do próprio ano corrente," disse Campos Neto em evento promovido pelo Instituto Millenium.

O presidente do BC afirma que, além da inflação mundial, a crise hídrica e o encarecimento nos custos de produção dos alimentos foram mais intensos no país, o que contribuiu para uma alta geral nos preços de bens e serviços. No entanto, ele afirma ver espaço para melhora nos preços.

Campos Neto disse estar preocupado com a situação fiscal do país para o próximo ano, diante da possibilidade de o governo dar continuidade a medidas anunciadas recentemente. No mês passado, o governo lançou um pacote de benefícios ao custo de R$ 41,25 bilhões.

Entre as medidas adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) está a ampliação do Auxílio Brasil –que passou a ter parcela mínima de R$ 600 entre agosto e dezembro, e a criação dos benefícios Auxílio Caminhoneiro e Auxílio Taxista, com previsão de serem pagos até dezembro de 2022.

"Tiveram algumas medidas grandes recentes, não vou entrar no mérito se é necessário ou não, mas existe uma ansiedade de como essas medidas serão financiadas se forem estendidas para o ano que vem", disse.

"Não existe nada mais permanente do que um programa temporário do governo", acrescentou Campos neto.

Segundo o presidente do Banco Central, não é dele a responsabilidade de explicar os efeitos das medidas do governo na situação fiscal do país, mas o mercado está ansioso para saber se haverá uma compensação fiscal.

Durante o evento, Campos Neto disse que a taxa de desemprego no Brasil pode cair ainda mais e chegar a 8,5% neste ano. Ele disse também afirma que a renda média do trabalhador, que registrou queda no Brasil, já mostra sinais de aumento.

No Brasil, a taxa de desemprego recuou para 9,3% no segundo trimestre. Segundo o IBGE, é o menor patamar para esse período desde 2015. À época, o indicador estava em 8,4%, e a economia atravessava recessão.

"A parte de mão de obra foi a mais surpreendente, a gente nunca imaginaria que iria estar falando de uma taxa de desemprego abaixo de 9%. Tem uma mudança estrutural nisso", disse.

"A gente teve no começo, uma mudança de salários mais altos por mais baixos, então a gente tinha um aumento do emprego, mas com a renda média estável ou caindo. Isso começou a mudar nos números mais recentes. Outros países também têm essa tendência de mudança estrutural na mão de obra, mas o Brasil, em termos de América Latina, se sobressaiu", afirmou Campos Neto.

PREÇO DE IMÓVEIS DEVE SUBIR MAIS, DIZ SETOR

Os preços de imóveis no Brasil devem continuar em alta, puxados pelos custos da construção acima da inflação. A previsão, da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), foi divulgada nesta segunda (15). Estudo em parceria com o Senai Nacional e a Brain Inteligência Estratégica projeta que, mesmo com a queda na renda das famílias e a elevação dos preços, a demanda vai seguir aquecida. Para Fábio Tadeu Araújo, CEO da Brain, 2022 será o segundo melhor ano do setor, atrás somente de 2021.

Focus aponta inflação menor no ano, mas cenário pior até 2024

Camila Moreira

SÃO PAULO | REUTERS O mercado reduziu pela sétima semana seguida a expectativa para a alta do IPCA este ano, mas o cenário inflacionário esperado para 2023 e 2024 mostrou deterioração.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (15) mostrou que os especialistas consultados veem agora avanço de 7,02% do IPCA este ano, contra 7,11% na semana anterior.

Para 2023 a conta subiu em 0,02 ponto percentual, a 5,38%, na 19ª semana seguida de elevação. Já para 2024 a perspectiva aumentou com força, com projeção agora de alta de 3,41% do IPCA, depois de quatro semanas seguidas de visão de 3,30%.

O centro da meta oficial para a inflação é de respectivamente 3,5%, 3,25% e 3,00% para cada ano, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), o levantamento que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos apontou perspectiva de expansão de 2,00% este ano, de 1,98% na semana anterior. Para 2023 o cálculo apresentou ligeira melhora de 0,01 ponto percentual, a 0,41%,

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda manutenção das expectativas para a taxa básica de juros, com a visão de que a Selic deve encerrar este ano nos atuais 13,75% e o próximo em 11,00%.

O mercado segue esperando o primeiro corte dos juros em junho de 2023, com a Selic indo a 13,50%.

Governo federal prepara decreto para dobrar lista de produtos que escapam de corte no IPI

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo prepara um novo decreto para cortar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) após o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ter impedido tentativas anteriores afirmando que a Zona Franca de Manaus poderia ser prejudicada.

O Ministério da Economia planeja publicar o novo texto ainda nesta semana mantendo as linhas gerais do decreto anterior, mas praticamente dobrando de cerca de 60 para 125 os itens que ficarão de fora do corte. Com isso, a expectativa é manter com as alíquotas originais 97% dos produtos fabricados na região.

A Zona Franca de Manaus tem como um diferencial a isenção de IPI sobre os bens lá produzidos e, com a redução do imposto em todo o país, veria essa vantagem diminuir.

O novo decreto inclui na lista que fica de fora do corte isqueiros, carregadores de baterias, lâminas de barbear, caixas registradoras, relógios de pulso, canetas esferográficas e máquinas de lavar louça.

O ministro da Economia, Paulo Guedes
Ueslei Marcelino - 27.mar.19/Reuters

> **Estamos comprometidos a acabar com os impostos que acabam com a capacidade produtiva do país. Nossa ideia é acabar com o IPI. Ele desindustrializou o Brasil**
>
> **Paulo Guedes**
> em junho

O governo já havia cortado o IPI em 25% em fevereiro e, em abril, ampliou-o para 35%. Moraes suspendeu a ampliação para bens produzidos na Zona Franca de Manaus atendendo a pedido do partido Solidariedade e citando a preocupação com a região.

"Sem a existência de medidas compensatórias à produção na Zona Franca de Manaus, [a medida] reduz drasticamente a vantagem comparativa do polo, ameaçando, assim, a própria persistência desse modelo econômico diferenciado constitucionalmente protegido", afirmou Moraes.

A decisão provocou indignação de integrantes do governo, que viram uma intervenção indevida do ministro do STF em meio a um clima político já estressado entre Executivo e Judiciário.

Em julho, o governo publicou novo decreto que livrava do corte cerca de 60 produtos. Mas, em seguida, Moraes suspendeu os efeitos do texto.

Agora, integrantes do governo afirmam que a relação com Moraes a respeito do tema está melhor.

Os cortes de IPI foram assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e são defendidos pelo ministro Paulo Guedes (Economia) com a justificativa de que é necessário devolver os ganhos na arrecadação à população em forma de reduções de impostos.

Em junho, Guedes voltou a defender o fim do IPI. Ele afirma que o imposto é danoso para a indústria. "Estamos comprometidos a acabar com os impostos que acabam com a capacidade produtiva do país", disse. "Nossa ideia é acabar com o IPI. Ele desindustrializou o Brasil. Baixamos de 35%. Se continuarmos, vamos baixar a zero."

Destilaria Alcídia S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ: 46.448.270/0001-60

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Balanço patrimonial em 31 de março (Em milhares de reais)

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)	01.04.2020 (reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	83	21	25
Contas a receber de clientes	35.139	55.975	74.580
Estoques	12.684	10.325	15.579
Ativo biológico	–	–	3.313
Tributos a recuperar	3.596	27.426	30.121
Partes relacionadas	6.014	6.066	4.254
Outros créditos	1.015	817	1.057
Total do ativo circulante	**58.531**	**100.630**	**128.929**
Ativo não circulante			
Estoques	17.903	8.789	10.738
Tributos a recuperar	10.605	3.346	3.805
Partes relacionadas	4.850	4.850	4.850
Depósitos judiciais	5.111	6.796	9.817
Outros créditos	86	–	–
	38.555	**23.781**	**29.210**
Investimentos	2.531	2.198	1.901
Imobilizado	180.688	200.706	232.912
Direito de uso	88.808	68.796	67.354
Intangível	93.471	99.050	100.134
Total do ativo não circulante	**404.053**	**394.531**	**431.511**
Total do ativo	**462.584**	**495.161**	**560.440**

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)	01.04.2020 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Passivo circulante			
Fornecedores	12.883	10.769	18.914
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]	3.982	2.248	–
Empréstimos e financiamentos	3.202	1.103	22.813
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ[1]	1.717	–	108.050
Passivos de arrendamento	23.013	16.739	16.187
Salários e encargos	5.454	3.951	2.684
Tributos a recolher	121	643	1.115
Tributos parcelados	–	–	590
Adiantamentos de clientes	1.602	4.850	17.908
Partes relacionadas	76.676	75.429	113.796
Outros débitos	172	1.993	1.694
Total do passivo circulante	**128.822**	**117.725**	**303.751**
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]	4.314	4.495	–
Empréstimos e financiamentos	7.084	1.385	–
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ[1]	120.659	119.741	–
Passivos de arrendamento	71.472	59.116	60.043
Tributos parcelados	–	–	505
Provisão para contingências	16.439	15.261	17.022
Imposto de renda diferido passivo	–	–	1.049
Partes relacionadas	123.543	33.332	942.121
Outros débitos	–	236	178
Total do passivo não circulante	**343.511**	**233.566**	**1.020.918**
Total do passivo	**472.333**	**351.291**	**1.324.669**
Passivo a descoberto			
Capital social	1.381.539	1.381.539	372.142
Reservas de capital	111.600	111.600	111.600
Prejuízos acumulados	(1.502.888)	(1.349.269)	(1.247.971)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(9.749)**	**143.870**	**(764.229)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**462.584**	**495.161**	**560.440**

[1] Plano de Recuperação Judicial

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)	372.142	111.600	(1.247.971)	(764.229)
Aumento de capital	1.009.397	–	–	1.009.397
Prejuízo do exercício	–	–	(101.298)	(101.298)
Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)	**1.381.539**	**111.600**	**(1.349.269)**	**143.870**
Prejuízo do exercício	–	–	(153.619)	(153.619)
Saldos em 31 de março de 2022	**1.381.539**	**111.600**	**(1.502.888)**	**(9.749)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado do exercício
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida	81.508	100.225
Custo dos produtos vendidos	(132.835)	(128.407)
Prejuízo bruto	**(51.327)**	**(28.182)**
Despesas com vendas	(47)	(11)
Despesas administrativas e gerais	(9.133)	(9.577)
Outras despesas operacionais, líquidas	(10.453)	(3.650)
Prejuízo operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro	**(70.960)**	**(41.420)**
Resultado de participações societárias	333	297
Receitas financeiras	2.738	18.380
Despesas financeiras	(85.704)	(79.606)
Resultado financeiro, líquido	**(82.966)**	**(61.226)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(153.593)**	**(102.349)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26)	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	1.049
Prejuízo do exercício	**(153.619)**	**(101.298)**
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	(0,00000548)	(0,00000361)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais)

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(153.619)	(101.298)
Outros resultados abrangentes:	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(153.619)**	**(101.298)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de reais)

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(153.619)	(101.298)
Ajustes para: Depreciação e amortização	69.317	57.330
Ativos biológicos colhidos	–	3.480
Variação no valor justo de ativos biológicos	16.358	19.824
Resultado de participações societárias	(333)	(297)
Resultado de ativo imobilizado baixado	342	356
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	18.062	(4.349)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	161	(398)
Imposto de renda e contribuição social	26	(1.051)
Provisão para redução ao valor de realização	338	1.264
	(49.348)	**(25.139)**
Variações em: Contas a receber de clientes	20.836	18.605
Estoques	(11.811)	5.939
Tributos a recuperar	16.571	3.154
Depósitos judiciais	1.685	3.021
Outros créditos	(250)	240
Fornecedores	3.667	(1.402)
Salários e encargos	1.503	1.267
Tributos a recolher	(548)	(470)
Tributos parcelados	–	(1.095)
Provisão para contingências - liquidações	(456)	(1.896)
Adiantamento de clientes	(3.248)	(13.058)
Outros débitos	(2.057)	357
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(23.456)**	**(10.477)**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(53)	(20)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(23.509)**	**(10.497)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Mútuos junto a empresas do Grupo Atvos (caixa único)	91.510	60.429
Aquisições do imobilizado	(248)	(322)
Aquisições do intangível	(1)	(1)
Novas plantações de ativos biológicos	(21.722)	(8.094)
Tratos culturais de ativo biológicos	(16.358)	(19.991)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**53.181**	**32.021**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	–	808
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	(28.677)	(21.759)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	(933)	(577)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(29.610)**	**(21.528)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**62**	**(4)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21	25
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	83	21
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**62**	**(4)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Destilaria Alcídia S.A. - Em recuperação judicial ("DASA", "Companhia"), tendo como objeto social a exploração, importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia pertence ao Grupo Atvos, sendo controlada de forma direta pela Atvos Agroindustrial Participações S.A. (uma das holdings do grupo) e é controlada indiretamente pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"). A Companhia apresentou passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R$9.749 em 31 de março de 2022. O Grupo Atvos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial, (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana soca, (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT); (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, consequentemente, redução da ociosidade das plantas industriais (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e *cyber security*, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Atvos, incluindo sua controladora direta, apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperandas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A.. A recuperação judicial das Recuperandas Agro Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP") foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. (b) Plano de Recuperação Judicial: As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJ´s homologados e que estão refletidas nestas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: • Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografário Financeiro): O montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal: parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 61% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografário Não Financeiros): Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de Créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R$ 4.000 (quatro milhões de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. • Classe IV (Pequenas e Médias empresas): Opção A: Opção aos créditos de recebimento de R$ 50 (cinquenta mil reais) ou do valor total do crédito, o que for menor, em uma única parcela vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, mediante quitação integral do crédito concursal e considerando taxa de juros sem correção. Em novembro de 2020, 26 credores optaram por receber em uma única parcela, totalizando no pagamento de R$ 562. Opção B: Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Em agosto de 2021, ocorreu o pagamento da primeira parcela dos credores classe III (quirografários não financeiros), credores classe IV (Pequenas e Médias empresas), que optaram pela Opção B. O valor total pago foi de R$ 4.364 referente a 56 credores. • Créditos Extraconcursais Aderentes: O montante correspondente a no mínimo 80% dos Créditos de cada Credor Extraconcursal aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas. A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; O saldo correspondente a no mínimo 20% dos Créditos de cada Credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos. (c) Possíveis efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras. *Coronavírus (COVID-19):* Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Aspectos sobre a continuidade estão diretamente relacionados a PRJ anteriormente comentada. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e permanece avaliando potenciais impactos no mercado de forma geral, incluindo, mas não limitados à eventual necessidade de revisão das projeções e estimativas, assim como a realização dos ativos não circulantes (ágio, imobilizado e impostos diferidos ativos) que são base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. *Conflito Rússia-Ucrânia:* O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities*, além do aumento das taxas de juros e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. (e) Gestão de riscos climáticos: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** Base de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, em 1 de agosto de 2022. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função da COVID-19, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (passivo a descoberto). Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras". **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os gastos com manutenção, desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. **2.6. Ativos intangíveis:** a) Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de entidades é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), para fins de teste de *impairment,* dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A administração do Grupo Atvos, considera que a Companhia juntamente com as Companhias UCP e Pontal, formam uma única UGC, pois têm relação operacional intrinsecamente associadas, a operação atual da Companhia (produção agrícola & prontidão industrial) tem relação direta com a operação de UCP, única compradora de sua matéria-prima, havendo inclusive uma série de "trocas operacionais", o que as tornam simbióticas. As 3 unidades existem, portanto, como forma de viabilizar o Polo SP, sendo esta a forma como o negócio é gerido e as decisões são tomadas pela diretoria. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. **2.7. Imobilizado:** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07". Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. **2.8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 6. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. **2.11. Reconhecimento de receita:** a) Venda de produtos: A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.12. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** A Companhia adotou a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e reconheceu o ativo de direito de uso e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. Adicionalmente, a Companhia informa que não houve impacto de remensuração dos saldos a partir da Deliberação da CVM nº 859, pois os contratos não tiveram alterações decorrentes da COVID-19.

3. *Reapresentações das demonstrações financeiras:* Após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e 2020, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os quadros a seguir demonstram os efeitos desses ajustes de reapresentação:

Balanço patrimonial		Em 31 de março de 2021			Em 1º de abril de 2020		
Ativo / **Ativo circulante**	Nota	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Caixa e equivalente de caixa		21	–	21	25	–	25
Contas a receber de clientes	(d), (e), (g)	57.003	(1.028)	55.975	74.580	–	74.580
Estoques	(e), (f), (g)	11.589	(1.264)	10.325	15.579	–	15.579
Ativo biológico		–	–	–	3.313	–	3.313
Tributos a recuperar	(c), (d)	31.618	(4.192)	27.426	32.799	(2.678)	30.121
Partes relacionadas	(d)	6.159	(93)	6.066	4.347	(93)	4.254
Outros créditos	(g)	817	–	817	1.060	(3)	1.057
Total do ativo circulante		**107.207**	**(6.577)**	**100.630**	**131.703**	**(2.774)**	**128.929**
Ativo não circulante							
Estoques		8.789	–	8.789	10.738	–	10.738
Tributos a recuperar	(c), (g)	7.285	(3.939)	3.346	7.204	(3.399)	3.805
Partes relacionadas		4.850	–	4.850	4.850	–	4.850
Depósitos judiciais	(a)	–	6.796	6.796	–	9.817	9.817
		20.924	**2.857**	**23.781**	**22.792**	**6.418**	**29.210**
Investimentos	(h)	5.739	(3.541)	2.198	5.739	(3.838)	1.901
Imobilizado		200.706	–	200.706	232.912	–	232.912
Direito de uso	(b)	72.754	(3.958)	68.796	82.776	(15.422)	67.354
Intangível		99.050	–	99.050	100.134	–	100.134
Total do ativo não circulante		**399.173**	**(4.642)**	**394.531**	**444.353**	**(12.842)**	**431.511**
Total do ativo		**506.380**	**(11.219)**	**495.161**	**576.056**	**(15.616)**	**560.440**

		Em 31 de março de 2021			Em 1º de abril de 2020		
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Passivo circulante							
Fornecedores		10.769	–	10.769	18.914	–	18.914
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		2.248	–	2.248	–	–	–
Empréstimos e financiamentos		1.103	–	1.103	22.813	–	22.813
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ[1]		–	–	–	108.050	–	108.050
Passivos de arrendamento	(b)	15.846	893	16.739	16.930	(743)	16.187
Salários e encargos		3.951	–	3.951	2.684	–	2.684
Tributos a recolher		643	–	643	1.115	–	1.115
Tributos parcelados	(g)	–	–	–	–	590	590
Adiantamentos de clientes		4.850	–	4.850	17.908	–	17.908
Partes relacionadas		75.429	–	75.429	113.796	–	113.796
Outros débitos	(g)	2.160	(167)	1.993	2.286	(592)	1.694
Total do passivo circulante		**116.999**	**726**	**117.725**	**304.496**	**(745)**	**303.751**
Passivo não circulante							
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]		4.495	–	4.495	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(g)	7.934	(6.549)	1.385	–	–	–
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ[1]	(g)	113.192	6.549	119.741	–	–	–
Passivos de arrendamento	(b)	65.736	(6.620)	59.116	71.953	(11.910)	60.043
Tributos parcelados	(g)	–	–	–	–	505	505
Provisão para contingências	(a)	8.013	7.248	15.261	6.753	10.269	17.022
Imposto de renda diferido passivo	(i)	–	–	–	–	1.049	1.049
Partes relacionadas		33.332	–	33.332	942.121	–	942.121
Outros débitos	(g)	236	–	236	683	(505)	178
Total do passivo não circulante		**232.938**	**628**	**233.566**	**1.021.510**	**(592)**	**1.020.918**
Total do passivo		**349.937**	**1.354**	**351.291**	**1.326.006**	**(1.337)**	**1.324.669**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)							
Capital social		1.381.539	–	1.381.539	372.142	–	372.142
Reservas de capital		111.600	–	111.600	111.600	–	111.600
Ajuste de avaliação patrimonial	(h)	689	(689)	–	689	(689)	–
Prejuízos acumulados		(1.337.385)	(11.884)	(1.349.269)	(1.234.381)	(13.590)	(1.247.971)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**156.443**	**(12.573)**	**143.870**	**(749.950)**	**(14.279)**	**(764.229)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**506.380**	**(11.219)**	**495.161**	**576.056**	**(15.616)**	**560.440**

[1] Plano de Recuperação Judicial

Demonstração do resultado do exercício		Em 31 de março de 2021		
	Nota	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receita operacional líquida		100.225	–	100.225
Custo dos produtos e serviços vendidos	(b), (d), (e), (f), (g)	(129.275)	868	(128.407)
Lucro bruto		**(29.050)**	**868**	**(28.182)**
Despesas com vendas		(11)	–	(11)
Despesas administrativas e gerais	(b)	(9.577)	–	(9.577)
Outras despesas operacionais, líquidas	(d)	(3.648)	(2)	(3.650)
Prejuízo operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro		**(42.286)**	**866**	**(41.420)**
Resultado de participações societárias	(h)	–	297	297
Receitas financeiras	(g)	10.953	7.427	18.380
Despesas financeiras	(b), (g)	(71.673)	(7.933)	(79.606)
Resultado financeiro, líquido		**(60.720)**	**(506)**	**(61.226)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(103.006)**	**657**	**(102.349)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		2	–	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(i)	–	1.049	1.049
Prejuízo do exercício		**(103.004)**	**1.706**	**(101.298)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de março de 2020 (anteriormente apresentado)	372.142	111.600	689	(1.234.381)	(749.950)
Efeito de ajustes	–	–	(689)	(13.590)	(14.279)
Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)	**372.142**	**111.600**	**–**	**(1.247.971)**	**(764.229)**
Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)	1.381.539	111.600	689	(1.337.385)	156.443
Efeito de ajustes	–	–	(689)	(11.884)	(12.573)
Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)	**1.381.539**	**111.600**	**–**	**(1.349.269)**	**143.870**

continua →☆

Caixa turbina microcrédito a mais pobres antes das eleições

Parceria com BNDES quer emprestar R$ 60 bi com foco em mulheres e MEIs

Julio Wiziack

BRASÍLIA Mirando a baixa renda, o novo comando da Caixa Econômica Federal turbinou a parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para tentar alavancar até R$ 60 bilhões em microcrédito antes das eleições.

O acordo foi fechado pela nova presidente, Daniella Marques, ex-braço direito do ministro Paulo Guedes (Economia). Ela foi indicada ao posto após seu antecessor, Pedro Guimarães, ser alvo de denúncias de assédio sexual.

As novas linhas de crédito da Caixa —de até R$ 3.500— funcionarão como gesto político para os mais pobres que ainda não embarcaram na candidatura de Jair Bolsonaro (PL) mesmo diante dos R$ 42 bilhões em benefícios sociais que serão concedidos neste ano.

A intenção é reforçar essas linhas em um eventual segundo mandato de Bolsonaro. A promessa faz parte de seu plano de governo, registrado na semana passada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

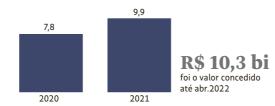
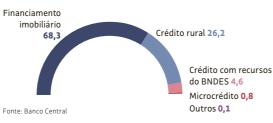
Na semana passada, o ex-presidente Lula —que lidera as pesquisas de intenção de voto, segundo o Datafolha— defendeu mais crédito para os microempresários, justamente os que mais empregam no país.

As novas linhas da Caixa vêm na esteira de uma medida provisória, convertida em lei pelo Senado há dez dias, que criou o Programa de Simplificação do Microcrédito para Empreendedores (SIM Digital).

Na gestão de Marques, a Caixa também pretende criar políticas específicas para o público feminino. A parceria com o Sebrae terá uma vertente voltada às mulheres. Entre famílias de baixa renda, é elevado o número de pequenos comércios e empresas prestadoras de serviço tocados especialmente por empreendedoras.

O banco estatal também continuará como o principal agente operacional de empréstimos feitos pelo Sebrae com recursos do Fampe (Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas).

Por essa modalidade, até o momento, foram R$ 8,8 bilhões concedidos durante a pandemia (de dezembro de 2020 até junho deste ano), 80% via Caixa, segundo Caetano de Andrade Minchillo, gerente de capitalização e serviços financeiros do Sebrae Nacional. A ideia agora é chegar a R$ 25 bilhões.

Além disso, o Sebrae espera que a Caixa também seja o principal balcão de negócios gerados pelos associados com aval do BNDES por meio do Fundo Garantidor do Microcrédito para empréstimos lastreados com cerca de R$ 15 bilhões destinados ao fundo.

"Até novembro devemos ter os primeiros empréstimos sendo fechados", disse Minchillo. "Se contarmos ainda com o Pronampe [Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte], dá para chegar a R$ 60 bilhões em microcrédito, a maior parte pela Caixa."

O potencial de empréstimos com a chegada do BNDES como garantidor, ainda segundo o Sebrae, pode chegar a R$ 410 bilhões no total, o que faria o microcrédito atingir 3,5% do volume do crédito em todo o país.

Segundo Minchillo, há um efeito multiplicador nesses empréstimos. No caso do Fampe, por exemplo, à medida que o tomador vai pagando mensalidades pelo crédito liberado, alimenta novos empréstimos.

Hoje, segundo dados do Banco Central, o microcrédito não chega a 1% do volume total do crédito direcionado.

Até abril deste ano, os pequenos empréstimos somaram R$ 10,3 bilhões e vêm crescendo a uma taxa baixa. Em 2020, a carteira somou R$ 7,8 bilhões.

As linhas de crédito são destinadas para pessoas físicas que prestam serviços, na cidade ou no campo, ou que exerçam alguma atividade produtiva "de forma individual ou coletiva".

Para o microempreendedor individual, o limite de faturamento é R$ 81 mil. Para o tomador que já possui uma pequena empresa aberta, as linhas mudam de acordo com o faturamento, que não pode passar de R$ 4,8 milhões por ano.

Aqueles que buscarem seu primeiro empréstimo dentro dessa nova rodada de crédito terão de se formalizar para ter acesso a mais recursos. Terão de contribuir com a previdência de seus funcionários, por exemplo. Caso pretendam continuar na informalidade, terão acesso a linhas de menor valor.

Além de chegar com a missão de promover uma faxina na Caixa após o escândalo da gestão anterior, o novo comando quer implementar políticas para tornar o banco em uma instituição voltada para o empreendedorismo.

Valores liberados para clientes pessoa física no crédito direcionado

Fonte: Banco Central

Nubank muda presidente e bate Santander em clientes

SÃO PAULO | REUTERS O Nubank anunciou nesta segunda-feira (15) que um de seus principais executivos acumulará o novo cargo de presidente, assumindo parte das funções do fundador e presidente-executivo David Vélez, a quem se reportará.

O banco digital afirmou que Youssef Lahrech, diretor de operações da companhia há dois anos, "administrará diretamente a operação, orçamento e o desempenho das métricas-chave para os produtos globais, as plataformas globais, as operações de mercado e as funções corporativas".

O anúncio veio no momento em que o Nubank divulgou seus resultados de segundo trimestre, com lucro líquido ajustado de US$ 17 milhões.

No Brasil, seu principal mercado, o Nubank chegou a 62,3 milhões de clientes no fim de junho, crescimento de 51% sobre um ano antes. "Isso provavelmente posiciona o Nu como a quinta maior instituição financeira do Brasil em número de clientes", afirmou o banco em comunicado.

O Nubank supera o Santander Brasil, que recentemente divulgou que tinha 56,1 milhões de clientes no fim de junho.

Usina Conquista do Pontal S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ: 46.448.270/0001-50

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas.
Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)	01.04.2020 (reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	128.696	151.783	64.296
Contas a receber de clientes	26.801	56.678	57.174
Estoques	145.951	138.062	115.859
Ativo biológico	22.346	54.199	40.172
Tributos a recuperar	9.606	42.546	62.922
Partes relacionadas	56.175	57.617	48.665
Outros créditos	18.345	32.721	31.798
Total do ativo circulante	**407.920**	**533.606**	**420.886**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	3.547	3.442	7.001
Estoques	29.944	42.592	47.977
Tributos a recuperar	53.308	31.617	29.279
Partes relacionadas	56.463	66.465	981.201
Depósitos judiciais	1.815	1.619	1.682
Outros créditos	769	99	–
	145.846	**145.834**	**1.067.140**
Investimentos	356	310	268
Imobilizado	735.378	748.620	802.247
Direito de uso	429.417	323.771	227.626
Intangível	266.958	286.611	291.437
Total do ativo não circulante	**1.577.955**	**1.505.146**	**2.388.718**
Total do ativo	**1.985.875**	**2.038.752**	**2.809.604**

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)	01.04.2020 (reapresentado)
Passivo e passivo a descoberto			
Passivo circulante			
Fornecedores	78.361	94.682	151.719
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	20.059	21.373	–
Empréstimos e financiamentos	3.652	1.319	253
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	40.299	–	2.664.195
Passivos de arrendamento	96.568	78.959	60.664
Salários e encargos	12.983	12.482	12.662
Tributos a recolher	604	12.871	7.132
Tributos parcelados	–	–	33
Adiantamentos de clientes	3.001	10.504	953
Partes relacionadas	24.725	18.343	14.369
Outros débitos	172	50	749
Total do passivo circulante	**280.424**	**250.583**	**2.912.729**
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	21.665	34.503	–
Empréstimos e financiamentos	10.388	3.802	–
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	2.923.837	2.712.048	–
Passivos de arrendamento	338.221	252.762	178.527
Tributos parcelados	–	–	96
Provisão para contingências	30.340	20.468	19.652
Imposto de renda diferido passivo	15.024	16.896	16.399
Partes relacionadas	4.850	4.850	4.850
Outros débitos	6.853	2.828	–
Total do passivo não circulante	**3.351.178**	**3.048.157**	**219.524**
Total do passivo	**3.631.602**	**3.298.740**	**3.132.253**
Passivo a descoberto			
Capital social	445.635	445.635	1.291.543
Reservas de capital	15.987	15.987	15.987
Prejuízos acumulados	(2.107.349)	(1.721.610)	(1.630.179)
Total do passivo a descoberto	**(1.645.727)**	**(1.259.988)**	**(322.649)**
Total do passivo e do passivo a descoberto	**1.985.875**	**2.038.752**	**2.809.604**

¹ Plano de Recuperação Judicial

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)	1.291.543	15.987	(1.630.179)	(322.649)
Redução de capital	(845.908)	–	–	(845.908)
Prejuízo do exercício	–	–	(91.431)	(91.431)
Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)	**445.635**	**15.987**	**(1.721.610)**	**(1.259.988)**
Prejuízo do exercício	–	–	(385.739)	(385.739)
Saldos em 31 de março de 2022	**445.635**	**15.987**	**(2.107.349)**	**(1.645.727)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado do exercício
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida	796.724	711.371
Custo dos produtos e serviços vendidos	(816.761)	(655.327)
Lucro (prejuízo) bruto	**(20.037)**	**56.044**
Despesas com vendas	(1.293)	(1.022)
Despesas administrativas e gerais	(49.541)	(47.919)
Outras despesas operacionais, líquidas	(15.258)	(3.609)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro	**(86.129)**	**3.494**
Resultado de participações societárias	46	42
Receitas financeiras	18.499	82.632
Despesas financeiras	(320.027)	(173.310)
Resultado financeiro, líquido	**(301.528)**	**(90.678)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(387.611)**	**(87.142)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(3.792)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.872	(497)
Prejuízo do exercício	**(385.739)**	**(91.431)**
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	(0,0000040)	(0,0000010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Em milhares de reais

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(385.739)	(91.431)
Outros resultados abrangentes:	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(385.739)**	**(91.431)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(385.739)	(91.431)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	243.342	188.152
Ativos biológicos colhidos	54.712	40.115
Variação no valor justo de ativos biológicos	58.501	20.461
Resultado de participações societárias	(46)	(42)
Resultado de ativo imobilizado baixado	869	376
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	275.903	71.666
Constituição de provisão para contingências, líquidas	3.243	83
Imposto de renda e contribuição social	(1.872)	4.289
Provisão para redução ao valor de realização	2.426	(14.329)
	251.339	**219.340**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	29.772	4.055
Estoques	2.333	(2.489)
Tributos a recuperar	11.249	18.038
Depósitos judiciais	(196)	63
Outros créditos	14.075	(1.022)
Fornecedores	(30.473)	(1.161)
Salários e encargos	501	(180)
Tributos a recolher	(12.267)	1.947
Tributos parcelados	–	(129)
Provisão para contingências - liquidações	(1.125)	(1.148)
Adiantamento de clientes	(7.503)	9.551
Outros débitos	4.147	2.129
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**261.852**	**248.994**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(815)	(10.966)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**261.037**	**238.028**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	–	–
Mútuos junto a empresas do Grupo Atvos (caixa único)	17.826	63.850
Aquisições do imobilizado	(27.038)	(29.617)
Aquisições do intangível	(84)	(53)
Novas plantações de ativos biológicos	(101.440)	(41.959)
Tratos culturais de ativos biológicos	(81.360)	(74.603)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	**(192.096)**	**(82.382)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	10.795	5.432
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	(100.681)	(72.957)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	(2.142)	(634)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	**(92.028)**	**(68.159)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(23.087)**	**87.487**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	151.783	64.296
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	128.696	151.783
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(23.087)**	**87.487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) A Usina Conquista do Pontal S.A. - Em recuperação judicial ("UCP", "Companhia"), foi constituída em 23 de novembro de 2004, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Sudeste do país, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia pertence ao Grupo Atvos, sendo controlada de forma direta pela Atvos Agroindustrial Participações S.A. (uma das holdings do grupo) e é controlada indiretamente pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"). (b) A Companhia tem capacidade de moagem instalada de 4,9 milhões de toneladas de cana ano, tendo sido processadas 3,0 milhões na safra 21/22 (4,1 milhões na safra 20/21). A Companhia apresentou passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R$1.645.727 em 31 de março de 2022. O Grupo Atvos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial, (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana-soca, (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT), (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, consequentemente, redução da ociosidade das plantas industriais, (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e *cyber security,* dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Atvos, incluindo sua controladora direta, apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de 7 Recuperandas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A., Usina Eldorado S.A. e Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável. A recuperação judicial da Companhia e da Recuperanda Agro Energia Santa Luzia S.A. ("USL") foram tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. (c) Plano de Recuperação Judicial: As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJ´s homologados e que estão refletidas nestas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografários Financeiros): O montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março de 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal: parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 61% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografários Não Financeiros): Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de Créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R$ 4.000 (quatro milhões de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. • Classe IV (Pequenas e Médias empresas): Opção A: Opção aos créditos de recebimento de R$ 50 (cinquenta mil reais) ou do valor total do crédito, o que for menor, em uma única parcela vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, mediante quitação integral do crédito concursal e considerando taxa de juros sem correção. Em novembro de 2020, 191 credores optaram por receber em uma única parcela, totalizando no pagamento de R$ 2.716. Opção B: Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Em agosto de 2021, ocorreu o pagamento da primeira parcela dos credores classe III (quirografários não financeiros), credores classe IV (Pequenas e Médias empresas), que estão na Opção B. O valor total pago foi de R$ 18.628 referentes a 338 credores. • Créditos Extraconcursais Aderentes: O montante correspondente a no máximo 80% dos Créditos de cada Credor Extraconcursal aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março de 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho de 2022, setembro de 2022, dezembro de 2022 e março de 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas. A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial, O saldo correspondente a no mínimo 20% dos Créditos de cada Credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos. (d) Possíveis efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras. *Coronavírus (COVID-19):* Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis. Aspectos sobre a continuidade estão diretamente relacionados ao PRJ anteriormente comentada. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e permanece avaliando potenciais impactos no mercado de forma geral, incluindo, mas não limitados a eventual necessidade de revisão das projeções e estimativas, assim como a realização dos ativos não circulantes (ágio, imobilizado e impostos diferidos ativos) que são base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. *Conflito Rússia-Ucrânia:* O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities,* além do aumento das taxas de juros e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nasdemonstrações financeiras da Companhia. (e) RenovaBio: Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo anualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO¹ equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética, matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBIO, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. A Companhia comercializou, na safra 21/22, 0,1 milhão de CBIOs (0,2 milhões na safra 20/21) com impacto de R$ 6.891 (R$ 7.769, em 31 de março de 2021), na receita bruta (ano-safra). (f) Gestão de riscos climáticos: Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** Base de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, em 1 de agosto de 2022. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função da COVID-19, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (passivo a descoberto). Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os gastos com manutenção, desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. **2.6. Ativos intangíveis:** a) Ágio: O ágio *(goodwill)* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de entidades é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), para fins de teste de *impairment,* dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A administração da Companhia considera que seu polo industrial corresponde à uma única UGC, sendo esta a forma como o negócio é gerido e as decisões são tomadas pela diretoria. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. **2.7. Imobilizado:** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment.* Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07". Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.14). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. **2.8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana-soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment.* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment,* são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment.* **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. **2.11. Reconhecimento de receita:** a) Venda de produtos: A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.12. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** A Companhia adotou a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e reconheceu o ativo de direito de uso e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. Adicionalmente, a Companhia informa que não houve impacto de remensuração dos saldos a partir da Deliberação da CVM nº 859, pois os contratos não tiveram alterações decorrentes da COVID-19.

3. *Reapresentações das demonstrações financeiras:* Após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e 2020, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os quadros a seguir demonstram os efeitos desses ajustes de reapresentação:

Balanço patrimonial

	Nota	Em 31 de março de 2021 – Originalmente apresentado	Em 31 de março de 2021 – Correção de erros e reclassificações	Em 31 de março de 2021 – Valores reapresentados	Em 1º de abril de 2020 – Originalmente apresentado	Em 1º de abril de 2020 – Correção de erros e reclassificações	Em 1º de abril de 2020 – Valores reapresentados
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalente de caixa		151.783	–	151.783	64.296	–	64.296
Contas a receber de clientes	(d), (e), (g)	80.138	(23.460)	56.678	72.147	(14.973)	57.174
Estoques	(e), (f), (g)	139.287	(1.225)	138.062	115.688	171	115.859
Ativo biológico		54.199	–	54.199	40.172	–	40.172
Tributos a recuperar	(c), (d)	42.636	(90)	42.546	62.936	(14)	62.922
Partes relacionadas	(d)	57.662	(45)	57.617	48.710	(45)	48.665
Outros créditos	(g)	32.719	2	32.721	31.793	5	31.798
Total do ativo circulante		**558.424**	**(24.818)**	**533.606**	**435.742**	**(14.856)**	**420.886**
Ativo não circulante							
Contas a receber de clientes	(d)	–	3.442	3.442	–	7.001	7.001
Estoques		42.592	–	42.592	47.977	–	47.977
Tributos a recuperar		31.617	–	31.617	29.279	–	29.279
Partes relacionadas		66.465	–	66.465	981.201	–	981.201
Depósitos judiciais	(a)	–	1.619	1.619	–	1.682	1.682
Outros créditos	(a)	8	91	99	–	–	–
		140.682	**5.152**	**145.834**	**1.058.457**	**8.683**	**1.067.140**
Investimentos	(h)	808	(498)	310	808	(540)	268
Imobilizado		748.620	–	748.620	802.247	–	802.247
Direito de uso	(b)	249.925	73.846	323.771	217.380	10.246	227.626
Intangível		286.611	–	286.611	291.437	–	291.437
Total do ativo não circulante		**1.426.646**	**78.500**	**1.505.146**	**2.370.329**	**18.389**	**2.388.718**
Total do ativo		**1.985.070**	**53.682**	**2.038.752**	**2.806.071**	**3.533**	**2.809.604**

	Nota	Em 31 de março de 2021 – Originalmente apresentado	Em 31 de março de 2021 – Correção de erros e reclassificações	Em 31 de março de 2021 – Valores reapresentados	Em 1º de abril de 2020 – Originalmente apresentado	Em 1º de abril de 2020 – Correção de erros e reclassificações	Em 1º de abril de 2020 – Valores reapresentados
Passivo e passivo a descoberto							
Passivo circulante							
Fornecedores	(e), (g)	98.819	(4.137)	94.682	153.675	(1.956)	151.719
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	(g)	17.251	4.122	21.373	–	–	–
Empréstimos e financiamentos		1.319	–	1.319	253	–	253
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹		–	–	–	2.664.195	–	2.664.195
Passivos de arrendamento	(b)	59.796	19.163	78.959	48.854	11.810	60.664
Salários e encargos		12.482	–	12.482	12.662	–	12.662
Tributos a recolher	(c), (e)	12.981	(110)	12.871	7.179	(47)	7.132
Tributos parcelados	(g)	–	–	–	–	33	33
Adiantamentos de clientes	(d), (g)	11.216	(712)	10.504	952	1	953
Partes relacionadas		18.343	–	18.343	14.369	–	14.369
Outros débitos	(g)	50	–	50	781	(32)	749
Total do passivo circulante		**232.257**	**18.326**	**250.583**	**2.902.920**	**9.809**	**2.912.729**
Passivo não circulante							
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		34.503	–	34.503	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(g)	3.803	(1)	3.802	–	–	–
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	(g)	2.712.047	1	2.712.048	–	–	–
Passivos de arrendamento	(b)	214.874	37.888	252.762	187.243	(8.716)	178.527
Tributos parcelados	(g)	–	–	–	–	96	96
Provisão para contingências	(a)	18.664	1.804	20.468	17.876	1.776	19.652
Imposto de renda diferido passivo	(i)	–	16.896	16.896	–	16.399	16.399
Partes relacionadas		4.850	–	4.850	4.850	–	4.850
Outros débitos	(g)	2.828	–	2.828	96	(96)	–
Total do passivo não circulante		**2.991.569**	**56.588**	**3.048.157**	**210.065**	**9.459**	**219.524**
Total do passivo		3.223.826	74.914	3.298.740	3.112.985	19.268	3.132.253
Passivo a descoberto							
Capital social		445.635	–	445.635	1.291.543	–	1.291.543
Reservas de capital		15.987	–	15.987	15.987	–	15.987
Ajuste de avaliação patrimonial	(h)	97	(97)	–	97	(97)	–
Prejuízos acumulados		(1.700.475)	(21.135)	(1.721.610)	(1.614.541)	(15.638)	(1.630.179)
Total do passivo a descoberto		**(1.238.756)**	**(21.232)**	**(1.259.988)**	**(306.914)**	**(15.735)**	**(322.649)**
Total do passivo e do passivo a descoberto		**1.985.070**	**53.682**	**2.038.752**	**2.806.071**	**3.533**	**2.809.604**

¹ Plano de Recuperação Judicial

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	Em 31 de março de 2021 – Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receita operacional líquida	(e)	711.646	(275)	711.371
Custo dos produtos e serviços vendidos	(b), (d), (e), (f), (g)	(659.635)	4.308	(655.327)
Lucro bruto		**52.011**	**4.033**	**56.044**
Despesas com vendas		(1.022)	–	(1.022)
Despesas administrativas e gerais		(47.919)	–	(47.919)
Outras despesas operacionais, líquidas	(d)	(3.608)	(1)	(3.609)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro		**(538)**	**4.032**	**3.494**
Resultado de participações societárias	(h)	–	42	42
Receitas financeiras	(g)	35.288	47.344	82.632
Despesas financeiras	(b), (g)	(116.892)	(56.418)	(173.310)
Resultado financeiro, líquido		**(81.604)**	**(9.074)**	**(90.678)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(82.142)**	**(5.000)**	**(87.142)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.792)	–	(3.792)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(i)	–	(497)	(497)
Prejuízo do exercício		**(85.934)**	**(5.497)**	**(91.431)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de março de 2020 (anteriormente apresentado)	1.291.543	15.987	97	(1.614.541)	(306.914)
Efeito de ajustes	–	–	(97)	(15.638)	(15.735)
Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)	**1.291.543**	**15.987**	**–**	**(1.630.179)**	**(322.649)**
Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)	445.635	15.987	97	(1.700.475)	(1.238.756)
Efeito de ajustes	–	–	(97)	(21.135)	(21.232)
Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)	**445.635**	**15.987**	**–**	**(1.721.610)**	**(1.259.988)**

continua →☆

continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Usina Conquista do Pontal S.A. - Em Recuperação Judicial** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Em 31 de março de 2021		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	238.168	(140)	238.028
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	(80.575)	(1.807)	(82.382)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de financiamento	(70.106)	1.947	(68.159)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**87.487**	**–**	**87.487**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	64.296	–	64.296
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	151.783	–	151.783

Os motivos que resultaram na necessidade de reapresentação estão resumidos a seguir: (a) Identificação pela administração de erros na apresentação dos saldos de depósitos judiciais e da provisão para contingências, conforme CPC25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Anteriormente os depósitos judiciais encontravam-se incorretamente apresentados líquidos no balanço patrimonial da Companhia, desconsiderando a análise analítica dos processos que os originaram. Também foram identificados certos depósitos judiciais em aberto de longa data e sem expectativa de realização, os quais foram baixados de forma retrospectiva. (b) Identificação pela administração da necessidade de correção da contabilidade de arrendamentos à luz do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente para inclusão de certos contratos anteriormente não registrados, substancialmente de parcerias agrícolas (apenas parte dos contratos haviam sido originalmente identificados), e correções às remensurações desses contratos para refletir as atualizações dos indicadores de correção associados ao Açúcar Total Recuperável - ATR. A Administração atualizou sua base dos contratos de arrendamento e reperformou novo cálculo de mensuração, desde a adoção inicial da norma. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva, ajustando os saldos de direito de uso e os passivos de arrendamento. (c) Identificação pela administração de erros na apresentação de tributos a recuperar e a recolher e na segregação entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva. (d) Identificação pela administração da necessidade de provisão/baixa de saldos de ativos, incluindo créditos fiscais cujo benefício havia expirado antes de 31/03/2021 (PIS/COFINS) e diferenças de conciliação entre saldos contábeis e obrigações acessórias (ICMS), além de valores a receber de clientes e empresas relacionadas, e saldos de adiantamentos de clientes (passivo). Na ótica das perdas de crédito esperadas à luz do CPC 48 - Instrumentos financeiros, e do valor recuperável (créditos fiscais) à luz do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os fatos geradores desses ajustes existia antes do encerramento do exercício anterior, sendo os ajustes aplicados de forma retrospectiva. Para referência, os principais valores ajustados no contas a receber, ativo circulante e não circulante, possuem as seguintes naturezas: (i) baixa de contas a receber incobráveis R$ 19.429 (R$ 5.779, em 31 de março de 2020); (ii) provisão para perdas de créditos esperadas de clientes R$ 39 (R$ 39, em 31 de dezembro de 2020); (iii) vendas faturadas e não entregues R$ 550 (R$ 210, em 31 de março de 2020), conforme item "e" abaixo. (e) Identificação pela administração de vendas, principalmente etanol, na modalidade CIF *("Cost, Insurance and Freight")* cujo controle dos produtos, à luz do CPC 47 - Receita de contrato com o cliente, havia sido transferido aos clientes finais após 31/03/2021 e cuja receita, deduções da receita e custos haviam sido reconhecidos indevidamente quando da emissão das notas fiscais de venda, com efeitos aos saldos correspondentes. A correção desse ajuste também resultou em correção aos estoques, custos dos produtos e serviços vendidos e tributos a recolher em função da reversão dessas vendas. (f) Identificação pela administração da necessidade de provisão de estoques obsoletos e com giro lento no ano corrente, substancialmente itens de almoxarifado, mas que de acordo com as políticas contábeis da Companhia já deveriam ter sido provisionados antes do encerramento do exercício anterior. Foi adotada a abordagem retrospectiva para correção desse valor. (g) Identificação pela administração erros na classificação e/ou apresentação líquida de saldos ativos e passivos e em linhas do resultado (principalmente entre receitas e despesas financeiras), para melhor apresentação segundo a natureza dos saldos, conforme CPC26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos foram aplicados de forma retrospectiva. (h) Identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração do investimento no Centro de Tecnologia Canavieira - CTC, avaliado pelo método de equivalência patrimonial à luz do CPC18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que não se encontrava atualizado com as informações financeiras mais recentes da investida, com efeitos aos saldos correspondentes. (i) Identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos, à luz do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, principalmente em função dos efeitos dos ajustes de reapresentação anteriormente descritos, com efeitos aos saldos correspondentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a) Caixa e equivalentes de caixa:	Rendimento anual	31.03.2022	31.03.2021
Caixa e bancos - no Brasil		5	47
Aplicações financeiras: no Brasil:			
CDB	101,11% CDI	118.561	150.964
Fundos de investimento	(i)	9.463	–
		128.024	150.964
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)		667	772
		128.696	151.783

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

5. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)	01.04.2020 (reapresentado)
Produtos acabados e em elaboração	15.083	55.145	42.999
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	45.415	43.993	58.176
Adiantamentos - compra de insumos e outros	859	144	230
Custos a apropriar do período de entressafra (ii)	92.716	65.808	64.199
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (iii)	25.783	17.099	14.096
Provisão para perdas nos estoques	(3.961)	(1.535)	(15.864)
	175.895	180.654	163.836
Ativo circulante	(145.951)	(138.062)	(115.859)
Ativo não circulante	29.944	42.592	47.977

(i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (ii) Referem-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte, conforme descrito na Nota 2.8. (iii) Os estoques de almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo, e o aumento está em 2022 está relacionado ao aumento dos custos de certos insumos e a antecipação das aquisições frente ao exercício anterior. **6. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	31.03.2022	31.03.2021
Área total estimada de colheita (ha)	33.982	41.285
Produtividade prevista (ton/ha)	49,15	57,45
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	136,40	131,38
Preço médio projetado de ATR (R$)	1,1073	0,9032

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 11,17% a.a. (9,17% a.a. em 31 de março de 2021). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, cujo principal impacto foi o aumento de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar VHP, em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2022 foi assim determinada:

a) Composição:	31.03.2022			31.03.2021
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	289.552	(208.770)	80.782	74.660
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	(113.763)	55.262	(58.501)	(20.461)
Ativo biológico (demais culturas) (i)	578	(513)	65	–
	176.367	(154.021)	22.346	54.199

(i) A Companhia iniciou no decorrer da safra 2021/2022 testes com a cultura de soja. Os saldos destas lavouras estão registrados à custo de formação da lavoura, deduzidos de colheitas e perdas ocorridas.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. b) Análise de sensibilidade do valor justo: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 12.278. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 8.867. **7. Imobilizado:** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a) Composição:	31.03.2022			31.03.2021	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos e instalações industriais	609.682	(302.129)	307.553	325.079	5,09
Edifícios e benfeitorias	188.672	(63.258)	125.414	135.032	4,01
Planta portadora	828.605	(631.309)	197.296	185.968	16,67
Planta portadora - AVM (i)	53.595	(53.595)	–	1.571	16,67
Planta portadora em formação	43.318	–	43.318	16.753	–
Máquinas e equipamentos agrícolas	109.553	(73.250)	36.303	42.272	10,51
Benfeitorias em imóveis de terceiros	26.892	(13.518)	13.374	15.464	7,69
Terras	4.214	–	4.214	4.214	–
Móveis e utensílios	8.694	(6.300)	2.394	2.871	7,93
Veículos	19.902	(15.261)	4.641	6.638	6,96
Equipamentos de informática	3.312	(2.632)	680	332	18,68
Imobilizado em andamento	106	–	106	12.298	–
Adiantamentos a fornecedores	85	–	85	128	–
	1.896.630	(1.161.252)	735.378	748.620	

(i) Refere-se a saldo residual do valor justo das plantas portadoras calculado antes da adoção do CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola (vide detalhes na Nota 2.13), o qual teve sua amortização 100% concluída na safra 21/22.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis (exceto ágio) para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2022 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual e os efeitos indiretos da pandemia da COVID-19 e do conflito entre Rússia e Ucrânia, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

8. Intangível:

a) Composição:	31.03.2022			31.03.2021	Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ativo fiscal (i)	13.438	(1)	13.437	13.437	–
Demais intangíveis:					
Outorga e leilão de energia (ii)	307.117	(53.865)	253.252	272.862	1,82
Software	1.337	(1.205)	132	259	15,63
Software em desenvolvimento	137	–	137	53	–
Licenças ambientais	437	(437)	–	–	–
	322.466	(55.508)	266.958	286.611	

(i) Ativo fiscal refere-se a parcela de benefício econômico do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura apurado quando da aquisição das companhias por sua controladora Atvos Par. Posteriormente, as companhias incorporaram de forma reversa parcela do acervo líquido da Atvos Par, mantendo em seus ativos apenas a parcela passível de aproveitamento fiscal. (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"), conforme mencionado na nota explicativa 29. Redução ao valor recuperável do ágio: De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ágios são agrupados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") correspondentes. Em 31 de março de 2022, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 10 anos (ciclo do negócio), em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2022):

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de Taxa de desconto real
Conquista do Pontal	3,00%	11,17%

(i) o modelo não considera o crescimento nominal. Ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável. Os efeitos da pandemia da Covid-19 e o conflito Rússia - Ucrânia foram considerados em nossas projeções, e não trouxeram impactos significativos nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis. Análise de sensibilidade: Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de março de 2022, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável da UGC. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da UGC:

	Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável - Conquista do Pontal
Taxas de desconto	1,6%
Margem LAJIDA	5,9%

9. Direito de uso e passivos de arrendamento: a) Direito de uso: Em 31 de março 2022 e 2021, os direitos de uso são representados por:

	31.03.2022			31.03.2021	01.04.2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido (reapresentado)	Líquido (reapresentado)
Parcerias agrícolas	625.638	(203.764)	421.874	304.030	198.001
Demais contratos	54.728	(47.185)	7.543	19.741	29.625
	680.366	(250.949)	429.417	323.771	227.626

b) Passivos de arrendamento: Em 31 de março 2022 e 2021, os passivos de arrendamento são representados por:

	31.03.2022			31.03.2021	01.04.2020
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido (reapresentado)	Líquido (reapresentado)
Parcerias agrícolas	562.958	(136.354)	426.604	311.222	207.907
Demais contratos	9.473	(1.288)	8.185	20.499	31.284
	572.431	(137.642)	434.789	331.721	239.191
Passivo circulante			96.568	78.959	60.664
Passivo não circulante			338.221	252.762	178.527

Os saldos a pagar tem a seguinte composição de vencimento:	31.03.2022	31.03.2021
2022	–	78.959
2023	96.568	59.235
2024	83.964	50.764
2025	70.275	41.507
2026	58.687	34.270
2027	34.698	19.342
A partir de 2028	90.597	47.644
	434.789	331.721

10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.16).

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Taxa (Encargos anuais vigentes)	Indexador (Encargos anuais vigentes)	Moeda	31.03.2022	31.03.2021	Vencimento
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	486.212	452.674	
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B)	BRL	7.821	7.082	
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	40.806	37.991	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B)	BRL	210.309	190.424	2034
					745.148	688.171	
Cédula de Crédito à Exportação ("CCE")	(b)						
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	162.432	151.228	
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	335.265	312.139	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B)	BRL	682.402	617.879	
Não submetidos ao PRJ				BRL	–	–	2034
					1.180.099	1.081.246	
Nota de Crédito à Exportação ("NCE")	(b)						
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	344.392	320.637	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B)	BRL	700.979	634.700	2034
					1.045.371	955.337	
Crédito Agroindustrial	(c)						
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	8.978	–	
Não submetidos ao PRJ		3,50%	100% CDI	BRL	1.158	–	2026
					10.136	–	
Finame	(d)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	33.069	30.788	2034
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	3.904	5.114	2025
					36.973	35.902	
Outras	(e)						
Não submetidos ao PRJ		–	–	BRL	–	19	
(–) Ajuste a valor presente		–	–	BRL	–	(12)	2022
					–	7	
(–) Custos de transação	(f)			BRL	(39.551)	(43.494)	2034
					2.978.176	2.717.169	
Passivo circulante					(43.951)	(1.319)	
Passivo não circulante					2.934.225	2.715.850	

Legenda: BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico; CDI: Certificado de Depósito Interbancário; CTN: Certificado do Tesouro Nacional; IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado; IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos; TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo; UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES; PRJ: Plano de Recuperação Judicial. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (e) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura junto ao Itaú BBA. (f) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31.03.2022	31.03.2021
2022	–	14.647
2023	159.829	100.827
2024	257.935	237.327
2025	257.392	236.784
2026	255.884	236.241
2027	255.884	236.241
2028 a 2035	1.747.301	1.653.783
	2.934.225	2.715.850

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2022, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 3.235.757 (R$2.614.499, em 31 de março de 2021) e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R$3.017.727 (R$2.760.657, em 31 de março de 2021). O saldo contábil desconsidera os custos com transação e ajustes a valor presente. Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. *Covenants:* Em 31 de março de 2022 e 2021 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

11. Receita operacional líquida	31.03.2022	31.03.2021 (reapresentado)
Receita bruta		
- Mercado interno	455.750	434.511
- Mercado externo	458.455	395.156
	914.205	829.667
Tributos sobre vendas	(76.797)	(81.395)
Frete sobre vendas	(37.830)	(34.989)
Armazenagem	(2.854)	(1.782)
Devoluções	–	(130)
	796.724	711.371

Diretoria: **Dario Costa Gaeta -** Diretor Presidente **Danilo Nalle Bertoli -** Diretor **Erico Pereira Baracho Filho -** Diretor **José Carlos Teixeira Junior -** Diretor **Luiz Augusto Artimonte Vaz -** Diretor

Contadora: Magali Penelope Givort Cruz - CRC 223526/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 03 de agosto de 2022, sem modificações e com seção de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP246234/O-0

Mais empreendedores abriram negócio após ficarem desempregados

Levantamento do Datafolha a pedido do Simpi-SP aponta que acesso ao crédito é maior desafio, seguido da burocracia

Heloísa Mendonça

BELO HORIZONTE A parcela de empreendedores que abriram micro e pequenas indústrias após ficarem desempregados cresceu 20% nos últimos quatro anos, segundo indicador elaborado pelo Simpi-SP (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo) em conjunto com o Datafolha.

De acordo com a pesquisa, em 2022, mais da metade dos empresários em São Paulo (54%) não estavam trabalhando ao abrir o próprio negócio, enquanto 42% dos entrevistados afirmaram ter deixado um emprego para empreender.

Ao completar cinco meses fora do mercado de hotelaria, Fernanda Maschio decidiu, em março de 2020, mudar sua trajetória profissional e começou a vender massas artesanais congeladas por encomenda. "Como foi logo no início da pandemia e as pessoas estavam dentro de casa, acabou dando muito certo. Passados dois meses, já tive que comprar três freezers novos e, em setembro, aluguei um imóvel para poder ampliar toda a linha de produção e comprei maquinário", diz.

A partir daí, Maschio ampliou bastante o leque de clientes e passou a vender as massas para restaurantes, mercados e hotéis.

Hoje, a fábrica na zona norte de São Paulo tem sete funcionários e a maior dificuldade é o acesso ao crédito. "Quando você está começando é muito difícil conseguir crédito. No início acabei pedindo empréstimo para pessoas próximas. Hoje estou usando financiamento bancário. Mas é desafiador ter fluxo de caixa, pagar maquinário e insumos", diz.

O problema enfrentado por Maschio é bastante comum entre empreendedores. Segundo o levantamento, o crédito (15%), seguido pela burocracia (14%) e recursos para investir (13%) são os obstáculos mais frequentes ao abrir um negócio entre os empreendedores entrevistados em São Paulo.

"Com a elevação da taxa de juros, ligada à inflação, há uma restrição no sistema financeiro. E conseguir crédito nos bancos fica mais difícil e essa questão ainda vai seguir sendo uma pauta para os empreendedores por um tempo", afirma Joseph Couri, presidente do Simpi-SP. "Estamos vivendo um momento crítico, com a questão da pandemia e a guerra na Ucrânia. Foram muitos baques financeiros e das cadeias produtivas. O que se percebe é que muitas pessoas abriram seu próprio negócio porque não tinham outra opção", diz.

A pesquisa também aponta que a avaliação de que a situação financeira melhorou após a abertura de empresas subiu neste ano se comparada com 2018. Para 74% dos entrevistados, a situação atual é melhor do que antes de empreender. Há quatro anos, 58% dos empreendedores estavam satisfeitos.

O levantamento ainda mostra que quase metade dos empreendedores (49%) trabalha seis ou sete dias por semana e que, neste ano, eles estão trabalhando por mais horas —59% dos empresários afirmaram trabalhar mais de nove horas por dia. Em 2014, o percentual era de 55%.

A pesquisa foi realizada entre os dias 7 e 27 de julho e ouviu 243 empresários em São Paulo.

Perfil do empreendedor da Micro e Pequena Indústria

Situação dos empreendedores quando abriram um negócio próprio

Em %

	Não estava empregado	Estava empregado e deixou o emprego para abrir o próprio negócio	Não respondeu/Outras
fev.2014	35	62	3
mar.2018	45	51	3
jul.2022	54	42	4

Percepção de que a vida de forma geral melhorou após a abertura da empresa

Em %

	Melhor	Igual	Pior	Não sabe
fev.2014	69	17	13	1
mar.2018	54	22	21	2
jul.2022	78	13	9	1

Fonte: Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria do Estado de SP realizado pelo Datafolha entre os dias 07 e 27 de julho

Depois de ficar cinco meses desempregada, Fernanda Maschio passou a vender massas congeladas Arquivo pessoal

Fundação ligada à igreja de R.R. Soares é alvo de ação trabalhista

Diretor diz que há 'problemas com ex-funcionários', que acusam 'clima de terror'

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Uma entidade ligada à Igreja Internacional da Graça de Deus, do missionário R.R. Soares, é alvo de uma ação civil pública proposta neste mês pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

Pairam sobre a FIC (Fundação Internacional de Comunicação), braço midiático da igreja neopentecostal, acusações de violência psicológica, discriminação por idade, gênero, raça e orientação sexual, imposição de padrões de beleza a funcionárias e diversas outras infrações trabalhistas.

Havia ainda uma orientação extraoficial para não contratar negros, mulheres acima de 50 anos e homossexuais para aparecerem em vídeos, de acordo com os procuradores.

Oito ex e atuais funcionários foram ouvidos para montar o inquérito que responsabiliza a gestão de Edjail Kalled Adib Antonio, diretor da FIC, pelo "clima de terror" instaurado por "olheiros do medo" no ambiente de trabalho, segundo a ação. A Folha vai preservar o anonimato deles.

Acompanhado de um advogado, Kalled participou de uma videoconferência com a Procuradoria do Trabalho, em julho. Disse então que há "alguns problemas com ex-funcionários que saíram porque a empresa andou passando por alguns reajustes, até para uma atualização, uma melhoria de ambiente de trabalho", como consta em ata da audiência.

A reportagem tentou falar com Kalled ou algum advogado da fundação. De terça (9) a sexta (12), ligou todos os dias para a equipe jurídica da FIC e deixou recado. Não houve retorno. O jornal também enviou múltiplas mensagens para o celular de Kalled e de advogados ligados à Igreja da Graça. Não houve resposta.

Segundo o MPT, assédios também aconteciam sob a diretoria anterior, mas é Kalled quem concentra a maior parte das condutas abusivas. Sua administração conduz a rotina laboral na base de "gritos", "humilhações" e "coações", sem qualquer canal interno para denunciar esses abusos, diz a ação, que tramita na 30ª Vara do Trabalho de São Paulo.

O missionário R.R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, ligada à fundação Carolina Antunes - 15.fev.20/Folhapress

Haveria, ainda, uma "caça interna para tentar identificar e perseguir aqueles que denunciam". Ao menos um funcionário teria sido demitido.

Alguns exemplos atribuídos a Kalled: regular a temperatura do estúdio para forçar uma apresentadora de quem não gostava a transpirar, acusando-a de estar "ansiosa" ou "nervosa"; fazer comentários sobre "menopausa" e "pele velha", dizer que as "meninas estão com mais idade para aparecer em vídeo" ou que estão "cansados de uma mulher velha apresentando um jornal principal da noite"; não contratar um estagiário pelo fato de ele ser negro; afirmar que um profissional "se masturbava demais, pois suas mãos eram extremamente amarelas", quando o mesmo reclamou da baixa temperatura na sala.

Circularia, nos corredores da fundação, a norma velada para que "homens, se forem gays, que sejam discretos". As mulheres narram uma cobrança estética que resvala para o assédio moral. Kalled, dizem elas, fazia comentários em público que incitavam a competição interna. Coisas do tipo "tem que mandar essa menina pintar o cabelo", ou "a pele daquela outra está muito velha para ficar no vídeo".

A proporção de equipe medicada teria aumentado sob o novo gestor. Afirmando sentirem-se sobrecarregados e acumular tarefas não previstas em seus contratos, trabalhadores relataram "esgotamento físico e psicológico, transtorno generalizado de ansiedade e síndrome de burnout e do pânico", de acordo com a ação.

Impera, segundo os empregados, um clima de vigília constante na FIC. Eles "se sentem no 'Big Brother'" e a toda hora são lembrados de que há "câmeras em tudo o que é lugar, se fizer alguma coisa errada é advertência", afirma o MPT. Uma ficava num ambiente feminino, "sem que as funcionárias soubessem".

A ação, a cargo da procuradora do trabalho Elisa Maria Brant de Carvalho Malta, pede R$ 500 mil de indenização e diz que, mesmo a par "das irregularidades identificadas pelo MPT, [...] a ré nada fez para sanar os ilícitos".

O juiz que cuida do caso deverá decidir, como próximo passo, se concede uma liminar para obrigar a FIC a se adequar a várias exigências legais.

Na audiência de julho, a defesa diz que profissionais antigos não estavam "se adequando muito às novas rotinas que foram impostas". O advogado propõe que o Ministério Público vá ao local "para verificar como é a realidade da empresa", porque o teor da ação "ficou uma coisa muito parcial".

Kalled nega alguns pontos, como a suposta presença de uma câmera no banheiro.

A fundação cuida da RIT (Rede Internacional de Televisão), com presença na internet e na TV aberta e paga.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Safra de milho vem recorde, mas sem muito espaço para quedas nos preços

O Brasil está prestes a colher uma safra recorde de milho. O ritmo do consumo interno e o das exportações nos anos recentes, porém, não dão margens a sobras. As demandas interna e externa vão manter os preços do cereal ajustados.

O desenvolvimento da cadeia nacional de proteínas, o aumento da produção de etanol de milho e a abertura maior do mercado externo têm absorvido um volume cada vez maior do produto.

Com isso, os preços do cereal e os dos derivados não têm muito espaço para quedas. A saca de milho, mesmo com a safra em andamento, está sendo negociada próxima de R$ 82 desde o final de junho, segundo o Cepea.

Para esta safra 2021/22, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estima uma produção recorde de 115 milhões de toneladas, mas o consumo interno também sobe para um patamar recorde de 77 milhões, 7% acima do volume da safra anterior.

As exportações, após o baque do ano passado, devido à seca e geadas, voltam para um volume próximo ao de 2020. As estimativas vão de 37,5 milhões a 40 milhões de toneladas.

A produção de carnes no Brasil, um setor que utiliza muito milho na ração, teve evolução em todos os segmentos no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período anterior, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Embora a demanda interna, devido à baixa renda dos consumidores, não favoreça a venda de carnes no mercado doméstico, o externo sustenta a produção.

Nos meses de abril, maio e junho, o Brasil aumentou em 2,3% a produção de carne bovina; em 6% a suína; e em 1% a de frango. Boa parte dessa produção vai para o mercado externo.

O mercado de milho deverá continuar aquecido também porque dois dos principais exportadores mundiais reduzirão a presença no mercado externo, abrindo ainda mais espaço para o produto brasileiro.

A Ucrânia, que colocou 30 milhões de toneladas no exterior na safra 2018/19, deverá exportar apenas 12,5 milhões em 2022/23.

Apesar de baixo, esse volume é maior do que os 9,5 milhões estimados anteriormente pelo Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Os americanos, com produtividade menor na safra deste ano, devido ao clima seco e quente, também têm previsão de exportar menos. Serão 61,5 milhões de toneladas, bem abaixo dos 68,3 milhões de 2020/21.

A União Europeia, afetada por seca, colocará apenas 2,7 milhões de toneladas no mercado externo nesta safra. Na anterior, foram 5,8 milhões.

Nos cálculos do Usda, que considera a safra comercial do início de outubro de um ano ao final de setembro do outro, Brasil e Argentina vão colocar 88 milhões de toneladas de milho no mercado externo. O volume brasileiro seria de 46,5 milhões.

A menor presença chinesa no mercado deverá aliviar as pressões. Após importar 23 milhões de toneladas nesta safra, os chineses vão comprar 18 milhões em 2022/23. Mesmo assim, o poder de interferência no mercado é grande. Há três safras, importavam apenas 4 milhões de toneladas por ano.

Os americanos já fizeram uma avaliação da safra 2022/23 de milho do Brasil e preveem 126 milhões de toneladas. Para a Argentina, esperam 55 milhões.

A Ucrânia, que antes da guerra chegou a produzir 42 milhões do cereal, colherá apenas 30 milhões. Os Estados Unidos, líderes na produção e na exportação mundiais têm recuo na produção para 365 milhões.

Na avaliação do Usda, a produção mundial de milho cai para 1,18 bilhão de toneladas. Safra menor e estoques finais com recuo de 2% no período farão com que o mundo tenha milho suficiente para 94 dias no final de 2022/23. Qualquer problema climático em um dos grandes produtores trará sérios problemas para o abastecimento mundial.

Com o aumento da safra brasileira, o VBP (Valor Bruto da Produção) do milho supera o da bovinocultura neste ano, informou o Ministério da Agricultura, nesta segunda-feira (15).

O giro de dinheiro com o cereal dentro da porteira sobe para R$ 158 bilhões, 17% acima do de 2021. Já as receitas com as vendas de bovinos nas fazendas ficam em R$ 152 bilhões, um recuo de 11% sobre 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 96/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 172/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 87/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/2022 - EDITAL Nº. 96/2022 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor valor global para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 30 de agosto de 2022, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 15 de agosto de 2022. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nomeação para ocupação de cargo:
Rubens Xavier Martins, Superintendente do IPRED - Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme artigo 25, IV da Lei Complementar Municipal n.º 220, de 12 de dezembro de 2005.

DECIDE NOMEAR

Portaria nº 232 de 15 de agosto de 2022: Cargo de Procurador - Concurso 001/2018

Classif.	Nome	Documento
2º	Eduardo de Carvalho Alves	RG nº 32.933.635-6

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.467/2022 – PEC.02084/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL TOALHA INTERFOLHAS - Abertura do Pregão em 29/08/2022 às 09:00 horas. O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**.Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha aberta a **Tomada de Preços nº 02/2022** - Processo nº 2499/2021, contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgoto Sorocaba 2 (ETE S2) na cidade de Sorocaba, pelo tipo menor preço. **Encerramento dia 05/09/2022, às 09:30 horas**. O edital completo será disponibilizado no site www.saaesorocaba.com.br. Informações pelos telefones: (15) 3224-5825 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, nº 255, Jardim Ibiti do Paço, Sorocaba/SP, no Setor de Licitação e Contratos. Sorocaba, 10 de agosto de 2022 – **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães – Diretor Geral.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO DE JULGAMENTO

A Comissão Municipal de Licitações, usando de suas atribuições legais leva ao conhecimento dos interessados o julgamento do Processo nº1.128/22 – Tomada de Preços nº02/22 para **"PAVIMENTAÇÃO DE UM TRECHO DA RUA OCTÁVIO BERTOLA, BAIRRO IPIRANGA - JUMIRIM/SP"**. Está habilitada a empresa: A) DNP – TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORESTO LTDA.; está inabilitada a empresa B) CESARIO LANGE USINA DE ASFALTO LTDA., nos termos do edital. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, até a data de 22/08/2022.

Jumirim, 15 de agosto de 2022.
Maíra Camargo. Presidente da Comul.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°09/2022 - PROCESSO Nº62/2022

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública objetivando a Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços Médicos de Saúde Ocupacional, Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), para cumprimento das normas reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo período de 12 (doze) meses e de acordo com as especificações do Termo de Referência. Vencimento: 29/08/2022, às 09h00. INFORMAÇÕES: Setor de Licitações. Telefone: (14)3308-9300. Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br.
Fartura, 15 de agosto de 2022. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba** comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do **Pregão Eletrônico nº 34/2022** - Processo nº 8933/2019, destinado **à aquisição de servidores e a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de sistemas operacionais Microsoft® Windows Server 2019 Standard ou superiores em novos equipamentos, em conjunto com a migração dos atuais servidores controladores de domínio (principal e espelho) da versão Microsoft® Windows Server 2008 R2 Standard para novos servidores e configuração de novo cenário do domínio,** pelo tipo menor preço. **SESSÃO PÚBLICA dia 30/08/2022, às 09:00 horas.** Informações pelo site www.licitacoes-e.com.br **(BB 956506)**, pelo telefone: (15) 3224-5825 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 15 de agosto de 2022 - **Tiago Suckow da Silva Camargo Guimarães - Diretor Geral.**

Bioenergia do Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.046.650/0001-80

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	40.016	5.342
Contas a receber de clientes	751	713
Estoques	11.462	13.499
Ativo biológico	44.805	22.388
Adiantamentos a fornecedores	4.302	4.574
Impostos a recuperar	11.001	2.803
Outros créditos	610	895
Total do ativo circulante	112.947	50.214
Mútuo financeiro		
Depósitos judiciais	832	825
Impostos a recuperar	471	28
Adiantamentos a fornecedores	10.210	13.049
Outros investimentos	187	187
Total do realizável a longo prazo	11.700	14.089
Propriedades para investimentos		
Imobilizado	173.680	180.002
Intangível	43	65
Total do ativo não circulante	185.423	194.156
Total do ativo	298.370	244.370

Passivo	2021	2020
Fornecedores	12.575	9.590
Empréstimos e financiamentos	332.601	279.149
Adiantamentos de clientes	1.400	183
Impostos e contribuições a recolher	513	2.991
Impostos parcelados	9.997	14.585
Salários e encargos sociais	3.880	4.259
Outras obrigações	11.813	11.441
Total do passivo circulante	372.779	322.198
Empréstimos e financiamentos	–	16.007
Impostos parcelados	17.813	28.594
Outras obrigações	2.802	2.802
Provisões para processos judiciais	840	840
Passivo fiscal diferido	(475)	13.384
Total do passivo não circulante	20.980	61.627
Patrimônio líquido	(95.389)	(139.455)
Capital social	40.208	40.208
Reserva de reavaliação	9.429	10.170
Ajustes de avaliação patrimonial	27.632	30.243
Prejuízos acumulados	(172.658)	(220.076)
Total do passivo	393.759	383.825
Total do passivo e patrimônio líquido	298.370	244.370

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	40.208	10.832	32.426	(180.050)	(96.584)
Realização da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	–	(662)	(2.183)	2.845	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(42.871)	(42.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.208	10.170	30.243	(220.076)	(139.455)
Realização da reserva de reavaliação e ajustes de avaliação patrimonial	–	(742)	(2.611)	3.353	–
Prejuízo/Lucro do exercício	–	–	–	44.065	44.065
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.208	9.428	27.632	(172.658)	(95.390)

Demonstrações de resultados	2021	2020
Receita operacional líquida	277.146	181.114
Mudança do valor justo do ativo biológico	35.677	12.381
Custos dos produtos vendidos	(218.164)	(136.497)
Custos serviços prestados	–	–
Lucro bruto	94.659	56.998
Despesas com vendas	(13.283)	(10.884)
Despesas administrativas e gerais	(19.156)	(13.530)
Outras receitas operacionais líquidas	10.160	6.809
	(22.279)	(17.605)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	72.380	39.393

Demonstrações de resultados	2021	2020
Receitas financeiras	1.975	226
Despesas financeiras	(29.149)	(47.417)
Variação cambial líquida	(14.173)	(39.337)
Financeiras e cambiais líquidas	(41.347)	(86.528)
Resultado não operacional	(423)	(27)
Resultado antes dos impostos	30.610	(47.162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.455	4.291
Prejuízo do exercício	44.065	(42.871)

Demonstrações de resultados abrangentes	2021	2020
Prejuízo do exercício	44.065	(42.871)
Resultado abrangente total	44.065	(42.871)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	44.065	(42.871)
Ajustado para:		
Depreciação e amortização	21.033	17.004
Custo residual de ativo imobilizado vendido	–	484
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos e outros	39.049	83.020
Variações nos ativos biológicos (colheita)	35.677	22.388
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	1.868	–
(Reversão) provisão para processos judiciais	–	87
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.857)	(4.291)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	1.964	(160)
(Aumento) redução em estoques	2.037	(5.266)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	(326)	(89)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	104	3.442
(Aumento) redução em outros créditos	159	(457)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	–	179
Aumento (redução) em fornecedores	(2.693)	1.484
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	(464)	(12.248)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	(3.940)	(3.853)
Aumento (redução) em impostos parcelados	(792)	(1.849)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	(2.586)	1.259
Aumento (redução) em outras obrigações	20	10.272
Impostos pagos	(83)	–
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(1.051)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	121.235	67.484
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo biológico	(65.242)	(11.686)
Outros investimentos		
Aquisição de imobilizado	(21.319)	(19.921)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(86.561)	(31.607)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados		
Empréstimos e financiamentos pagos	–	(30.736)
Fluxo de caixa decorrentes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	–	(30.736)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.674	5.141
Demonstração da (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.342	201
No fim do exercício	40.016	5.342
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.674	5.141

Pasqual Marco Antonio Micali - Diretor Presidente - CPF nº 100.657.728-90
José Eduardo B. Oliveira - Contador - CPF nº 121.174.978-96 - CRC 1SP270669/O-1

BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06.07.2021

Data, Hora, Local: 06.07.2021, às 16hs, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo/SP. **Mesa:** Luiz Antônio de Sampaio Campos - Presidente; Carlos Pelá - Secretário. **Presença:** Totalidade do capital social votante; Carlos Pelá, Diretor Executivo. **Deliberações Aprovadas:** **(i)** ratificaram a aprovação da incorporação de parcela cindida do Banco J. Safra S.A., CNPJ 03.017.677/0001-20, conforme deliberado por meio da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 29.04.2021; **(ii)** ratificaram a aprovação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Banco J. Safra S.A. com Versão de Parcela Cindida de seu Patrimônio para o Banco Safra S.A.", tanto na forma como no teor em que redigido, especialmente quanto aos números nele contidos, cuja cópia, autenticada, é parte integrante deste Instrumento, como Anexo II, conforme deliberado por meio da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 29.04.2021; **(iii)** ratificaram a nomeação da empresa **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**, com sede social em São Paulo/SP, CNPJ 49.928.567/0001-11 ("Deloitte"), CRC/SP nº 2 SP 011609/O-8, como responsável pela avaliação do patrimônio do Banco J. Safra S.A. e da parcela cindida, na data-base de 31.03.2021, pelo seu valor contábil, que elaborou o Laudo de Avaliação, conforme deliberado por meio da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 29.04.2021; e **(iv)** ratificaram a aprovação do Laudo de Avaliação do Banco J. Safra S.A. e da parcela cindida, elaborado pela Deloitte, o qual, autenticado, é parte integrante deste Instrumento como Anexo III, conforme deliberado por meio da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 29.04.2021. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** (aa) Luiz Antônio de Sampaio Campos – Presidente. Carlos Pelá – Secretário. **Representantes do capital social com direito a voto:** Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan, por seu procurador Luiz Antônio de Sampaio Campos. Alberto Joseph Safra, por seu procurador Eduardo Secchi Munhoz. Carlos Pelá - *Secretário*. JUCESP nº 371.514/22-8 em 27.07.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES PRESENCIAIS

DATA: 1º Público Leilão 26/08/2022 às 10h00 | 2º Público Leilão 30/08/2022 às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matr. Jucesp nº 715, autorizada por **GALLERIA FINANÇAS SECURITIZADORA S.A.**, CNPJ nº 34.425.347/0001-06, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 13, QUADRA L2, DO LOTEAMENTO ALPHAVILLE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, contendo benfeitorias de obras (conforme laudo de avaliação), situado com frente para Rua Quatro do Loteamento, Bairros do Jaguari e Pinheiros, no 2º Subdistrito Santana do Paraíba, São José dos Campos/SP, com **ÁREA TOTAL DE 554,94m²**. Medidas e Confrontações: mede 15,22m, em curva com raio de 302,00m, de frente para a rua de sua situação; na lateral direita, de quem da rua olha para o lote mede 34,50m e confronta com o Lote nº 12; na lateral esquerda mede 34,50m e confronta com o Lote nº 14; nos fundos mede 16,95m, em curva com raio de 336,50m, e confronta com a CVD1. Matrícula nº 18.591 do 2º CRI de São José dos Campos/SP. Inscrição Cadastral nº 29.0423.0013.0000. Consolidação da propriedade em 01/08/2022. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 502.381,56. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 272.187,25. Encargos interessado e arrematante: i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** desocupação do imóvel e todas as despesas e custas para o ato; **iv)** despesas a contar da data da arrematação; **v)** conferência antes dos leilões, das metragens informadas, não cabendo à leiloeira e à credora qualquer responsabilidade; **vi)** tomar conhecimento da situação física e jurídica do imóvel, e arcar com as custas, impostos, taxas e despesas para regularização das benfeitorias das obras existentes sobre o imóvel junto ao condomínio e demais órgãos competentes; **vii)** análise de eventuais ações judiciais em andamento. A venda é feita em caráter *ad corpus* e o imóvel será vendido no estado em que se encontra. **Imóvel ocupado**, desocupação a cargo do arrematante. **Fiduciantes: RODRIGO ROSSINI** - CPF: 251.865.758-44 e **FERNANDA SCARPA SILVEIRA ROSSINI** - CPF: 220.502.548-14, os quais ficam comunicados das datas dos leilões pelo presente edital, tendo em vista que se encontram em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Devedora: DONDOCA STUDIO DE BELEZA E SPA EIRELI** - CNPJ: 26.254.436/0001-09, por sua representante legal **ROSEANE OLIVEIRA MUANIS** - CPF: 087.956.746-59. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões. Informações: E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

pine.com

BANCO PINE S.A.

CNPJ nº 62.144.175/0001-20 - NIRE 35300525515

PINE INVESTIMENTOS DTVM LTDA.

CNPJ nº 92.236.777/0001-78 - NIRE 35208517731

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

GUILHERME VIEIRA NEVES, inscrito no CPF/ME sob nº 181.376.198-10.
DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no BANCO PINE S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 62.144.175/0001-20 e na PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob nº 92.236.777/0001-78.
ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet).
Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB.
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo
BANCO CENTRAL DO BRASIL
Gerência Técnica em São Paulo
São Paulo, 15 de agosto de 2022.

BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12.04.2022

Data, Hora, Local: 12.04.2022, às 11h, na sede social, na Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo/SP. **Presença:** Maioria dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Carlos Alberto Vieira - Presidente. Luiz Antonio de Sampaio Campos - Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** a eleição dos membros da Diretoria, nos seguintes cargos: ***Diretor Presidente: Silvio Aparecido de Carvalho***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.293.653-9 SSP/SP, CPF 391.421.598-49; ***Diretores Executivos: Carlos Pelá***, brasileiro, casado, advogado, RG 14.849.919 SSP/SP, CPF 102.539.598-02; ***Hiromiti Mizusaki***, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 3.367.069-9 SSP/SP, CPF 294.103.988-00; ***Leandro de Azambuja Micotti***, brasileiro, casado, advogado, RG 21.569.675 SSP-SP, CPF 167.898.058-77; ***Marcelo Dantas de Carvalho***, brasileiro, casado, bancário, RG 53.220.575 SSP/SP, CPF 762.310.031-91; ***Marcos Lima Monteiro***, brasileiro, divorciado, economista, RG 19.897.606-9 SSP/SP, CPF 105.109.428-30; ***Diretores: Agostinho Stefanelli Filho***, brasileiro, casado, bancário, RG 15.682.199 SSP/SP, CPF 057.825.658-45; ***Américo D'Ambrosio Junior***, brasileiro, casado, advogado, RG 8.297.363 SSP/SP, CPF 053.622.998-83; ***André Emílio Kok Neto***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 15.789.068-5 SSP/SP, CPF 086.803.238-70; ***Antônio Fernando Guedes***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 10.924.633 SSP/SP, CPF 053.021.408-37; ***Beatriz Bueno Galloni***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 11.559.178-3 SSP/SP, CPF 022.156.458-65; ***Bruno Appelbaum***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 28.590.127 SSP/SP, CPF 221.476.998-61; ***Eduardo Pinto de Oliveira***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 19.267.703-2 SSP/SP, CPF 116.875.908-00; ***Eduardo Teles de Oliveira***, brasileiro, casado, economista, RG 27.554.296 SSP/SP, CPF 250.959.718-36; ***Fernando Baptista da Cruz***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 24.146.055 SSP/SP, CPF 284.732.618-95; ***Fernando Cruz Rabello***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 18.600.203-8 SSP/SP, CPF 308.183.028-10; ***Jayme Srur***, brasileiro, casado, economista, RG 20.730.533-X SSP/SP, CPF 116.830.418-01; ***Joaquim Vieira Ferreira Levy***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 04.452.103-7 IFP/RJ, CPF 727.920.007-91; ***João Eduardo de Assis Pacheco Dacache***, brasileiro, divorciado, economista, RG 06948511-8 IFP/RJ, CPF 810.349.207-82, ***Luiz Eduardo Loureiro Veloso***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 05.288.308-9 DETRAN/RJ, CPF 000.919.997-74, ***Marcelo José Alves dos Santos***, brasileiro, casado, administrador, RG 8.399.374-5 SSP/SP, CPF 046.318.838-12, ***Mario Mello Freire Neto***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 9.371.466 SSP/SP, CPF 129.392.388-55, ***Paulo Sérgio Cavalheiro***, brasileiro, casado, contador, RG 5.253.147-8 SSP/SP, CPF 489.170.528-00; ***Pedro Carlos Araujo Coutinho***, brasileiro, casado, administrador financeiro, RG 59.817.514-3 SSP/SP, CPF 517.786.886-91, ***Reginaldo Marinho Fontes***, brasileiro, casado, matemático, RG 59.155.958-4 SSP/SP, CPF 766.610.837-00; ***Ricardo Augusto Gallo***, brasileiro, casado, engenheiro, RG 9.705.346 SSP/SP, CPF 075.355.428-32, ***Ricardo Daniel Gomes de Negreiros***, brasileiro, casado, economista, RG 52.620.594-5 SSP/SP, CPF 100.113.537-75; ***Rogério Narle Elmais***, brasileiro, casado, economista, RG 1611451 SSP/MG, CPF 329.024.506-30; ***Sidney da Silva Mano***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 8.096.343 SSP/SP, CPF 940.631.178-04, todos acima com domicílio em São Paulo/SP. Os membros da Diretoria eleitos: 1) terão prazo de mandato de 2 anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que forem eleitos ao término do mandato; 2) serão empossados em seus cargos após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; e 3) não estão impedidos, na forma da lei, para o exercício do cargo aos quais foram eleitos, e preenchem as condições previstas na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela aludida norma, que ficam arquivadas na sede da Sociedade. **(ii)** a eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de Remuneração da Sociedade, com prazo de mandato de 2 anos, estendendo-se até a posse dos novos membros que forem eleitos ao término do mandato: Srs. ***Marcelo Dantas de Carvalho***, brasileiro, casado, bancário, RG 53.220.575 SSP/SP, CPF 762.310.031-91; ***Marcelo José Alves dos Santos***, brasileiro, casado, administrador, RG 8.399.374-5 SSP/SP, CPF 046.318.838-12; e ***Almir Pereira da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 37.571.906-4 SSP/SP, CPF 549.558.746-49, todos com domicílio em São Paulo/SP. Os membros, ora eleitos, declaram que não estão incursos em crime algum previsto em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis; **(iii)** a nomeação da Sra. ***Beatriz Dias Surano***, CPF 214.569.318-14, com domicílio em São Paulo/SP, como Ouvidora do Conglomerado Financeiro Safra, com prazo de mandato de 24 meses; **(iv)** submeter à aprovação da AGO a ser realizada dentro do prazo legal, a proposta do Comitê de Remuneração relativa ao montante global da remuneração anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2022, no valor de R$100.000.000,00. **(v)** com as abstenções dos membros do Conselho de Administração Srs. Mauro Eduardo Guizeline e André Franco de Moraes, em decorrência de revisão anual regulatória, as seguintes políticas: (a) Política de Remuneração dos Administradores; (b) Política e Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental; (c) Política de Gestão Integrada de Riscos; (d) Política de Risco de Mercado; (e) Política de Risco Operacional; e (f) Política Corporativa de Continuidade de Negócios. As referidas políticas ficam arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins e efeitos; **(vi)** Tomaram conhecimento dos seguintes relatórios: **(a)** Relatório de Segurança da Informação e Resiliência Cibernética, data-base de 31.12.2021, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.893, de 26.02.2021; **(b)** Relatório de Efetividade: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, data-base de 31.12.2021, elaborado de acordo com a Circular nº 3.978, de 23.01.2020 e a Resolução CVM nº 50, de 31.08.2021; e **(c)** Relatórios de Ouvidoria, relativos ao 2º Semestre de 2021, elaborados de acordo com a Resolução CMN nº 4.860, de 23.10.2020 e Resolução CVM nº 43, de 17.08.2021. Os referidos relatórios ficam arquivados na sede da Sociedade para todos os fins e efeitos. **(vii)** foi registrada a requisição feita pelo conselheiro Sr. André Franco de Moraes para que seja avaliada a possibilidade de realização de uma apresentação dos trabalhos dos membros do Comitê Superior de Riscos. **Encerramento**: Nada mais. **Membros do Conselho de Administração**: Carlos Alberto Vieira - Presidente; Alberto Corsetti, André Franco de Moraes, Hiromiti Mizusaki, José Luiz Acar Pedro, Leandro de Azambuja Micotti, Mauro Eduardo Guizeline, Sérgio Alexandre Penchas e Silvio Aparecido de Carvalho. Carlos Alberto Vieira - *Presidente,* Luiz Antonio de Sampaio Campos - *Secretário*. JUCESP nº 383.158/22-9 em 29.07.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BANCO SAFRA S.A. - CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.10.2021

Data, Hora, Local: 29.10.2021, às 10h00, por videoconferência, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo/SP. **Convocação**: Publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial" em 21.10.2021, 22.10.2021 e, 23.10.2021 e "Folha de S. Paulo", em 21.10.2021, 22.10.2021 e 23.10.2021. **Presença**: Totalidade do capital. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos **-** Presidente. Leandro de Azambuja Micotti - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: **1)** Alteração do Artigo 14 e Parágrafos, que tratam do Comitê de Auditoria, em atendimento à Resolução nº 4.910, de 27.05.2021, do Conselho Monetário Nacional. **2)** Consolidação do Estatuto Social. **Encerramento**: Nada mais. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente. Leandro de Azambuja Micotti - Secretário. JUCESP nº 392.904/22-6 em 02.08.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração da Sociedade: Artigo 1º. O Banco Safra S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria e uma vez obtidas as competentes autorizações, instalar ou extinguir agências e escritórios, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto da Sociedade: Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social as operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de investimento), inclusive câmbio, operações compromissadas, crédito rural e o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$11.795.555.181,06, dividido em 15.300 ações sendo 7.650 ações ordinárias e 7.650 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, sendo a quantidade de ações ordinárias representativas do capital social da Sociedade constituída da seguinte forma: 2.142 ações ordinárias classe "A"; 2.142 ações ordinárias classe "D"; 1.224 ações ordinárias classe "E"; e 2.142 ações ordinárias classe "J". **Artigo 6º.** A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo ademais assegurado a totalidade das ações ordinárias, o direito a percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 1% sobre o lucro líquido apurado. **§ Único:** Cada classe de ação ordinária que represente, no mínimo, 8,5% do capital social confere, aos seus titulares, o direito de eleger, por meio de voto em separado, pelo menos 1 membro do Conselho de Administração por classe de ação, nos termos do artigo 16, inciso III da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º.** As ações preferenciais não dão direito a voto, proporcionando aos seus titulares as seguintes vantagens e preferências: **a)** prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, para a totalidade das ações dessa natureza, de 2% sobre a parte do capital social por elas representado; **b)** prioridade no reembolso do capital que representem na hipótese de liquidação da sociedade; e **c)** participação em igualdade com as ações ordinárias nos dividendos e bonificações que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral, após satisfeito o dividendo anual assegurado a cada uma das espécies de ações, consoante o disposto na letra "a" deste artigo e na parte final do artigo 6º, respectivamente. **Capítulo IV - Da Administração Social: Artigo 8º.** São órgãos de administração da Sociedade o Conselho de Administração e a Diretoria, sendo aquele órgão de deliberação colegiada e este órgão de representação legal da Sociedade, ambos com poderes e atribuições definidos neste Estatuto. **Artigo 9º.** O Conselho de Administração compor-se-á de, no mínimo, 03 e no máximo, 11 membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos. **§ Único.** Dentre os membros eleitos do Conselho de Administração, um será pela própria Assembleia Geral designado para exercer as funções de Presidente do Órgão. **Artigo 10.** A convocação das reuniões poderá feita por qualquer membro do Conselho de Administração. Compete ao Presidente do Conselho de Administração instalar e presidir as reuniões. Na sua ausência, as reuniões poderão ser instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho da Administração. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer na sede social, ou, caso todos os Conselheiros decidam, em outro local. Os membros do Conselho de Administração poderão, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, que serão realizados em tempo real, e considerados como ato uno. **§ 2º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, será o Presidente do Conselho de Administração substituído no exercício de suas atribuições pelo Conselheiro por ele mesmo indicado como seu substituto eventual. Os demais membros do Conselho de Administração serão substituídos, por seu turno, em suas ausências ou impedimentos temporários, pela mesma forma acima prevista para a eventual substituição do Presidente, desde que não se reduza a menos da metade do número total de Conselheiros; caso se verifique, em decorrência da ausência ou impedimento, a cogitada redução do número mínimo de Conselheiros em condições de presença e participação pessoal nas deliberações colegiadas, deixarão essas de efetivar-se até que cesse a ausência ou impedimento, uma vez que, caso se prolonguem tais situações, de forma incompatível com as conveniências ou necessidades sociais, caberá a Assembleia Geral, por iniciativa do Presidente ou de qualquer dos demais membros do Conselho de Administração declarar vago o cargo e proceder ao respectivo provimento, observadas as determinações legais e as constantes do presente Estatuto Social. **§ 3º.** No caso de vagar-se, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração, será a vaga preenchida pelo membro do mesmo Conselho que para tanto for indicado por seus pares, devendo o seu nome ser referendado pela Assembleia Geral. **§ 4º.** No caso de tornar-se vago qualquer dos cargos de Conselheiro, só será obrigatória a eleição do substituto, pela Assembleia Geral, se for tal eleição necessária para completar o número mínimo de 03 membros do Conselho de Administração, sendo facultativa a aludida eleição nos demais casos; o substituto eleito exercerá seu mandato pelo prazo correspondente ao restante do mandato do substituído. **Artigo 11.** Compete em especial ao Conselho de Administração: **a)** estabelecer as normas de orientação geral dos negócios e atividades sociais; **b)** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições observado o que a respeito se dispõe neste Estatuto; **c)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros, papéis e documentos da Sociedade, solicitar as informações que reputar necessárias sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; **d)** convocar a Assembleia Geral; **e)** manifestar-se sobre o relatório da Administração e contas da Diretoria; **f)** escolher e destituir os auditores independentes; **g)** declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; e **h)** nomear e destituir, a qualquer tempo, os membros do Comitê de Auditoria, da Ouvidoria, do Conselho Consultivo e do Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, sendo que o quorum para instalação das reuniões e o quorum para deliberação das matérias deverão ser de maioria em relação ao número total de seus membros eleitos, cabendo a cada Conselheiro direito a um voto. Em caso de empate, caberá ao Presidente o direito de proferir outro voto, de desempate. **§ 2º.** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as Atas de reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 12.** Os membros do Conselho de Administração, bem como os da Diretoria, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do órgão de que se tratar, após terem sido aprovadas pelo Banco Central do Brasil as respectivas eleições. **§ 1º.** Vencido o prazo de mandato, os membros dos órgãos estatutários da Sociedade, à exceção dos membros do Conselho Fiscal, continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **§ 2º.** Ficam os Administradores eleitos dispensados da prestação de caução ou outra garantia para o exercício de seus mandatos. **Artigo 13.** Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade poderá ser instalado um Conselho Consultivo composto de no máximo, 10 membros, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país ou no exterior. **§ 1º.** Caberá ao Conselho de Administração eleger os membros do Conselho Consultivo, cujo mandato será de 2 anos, podendo reconduzi-los por iguais períodos sucessivos, assim como destituí-los de seus cargos, a qualquer tempo. **§ 2º.** No caso de vacância, por qualquer razão, de qualquer membro do Conselho Consultivo, o Conselho de Administração poderá eleger seu substituto para completar o prazo de mandato do substituído. **§ 3º.** Aos membros do Conselho Consultivo competirá **a)** opinar sobre a orientação geral dos negócios da Sociedade; **b)** sugerir estratégicas para a atuação da Sociedade e de suas subsidiárias nos vários ramos de negócio financeiro; **c)** opinar sobre mercados, produtos e serviços de interesse da Sociedade; **d)** assessorar a Sociedade e seus administradores na consecução dos objetivos da Sociedade; **e)** opinar sobre as questões relevantes e projetos nas áreas de produtos, de tecnologia da informação, de recursos humanos, de processos corporativos, de riscos operacionais, de crédito, de liquidez e nas áreas de controles internos e compliance; e **f)** opinar sobre tudo o mais que assim for solicitado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Sociedade. **§ 4º.** O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que necessário. **Artigo 14.** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e será composto por no mínimo 03 e no máximo de 05 integrantes, permitindo-se que os integrantes sejam também diretores da Sociedade, desde que constituam menos da metade do total dos integrantes do Comitê de Auditoria. Os integrantes independentes deverão atender as seguintes condições: **I -** não ser e não ter sido nos últimos doze meses: **a)** diretor da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **b)** funcionário da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **c)** responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sociedade; e **d)** membro do conselho fiscal da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; **II** - não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso I, alíneas "a" e "c"; **III** - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria; e **IV** - não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. **§ 1º.** O prazo de mandato dos integrantes do Comitê de Auditoria será de até 05 anos. **§ 2º.** Até um terço dos integrantes do Comitê de Auditoria pode ter o mandato renovado, observadas as disposições regulamentares vigentes. **§ 3º.** Caso o integrante do Comitê de Auditoria seja também membro da Diretoria ou do Conselho de Administração da Sociedade, da sua controladora ou das suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos cargos. **§ 4º.** Um dos membros deve, necessariamente, possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade. **§ 5º**. O membro do Comitê de Auditoria será destituído a critério do Conselho de Administração. **§ 6º.** O Conselho de Administração nomeará o substituto do membro destituído, necessariamente para completar o número mínimo de membros do Comitê de Auditoria, sendo facultado nos demais casos. **§ 7º**. A função de membro do Comitê de Auditoria é indelegável. **§ 8º**. As deliberações do Comitê de Auditoria serão tomadas pela maioria de seus membros. **Artigo 15.** O Componente Organizacional de Ouvidoria ("Ouvidoria") tem a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade, as sociedades componentes do Grupo Safra e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **§ 1º.** A Ouvidoria será representada por um funcionário denominado do Ouvidor, que será nomeado pelo Conselho de Administração, tendo seu mandato de duração por 24 meses, podendo ser destituído pelo Conselho de Administração, por maioria de votos, mediante a eleição de novo Ouvidor, considerado mais adequado para o desempenho das atividades e/ou pelos seguintes motivos: **a)** prática de atos que extrapolem a sua competência; **b)** conduta ética incompatível; e **c)** outras práticas desabonadoras que justifiquem a destituição. **§ 2º.** O Ouvidor deverá ter formação em nível superior, certificação em Ouvidoria, formação em código de defesa de consumidor e experiência anterior em atividades de Ouvidoria. **§ 3º.** A Sociedade se compromete a: **a)** criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **b)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **§ 4º.** São atribuições da Ouvidoria: **a)** prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; e **b)** atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e informar ao Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria a respeito das atividades de Ouvidoria. **§ 5º.** São atividades da Ouvidoria: **a)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das sociedades componentes do Grupo Safra; **b)** prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento de suas demandas, informando o prazo previsto para resposta; **c)** informar aos demandantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; **d)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto informado na letra "c"; **e)** manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e **f)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **§ 6º.** Fica definido que a Sociedade, pertencente ao Conglomerado Safra, institui um Componente Organizacional único de Ouvidoria para todas as empresas componentes do Grupo Safra. **Artigo 16.** A Diretoria compor-se-á de um mínimo de 02 e um máximo de 49 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos e, bem assim, destituídos de seus cargos, a qualquer tempo, por deliberação do mesmo Conselho. **§ 1º.** Os Diretores terão as seguintes designações, assim divididos quantitativamente: 01 Diretor Presidente; mínimo de 02 e máximo de 09 Diretores Executivos; e mínimo de 02 e máximo de 40 Diretores. **§ 2º.** A definição das atribuições dos Diretores competirá ao Conselho de Administração, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social. **Artigo 17.** Na ausência do Diretor Presidente, o mesmo será substituído por um Diretor Executivo indicado pelo Conselho de Administração. Quanto à ausência ou impedimento dos demais Diretores, por lapso de tempo superior a 90 dias, competirá ao Conselho de Administração indicar um substituto, devidamente qualificado e que satisfaça as condições legais, o qual exercerá interinamente o cargo até que cessem os motivos determinantes da substituição. **§ Único.** No caso de se vagar por qualquer razão, qualquer dos cargos da Diretoria, o Conselho de Administração decidirá quanto ao preenchimento da vaga, exercendo, neste caso, o substituto que for eleito, suas funções, até o término do mandato do substituído, quando deverá ser eleito novo Diretor, em caráter efetivo. **Artigo 18.** A Diretoria, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º deste artigo, tem os necessários poderes para assegurar o funcionamento normal da sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **a)** ao Diretor Presidente compete presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **b)** a toda Diretoria compete: **(i)** exercer, em conjunto ou individualmente, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração; **(ii)** exercer a representação legal da sociedade em juízo ou fora dele; **(iii)** praticar os atos que importem em oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações e assinaturas de contratos; e **(iv)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei. **§ 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor Executivo indicado pelos presentes à Reunião. **§ 2º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por um mínimo de 02 Diretores, devendo necessariamente um deles, estar no exercício do cargo de Diretor Presidente ou Diretor Executivo, ou ainda 01 Diretor Executivo e 01 procurador, ou ainda por procurador ou procuradores nomeados na forma do presente Estatuto. Para a prática de atos de mera rotina administrativa que deverão ser previamente definidos pelo Conselho de Administração, poderá ainda a sociedade ser representada por um só Diretor ou por procurador ou procuradores investidos de poderes especiais, nomeados com observância deste Estatuto. **§ 3º.** A Diretoria, representada por 2 de seus membros e sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou um Diretor Executivo, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de procuração, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, que não poderá exceder a 1 ano, salvo para fins judiciais. **§ 4º.** Os atos que importem na alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias de caráter permanente dependerão de prévia autorização em reunião do Conselho de Administração, com a aprovação da maioria de seus membros. **§ 5º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente desde que presentes mais da metade de seus membros em exercício. **Artigo 19.** A remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Consultivo será fixada pela Assembleia Geral, com observância das disposições legais, cumprindo ao Conselho de Administração, por sua vez, fixar as remunerações individuais de seus membros, bem como dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo, sendo vedadas as participações nos lucros. **Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Comitê de Remuneração funcionará como Componente Organizacional único do Conglomerado do qual a Sociedade é a instituição líder. **§ 2º.** O Comitê de Remuneração reportar-se-á ao Conselho de Administração e será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 integrantes, com prazo fixo de mandato de 02 anos, eleitos pelo Conselho de Administração, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 anos. **§ 3º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração podem ser escolhidos entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, devendo, pelo menos um deles, não ser administrador da Sociedade. **§ 4º.** Para a reeleição dos membros do Comitê de Remuneração deverão ser observadas as regras legais e, cumprido o prazo de permanência máximo referido no Parágrafo 2º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente poderá voltar a integrá-lo depois de decorridos, pelo menos, 3 anos. **§ 5º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração devem ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 6º.** São atribuições do Comitê de Remuneração, além daquelas previstas em lei ou regulamento, a recomendação de remuneração individual dos administradores da Sociedade, bem como todas aquelas atribuídas pelo Conselho de Administração. **§ 7º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração não serão remunerados pelo exercício do cargo e na hipótese da nomeação de não funcionário, sua remuneração será estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com os parâmetros do mercado. **§ 8º.** O Comitê de Remuneração deve elaborar, com periodicidade anual, no prazo previsto em lei, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo, no mínimo, as exigências do Banco Central do Brasil para este tipo de política, tanto para os administradores da Sociedade quanto para os administradores das outras entidades do Conglomerado do qual a Sociedade é líder. **Capítulo V - Das Assembleias Gerais: Artigo 21.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que sejam também acionistas, administradores da Sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários nomeados. **Artigo 22.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e extraordinária, nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 23.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal: Artigo 24.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.404/76. **Artigo 25.** O Conselho Fiscal compor-se-á de um mínimo de 03 e um máximo de 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII - Dos Balanços, Resultados e sua Destinação: Artigo 26.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que deverão ser levantados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, os balanços gerais da Sociedade e as demonstrações contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da Sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta do Conselho de Administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o Parágrafo Segundo deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório previstos nos Artigos 6° e 7° deste Estatuto; **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta reserva especial, até o limite, naquela conta, de 95% do capital social, sendo que o saldo dessa reserva especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ 1º.** A reserva especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: **a)** futuras incorporações desses recursos ao capital social; **b)** pagamento de dividendos intermediários; **c)** manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade; e/ou **d)** expansão das atividades da sociedade. **§ 2º.** O Conselho de Administração poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 27.** Prescreve em 03 anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo VIII - Disposição Geral: Artigo 28.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo

Base Territorial: São Paulo, Santana de Parnaíba, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Suzano, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba, Santa Isabel e Guararema. CNPJ/MF nº 62.708.417/0001-60. **Edital de Convocação** – Pelo presente edital, convoco todos os trabalhadores(as) das indústrias de cimento, cal, gesso e argamassas compreendidas na base territorial deste Sindicato, associados ou não, todos com direito a voto, para participarem da **AGE a realizar-se no dia 19/08/2022, às 17h00**, em primeira convocação em nossa sede central sita à Rua Pe. Manoel Campello, nº 182, Perus, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; **2)** Elaboração e aprovação de Pauta de Reivindicações das categorias de cimento, cal, gesso e argamassas para datas-bases outubro, novembro e março; **3)** Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato para firmar Acordo/Convenção Coletiva por empresa ou com o Sindicato Patronal, e instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho se for o caso; **4)** Contribuição ao Sindicato. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação, 1 (uma) hora após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade. Devido à pandemia do Coronavirus e surto de Varíola dos Macacos, na ocasião deverão ser tomados todos os cuidados necessários como o distanciamento, o uso de máscara e álcool gel. São Paulo, 16/08/2022. ***Sidnei Fernandes Cruz** – Presidente.*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Público nº 002/2022, Edital nº 061/2022, processo nº 228/2022

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura, para implantação de infraestrutura urbana em via pública compreendendo a execução de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, sinalização viária horizontal e vertical do novo Centro (Avenida Brasil), (Avenida Odilon Tácito de Oliveira – Trecho 1), (Avenida Central Deputado José Camargo) e (Rua José Pires da Silva), em conformidade com Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária Estimativa, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos deste Edital.

A Prefeitura de Vargem Grande Paulista através da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações comunica aos interessados que após minuciosa análise dos documentos apresentados, constatado o atendimento as disposições e exigências de que trata o item 8 e seus subitens do Edital, declara por unanimidade de seus membros HABILITADAS para as demais fases do certame: **LICITANTE 01 – TETO CONSTRUTORA S/A; LICITANTE 02 – VIGENT CONSTRUÇÕES LTDA; LICITANTE 03 – PENASCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA; LICITANTE 04 – TRÍADE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES S/A; LICITANTE 05 – SCHUNCK TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA; LICITANTE 07 – VERSÁTIL ENGENHARIA LTDA**, restando inabilitada a **LICITANTE 06 – PALÁCIO CONSTRUÇÕES LTDA**, pelo não atendimento as disposições do **item 8.4.2.6** do edital, designando, escoado o prazo recursal sem manifestação dos licitantes, o dia 29 de agosto de 2022, às 09 horas a sessão para abertura dos envelopes 2 (propostas), nos termos da Ata de Julgamento. Em, 11 de agosto de 2022. Leandro Nunes – Presidente da CPJL.

CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c. 119, § 39M	N° da pauta MI22A0881SJ	Commonwealth de Massachuset!s Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Bruno Licuri Xavier , Auto v. Jose Francisco Xavier de Queiroz , Réu "Pai/Mãe Um" Se aplicável: , Réu "Pai/Mãe Dois"		Tribunal de Familia e Sucessões de Middlesex

Para o Réu acima mencionado:

Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M. Informações sobre a audiência:

Pedido
Data: **14/11/2022**
Hora: **09:00**
Local: **Lowell Courtroom 14 -6th Floor**
Lowell Justice Center
370 Jackson Street

Lowell, MA 01852

Você foi citado e requisitado por este meio a se apresentar a:
Bel. Lance Matthew Kropp

cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta , caso haja, à petição inicial que lhe foi apresentada, dentro de 7 dias após esta intimação, exclusiva do dia de notificação. Você também é obrigado a apresentar sua resposta à petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex, seja antes da notificação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável depois disso.

EM TESTEMUNHO, MM. Maureen H Monks, Primeiro Juiz deste Tribunal. [Assinatura] Data: 5 de agosto de 2022 Oficial do Tribunal

CITAÇÃO em REQUERIMENTO Registro na POR DEPENDÊNCIA RELATIVO A G.L. c. 119, § 39 M	Registro MI22A0879SJ	Commonwealth de Massachussets Tribunal de Julgamentos Tribunal de Sucessões e Família
Rosangela da Cruz Ramos, Requerente Vs. Jhonatas da Cunha Araujo, Réu "Pai Um" Se aplicável: Réu "Pai Dois"		Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex

Ao réu nomeado acima:
Ordena-se que o Sr. compareça ao Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex para uma audiência relativa a este Requerimento por Dependência relativo a G.L. c. 119, § 39 M.

Informações sobre a audiência:
Processo
Data: 14/11/2022
Hora: 09:00
Local: Lowell Courtroom 14 60 Andar
Centro de Justiça de Lowell
Jackson Street, 370

Lowell, MA 01852

Você está citado e requisitado para se apresentar a:
Daniel A Rojas, Esq.

Cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St.
Chelsea, MA 02150

A sua resposta, se houver, ao requerimento pelo qual o Sr. está sendo citado, deve ser apresentada dentro de 7 dias após o recebimento desta citação, excluindo o dia de recebimento. Requer-se também que o Sr. apresente a sua resposta ao requerimento no escritório de registro deste tribunal, no Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex, seja antes da intimação do reclamante ou advogado do reclamante, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável após isso.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6567/2022
EXCLUSIVO ME/EPP

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição de roupeiros de aço para Base Operacional da Guarda Municipal, em conformidades com as especificações e quantitativos anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Defesa Social. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 30 de agosto de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 17/08/2022 até as 08h30min do dia 30/08/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 30/08/2022 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 30/08/2022 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 15 de agosto de 2022.
Antonio Ruy Neto - Secretário de Defesa Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 10/2022

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, registrada sob nº. **10/2022**, permitindo ***a escolha da proposta global mais vantajosa*** para a **Contratação de empreiteira para execução de serviços de Infraestrutura Urbana com Recapeamento Asfáltico em diversas ruas do Município de Anhumas, por força do convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Desenvolvimento Regional – Gabinete do Secretário - registrado sob o nº 102301/2022, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária**. O Edital da **Tomada de Preços nº. 10/2022** deste Edital encerrar-se-á no dia **01 de setembro de 2022**, às **10h30min**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes documentos e propostas, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1140 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 12 de agosto de 2022. Roseli Aparecida Evangelista da Silva – Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 09/2022

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, registrada sob nº. **09/2022**, permitindo ***a escolha da proposta global mais vantajosa*** para a **Contratação de empreiteira para execução de serviços de Infraestrutura Urbana com Recapeamento Asfáltico na Rua Fernando Cachefo do Município de Anhumas, por força de convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Desenvolvimento Regional – Gabinete do Secretário - registrado sob o nº 102300/2022, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária**. O Edital da **Tomada de Preços nº. 09/2022** deste Edital encerrar-se-á no dia **01 de setembro de 2022, às 08h30min**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes documentos e propostas, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1140 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 12 de agosto de 2022. Roseli Aparecida Evangelista da Silva – Presidente CPL.

Aviso de Licitação – Tomada de Preços

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI-SP torna público aos interessados a realização do Tomada de Preços nº 9/2022, Processo nº 108/2022.
TIPO: Menor preço - Global.
OBJETO: Pavimentação asfáltica, guia e sarjeta.
VALOR ESTIMADO: R$ 340.007,48
DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Quarta-Feira, 31 de agosto de 2022, às 08:15 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro – Fone: (17) 3285-9999 – Guaraci/SP.
EDITAL: o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: http://www.guaraci.sp.gov.br/
DATA: 15/08/2022

Renato Azeda Ribeiro de Aguiar – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº11/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº3.214/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PONTE MISTA CONCRETO ARMADO / AÇO, SOBRE O RIO PARATEI, SITO RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, BAIRRO MORRO GRANDE, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/09/2022 ÀS 09H00. O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República n°530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br - link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ 62.063.177/0001-94 - NIRE 35.300.019.539

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022

Data, Hora, Local: 29.04.2022, às 16h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo/SP. **Mesa:** Hiromiti Mizusaki - Presidente. Paulo Sérgio Cavalheiro - Secretário. **Presença**: Representantes legais do Banco Safra S.A., único acionista da Sociedade, Administrador da Sociedade e representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em conformidade com o § 1º do art. 134 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações Aprovadas:** 1) As contas dos administradores, na forma consignada no Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, publicados no jornal "Folha de S. Paulo", bem como no Caderno Digital do referido jornal, ambos em edição de 08.03.2022; 2) Conforme determina o § único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício, no montante de R$12.742.727,46, foi absorvido por parte do saldo da conta Reserva Especial; e 3) a eleição do seguintes membros para compor a Diretoria: **Diretores Executivos**: **Alberto Corsetti**, brasileiro, casado, economista, RG 2.782.125 SSP/SP, CPF 035.871.508-34; **Carlos Pelá**, brasileiro, casado, advogado, RG 14.849.919 SSP/SP, CPF 102.539.598-02; **Hiromiti Mizusaki**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 3.367.069-9 SSP/SP, CPF 294.103.988-00; **Marcelo Dantas de Carvalho**, brasileiro, casado, bancário, RG 53.220.575 SSP/SP, CPF 762.310.031-91; e **Marcos Lima Monteiro**, brasileiro, divorciado, economista, RG 19.897.606-9 SSP/SP, CPF 105.109.428-30; **Diretores Administrativos**: **Eduardo Pinto de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 19.267.703-2 SSP/SP, CPF 116.875.908-00; **Leandro de Azambuja Micotti**, brasileiro, casado, advogado, RG 21.569.675 SSP/SP, CPF 167.898.058-77; **Paulo Sérgio Cavalheiro**, brasileiro, casado, contador, RG 5.253.147-8 SSP/SP, CPF 489.170.528-00; e **Reginaldo Marinho Fontes**, brasileiro, casado, matemático, RG 59.155.958-4 SSP/SP, CPF 766.610.837-00, todos com domicílio em São Paulo/SP. Os membros da Diretoria ora eleitos: 1) terão prazo de mandato de 3 anos, estendendo-se até a posse dos novos membros que forem eleitos na AGO que se realizar no ano de 2025; e 2) não estão impedidos, na forma da lei, para o exercício do cargo aos quais foram eleitos e preenchem as condições previstas no Artigo 2º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela aludida norma, que ficam arquivadas na sede da Sociedade, e somente serão empossados em seus cargos após a homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil; 4) fixar em até R$3.000.000,00, o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2022. **Encerramento:** Nada mais. **Acionista:** Banco Safra S.A. representado por seu Diretor Executivo Hiromiti Mizusaki e Diretor Paulo Sérgio Cavalheiro. Certificamos ser a presente cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio da Sociedade. Hiromiti Mizusaki - *Presidente*, Paulo Sérgio Cavalheiro - *Secretário*. JUCESP nº 383.854/22-2 em 29.07.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL
ADIAMENTO

Comunicamos que o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 375/2022, destinado à aquisição de MONITOR MULTIPARAMETRICO..., com encerramento no dia 17/08/2022, às 09:00 horas, foi ADIADO, em razão de pedido de esclarecimento pela empresa Alfamed Sistemas Medicos. Tão logo sejam efetuadas as adequações necessárias, será publicada nova data.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Re-ratifico. Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº130/22. Considerando o equívoco na elaboração da matéria publicada em 13/08/2022, **ONDE-SE LÊ:** Objeto: Contratação de empresa especificada para dispositivos delimitadores utilizados para orientar o condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento e a sua separação em faixas de trânsito; **LEIA-SE:** Objeto: Aquisição de dispositivos delimitadores utilizados para orientar o condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento e a sua separação em faixas de trânsito. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, nº147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 29/08/2022, às 10:00 horas.

BANCO J. SAFRA S.A.

CNPJ 03.017.677/0001-20 - NIRE 35.300.170.733

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Extraordinárias realizada em 04.03.2022

Data, hora, local: 04.03.2022, 18h, na sede social, Avenida Paulista, 2.150, São Paulo/SP. **Mesa**: Hiromiti Mizusaki - Presidente, Marcos Lima Monteiro - Secretário. **Presença**: Representantes do Banco Safra S.A. e da Elong Administração e Representações Ltda., únicos acionistas da Sociedade. **Deliberação aprovadas**: Eleger o Sr. ***Marcio Aurelio de Nobrega***, brasileiro, casado, bancário, RG 14.091.242 SSP/SP, CPF 085.947.538-70, com domicílio em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica. O membro da Diretoria ora eleito: 1) terá prazo de mandato coincidente ao dos demais membros da Diretoria, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos na mencionada Assembleia; e 2) não está impedido de exercer atividade mercantil, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela aludida norma, que ficam arquivadas na sede da Sociedade, e somente será empossado em seu cargo após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **Encerramento**: Nada mais. **Acionistas: Banco Safra S.A.** e **Elong Administração e Representações Ltda.**, ambas por seus Diretores Hiromiti Mizusaki e Marcos Lima Monteiro. JUCESP nº 395.294/22-8 em 04.08.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022
PROCESSO Nº 073/2022 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de Equipamentos para a Estratégia de Atenção Primária e Estratégia de Saúde da Família, conforme Emenda Parlamentar nº 2022.101.41449, para a Secretaria de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 29/08/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 13h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga nº 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 15 DE AGOSTO DE 2022.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022
PROCESSO Nº 072/2022 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a Aquisição de Materiais de uso diário nas Unidades de Saúde, conforme Emenda Parlamentar nº 2022.132.43894, para a Secretaria de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DA REALIZAÇÃO: 29/08/2022. HORÁRIO DE INÍCIO: 08h30. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://prefeiturapirajui.ddns.net:3390/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.

PIRAJUÍ, 15 DE AGOSTO DE 2022.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - PROCESSO Nº 350/2022

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de material, mão de obra e equipamentos, para reforma do CEMEI Profª Maria Aparecida Barbosa Terruel, localizada na Rua Rio Negro n.º 2931, Parque Residencial Santa Amélia, Votuporanga/SP. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 31 de agosto de 2022, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9819, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 01 de setembro de 2022, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 15/08/2022.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022
Processo nº 5532-8/2022

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaboticabal-SP, informa que com referência ao processo licitatório, modalidade **Concorrência Pública nº 05/2022** - que trata da contratação de empresa especializada em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da obra de construção do Novo Centro de Saúde - o objeto do presente certame foi **ADJUDICADO** à empresa: **K&G CONSTRUTORA GARCIA LTDA.**, no valor global de **R$7.895.192,75 (sete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos)**

Jaboticabal, 15 de agosto de 2022.
Angela Paula Gimenez de Oliveira

Commonwealth de Massachusetts
Tribunal de Julgamentos
Tribunal de Sucessões e Família

Divisão de Norfolk — Arquivo nª 22 0079

CITAÇÃO POR PUBLICAÇÃO, EMAIL, TEXTO, POSTS EM REDES SOCIAIS E CARTA

LUCIANA DOURADO RIBEIRO representando ANNABEL NIELLEN REIS DOURADO, requerente

Vs.

JOELSON DA SILVA REIS, réu

Ao réu acima nomeado:

Um Requerimento por Dependência foi apresentado por este Tribunal pela requerente Luciana Dourado Ribeiro representando Annabel Niellen Reis Dourado.

O Sr. está citado para contatar (Daniel Rojas Esq.) cujo endereço é 235 Marginal Street Chelsea, MA 02150.

O Sr. deve apresentar a resposta para o requerimento até 7/9/22. Caso não o faça, o Tribunal procederá com as audiências e adjudicação dessa causa. O Sr. também deve apresentar uma cópia da resposta ao escritório de registros deste tribunal em CANTON.

Testemunha, Patricia A. Gorman, Esquire, primeira juíza do mencionado tribunal em CANTON, neste 3 de Agosto de 2022.

[SIGNATURE]
Registro de Sucessões

BANCO J. SAFRA S.A. - CNPJ 03.017.677/0001-20 - NIRE 35.300.170.733

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Extraordinária realizadas em 17.12.2021

Data, Hora, Local: 17.12.2021, às 9h00, na sede social, Avenida Paulista, 2.150, São Paulo/SP. **Mesa**: Hiromiti Mizusaki **-** Presidente. Marcelo Dantas de Carvalho - Secretário. **Presença**: Representantes do Banco Safra S.A. e da Elong Administração e Representações Ltda., únicos acionistas da Sociedade. **Deliberações Aprovadas: 1)** a alteração da redação dos Artigos **2º**, **9º**, **11** e **12** do Estatuto Social. **2)** a consolidação do Estatuto Social. **Encerramento**: Nada mais. **Acionistas: Banco Safra S.A.**, por seus Diretores Hiromiti Mizusaki e Marcelo Dantas de Carvalho. **Elong Administração e Representações Ltda**., por seus Diretores Hiromiti Mizusaki e Marcelo Dantas de Carvalho. Hiromiti Mizusaki - Presidente, Marcelo Dantas de Carvalho - Secretário. JUCESP nº 395.293/22-4 em 04.08.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º. O BANCO J. SAFRA S.A**.** é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) instalar, alterar o endereço ou extinguir dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado. **Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas, e acessórias, inerente às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil) inclusive de câmbio, na forma das disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a administração de carteira de valores mobiliários e administração de fundos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social é de R$491.913.796,02, dividido em 1.938.265.401 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** O capital social poderá ser aumentado mediante a subscrição pública ou particular de ações, por deliberação da Assembleia Geral, à qual competirá fixar as condições da aludida subscrição, observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis. **§ 2º.** A cada ação, que é indivisível perante a Sociedade, corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Da Administração Social: Artigo 6º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 30 membros, Diretores esses sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O prazo de mandato dos Diretores é de 02 anos, sendo admitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger diretor para cargo vago, o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **§ 3º.** Para preenchimento de cargo vago tal eleição pela Assembleia Geral só será obrigatória para se perfazer o número mínimo de 02 membros da Diretoria, sendo facultativa nos demais casos. **Artigo 7º.** A investidura dos Diretores far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, após sido aprovada pelo Banco Central do Brasil, as respectivas eleições. **§ Único.** Vencido o prazo de mandato, os membros dos órgãos estatutários da Sociedade, à exceção dos membros do Conselho Fiscal, continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **Artigo 8º.** Em caso de vaga na Diretoria por renúncia, afastamento, morte ou outra hipótese qualquer, proceder-se-á a eleição de Diretor interino, em Reunião da Diretoria, até a 1ª Assembleia Geral, que deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto então eleito servirá pelo tempo que restava ao substituído para completar o seu mandato. **§ Único.** Em havendo e permanecendo somente 01 dos membros da Diretoria, proceder-se-á eleição de novo Diretor pela Assembleia Geral, que imediatamente será convocada. **Artigo 9º.** O limite da remuneração global da Diretoria será fixado, anualmente, pela Assembleia Geral. **Artigo 10.** A Diretoria se reunirá sempre que o exigirem os interesses da Sociedade, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 11.** A Diretoria, sempre que representada por, no mínimo, 02 de seus membros, tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade e também os de onerar e ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessar dívidas, prestação de garantia real ou fidejussória, conceder avais e fianças, assunção de obrigações e assinaturas de contratos, ressalvados os impedimentos legais ou regulamentares. **§ 1º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos e papéis de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por (a) 02 Diretores, em conjunto, ou (b) 01 Diretor, em conjunto, com e 01 procurador, nomeados na forma do presente Estatuto; ou (c) 02 procuradores, em conjunto, nomeados na forma do presente Estatuto. **§ 2º.** A Sociedade poderá, ainda, ser representada, isoladamente, por 01 Diretor ou por 01 procurador investido de poderes especiais, nomeado com observância deste Estatuto, exclusivamente: a) em assuntos de rotina, que não envolvam assunção de obrigações ou renúncia de direitos; b) no exercício de poderes da cláusula "ad judicia"; c) na representação da Sociedade perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidade e/ou obrigações em nome da Sociedade; d) na assinatura de procurações eletrônicas perante administração pública ou perante empresas de economia mista que não permitam a representação conjunta; e e) em outras situações que venham a ser aprovadas pela Diretoria. **§ 3º.** Na outorga de procurações a Sociedade será representada, obrigatoriamente, por 2 Diretores, podendo nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores especificando nos respectivos instrumentos de mandato os atos e operações que poderão praticar. **§ 4º.** Exceto para instrumentos de mandato com poderes da cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", todos os instrumentos de mandato deverão conter: a) prazo de validade que não poderá exceder a um ano; b) vedação do substabelecimento; e c) no caso de instrumentos de mandato que incluam poderes para alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, concessão de crédito, assunção de obrigações, prestação de garantias reais ou fidejussórias, transação ou renúncia de direitos, emissão de títulos ou celebração de contratos, deverão constar no instrumento de mandato os montantes máximos de obrigações que podem ser assumidas por tais procuradores agindo em nome da Sociedade. **Artigo 12.** Compete à Diretoria: a) orientar os negócios da Sociedade; b) exercer a representação legal da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; c) elaborar os relatórios e as contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei; d) deliberar sobre a alteração do endereço da sede, desde que dentro do mesmo município e a criação, instalação, alteração de endereço e fechamento de dependências e escritórios; e) fixar através de resolução, as atribuições de cada membro da Diretoria, não expressamente estabelecidas neste Estatuto; f) elaborar e aprovar o regimento interno da Sociedade, nele fixando as atribuições de todos os demais órgãos administrativos; g) nomear os gerentes da Matriz e agências; h) conceder eventuais gratificações aos funcionários; i) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; j) escolher e destituir auditores independentes; e k) convocar a Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral: Artigo 13.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que sejam também acionistas, administradores da sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários nomeados. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e extraordinária nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral Ordinária será realizada anualmente nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo, desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 15.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem dos trabalhos, objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 16.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente, mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, observado o disposto no Artigo 161 e respectivos §§ da Lei 6.404/76. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal compor-se-á no mínimo 03 a no máximo 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado sobre a instalação e o funcionamento do órgão, cabendo à mesma Assembleia fixar as remunerações a que fizerem jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da 1ª Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VI - Do Exercício Social e da Distribuição de Lucros: Artigo 18.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que deverão ser levantados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, os balanços gerais da Sociedade e as demonstrações contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da Sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da Assembleia Geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal; b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; c) pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o § 2º deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório de 1%; d) o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta Reserva Especial, até o limite, naquela conta, de 95% do capital social, sendo que o saldo dessa Reserva Especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e e) o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ 1º.** A Reserva Especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: a) futuras incorporações desses recursos ao capital social; b) pagamento de dividendos intermediários; c) manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade; e/ou d) expansão das atividades da sociedade. **§ 2º.** A Diretoria poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19.** Prescreve em 03 anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo VII - Da Liquidação: Artigo 20.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observadas as normas legais pertinentes. **§ Único.** A Assembleia Geral compete estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear o liquidante e ainda o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação. **Capítulo VIII - Disposição Geral: Artigo 21.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das S/A e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

BANCO J. SAFRA S.A.

CNPJ 03.017.677/0001-20 - NIRE 35.300.170.733

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30.04.2021 ás 09:00 horas

CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 371.512/22-0 em 27.07.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Aviso de licitação

Pregão Presencial nº84/22 P.A. nº48.534/22 - Obj.: R.P.para contratação de empresa para serviço de telecomunicação fixa - Disputa dia 29/08/22 às 09:00 horas.

Pregão Presencial nº85/22 P.A. nº47.686/22 - Obj.: R.P.para aquisição de troféus e medalhas - Disputa dia 30/08/22 às 09:00 horas.

Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11)4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 15 de Agosto de 2022.
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº005414/2022 – ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE AMPARO/SP – **MODALIDADE:** PREGÃO Nº29/2022 (ELETRÔNICO). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE ROLAMENTOS PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL DO SAAE AMPARO PELO PERIODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME EDITAL E ANEXOS. DATA DA REALIZAÇÃO: 26/08/2022 ÀS 09:30 HORAS. PRAZO PARA CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09H00MIN DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2.022 ATÉ ÀS 09H15MIN DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2.022** EDITAL DISPONÍVEL A PARTIR DO DIA 16/08/2022 NA DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DO SAAE AMPARO, DAS 9H00 ÀS 16H00 OU ATRAVÉS DOS SEGUINTES ENDEREÇOS: https://saaeamparo.sp.gov.br/categoria/pregao, https://egov.paradigmabs.com.br/cebi/Default.aspx. INFORMAÇÕES: Tel (19)3808-8400, ramais 237 / 261, com Tauan ou Marli. Amparo, 15 de agosto de 2022. **MARLI ROLEDO MAIORAL** - Gerente de Suprimentos -

Commonwealth de Massachusetts
Tribunal de Julgamentos
Tribunal de Sucessões e Família

Divisão de Norfolk — Arquivo nº 22A0078

CITAÇÃO POR PUBLICAÇÃO, EMAIL, TEXTO, POSTS EM REDES SOCIAIS E CARTA

LUAN DIAS DA SILVA, requerente

Vs.

GENES NATAL DA SILVA, réu

Ao réu acima nomeado:

Um Requerimento por Dependência foi apresentado a este Tribunal pelo requerente **LUAN DIAS DA SILVA.**

O Sr. está citado para contatar **Daniel A. Rojas Esq.** cujo endereço é 235 Marginal Street Chelsea, MA 02150.

O Sr. deve apresentar a resposta para o requerimento até 7/9/22. Caso não o faça, o Tribunal procederá com as audiências e adjudicação deste processo. O Sr. também deve apresentar uma cópia da resposta ao escritório de registros deste tribunal em **CANTON.**

Testemunha, **Patricia A. Gorman,** Esquire, primeira juíza do mencionado tribunal em **CANTON,** neste 3 de agosto de 2022.

Registro de Sucessões

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº019/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO 061/2022.

A Prefeitura do município de Alfredo Marcondes, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço por Item, para REGISTRO DE PREÇOS para **EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LEITE PASTEURIZADO, BEBIDA LÁCTEA E MANTEIGA, DESTINADOS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE ALFREDO MARCONDES, pelo período de 12 meses com as respectivas quantidades e descritos no termo de referência**, em sessão pública a partir das **9:00 horas do dia 30/08/2022** (horário de Brasília- DF), na sala de licitações da Prefeitura Municipal localizada na Rua Osvaldo Cruz, nº401, Centro, neste município. Informamos que o Edital encontra-se disponível no site www.alfredo marcondes.sp.gov.br; na aba "Editais para licitações". Maiores informações pelo telefone (18)3266-4090. Alfredo Marcondes, 12 de agosto de 2022. **Celso Pirani Passos - Prefeito Municipal**

Prefeitura da Estância Turística de Salto
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6595/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) Micro-Ônibus completos, 0Km, cor branca, ano modelo 2022/2023, adaptado para portadores de necessidades especiais, destinados ao setor de transporte escolar, de acordo com descritivo anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Educação. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 29 de agosto de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 17/08/2022 até as 13hs do dia 29/08/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 29/08/2022 às 13h05min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 29/08/2022 às 13h30min.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 15 de agosto de 2022.
Anna Christina Carvalho Macedo de Noronha Fávaro - Secretária de Educação

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes do produto: **FLATSCAN DF80 e FLATSCAN DF80 DV**: Equipamento de inspeção por Raio X tipo túnel, equipamento para diagnostico por imagens em cadáveres humanos, através de inspeção por raios-X utilizado para aplicações no auxilio para geração de laudos por meio de imagens de alta definição, possibilitando maior dinamismo e precisão na identificação da causa/morte dos indivíduos, características técnicas: dimensões da entrada do túnel de inspeções: largura 0,80 m; altura 0,80 m; Características físicas dos equipamentos FLATSCAN DF80 e FLATSCAN DF80 DV: comprimento de 4,75m e 4,90m, largura de 1,40m e 1,77m, altura de 1,95m e 2,03m e peso máximo de 1500kg e 1700kg respectivamente; Capacidade média do exame de 20 exames/hora; capacidade de armazenamento de até 20.000 imagens; temperatura de funcionamento de 10 a 40° C; revestimento interno do túnel de inspeção em aço inox; túnel de inspeção com blindagem de raio-x dispensando a necessidade de sala blindada e isento de requisitos de proteção radiológica comprovada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e Manutenção e assistência técnica com garantia autorizada pelo fabricante; fabricação e fornecimento de acessórios e peças originais com características específicas; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 16 de agosto de 2022.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº073/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 073/2022. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realização de estudos técnicos complementares para regularização de obras hidráulicas existentes – afluente do Ribeirão do Cavalheiro, entre as Ruas Cardeal e Ivo Manoel. Para atendimento de demanda do DAEE e Ministério Público, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 26/08/2022 as 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 15 de Agosto de 2.022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PC 1180/2022 – PE 466/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS COM USO DE APLICATIVO CUSTOMIZAVEL WEB MOBILE COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DA INTERNET E PROVEDORES DE CONTEÚDO PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/08/2022 – 9h30min**. O edital estará disponível para realização de download no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br,** bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5488/5489, preferencialmente contatar pelo e-mail **editais.compras@saobernardo.sp.gov.br**.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DO MOBILIARIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA, entidade sindical devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.161.562/0001-60, com sede administrativa na Rua General Osório, nº 191/193, Centro, em São Bernardo do Campo (SP), CEP: 09715-380 - Fone: 4125-1311, com base territorial nos municípios de São Bernardo do Campo e Diadema, vem, pelo presente edital de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, convocar todos os trabalhadores nas Indústrias de **MÓVEIS**, de São Bernardo do Campo e Diadema, associados ou não, todos com direito a voto, cuja data base são em 01 de novembro, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 26 de Agosto de 2022 às 18:00 horas em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda convocação; na sede do sindicato localizada na Rua General Osório, nº 191/193, Centro, em São Bernardo do Campo (SP), CEP: 09715-380, a fim de deliberarem sobre as seguintes **ordens do dia: 1)** Esclarecimentos gerais acerca das dificuldades enfrentadas pelas categorias no momento; **2)** Apresentação, discussão e aprovação do rol de reivindicações das categorias de MÓVEIS; **3)** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para que dê inicio ao processo de negociação e possa firmar acordo/convenção coletiva e posteriormente, se necessário, instaurar o competente dissídio coletivo (econômico/greve); **4)** Discussão e aprovação do desconto a título de contribuição assistencial para custeio da organização sindical, descontada de todos os trabalhadores das categorias, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas; **5)** Discussão e aprovação de meios para o custeio da organização Sindical; 6) Decidir pela manutenção da assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora aprazada em primeiras convocações não houver "quorum", à assembleia será realizada em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. São Bernardo do Campo, 16 de Agosto de 2.022. **Claudio Bernardo da Silva** (Presidente).

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7676-7/2022
RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022
PROCESSO Nº 5532-8/2022

Após análise das razões de recurso administrativo, apresentadas pela empresa **ENGETEC ENGENHARIA EIRELI**, junto ao processo licitatório, modalidade **Concorrência Pública nº 05/2022**, que trata da contratação de empresa especializada em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da obra de construção do Novo Centro de Saúde; da manifestação exarada pela Secretaria de Planejamento (fls 10), bem como, do parecer jurídico (fls 11), anexados aos autos, **DECIDO** por conhecer o recurso apresentado, para, no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, posto ter havido erro material quanto à somatória ao valor global, mantendo inalterado o resultado da classificação das propostas.
Publique-se esta decisão, dando ciência à recorrente.
Após, encaminhe-se os autos à Comissão Permanente de Licitações, para conhecimento e prosseguimento da marcha processual.
Cumpra-se.
Jaboticabal, 15 de agosto de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 26/22 - Processo nº 13.669/22 - PRESENCIAL

Objeto: implantação de registro de preços para aquisição de OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS E PACIENTES QUE FAZEM USO DE OXIGÊNIO DOMICILIAR, em atendimento a Secretaria da Saúde, desta Prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de apoio fazem saber que, acha-se aberta nesta Prefeitura a licitação retro citada, sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **10h00min** do dia **26/08/2022,** sito à Rua Elton Silva, nº 1.000 - Parque JMC - Jandira - SP. O edital encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço (setor de licitações) no quadro de Editais e também para aquisição na íntegra, mediante o pagamento da taxa de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou ainda, gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br, aba licitações. Informações e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.
Valter Pucharelli - Pregoeiro

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 27/22 - Processo nº 12.685/22 - PRESENCIAL

Objeto: implantação de registro de preços para aquisição de MATERIAL ODONTOLÓGICO, em atendimento a Secretaria da Saúde, desta Prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de apoio fazem saber que, acha-se aberta nesta Prefeitura a licitação retro citada, sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **10h00min** do dia **29/08/2022,** sito à Rua Elton Silva, nº 1.000 - Parque JMC - SP. O edital encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço (setor de licitações) no quadro de Editais e também para aquisição na íntegra, mediante o pagamento da taxa de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou ainda, gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br, aba licitações. Informações e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.
Valter Pucharelli - Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7810-7/2022
RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2022
PROCESSO Nº 5531-0/2022

Após análise das razões de recurso administrativo, apresentadas pela empresa **ENGETEC ENGENHARIA EIRELI**, junto ao processo licitatório, modalidade **Concorrência Pública nº 06/2022**, que trata da contratação de empresa especializada em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da obra de construção de Escola Estadual - Padrão FDE; da manifestação exarada pela Secretaria de Planejamento (fls 10), bem como, do parecer jurídico (fls 11), anexados aos autos, **DECIDO** por conhecer o recurso apresentado, para, no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo inalterado o resultado da classificação das propostas.
Fica cientificada, a empresa **ENGETEC ENGENHARIA EIRELI** acerca da possibilidade de exercer seu direito de preferência como ME/EPP, através da apresentação de nova planilha financeira, até as 17h00 do dia 18/08/2022, junto ao Departamento de Gestão de Material e Patrimônio.
Publique-se esta decisão, dando ciência à recorrente.
Após, encaminhe-se os autos à Comissão Permanente de Licitações, para conhecimento e prosseguimento da marcha processual.
Cumpra-se.
Jaboticabal, 15 de agosto de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2022012000279 – Fornecimento futuro e eventual de rádios transreceptores portáteis – *HTs*, Marca Motorola, para Diversas Unidades. Abertura: 15/09/2022 às 10h30.

PE 2022012000301 – Serviços especializados de monitoramento e controle de cupins subterrâneos para a Unidade Consolação. Abertura: 08/09/2022 às 10h30.

PE 2022012000302 – Serviços de transporte nacional de obras de arte para a Unidade Carmo. Abertura: 29/08/2022 às 10h30.

PE 2022012000303 – Locação de equipamentos de iluminação para a Unidade Sorocaba. Abertura: 25/08/2022 às 10h30.

PE 2022012000307 – Serviços de transporte de gêneros alimentícios para o Centro de Captação e Armazenagem Mesa Brasil-Sesc SP. Abertura: 01/09/2022 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallic.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2022
PROCESSO Nº 7590-6/2022

Tendo em vista a necessidade de **retificação na descrição dos itens 309 ao 312 e dos itens 361, 362, 365 e 366**, constantes do Anexo I do edital de licitações, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2022** - que trata do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MATERIAL PARA ROTINA PEDAGÓGICA E EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Jaboticabal/SP**, publicado originalmente no Diário Oficial da União – Seção 3, no dia 02/08/2022, página 267, no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção 1, em 02/08/2022, página 194 e no jornal Folha de S.Paulo, edição do dia 02/08/2022, página A20; avisamos aos interessados que nos termos do §4º do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido. O **novo encerramento** dar-se-á no dia **31 de agosto de 2022 às 08h30**. O edital modificado estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**
Jaboticabal, 15 de agosto de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 070/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12.583/2022
TIPO: MENOR PREÇO

Objeto: Contratação de serviço de locação de beliches para atender aos árbitros dos jogos abertos "Horácio Baby Barioni". Data da sessão: 26/08/2022. Horário de início da sessão: 09:00 horas. Local da realização da sessão: Sala de reuniões da Secretaria de Administração - Rua Sebastião Silvestre Neves, 214 - Centro - São Sebastião-SP. Secretaria de Administração - Departamento de Suprimentos. Taxa para adquirir o edital: R$ 4,00 (quatro reais), ou disponível gratuitamente no site www.saosebastiao.sp.gov.br. São Sebastião, 15 de agosto de 2022. Elaine Nunes Maciel. Secretária Municipal de Esportes.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221385

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20221385 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 13852022, até o dia 29/08/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Agosto de 2022. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20221291

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20221291 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 12912022, até o dia 29/08/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Agosto de 2022. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

BANCO SAFRA S.A. - CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990
Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29.04.2021

Data, Hora, Local: 29.04.2021, às 10 horas, por videoconferência, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Mesa:** Luiz Antônio de Sampaio Campos - Presidente. Carlos Pelá - Secretário. **Presença:** totalidade do capital social votante; Silvio Aparecido de Carvalho, Diretor Presidente da Sociedade; Carlos Pelá, Diretor Executivo da Sociedade; e Luiz Carlos Oseliero Filho, representante da Auditoria Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes. **Convocação:** Edital publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20.04.2021, 21.04.2021; e 23.04.2021, e "Folha de S. Paulo", em 20.04.2021, 22.04.2021, e 23.04.2021. **Deliberações Aprovadas**: *Em AGO:* **(1)** as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2020, publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo, ambos em 11.03.2021; **(2)** a proposta do Conselho de Administração, conforme reunião realizada em 15.04.2021, para destinar o lucro líquido do exercício social de 2020, no valor de R$2.033.455.380,73, da seguinte forma: (a) R$101.672.769,04 para a Reserva Legal; (b) R$1.352.793.367,38 para a Reserva Especial; e (c) R$578.989.244,31 para o pagamento de dividendos, os quais foram pagos antecipadamente na forma de Juros sobre o Capital Próprio no exercício social de 2020 e contemplam o dividendo mínimo obrigatório, sendo que, do valor antecipado, R$322.034.176,50 foram utilizados para o aumento do capital social da Sociedade, conforme deliberado em AGE realizada em 06.01.2021. O acionista Alberto Joseph Safra manifestou seu voto contrário, por escrito; e **(3)** fixaram, em até R$75.000.000,00 o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2021. *Em AGE:* **(1)** a alteração do Artigo 15, § 1º, do Estatuto Social da Sociedade, a fim de especificar o prazo de mandato do Ouvidor, para que seja fixado em meses; **(2)** aprovaram, com abstenção de voto do acionista Alberto Joseph Safra, a incorporação de parcela cindida do Banco J. Safra S.A., CNPJ 03.017.677/0001-20; **(3)** aprovaram, com abstenção de voto do acionista Alberto Joseph Safra, o "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Banco J. Safra S.A. com Versão de Parcela Cindida de seu Patrimônio para o Banco Safra S.A.", tanto na forma como no teor em que redigido, especialmente quanto aos números nele contidos. **(4)** ratificaram, com abstenção de voto do acionista Alberto Joseph Safra, a nomeação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, com sede em São Paulo/SP, CNPJ 49.928.567/0001-11 ("Deloitte"), CRC/SP nº 2 SP 011609/O-8, como responsável pela avaliação do patrimônio do Banco J. Safra S.A. e da parcela cindida, na data-base de 31.03.2021, pelo seu valor contábil, para elaborar o Laudo de Avaliação; **(5)** aprovaram, com abstenção do acionista Alberto Joseph Safra, o Laudo de Avaliação do Banco J. Safra S.A. e da parcela cindida, elaborado pela Deloitte; e **(6)** a consolidação do Estatuto Social. **Encerramento**: Nada mais. Representantes do capital social com direito a voto**:** Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan, representados por seu procurador Luiz Antônio de Sampaio Campos. Alberto Joseph Safra, representado por seu procurador Eduardo Secchi Munhoz. Luiz Carlos Oseliero Filho, representante da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. JUCESP 371.513/22-4 em 27.07.2022. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral. **Estatuto Social** - **Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração da Sociedade: Artigo 1º. O Banco Safra S.A**. é uma S/A regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º**. A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria e uma vez obtidas as competentes autorizações, instalar ou extinguir agências e escritórios, em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º**. O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto da Sociedade: Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social as operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de investimento), inclusive câmbio, operações compromissadas, crédito rural e o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$11.795.555.181,06, dividido em 15.300 ações, sendo 7.650 ações ordinárias e 7.650 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, sendo a quantidade de ações ordinárias representativas do capital social da Sociedade constituída da seguinte forma: 2.142 ações ordinárias classe "A"; 2.142 ações ordinárias classe "D"; 1.224 ações ordinárias classe "E"; e 2.142 ações ordinárias classe "J". **Artigo 6º.** A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo ademais assegurado à totalidade das ações ordinárias, o direito à percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 1% sobre o lucro líquido apurado. **§ Único:** Cada classe de ação ordinária que represente, no mínimo, 8,5% do capital social confere, aos seus titulares, o direito de eleger, por meio de voto em separado, pelo menos 1 membro do Conselho de Administração por classe de ação, nos termos do artigo 16, inciso III da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º.** As ações preferenciais não dão direito a voto, proporcionando aos seus titulares as seguintes vantagens e preferências: a) prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, para a totalidade das ações dessa natureza, de 2% sobre a parte do capital social por elas representado; b) prioridade no reembolso do capital que representam na hipótese de liquidação da sociedade; e c) participação em igualdade com as ações ordinárias nos dividendos e bonificações que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral, após satisfeito o dividendo anual assegurado a cada uma das espécies de ações, consoante o disposto na letra "a" deste artigo e na parte final do artigo 6º, respectivamente. **Capítulo IV - Da Administração Social: Artigo 8º.** São órgãos de administração da Sociedade o Conselho de Administração e a Diretoria, sendo aquele órgão de deliberação colegiada e este órgão de representação legal da Sociedade, ambos com poderes e atribuições definidos neste Estatuto. **Artigo 9º.** O Conselho de Administração compor-se-á de, no mínimo, 03 e no máximo, 11 membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos. **§ Único.** Dentre os membros eleitos do Conselho de Administração, um será pela própria Assembleia Geral designado para exercer as funções de Presidente do Órgão. **Artigo 10.** A convocação das reuniões poderá ser feita por qualquer membro do Conselho de Administração. Compete ao Presidente do Conselho de Administração instalar e presidir as reuniões. Na sua ausência, as reuniões poderão ser instaladas e presididas por qualquer membro do Conselho de Administração. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer na sede social, ou, caso todos os Conselheiros decidam, em outro local. Os membros do Conselho de Administração poderão, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, que serão realizadas em tempo real, e considerados como ato uno. **§ 2º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, será o Presidente do Conselho de Administração substituído no exercício de suas atribuições pelo Conselheiro por ele mesmo indicado como seu substituto eventual. Os demais membros do Conselho de Administração serão substituídos, por seu turno, em suas ausências ou impedimentos temporários, pela mesma forma acima prevista para a eventual substituição do Presidente, desde que não se reduza a menos da metade do número total de Conselheiros; caso se verifique, em decorrência da ausência ou impedimento, a cogitada redução do número mínimo de Conselheiros em condições de presença e participação pessoal nas deliberações colegiadas, deixarão essas de efetivar-se até que cesse a ausência ou impedimento, uma vez que, caso se prolonguem tais situações, de forma incompatível com as conveniências ou necessidades sociais, caberá à Assembleia Geral, por iniciativa do Presidente ou de qualquer dos demais membros do Conselho de Administração declarar vago o cargo e proceder ao respectivo provimento, observadas as determinações legais e as constantes do presente Estatuto Social. **§ 3º.** No caso de vagar-se, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração, será a vaga preenchida pelo membro do mesmo Conselho que para tanto for indicado por seus pares, devendo o seu nome ser referendado pela Assembleia Geral. **§ 4º.** No caso de tornar-se vago qualquer dos cargos de Conselheiro, só será obrigatória a eleição do substituto, pela Assembleia Geral, se for tal eleição necessária para completar o número mínimo de 03 membros do Conselho de Administração, sendo facultativa a aludida eleição nos demais casos; o substituto eleito exercerá seu mandato pelo prazo complementar ao restante do mandato do substituído. **Artigo 11.** Compete em especial ao Conselho de Administração: a) estabelecer as normas de orientação geral dos negócios e atividades sociais; b) eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições observado o que a respeito se dispõe neste Estatuto; c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros, papéis e documentos da Sociedade, solicitar as informações que reputar necessárias sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; d) convocar a Assembleia Geral; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nos balanços semestrais; e (h) nomear e destituir, a qualquer tempo, os membros do Comitê de Auditoria, da Ouvidoria, do Conselho Consultivo e do Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, sendo que o quorum para instalação das reuniões e o quorum de deliberação das matérias deverão ser de maioria em relação ao número total de seus membros eleitos, cabendo a cada Conselheiro direito a um voto. Em caso de empate, caberá ao Presidente o direito de proferir outro voto, de desempate. **§ 2º.** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as Atas de reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 12.** Os membros do Conselho de Administração, bem como os da Diretoria, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do órgão de que se tratar, após terem sido aprovadas pelo Banco Central do Brasil as respectivas eleições. **§ 1º.** Vencido o prazo de mandato, os membros dos órgãos estatutários da Sociedade, à exceção dos membros do Conselho Fiscal, continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **§ 2º**. Ficam os Administradores eleitos dispensados da prestação de caução ou outra garantia para o exercício de seus mandatos. **Artigo 13.** Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade poderá ser instalado um Conselho Consultivo composto de no máximo, 10 membros, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país ou no exterior. **§ 1º.** Caberá ao Conselho de Administração eleger os membros do Conselho Consultivo, cujo mandato será de 2 anos, podendo reconduzi-los por iguais períodos sucessivos, assim como destituí-los de seus cargos, a qualquer tempo. **§ 2º.** No caso de vacância, por qualquer razão, de qualquer membro do Conselho Consultivo, o Conselho de Administração poderá eleger seu substituto para o período de mandato do substituído. **§ 3º.** Aos membros do Conselho Consultivo competirá **(a)** opinar sobre a orientação geral dos negócios da Sociedade; **(b)** sugerir estratégias para a atuação da Sociedade e de suas subsidiárias nos vários ramos de negócio financeiro; **(c)** opinar sobre mercados, produtos e serviços de interesse da Sociedade; **(d)** assessorar a Sociedade e seus administradores na consecução dos objetivos da Sociedade; **(e)** opinar sobre as questões relevantes e projetos nas áreas de produtos, de tecnologia da informação, de recursos humanos, de processos corporativos, de riscos operacionais, de crédito, de liquidez e nas áreas de controles internos e compliance; e **(f)** opinar sobre tudo o mais que assim for solicitado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Sociedade. **§ 4º.** O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que necessário. **Artigo 14.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á ao Conselho de Administração e será composto por no mínimo 03 e no máximo 06 integrantes, sendo, pelo menos 03 deles diretores da Sociedade. Observado o limite de 06 integrantes, é facultada a participação de 03 integrantes independentes que deverão atender as seguintes condições: **I)** não ser, ou ter sido nos últimos doze meses: **a)** diretor da instituição ou de suas ligadas; **b)** funcionário da instituição ou de suas ligadas; **c)** responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição; **d)** membro do conselho fiscal da instituição ou de suas ligadas; **II)** não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas nas alíneas "a" e "c" do inciso I; e **III** - não receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **§ 1º.** Um dos membros deve, necessariamente, possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria; **§ 2º.** O membro do Comitê de Auditoria será escolhido a critério do Conselho de Administração, sendo obrigatória, na hipótese em que o membro deixe de estar no exercício de seu mandato na função de Diretor da Sociedade, e facultativa nos demais casos, observado o § 4º abaixo. **§ 3º.** Os membros do Comitê de Auditoria terão prazo de mandato indeterminado. **§ 4º.** O Conselho de Administração nomeará o substituto do membro destituído, necessariamente para completar o número mínimo de membros do Comitê de Auditoria, sendo facultado nos demais casos. **§ 5º.** A função de membro do Comitê de Auditoria é indelegável. **§ 6º.** As deliberações do Comitê de Auditoria serão tomadas pela maioria de seus membros. **§ 7º.** São atribuições do Comitê de Auditoria, além das previstas em lei ou regulamento: **a)** recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição; **b)** revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; **c)** avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos; **d)** avaliar o cumprimento, pela Administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; **e)** estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; **f)** recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **g)** reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a Auditoria Independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas os conteúdos de tais encontros; **h)** verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea **(g)** o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade; **i)** elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as informações a que alude o artigo 17 do Regulamento Anexo à Resolução CMN n.º 3.198, de 27.05.2004; **j)** estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração; e **k)** reunir-se com o Conselho de Administração, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito da sua competência. **Artigo 15.** O Componente Organizacional de Ouvidoria ("Ouvidoria") tem a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade, as sociedades componentes do Grupo Safra e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **§ 1º.** A Ouvidoria será representada por um funcionário denominado Ouvidor, que será nomeado pelo Conselho de Administração, tendo seu mandato de duração por 24 meses, podendo ser destituído pelo Conselho de Administração, por maioria de votos, mediante a eleição de novo Ouvidor, considerado mais adequado para o desempenho das atividades e/ou pelos seguintes motivos: **(i)** prática de atos que extrapolem a sua competência; **(ii)** conduta ética incompatível; e **(iii)** outras práticas desabonadoras que justifiquem a destituição. **§ 2º.** O Ouvidor deverá ter formação em nível superior, certificação em Ouvidoria, formação em código de defesa de consumidor e experiência anterior em atividades de Ouvidoria. **§ 3º**. A Sociedade se compromete a: **(i)** criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **(ii)** assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **§ 4º**. São atribuições da Ouvidoria: **(i)** prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; **(ii)** atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e n informar ao Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria a respeito das atividades de Ouvidoria. **§ 5º**. São atividades da Ouvidoria: **a)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das sociedades componentes do Grupo Safra; **b)** prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento de suas demandas, informando o prazo previsto para resposta; **c)** informar aos demandantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; **d)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto informado na letra "c"; **e)** manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e **f)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **§ 6º**. Fica definido que a Sociedade, pertencente ao Conglomerado Safra, institui um Componente Organizacional único de Ouvidoria para todas as empresas componentes do Grupo Safra. **Artigo 16.** A Diretoria compor-se-á de um mínimo de 02 e um máximo de 49 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração com mandato pelo prazo de 02 anos, podendo ser reeleitos e, bem assim, destituídos de seus cargos, a qualquer tempo, por deliberação do mesmo Conselho. **§ 1º.** Os Diretores terão as seguintes designações, assim divididos quantitativamente: 01 Diretor Presidente; mínimo de 02 e máximo de 09 Diretores Executivos; e mínimo de 02 e máximo de 40 Diretores. **§ 2º.** A definição das atribuições dos Diretores competirá ao Conselho de Administração, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social. **Artigo 17.** Na ausência do Diretor Presidente, o mesmo será substituído por um Diretor Executivo indicado pelo Conselho de Administração. Quanto à ausência ou impedimento dos demais Diretores, por lapso de tempo superior a 90 dias, competirá ao Conselho de Administração indicar um substituto, devidamente qualificado e que satisfaça as condições legais, o qual exercerá interinamente o cargo até que cessem os motivos determinantes da substituição. **§ Único.** No caso de se vagar por qualquer razão, qualquer dos cargos da Diretoria, o Conselho de Administração decidirá quanto ao preenchimento da vaga, exercendo, neste caso, o substituto que for eleito, suas funções, até o término do mandato do substituído, quando deverá ser eleito novo Diretor, em caráter efetivo. **Artigo 18.** A Diretoria, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo, tem os necessários poderes para assegurar o funcionamento normal da sociedade, competindo aos seus membros de modo especial: **a)** ao Diretor Presidente compete presidir as reuniões da Diretoria e supervisionar a atuação desta; e **b)** a toda Diretoria compete: **(i)** exercer, em conjunto ou individualmente, as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração; **(ii)** exercer a representação legal da sociedade em juízo ou fora dele; **(iii)** praticar os atos que importem em oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações e assinaturas de contratos; e **(iv)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei. **§ 1º.** Na ausência do Diretor Presidente, as reuniões da Diretoria serão presididas por um Diretor Executivo indicado pelos presentes à Reunião. **§ 2º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por um mínimo de 02 Diretores, devendo necessariamente um deles, estar no exercício do cargo de Diretor Presidente ou Diretor Executivo, ou ainda 01 Diretor Executivo e 01 procurador, ou ainda por procurador ou procuradores nomeados na forma do presente Estatuto. Para a prática de atos de mera rotina administrativa que deverão ser previamente definidos pelo Conselho de Administração, poderá ainda a sociedade ser representada por um só Diretor ou por procurador ou procuradores investidos de poderes especiais, nomeados com observância deste Estatuto. **§ 3º.** A Diretoria, representada por 2 de seus membros e sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou um Diretor Executivo, poderá, nos limites de suas atribuições e poderes, nomear e constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, devendo ser especificado, nos respectivos instrumentos de procuração, os atos e operações que poderão praticar e o respectivo prazo de validade do mandato, que não poderá exceder a 1 ano, salvo para fins judiciais. **§ 4º.** Os atos que importem na alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias de caráter permanente dependerão de prévia autorização em reunião do Conselho de Administração, com a aprovação da maioria de seus membros. **§ 5º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, deliberando validamente desde que presentes mais da metade de seus membros em exercício. **Artigo 19.** A remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Consultivo será fixada pela Assembleia Geral, com observância das disposições legais, cumprindo ao Conselho de Administração, por sua vez, fixar as remunerações individuais de seus membros, bem como dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo, sendo vedadas as participações nos lucros. **Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Remuneração. **§ 1º.** O Comitê de Remuneração funcionará como Componente Organizacional único do Conglomerado do qual a Sociedade é a instituição líder. **§ 2º.** O Comitê de Remuneração reportar-se-á ao Conselho de Administração e será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 integrantes, com prazo fixo de mandato de 02 anos, eleitos pelo Conselho de Administração, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 anos. **§ 3º**. Os integrantes do Comitê de Remuneração podem ser escolhidos entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, devendo, pelo menos um deles, não ser administrador da Sociedade. **§ 4º**. Para a reeleição dos membros do Comitê de Remuneração deverão ser observadas as regras legais e, cumprido o prazo de permanência máximo referido no § 2º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente poderá voltar a integrá-lo depois de decorridos, pelo menos, 3 anos. **§ 5º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração devem ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 6º.** São atribuições do Comitê de Remuneração, além daquelas previstas em lei ou regulamento, a recomendação de remuneração individual dos administradores da Sociedade, bem como todas aquelas atribuídas pelo Conselho de Administração. **§ 7º.** Os integrantes do Comitê de Remuneração não serão remunerados pelo exercício do cargo e na hipótese da nomeação de não funcionário, sua remuneração será estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com os parâmetros do mercado. **§ 8º.** O Comitê de Remuneração deve elaborar, com periodicidade anual, no prazo previsto em lei, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo, no mínimo, as exigências do Banco Central do Brasil para este tipo de política, tanto para os administradores da Sociedade quanto para os administradores das outras entidades do Conglomerado do qual a Sociedade é líder. **Capítulo V - Das Assembleias Gerais: Artigo 21.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados, tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **§ Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 ano, que sejam também acionistas, administradores da Sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários nomeados. **Artigo 22.** A Assembleia Geral será ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e extraordinária, nos demais casos. **§ Único.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 23.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal: Artigo 24.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos §§ da Lei nº 6.404/76. **Artigo 25.** O Conselho Fiscal compor-se-á de um mínimo de 03 e um máximo de 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que tiver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo a mesma Assembleia fixar as remunerações a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII - Dos Balanços, Resultados e sua Destinação: Artigo 26.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que deverão ser levantados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, os balanços gerais da Sociedade e as demonstrações contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da Sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta do Conselho de Administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: **a)** 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o § 2º deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório previstos nos Artigos 6° e 7° deste Estatuto; **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta reserva especial, até o limite, naquela conta, de 95% do capital social, sendo que o saldo dessa reserva especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **§ 1º.** A reserva especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: **a)** futuras incorporações desses recursos ao capital social; **b)** pagamento de dividendos intermediários; **c)** manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade; e/ou **d)** expansão das atividades da sociedade. **§ 2º.** O Conselho de Administração poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 27.** Prescreve em 03 (três) anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo VIII - Disposição Geral: Artigo 28.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das S/A e pela legislação aplicável às Instituições Financeiras.

O mês dos pais

Mesmo em países progressistas, licença após nascimento de filho segue sendo exercida pelas mães

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero das últimas décadas, algumas normas sociais –padrões, atitudes e comportamentos tácitos aceitos em determinado tempo e lugar– permanecem intactas. Entre elas, o papel de pais e mães no cuidado dos filhos.

Mesmo em países progressistas, onde o afastamento remunerado de ambos os pais após o nascimento do filho é permitido, a licença segue sendo exercida pelas mães. E o tempo dedicado às tarefas domésticas, incluindo o tempo com os filhos, permanece maior entre as mulheres.

Considerando que o nascimento de um filho impacta adversamente a trajetória salarial e carreira profissional das mulheres (mas não dos homens), e que pais e mães são igualmente aptos aos cuidados dos filhos, haveria algum espaço para intervenções ou políticas públicas que tornem socialmente aceitável o afastamento do trabalho dos pais para o cuidado de filhos pequenos? E será que o exercício da licença pelos pais levaria a uma divisão mais igualitária das responsabilidades entre homens e mulheres ao longo do tempo, fomentando a igualdade de gênero nas esferas privadas (domicílio) e públicas (trabalho)?

Um exemplo importante vem da Suécia, que, em 1995, aumentou os incentivos para que pais usufruíssem da licença paternidade. A reforma reservou um mês da licença (de um período total de 15 meses) para cada um dos pais, de forma de que se a licença não fosse exercida por algum deles, a família como um todo perderia o direito a um mês de licença remunerada.

O incentivo introduzido pela reforma mudou as escolhas feitas pelas famílias: em resposta a ela, os pais passaram a tirar licença no exato tempo reservado a eles, o mês dos pais ("daddy month").

Mas, ainda que a reforma tenha induzido maior participação dos pais nos cuidados dos filhos pequenos, os efeitos de longo prazo decepcionaram. A reforma não foi capaz de sustentar mudança na alocação de tempo dos pais após o fim da licença. Além disto, a reforma foi responsável pelo aumento de divórcios que acontecem até 3 anos após o nascimento do bebê. No caso em questão, a intervenção pode ter levado a conflitos adicionais dentro da família, afetando a estabilidade dos relacionamentos quando os casais são obrigados a desviar de seus planos originais ditados por normas sociais enraizadas.

Uma leitura equivocada desses resultados parece indicar ser pouco provável que políticas públicas sejam capazes de mudar as normas sociais, e que mesmo políticas bem intencionadas podem gerar consequências distintas e não antecipadas. Mas esse foi só o início uma enorme transformação, ainda em curso, nas normais sociais do país.

Uma nova reforma, em 2002, que ampliou os incentivos para que os pais tirassem o segundo mês de licença –reservando, de forma semelhante, dois meses de licença para cada um dos pais– não identificou efeitos adversos em divórcios conforme visto na reforma de 1995.

A experiência sueca mostra que mudanças que antagonizam com o que é socialmente aceito levam a alterações comportamentais importantes dentro do domicílio, e que essas mudanças precisam ser levadas em consideração na elaboração de políticas públicas. Mas é também apenas através destas mudanças que a convergência de normas passa a ser socialmente aceita. Afinal, o aumento do tempo dedicado aos filhos (de um para dois meses) em famílias onde o pai já tira a licença representa mudança social pequena perto daquela no qual o aumento do tempo (de zero para um mês) de cuidado se dá em famílias no qual os pais não tiram nenhuma licença.

Vale lembrar que a Suécia já praticava uma política de licença que é neutra ao gênero –tanto pai quanto a mãe podem tirar a licença– desde 1974. Mas foi apenas com os incentivos fornecidos pela legislação recente que as normas sociais puderam evoluir. No Brasil, as políticas de afastamento seguem específicas ao gênero (licença maternidade de 120 dias e paternidade de 5 dias), reforçando o estereótipo de que as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelo cuidado dos filhos.

Fica difícil ver aqui alguma convergência nas normas sociais em prol de maior igualdade entre os gêneros enquanto a licença paternidade seguir seu curso de 5 dias, sem nenhum incentivo à maior participação dos pais no cuidado de filhos pequenos.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Helio Beltrão** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Alugar celular 5G é opção para economizar

Planos de assinatura partem de R$ 100 ao mês e são alternativa frente aos preços altos dos aparelhos compatíveis

Gustavo Soares

SÃO PAULO Com a chegada do 5G, a assinatura de celulares surge como uma alternativa para fugir dos preços altos dos aparelhos compatíveis com a conexão. O chamado Phone as a Service (celular como serviço) permite que o consumidor tenha acesso aos modelos mais novos mediante uma taxa mensal, como num aluguel.

É uma opção para quem não pode arcar com o preço à vista de um smartphone topo de linha ou não tem limite de crédito suficiente para comprar a prazo. Hoje, um iPhone 13 sai por R$ 7.600 na loja oficial da Apple; um Galaxy S22 custa R$ 6.000 na Samsung.

Trocar de celular com frequência sem se preocupar com a revenda é outro atrativo para quem se interessa por tecnologias novas, como o 5G. Os planos de assinatura vão de cerca de R$ 100 a R$ 400 ao mês e abrangem os principais modelos do mercado.

Levantamento da consultoria GfK mostra que, entre janeiro e maio de 2022, as vendas de smartphones compatíveis com o 5G no Brasil cresceram 230% em relação ao mesmo período de 2021, mas eles continuam caros.

A média de preços nesse período foi de R$ 3.738 para aparelhos com 5G, ante R$ 1.601 para os incompatíveis com a nova tecnologia, uma diferença de 133%. Com a popularização dos aparelhos e a chegada oficial da tecnologia, a tendência é de queda dos preços. No último ano, o valor médio desses celulares caiu 30%.

A Leapfone, startup de assinatura de celulares, oferece 11 modelos das marcas Apple, Samsung e Xiaomi para assinatura. Deles, cinco são compatíveis com o 5G.

No mercado desde setembro de 2021, a empresa conta com cerca de mil assinaturas ativas, das quais 48% são de celulares com a tecnologia. Para Stephanie Part, head da Leapfone, cada vez mais pessoas estão entendendo que comprar não é o único caminho para se ter um bom aparelho.

Ela avalia que o preço e a possibilidade de troca anual do aparelho são atrativos, tendo em vista o cenário de inflação alta e redução do poder de compra. Os preços dos planos oferecidos variam entre R$ 118 (iPhone SE 2) e R$ 369 (iPhone 13) por mês.

O modelo de negócio ainda é tímido no Brasil. Hoje, cinco empresas oferecem esse tipo de serviço para pessoas físicas. Além de haver uma resistência cultural ao aluguel de produtos, o modelo não é recomendado para quem pode comprar um aparelho à vista, não contrata seguros e costuma ficar com o mesmo celular por mais de dois anos.

"Percebemos uma resistência no público mais velho, que ainda é muito apegado à ideia de comprar. Quase 60% da procura por Leapfone vem de pessoas com menos de 34 anos, mostrando uma aderência muito maior das novas gerações por esse tipo de serviço. Para o público jovem, o importante é ter acesso à tecnologia, independentemente do conceito de posse", disse Stephanie Part.

"No passado, era normal comprar um CD, um filme ou um programa de computador, mas hoje essa ideia parece nem fazer sentido. Acreditamos que no futuro pensaremos da mesma forma em relação à ideia de comprar celulares, carros e outros bens duráveis."

A própria Samsung também entrou no mercado de celulares por assinatura. O programa Samsung Sempre Novo, em parceria com a Porto Seguro, oferece os três celulares da linha principal da empresa, o Galaxy S22, o S22+ e o S22 Ultra. Os planos custam de R$ 259 a R$ 399 por mês.

"Uma das grandes vantagens do serviço é que o consumidor paga aproximadamente metade do valor do produto e pode ter todo ano o Samsung Galaxy recém-lançado. Além disso, a assinatura inclui seguro contra roubos e acidentes, e um dispositivo reserva", explica Eduardo Santos, diretor de serviços e inovações da Samsung Brasil.

A digitalização promovida pela pandemia, o câmbio desvalorizado e a escassez de microchips estimularam o mercado de tecnologia por assinatura nos últimos dois anos.

Segundo a consultoria IDC, o mercado de aluguel de computadores (computer as a service) deve movimentar mais de US$ 100 milhões (R$ 525 milhões) no Brasil em 2022, alta de 21% ante o ano passado.

"Com a tecnologia 5G, as pessoas vão querer atualizar seus aparelhos e o aluguel será uma possibilidade de ter acesso à conexão para muitas que não teriam condições de comprar um aparelho agora", disse Stephanie, da Leapfone.

Como obter celular por assinatura

Leapfone

- Acesse o site www.leapfone.com.br
- Selecione um plano (Smart, para celulares seminovos, ou Select, para novos)
- Escolha o aparelho, o período da assinatura e características como cor e armazenamento
- Cadastre-se e entre no site
- Assine o plano escolhido

Samsung Sempre Novo

- Acesse o site www.techfacil.com.br
- Escolha o celular
- Escolha a cor e o armazenamento do aparelho selecionado
- Preencha seus dados (é necessário ter cartão de crédito da Porto Seguro)
- Assine o plano escolhido

Terapia psicodélica assistida começa a ser utilizada em empresas nos Estados Unidos

Sophia Smith e Janina Conboye

FINANCIAL TIMES Nos últimos anos, a microdosagem de psicodélicos se tornou mais popular, mas as drogas ainda são um tabu no local de trabalho. Ainda assim, alguns líderes empresariais e profissionais de RH estão promovendo a terapia assistida por cetamina como um benefício de saúde cada vez mais comum para os funcionários.

A cetamina é legal para uso médico nos Estados Unidos e no Reino Unido e, embora seja mais amplamente usada como anestésico, estudos descobriram que é útil no tratamento da depressão e outras doenças psíquicas. À medida que as taxas de doença mental aumentaram mais de 25% no primeiro ano da pandemia, de acordo com um relatório recente da Organização Mundial da Saúde, a terapia assistida por cetamina se tornou mais popular como tratamento de saúde mental.

Jason Duprat, enfermeiro-anestesista que ensina outros profissionais de saúde a administrar cetamina terapêutica, diz que as inscrições em sua Ketamine Academy aumentou 15% por ano desde sua fundação, em 2017. Mas foi apenas nos últimos dois anos que ele viu o termo "psicoterapia assistida por cetamina" se popularizar.

Drogas sintéticas em laboratório de análise Eduardo Knapp - 10.ago.12/Folhapress

Shane Metcalf, cofundador e diretor de pessoas e cultura na 15Five, fornecedora de software de RH, planeja tornar sua empresa a primeira firma de tecnologia a oferecer benefícios psicodélicos ainda este ano. A 15Five seguiria o exemplo da fabricante de sabonetes Dr. Bronner's, que está entre as primeiras empresas americanas a oferecer esses benefícios.

"Não estamos falando de uso recreativo", afirma Shane. "É uma experiência completamente diferente tomá-la com um terapeuta que o está orientando e permitindo que você adquira uma nova perspectiva."

Sherry Rais, cofundadora e copresidente executiva da Enthea, provedora de saúde psicodélica que fez parceria com a Dr. Bronner's, diz que 8% dos 450 funcionários e familiares cobertos usaram o benefício até agora.

O programa da Dr. Bronner's é um piloto para a Enthea, mas eles têm pelo menos 25 outras empresas que manifestaram interesse em oferecer benefícios psicodélicos.

Tornar a terapia psicodélica um benefício para os funcionários "resolve muitos problemas" que vêm com a acessibilidade e o estigma associado aos psicodélicos como tratamento médico, diz Steven Huang, que trabalha na interseção de diversidade, equidade e inclusão e psicodélicos na Associação Multidisciplinar de Estudos Psicodélicos. "De repente é como, 'Oh, meu empregador está me dando segurança para fazer isso.'"

Os tratamentos presenciais com cetamina podem custar mais de US$ 5.000. Uma opção de telemedicina pode ser aproximadamente um décimo disso –e ter um empregador cobrindo esse custo a torna ainda mais acessível. Steven, que trabalhou em RH para empresas de tecnologia como Facebook e Square e viu empresas oferecerem muitos serviços diferentes em nome do bem-estar, diz que a terapia assistida por cetamina é um benefício relativamente acessível para as empresas.

Shane e Steven concordam que a terapia assistida com cetamina pode ser especialmente útil para líderes. "Traumas não resolvidos aparecem em nossos estilos de liderança", diz Shane. Os psicodélicos podem nos tornar mais abertos a novas ideias, mais compassivos, e podem facilitar conversas mais sutis.

Shane prevê que muitas outras empresas começarão a oferecer benefícios psicodélicos para saúde mental em dois a quatro anos. "Quando você tem gente se curando, [elas] vão tratar as pessoas melhor. Vão se preocupar mais com o ser humano, em vez de vê-los como engrenagens transacionais na máquina", diz ele. "Existe um modo melhor de fazer negócios."

681.705 mortes
País registrou 155 óbitos por Covid-19 em 24 horas

34.177.137 casos
Mais 5.493 foram detectados entre domingo e segunda

A.C. Camargo, referência em câncer, deixará de atender pacientes do SUS

Hospital decide não renovar contrato com a Prefeitura de São Paulo a partir de dezembro

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O hospital A.C. Camargo, com quase 70 anos de tradição no tratamento do câncer em São Paulo, deixa de atender pacientes do SUS a partir de dezembro, o que deve piorar o acesso a essas terapias na capital paulista.

Atualmente, mais de 3.000 pessoas no estado aguardam vagas nos Cacons (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), reguladas pela plataforma Cross (Central de Regulação de Serviços de Saúde).

A principal razão para o fim dos atendimentos públicos, segundo a instituição, é a defasagem da tabela SUS para consultas, procedimentos e cirurgias, o que faz com que todos os anos o hospital tenha que aportar recursos próprios para cobrir o rombo. Outras áreas, como a da diálise, enfrentam crise semelhante.

Em 2021, por exemplo, a receita do SUS foi de R$ 36 milhões e o A.C. Camargo teve que injetar mais R$ 98,46 milhões, vindos dos atendimentos privados, para fechar as contas. A receita líquida da instituição em 2021 foi de R$ 1,32 bilhão.

Inaugurado em 23 de abril de 1953, o A.C. Camargo foi o primeiro hospital da capital construído com doações da população. Não era ligado a nenhuma instituição de saúde oficial, não tinha respaldo financeiro de organizações religiosas, tampouco patrocínio de colônias de imigrantes, como era usual na época. Com o tempo, também se tornou referência internacional em ensino e pesquisa sobre o câncer.

A instituição, mantida pela Fundação Antônio Prudente, que leva o nome do seu fundador, comunicou no início do ano a decisão à Secretaria Municipal de Saúde, com quem mantém contrato até 9 dezembro deste ano. Os recursos vêm do Ministério da Saúde direto para o município, que os repassa ao hospital.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde disse que foi informada pela fundação sobre a não renovação do contrato e diz que tem realizado reuniões para avaliar a possibilidade da continuidade da assistência por meio da parceria.

A gestão ressalta que a assistência em oncologia aos pacientes da rede municipal seguirá sendo ofertada por meio dos demais prestadores municipais do serviço, como o Hospital Municipal Dr. Gilson de Cássia Marques Carvalho-Vila Santa Catarina, e outras unidades reguladas por meio da Cross (Central de Regulação de Oferta de Serviços em Saúde), do governo do Estado.

Corredor do hospital A.C. Camargo, na Liberdade, região central de São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Questionado sobre a falta de reajustes da tabela SUS, o Ministério da Saúde diz que "a tabela não constitui a principal e nem a única forma de financiamento do SUS" e que "os valores são referenciais mínimos, podendo ser complementados pelos gestores estaduais e municipais, de acordo com as demandas e necessidades de cada território".

Cerca de 1.500 dos 6.500 pacientes do SUS acompanhados pelo A.C. Camargo já foram transferidos pela gestão municipal para centros oncológicos da capital. Outros 5.000 devem ser encaminhados até dezembro, segundo o hospital.

A instituição vinha reduzindo nos últimos anos o número de novos pacientes atendidos pelo SUS. Em 2017, por exemplo, foram 1.500. Em 2022, apenas 96. Já pela porta privada, ingressaram quase 7.000 novos pacientes neste ano. No total, cerca de 230 mil são atendidos anualmente.

> "A oncologia é cara, a inflação médica é mais alta do que a inflação comum e, com a tabela SUS fixa há 14 anos, e com os custos crescentes, eu não posso trazer esse risco para a instituição
>
> **Victor Piana de Andrade**
> CEO do A.C.Camargo Cancer Center

Até 2017, o A.C. Camargo mantinha com a prefeitura de São Paulo um contrato (o Cebas, certificação de entidades beneficentes de assistência social), com duração de cinco anos, que previa que 60% dos seus atendimentos fossem dedicados ao SUS.

Segundo Victor Piana de Andrade, CEO do A.C.Camargo Cancer Center, com a defasagem cada vez maior da tabela SUS e o aumento da procura pelos planos de saúde, a instituição optou em 2018 por um novo modelo de contrato, que lhe permitiu ajustar anualmente o percentual de atendimentos SUS de acordo com a demanda do privado. O acordo teve aval do Ministério Público, mas nem assim as contas fecharam.

"Eu tenho a responsabilidade de fazer uma boa gestão dos recursos, de garantir o equilíbrio das contas. A oncologia é cara, a inflação médica é mais alta do que a inflação comum e, com a tabela SUS fixa há 14 anos, e com os custos crescentes, eu não posso trazer esse risco para a instituição", afirma.

Ele cita um exemplo da defasagem. O SUS paga R$ 10 por uma consulta médica, enquanto os convênios, em média, R$ 100. Os valores das sessões de quimioterapia e radioterapia reembolsados pelo SUS são 94% e 71%, respectivamente, inferiores aos pagos pelos planos de saúde.

De acordo com Andrade, a missão da fundação é melhorar oncologia do Brasil e isso não se resume em atendimentos públicos. "Se eu tenho um alto volume de atendimento privado e eu uso isso para formar 130 profissionais todos os anos, estou fazendo bem público. Quando tenho uma pesquisa que faz com que o tratamento fique mais barato, isso é bem público."

Ele diz o que hospital tentou várias alternativas antes de decidir pelo fim dos atendimentos. Tentou, por exemplo, fazer parte do Proadi, programa do governo federal de apoio ao desenvolvimento do SUS que tem entre os parceiros os hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês.

"Nós ganhamos um sim técnico [do Ministério da Saúde] e um não de decisão política. Tentamos mais umas duas vezes, tínhamos projetos muito interessantes, mas não conseguimos. Entendemos que essa porta estava fechada."

Segundo Andrade, por falta de investimento em prevenção do câncer e diagnóstico precoce, o setor público gerencia hoje filas de pacientes oncológicos avançados. "A gente fica com uma seleção adversa. Cuida dos pacientes avançados e complexos. E a taxa de sucesso é menor. É muito frustrante."

O hospital enfrentava outro desafio com os pacientes do SUS. Devido ao vínculo criado com a instituição ou à falta de acesso a outros serviços de saúde, eles acabavam procurando o A.C. Camargo por outros problemas de saúde não relacionados ao câncer. "Se ele cai de moto, ele quer reabilitar aqui. Se ele é diabético, ele quer se tratar aqui."

De acordo com o Atlas dos Centros de Cuidados do Câncer, do Instituto Oncoguia, 53% dos recursos públicos recebidos pelo A.C. Camargo em 2021 foram para a oncologia. O restante, segundo o hospital, foi para tratar outras questões de saúde do paciente oncológico.

"Se o paciente já terminou o tratamento oncológico, ele deveria ter sido encaminhado para a UBS perto da casa dele para acompanhamento. A gente devia ter feito isso sempre, mas não fizemos. Ficamos 70 anos abraçando como mãe", conta Andrade.

O hospital chegou a propor à Prefeitura de São Paulo se tornar a referência oncológica na cidade, só tratando casos de alta complexidade. Por exemplo, operaria pacientes já vinculados a outros hospitais públicos e depois eles continuariam sendo seguidos nessas instituições. Mas também não teve sucesso. Atualmente, há conversas com o governo do Estado sobre eventuais parcerias.

Em paralelo, a instituição desenvolve um projeto nacional, chamado de missão A.C. Camargo, que envolverá o poder público e o setor privado em ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, além de capacitação de profissionais da atenção primária e de hospitais para o atendimento do câncer.

"Estamos reposicionando nossa responsabilidade social para ganhar uma geografia maior e uma população maior. Queremos usar a nossa influência, nossa credibilidade e também os nossos recursos para montar um ecossistema de atendimento ao câncer."

Atendimentos oncológicos do SUS no Hospital A.C. Camargo

Infraestrutura

- **2** PET-CT
- **2** mamógrafos
- **6** equipamentos de radioterapia
- **8** salas de radioterapia
- **49** salas de quimioterapia
- **66** leitos cirúrgicos para oncologia
- **60** leitos clínicos para oncologia
- **308** oncologistas entre clínicos, cirúrgicos, radiológicos e pediátricos

Atendimentos

88 tipos diferentes de câncer, sendo os mais frequentes os de mama e de próstata

Fonte: A.C.Camargo Cancer Center e Atlas dos Centros de Cuidados do Câncer, do Instituto Oncoguia

OMS divulga novos nomes para vírus da varíola dos macacos

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou na última sexta-feira (12) novos nomes para grupos e subgrupos do vírus da varíola dos macacos. A iniciativa tem a finalidade de minimizar impactos negativos que a designação da doença e do vírus pode causar.

A discussão sobre o nome do vírus e da doença —chamados igualmente de "monkeypox" em inglês— ocorre na organização e fora dela. Em meados de junho, o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou publicamente o desejo de alterar as denominações.

Uma primeira alteração foram as mudanças nos nomes de grupos e subgrupos do vírus com base em revisões feitas por especialistas em virologia e biologia evolutiva.

No momento, existem dois grupos documentados do patógeno. Eles são endêmicos (quando se tem um estágio de convivência com o vírus, com número estável de casos e mortes) em duas regiões da África: no oeste africano e na região central do continente. Até então, essas localidades eram utilizadas para se referir a dois clados (ou grupos) do vírus.

Agora, com a alteração da última sexta, o grupo do oeste africano passa a ser chamado de Clado I e aquele da região central do continente foi nomeado com Clado II. A mudança gera um padrão em que grupos do vírus devem ser referidos com algarismos romanos.

As mudanças também são aplicadas a dois subclaudos (ou subgrupos) do Claudo II. Nesse caso, os especialistas definiram que esses subgrupos passam a ser nomeados com uma letra minúscula alfanumérica após o algarismo romano: Clado IIa e Clado IIb.

As modificações nos nomes dos grupos do vírus ainda não se aplicam à nomeação do patógeno —ele continua sendo chamado de "monkeypox", em inglês.

A adoção de novos nomes para doenças faz parte do guarda-chuva de responsabilidades da OMS. Segundo a organização, uma consulta para propor novos nomes à varíola dos macacos está aberta. Qualquer pessoa pode propor uma nova nomenclatura neste site.

Para vírus, novas designações são uma atribuição do Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV, na sigla em inglês). A OMS afirma que a comissão está com um processo aberto para modificar a nomenclatura do vírus da varíola dos macacos.

Fontes ligadas ao ICTV dizem que há boa disposição para fazer mudanças, mas muitos apontam que uma alteração radical, com o abandono total do termo "monkeypox", poderia comprometer a literatura científica que vem sendo produzida sobre esse vírus há mais de 60 anos.

O termo "monkeypox" foi empregado em 1958 quando houve a primeira documentação do vírus em primatas levados da África para a Dinamarca. Mas pesquisas já indicam que esses animais não são os reservatórios naturais do patógeno.

Além disso, o nome pode gerar confusões ao se pensar que a principal forma de transmissão da doença no surto atual ocorreria diretamente dos animais para humanos, podendo gerar casos de ataques aos animais.

No início deste mês, cinco macacos foram achados mortos em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo.

Paciente psiquiátrico está mais sujeito à violência e corre mais risco de morrer

Pesquisa que analisou dados de pacientes do SUS aponta para a necessidade de maior integração de cuidados de saúde no Brasil

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO Pessoas com doenças mentais graves estão mais sujeitas à violência no Brasil. Além disso, quando hospitalizadas, o risco de morrerem é 27% maior do que o de pacientes internados por outras condições clínicas. Os achados constam de um estudo realizado por pesquisadores brasileiros e americanos e que foi publicado na última quinta-feira (11) no periódico científico The Lancet.

O trabalho analisou hospitalizações e mortes no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). O objetivo dos pesquisadores da UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Universidade de Washington era verificar o atendimento a pessoas com doença mental em um país em desenvolvimento e comparar os dados com a literatura de países desenvolvidos.

Para isso, eles consideraram os sistemas de informações hospitalares e de mortalidade do Ministério da Saúde, fazendo o recorte a partir de pacientes classificados com esquizofrenia, transtorno bipolar ou depressão no momento da admissão no hospital.

De 1º de janeiro de 2000 a 21 de abril de 2015, período compreendido no acordo de disponibilização de dados entre o ministério e os pesquisadores, 72.021.918 pacientes foram hospitalizados, sendo 749.720 (1,04%) com doença mental grave. Ao todo, 5.102.055 morreram (7% do total). Destes, 67.485 (1,3%) eram pacientes psiquiátricos.

"Não me parece que tenham ocorrido políticas públicas, a partir de 2015, que possam ter mudado os resultados encontrados. Contudo, a continuidade do monitoramento desses achados ao longo dos anos é fundamental, principalmente pela pandemia de Covid-19, que pode ter levado à piora dos resultados, considerando que essa população do estudo se mostrou mais vulnerável", afirma Ana Paula Souto Melo, professora da UFSJ e da UFMG, e uma das autoras do artigo.

> **Entendemos que precisamos avançar muito nas políticas públicas de cuidados em saúde para pessoas com transtorno mental**
>
> **Ana Paula Souto Melo**
> pesquisadora

Ao analisarem os números, os pesquisadores encontraram maiores riscos de morte associada a infecções como hepatite aguda, tuberculose e HIV e a doenças cardiovasculares, diabetes e epilepsia entre os pacientes psiquiátricos.

Eles observaram também níveis maiores de morte por suicídio, por lesões não intencionais, como incêndios e quedas, e por homicídio. De acordo com os cientistas, pacientes com doença mental grave estão altamente expostos à violência, com uma taxa de risco relativo de 2,4 (ou seja, maior) comparando com pacientes não psiquiátricos.

"O Brasil apresenta uma alta taxa de mortalidade por causas externas, incluindo violência interpessoal, quando comparada com outras causas de morte. O que o estudo indica é que o excesso de mortes por violência interpessoal ainda é maior nesse grupo de pacientes psiquiátricos, principalmente na faixa etária de 15 a 29 anos, com maior risco entre mulheres. Vários estudos já apontavam para esse risco maior na população psiquiátrica, mas a magnitude do risco no Brasil chama realmente a atenção sobre a necessidade de se pensar políticas públicas para o enfrentamento dessa realidade", diz Melo.

No trabalho, a professora Ana Paula Souto Melo e os colegas destacam ainda a alta prevalência de violência sexual contra pacientes psiquiátricos, maior entre as mulheres (26,6%) do que entre os homens (12,5%), e o alto risco de mortalidade por infecções evitáveis.

"As mortes por essas condições indicam que essa população não recebeu os cuidados de saúde necessários. Muitos pacientes com doença mental grave não têm acesso regular à atenção primária e existem muitos estigmas relacionados à saúde mental, o que pode afetar a qualidade dos cuidados que esses pacientes recebem", dizem os pesquisadores no artigo publicado no The Lancet.

Para a pesquisadora, o mais importante é que a maioria das causas de morte encontradas durante o estudo pode ser prevenida e para isso é necessário repensar a atenção ofertada aos pacientes psiquiátricos.

"Entendemos que precisamos avançar muito nas políticas públicas de cuidados em saúde para pessoas com transtorno mental, que historicamente sempre foram marginalizadas e excluídas, e os dados reafirmam essa vulnerabilidade", afirma a pesquisadora.

ONDE PROCURAR AJUDA?

Mapa Saúde Mental
Site mapeia diversos tipos de atendimento: mapasaudemental.com.br

CVV (Centro de Valorização da Vida)
Voluntários atendem ligações gratuitas 24 horas por dia no número 188: cvv.org.br

Reino Unido aprova a primeira vacina bivalente para combater a Covid-19

Samuel Fernandes

SÃO PAULO O Reino Unido divulgou nesta segunda (15) que aprovou a primeira vacina bivalente contra a Covid-19. O imunizante é fabricado pela farmacêutica Moderna e conta com cepas do vírus original e da variante ômicron. A autorização é para que ela seja utilizada como dose de reforço em adultos.

O produto foi aprovado pela Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos para a Saúde (MHRA, na sigla em inglês). Segundo as informações oficiais, a nova vacina cumpre com os padrões de qualidade, segurança e eficácia exigidos.

A dose do imunizante é de 50 microgramas. Metade da composição é baseada na cepa original do Sars-CoV-2, vírus que causa a Covid-19, e a outra metade atua contra a variante ômicron.

A decisão se baseia em um estudo clínico que investigou a eficácia da vacina como dose de reforço. A pesquisa constatou que o imunizante resulta em um alto índice de imunidade contra a ômicron. Também foi visto que a vacina gera bom nível imunológico contra a BA.4 e BA.5, subvariantes da ômicron responsáveis por grande parte dos casos atuais.

Vacinação contra a Covid-19 na UBS Cambuci, em São Paulo Rivaldo Gomes - 12.jul.22/Folhapress

A pesquisa clínica também constatou que, quando ocorrem efeitos colaterais, eles são semelhantes aos da outra vacina da Moderna: um quadro leve após a injeção sem precisar de atendimento médico.

"A primeira geração de vacinas contra a Covid-19 usadas no Reino Unido continua a fornecer proteção importante contra a doença e a salvar vidas. O que esta vacina bivalente nos dá é uma ferramenta afiada em nosso arsenal para nos ajudar a nos proteger contra essa doença à medida que o vírus continua a evoluir", afirmou June Raide, chefe executiva da MHRA.

Desde o surgimento da variante, farmacêuticas anunciaram o desenvolvimento de vacinas atualizadas para agir contra a nova cepa. No entanto, as adaptações demoram para serem elaboradas.

Em razão do atraso das atualizações vacinais, a FDA (Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) pediu às fabricantes que os novos imunizantes fossem baseados em subvariantes da ômicron, a BA.4 e a BA.5. A perspectiva da agência é que, ao fazer isso, as vacinas seriam mais eficazes contra versões mais atuais do vírus. No entanto, a Pfizer e a Moderna disseram que não conseguirão entregar doses contra as subvariantes antes de outubro.

Já Pfizer e Biontech informaram que trabalham em uma vacina de caráter universal contra as variantes do Sars-CoV-2.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Manobrista, dedicou-se ao bem-estar da família

CÍCERO DE LIMA (1964-2022)

Bruno Lucca

SÃO PAULO Companheirismo e dedicação sempre foram marcas registradas do manobrista Cícero de Lima. Ele sempre fez questão de participar ativamente da vida de seus familiares, mesmo trabalhando mais de 12 horas todos os dias.

Natural de Colônia Leopoldina, em Alagoas, Cícero chegou ainda jovem a São Paulo e construiu família com Marlucе, o amor de sua vida.

De infância pobre, nunca permitiu que faltasse algo em sua casa. Trabalhava em dois empregos, dia e noite.

Há 15 anos, foi diagnosticado com doença de Chagas, provavelmente contraída na época de trabalhador rural. O diagnóstico veio durante doação de sangue, o que fazia com frequência.

Ele não se deixou abater. Em tratamento e com acompanhamento médico contínuo, continuou firme nos empregos. Seu filho, Wellington de Lima, diz que as melhores memórias são acompanhando o pai ao trabalho. "Ele foi honesto, íntegro e humilde", afirma Wellington.

Cícero fazia questão de reunir toda a família aos domingos para o almoço. Era a sua maneira de mostrar estar sempre presente. E ele sempre se esforçou, em todos os seus gestos, para estar.

"No meu aniversário de 18 anos, após um dia intenso de trabalho, ele chegou em casa com um buquê de flores para mim e disse: 'Eu queria ter comprado algo melhor, mas não tive tempo. Você sabe que o papai te ama'. Foi um dos momentos mais importantes da minha vida", conta Verônica Lima, sua filha.

Além do afeto e dos valores, o amor pelo São Paulo Futebol Clube foi compartilhado com seus descendentes.

Em novembro de 2018, os médicos decidiram afastar Cícero de seus empregos. O esforço físico poderia agravar a doença. Um baque. O trabalho não era uma obrigação, era o que mais gostava de fazer.

Tendo que ficar em casa, Cícero ganhou mais tempo com seus familiares. A frequência dos almoços aumentou. Viu os filhos amadurecerem, dois netos nascerem, o São Paulo conquistar um título Paulista após 16 anos.

Ainda, com um salário do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), fez questão de manter, até seus últimos dias, tudo em dia na casa da família. Como sempre fizera.

Cícero morreu aos 57 anos, por complicações cardíacas causadas pela doença de Chagas. Deixa a esposa, três filhos e dois netos.

7º DIA

CARLOS AUGUSTO DE GODOY CURRO Nesta terça (16/8) às 18h, Paróquia Imaculado Coração de Maria, Vila Buarque, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Enxaqueca atinge mais as mulheres e requer cuidados

Tratamentos avançaram nos últimos anos, mas pesquisas são subfinanciadas

Melinda Wenner Moyer

THE NEW YORK TIMES Se você não sofre de enxaqueca, provavelmente conhece pelo menos uma pessoa que sofre. Quase 40 milhões de americanos têm esse problema —28 milhões deles são mulheres e meninas—, o que torna a enxaqueca a segunda condição mais incapacitante do mundo depois da dor nas costas. Vários estudos descobriram que a enxaqueca também se tornou mais frequente durante a pandemia.

Eu tenho enxaqueca e dor de cabeça, mas felizmente são mais bizarras do que terríveis. Com intervalos de semanas, a enxaqueca ocular obscurece minha visão com estranhas luzes em ziguezague durante meia hora. E uma ou duas vezes por ano tenho ataques que causam perda temporária de memória.

Apesar de a enxaqueca ser tão comum, a pesquisa sobre a doença tem sido subfinanciada há muito tempo. Os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos gastaram apenas US$ 40 milhões em pesquisas sobre essa condição em 2021; em comparação, investiram US$ 218 milhões na pesquisa de epilepsia, que aflige um número 12 vezes menor de americanos. Por que essa condição devastadora é, lamentavelmente, tão pouco estudada?

"É uma doença de mulheres", explica Robert Cowan, neurologista e ex-diretor do Programa de Dor de Cabeça de Stanford (EUA). Em outras palavras, diz, o sexismo quase certamente desempenha um papel na apatia da medicina em relação a essa doença.

A boa notícia é que ao longo dos últimos anos o meio médico se interessou mais pela questão e diversos novos tratamentos para enxaqueca foram aprovados pela FDA (agência de alimentos e drogas do governo americano). Alguns deles são bastante promissores. Aqui está o que os que sofrem de enxaqueca devem saber sobre o cenário atual de tratamentos.

Identifique os sintomas

Muitos daqueles que têm enxaqueca sofrem em silêncio. "Menos de 30% das pessoas com enxaqueca procuram aconselhamento médico, e apenas alguns desses pacientes receberam um tratamento adequado", diz Santiago Mazuera, neurologista do Instituto Sandra e Malcolm Berman do Cérebro e da Coluna, em Baltimore.

A enxaqueca é um distúrbio neurológico e difere das dores de cabeça comuns. É provável que as pessoas sofram de enxaqueca se tiverem tido pelo menos cinco crises de dor de cabeça na vida, cada uma com duração de quatro a 72 horas, e se a dor atender a dois destes quatro critérios: latejamento ou pulsação; ocorre só em um lado da cabeça; é moderada a grave; piora com a atividade. Além disso, essas crises devem causar náusea ou sensibilidade à luz e ao som.

Se você acha que pode ter enxaqueca, consulte seu médico de cuidados primários, sugeriu Mazuera. "Há uma melhor compreensão da enxaqueca na comunidade de cuidados primários nos últimos anos e mais conhecimento sobre os tratamentos mais recentes", disse ele.

Mas se você não estiver recebendo a ajuda de que precisa talvez queira consultar um especialista em dor de cabeça ou neurologista, disse Seniha Ozudogru, neurologista da Penn Medicine. Pessoas com enxaqueca também correm maior risco de sofrer outros distúrbios, incluindo doenças cardíacas, derrame, epilepsia, ansiedade e depressão.

Mudança no estilo de vida

Se você tem enxaqueca, considere manter um diário da dor de cabeça ou baixar um aplicativo de enxaqueca para identificar possíveis gatilhos. As mulheres, por exemplo, muitas vezes têm dor de enxaqueca logo antes da menstruação. Ela pode ser tratada de várias maneiras, inclusive com adesivo de estrogênio.

Outros gatilhos comuns de enxaqueca incluem estresse, excesso ou falta de sono, ingestão de cafeína ou álcool, mudanças climáticas, certos alimentos, desidratação, luz e odores específicos, de acordo com a Fundação Americana da Enxaqueca.

Menos de 30% das pessoas com enxaqueca procuram aconselhamento médico, e apenas alguns desses pacientes receberão um tratamento adequado

Santiago Mazuera
neurologista

Muitas vezes, os gatilhos são parciais e aditivos: você pode não ter uma crise de enxaqueca depois de beber um copo de vinho tinto, mas um copo de vinho tinto e uma noite mal dormida podem provocá-la, disse Cowan.

Um diário de dor de cabeça também pode ajudá-lo a identificar seus gatilhos e descobrir se você tem enxaqueca crônica, que é definida como dores de cabeça em 15 ou mais dias por mês durante por mais de três meses, e quando pelo menos oito dessas dores de cabeça têm características de enxaqueca.

Com base nos sintomas e na frequência, o médico pode lhe recomendar um tratamento preventivo de enxaqueca para impedir que a dor de cabeça comece. Esses tipos de medicamentos incluem antidepressivos como amitriptilina, medicamentos para pressão arterial, como propranolol, e para epilepsia, incluindo valproato, disse Cowan.

O problema desses medicamentos é que muitas vezes "têm efeitos colaterais desagradáveis", disse o médico, por isso nem sempre são recomendados ou tolerados.

Procure novos tratamentos

Nos últimos cinco anos, novos medicamentos e dispositivos foram aprovados para prevenção e tratamento da enxaqueca aguda.

Muitos desses medicamentos bloqueiam a atividade de uma proteína relacionada à dor chamada CGRP, explicou Ozudogru. Estes incluem, para prevenção da enxaqueca, anticorpos monoclonais que são periodicamente administrados por via intravenosa.

Existem também pílulas, chamadas gepantes e ditans (com marcas como Nurtec ODT, Ubrelvy e Reyvow) que podem ser tomadas no início da enxaqueca para bloquear a atividade da CGRP. Rimegepant (Nurtec ODT) foi aprovado pela FDA para prevenir e tratar a enxaqueca, disse Ozudogru, o que é notável porque a maioria dos medicamentos faz apenas uma coisa ou outra.

Esses medicamentos não parecem ter efeitos colaterais significativos, disse Cowan, mas geralmente não são prescritos até que a pessoa tenha tentado vários tratamentos de primeira linha.

Isso acontece principalmente porque os novos medicamentos são caros, disse ele. Segundo Ozudogru, alguns médicos também são cautelosos ao tentar tratamentos mais recentes porque são muito novos e ninguém pode dizer se são seguros em longo prazo.

Outro medicamento que foi aprovado para tratar a enxaqueca crônica é a droga cosmética Botox. É injetada em áreas ao redor da cabeça e do pescoço e acredita-se que funcione bloqueando substâncias químicas que transportam sinais de dor para o cérebro.

"Eu gosto muito do Botox", disse Cowan. Mas, ele acrescentou, "nem todo mundo aguenta ser espetado na cabeça 31 vezes, mesmo com uma agulha minúscula". Normalmente, o tratamento é repetido a cada 12 semanas.

Vários dispositivos médicos também foram aprovados nos últimos anos para controlar a enxaqueca. Gammacore, um dispositivo portátil, tem como alvo o nervo vago no pescoço. Nerivio, um dispositivo controlado por smartphone aplicado no braço, usa sinais elétricos para interromper os caminhos da dor. Cefaly estimula o nervo trigêmeo na testa e Relivion também estimula o occipital.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

cotidiano

Tribunal autoriza parceria privada na reforma dos semáforos de São Paulo

Inclusão envolve aditivo de R$ 1,8 bilhão em contrato da PPP da Iluminação Pública paulistana

Fábio Pescarini

são paulo O TCM (Tribunal de Contas do Município) autorizou a Prefeitura de São Paulo a incluir um aditivo de quase R$ 1,8 bilhão no contrato da PPP (Parceria Público-Privada) da Iluminação Pública, que vai se responsabilizar pela modernização e manutenção da rede de semáforos da cidade de São Paulo.

Feito sem licitação, o contrato que envolve os semáforos com a empresa Iluminação Paulistana S/A valerá pelos próximos 17 anos —a PPP foi fechada em 20 anos, mas está em vigor há três.

A inclusão do aditivo foi aprovada na quarta-feira (10) por 3 votos a 2, acatando o parecer do presidente do tribunal, João Antonio da Silva Filho. Em junho, a Corte de contas municipal havia proibido a prefeitura de assinar o contrato sem a sua autorização.

Segundo a SP Regula, agência que trata da concessão da iluminação pública da cidade de São Paulo, o valor máximo da contraprestação mensal é de R$ 18,7 milhões.

"O valor total do contrato é a soma de todas as contraprestações, nesses termos, o valor máximo será de R$ 1,75 bilhões para mais de 17 anos de contrato", explicou.

Ainda de acordo com a agência, a empresa responsável pela PPP somente assumirá os cerca de 6.000 cruzamentos com semáforos de São Paulo depois de apresentar documentos que demonstrem capacidade técnica e financeira. A estimativa é que isso aconteça ainda neste mês.

A aprovação ocorreu em meio a troca de farpas entre o Executivo e o TCM. No dia 27 de julho, ao ser questionado sobre a expectativa de que o processo terminasse no mês passado, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) lembrou que havia uma sessão do Tribunal de Contas marcada para agosto, para deliberar sobre o tema, e que "esperava verdadeiramente não precisar dar uma nova data por conta de ação externa".

Uma semana depois, o TCM emitiu nota dizendo que o sistema semafórico na cidade de São Paulo vem se deteriorando ao longo dos últimos anos, "não cabendo ao Tribunal de Contas o ônus da atual situação caótica em que se encontra a rede de semáforos na capital".

"Inspeção realizada pela auditoria deste Tribunal de Contas, ainda em 2019, enviada à administração municipal, já apontava um longo rol de deficiências nos serviços de manutenção dos semáforos no município, registrando, dentre outros problemas" dizia o texto. "A ausência de manutenção preventiva do parque semafórico pela CET [Companhia de Engenharia de Tráfego] é responsável por parcela significativa das falhas semafóricas ocorridas no período."

Reportagem da **Folha** mostrou, em maio passado, que 7 em cada 10 semáforos apagados na cidade de São Paulo não funcionavam devido a falhas ou quebras. Os dados foram obtidos por meio de Lei de Acesso à Informação.

Entre a meia-noite e as 9h50 desta segunda-feira (15) foram realizadas manutenções em 39 semáforos que apresentaram problemas. "Às 9h50, as equipes de campo contabilizaram 29 semáforos apagados por falhas, 17 em amarelo intermitente e 120 apagados ou em amarelo intermitente devido a furtos", afirma a CET.

Em 2017, ainda na gestão do prefeito João Doria (PSDB), a prefeitura assinou três contratos com empresas terceirizadas para manutenção de semáforos, que vêm sendo prorrogados e estão em fase de vencimento —um deles, termina na quarta-feira (17). Os outros dois em setembro.

Em nota, a prefeitura disse que os aditivos serão prorrogados até que o novo contrato com a PPP seja assinado. Os reparos também são feitos por funcionários da CET.

Semáforo apagado na av. Duque de Caxias e a rua Cons. Nebias, em SP Bruno Santos/Folhapress

Homem é achado morto após entrar em carro da PM

goiânia Um homem foi achado morto depois de ser filmado sendo colocado por quatro policiais militares em um carro da corporação em Goiânia, na quinta-feira (11). Os PMs foram afastados e, segundo a Polícia Civil, suspeita-se que eles forjaram um confronto para matar o autônomo Henrique Alves Nogueira, 28.

Em nota, o subchefe da Assessoria de Comunicação Social da Polícia Militar de Goiás, tenente-coronel Dallbian Rodrigues, disse que a corporação determinou a abertura de uma investigação interna para apurar a conduta dos policiais. Nem o nome deles nem o do advogado deles foram informados.

A PM disse que "não compactua com nenhum tipo de desvio de conduta e que o caso será apurado com o devido rigor".

Os policiais disseram que Nogueira estava na garupa de uma motocicleta, desequilibrou-se do veículo e desceu no momento em que seu suposto comparsa tentou fugir. Segundo eles, houve uma troca de tiros que resultou na morte do autônomo, com quem teria sido apreendida uma mochila com drogas e arma.

Porém, um vídeo de câmera de segurança mostra que Nogueira foi abordado pelos policiais na manhã do mesmo dia, às 8h17, enquanto caminhava por uma avenida.

Emma Thompson e o olho

A sexualidade humana é uma grande e deliciosa brincadeira

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Tive a oportunidade de assistir em sequência à peça "A História do Olho" de Janaina Leite, ao filme "Boa Sorte, Leo Grande" de Sophie Hyde, com Emma Thompson e Daryl McCormack, e aos espetáculos do Grupo Corpo "Gil" e "Onqotô".

A peça faz parte da pesquisa da atriz, diretora e dramaturga Janaina Leite, que vem se dedicando à encenação de questões sobre corpo, sexualidade, obscenidade e pornografia. Quem já assistiu a "Stabat Mater" e "Camming 101 noites" sabe que suas performances podem ferir sensibilidades.

"A História do Olho" se refere ao livro que o filósofo George Bataille publicou sob o pseudônimo de Lord Auch, em 1928. A obra, que só levaria a assinatura de Bataille após sua morte, narra as aventuras de uma dupla de adolescentes lidando com as questões do sexo e da morte numa obsessão frenética, por vezes escatológica.

O teatro de Janaina Leite é tido como intenso e provocativo por trazer ao palco a problemática do desejo sem fazer concessões. O inusual começa pelo elenco, que foge aos cânones da beleza vulgar e segue pelo caráter explícito da encenação.

A suspensão corporal ao vivo, realizada pelo grupo Pombo Morcego —há outros colaboradores a depender do dia—, "golden shower" (sim, aquela prática que o presidente adorava evocar), "fisting", dildos, gêneros não binários e não heterossexuais, enfim, aquilo que ainda parece chocar as mentalidades em 2022 é apresentado no palco da forma mais despretensiosa e cômica. O que nunca falta na encenação é o respeito e o consentimento. Aliás, quando observada por esse prisma, a suspensão corporal pode ser uma experiência estética sublime.

Já o filme com Thompson e McCormack causou furor ao apresentar a septuagenária e shakespeariana atriz nua em pelo, para deleite da plateia acostumada a ver os truques anti-idade da indústria cosmética e cinematográfica. Assisti-la na sequência da peça permitiu conectar duas leituras da sexualidade, embora a segunda em enquadre mais convencional. A quebra de paradigma ali aparece no fato de a mulher contratar um prostituto, invertendo o retrato corriqueiro dos homens com profissionais do sexo. Pesa o fato de se tratar de uma mulher púdica, na casa dos 60.

O encontro da professora aposentada com um garoto de programa —misto improvável de michê, analista e terapeuta sexual— retoma por outras vias a centralidade da fantasia no erotismo e permite reconhecer o lugar da anatomia. A beleza do rapaz é milimetricamente explorada, mas é a partir da lembrança de um encontro fortuito na adolescência que a personagem recupera a via do seu desejo e de sua excitação. Ter se reconhecido sendo "devorada" pelo olhar de um homem foi o que lhe despertou a sexualidade adolescente. Mas não basta ser olhada, como as mulheres costumam ser. Que uma mulher possa olhar se revela crucial em dado momento.

Por fim, temos o Grupo Corpo, esse presente que a família Pederneiras colocou no mundo em 1975 e desde então segue hipnotizando plateias. "Gil" (estreia) e "Onqotô" (2005) são apresentadas como homenagem aos 80 anos de Gil e Caetano, esses mestres em insuflar vida à sua volta. Saímos com a sensação de receber algo impossível de retribuir, algo que precisa ser compartilhado. Um transbordamento erótico que a plateia comunga e carrega para os seus.

Ao final, diante de três visões tão díspares, o resultado é a confirmação de que a sexualidade humana é uma grande e deliciosa brincadeira —na inegociável condição de que haja respeito e consentimento— e que apenas sob o reinado de Eros teremos alguma chance de sair dessa lama.

| dom. Antonio Prata | seg. Marcia Castro, Maria Homem | ter. Vera Iaconelli | **qua.** Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | qui. Sérgio Rodrigues | sex. Tati Bernardi | sáb. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Árvore caída na Vila Leopoldina, na zona oeste de São Paulo Rivaldo Gomes - 20.jan.22/Folhapress

Altura de prédios influencia risco de queda de árvore em SP

Entre 2013 e 2021, foram perdidos cerca de 4% dos 652 mil exemplares

Luciana Constantino

SÃO PAULO | AGÊNCIA FAPESP Estudo publicado na revista Urban Forestry & Urban Greening aponta que os fatores que mais influenciam e aumentam o risco de queda de árvores na cidade de São Paulo são a altura dos prédios no entorno e a idade do bairro. Em seguida, estão a largura da calçada e a altura da árvore.

Segundo dados do artigo, a queda de árvores em ruas e avenidas com edificações de cinco ou mais andares é o dobro da média registrada na cidade. Também aumenta nos distritos criados há mais de quatro décadas. Além disso, o risco sobe para árvores acima de 9,58 metros e plantadas em calçadas planas. Por outro lado, regiões mais novas e com baixa altura de construção têm 37% menos casos.

Os pesquisadores analisaram 26.616 registros de quedas de árvores nos 96 distritos da capital durante oito anos. Entre 2013 e 2021, foram perdidas cerca de 4% das 652 mil árvores existentes na área urbana. Houve variação entre as regiões de 0,59% registrado no extremo sul a 17%, no centro.

Esse é o primeiro trabalho a avaliar um conjunto de dados abrangentes sobre o tema. A metodologia e as conclusões da pesquisa serão aplicadas em programas de manejo e planejamento de arborização urbana na capital.

"Usamos técnica de inteligência artificial com foco na aplicação prática dos resultados. Com isso, conseguimos apontar, por exemplo, a partir de qual altura das edificações e das árvores o risco aumenta, elevando o nível de atenção", diz o autor correspondente do artigo, Giuliano Locosselli, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (Cena-USP) e do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA).

O estudo recebeu apoio da Fapesp em quatro projetos (20/09251-0, 19/08783-0, 17/50341-0 e 20/06694-8).

Para a assessora técnica da Divisão de Arborização Urbana da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, Priscilla Cerqueira, os critérios apontados no estudo vão contribuir para melhorar a avaliação da saúde das árvores. "É possível compartilhar os dados com servidores técnicos e com as empresas contratadas que fazem o manejo. Será possível aperfeiçoar a prioridade estabelecida nos distritos, sob competência das subprefeituras, com base nos fatores de risco de queda", afirma à Agência Fapesp a assessora, que também é uma das autoras do artigo.

> Ainda não temos clareza do que está por trás do mecanismo de queda dentro dos cânions urbanos, já que eles concentram vários fatores que afetam a saúde das árvores
>
> **Giuliano Locosselli**
> do Cena-USP

Desde 2020, com a Lei nº 17.267/2020, que excluiu a exigência de publicação da autorização de poda no Diário Oficial, as equipes técnicas têm ampliado a área de avaliação para quarteirões ou toda a rua ao fazer os atendimentos. "Estamos desenvolvendo um sistema único de arborização, previsto no Plano Municipal de Arborização Urbana, onde será possível disponibilizar essas informações", complementa Cerqueira.

São Paulo é a maior cidade da América do Sul e uma das cinco mais populosas no mundo, segundo o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Assim como outras megacidades, a capital sofre o efeito das mudanças climáticas devido às ilhas de calor, superfícies impermeáveis e poluição ambiental. Alterações nesse ambiente urbano podem ser obtidas por meio dos serviços ecossistêmicos, que compõem as soluções baseadas na natureza.

A vegetação contribui com o sequestro de carbono —ajudando a mitigar efeitos do aquecimento global e da poluição do ar—, além de reduzir a temperatura e os impactos negativos de inundações e enchentes, seja pelo aumento da área de solo mais permeável ou pela capacidade de interceptar parte do volume das chuvas.

No entanto, com a verticalização, as árvores enfrentam condições desfavoráveis dentro dos chamados "cânions urbanos", ou seja, fileiras contínuas de edifícios altos que alteram a velocidade do vento local, a dispersão da poluição e os padrões de iluminação e microclima.

Essas alterações afetam os principais processos biológicos das árvores, contribuindo com a queda precoce, que leva a danos materiais, financeiros e até risco de morte para moradores. Esses efeitos dos cânions urbanos no crescimento e estabilidade das árvores ajudam a explicar o aumento do risco em áreas com edificações mais altas.

"Ainda não temos clareza do que está por trás do mecanismo de queda dentro dos cânions urbanos, já que eles concentram vários fatores que afetam a saúde das árvores. A verticalização acaba trazendo um risco maior no médio e longo prazo, quando esses efeitos vão se acumulando", explica Locosselli.

Uma alternativa para essas áreas seria o plantio de espécies mais adaptadas a esses ambientes, como as encontradas em cânions naturais.

Os pesquisadores usaram como base de dados a plataforma on-line GeoSampa, um mapa digital aberto que disponibiliza informações da capital referentes a várias áreas, desde saúde e educação até arborização. Elas são obtidas de fontes como as subprefeituras, o Sistema de Gerenciamento de Ocorrências Críticas e o Sistema Integrado de Gestão de Relacionamento com o Cidadão.

Foram analisadas sete variáveis: idade dos bairros, altura média de construção, altura das árvores, cobertura do dossel, largura da calçada, inclinação da calçada e inclinação do terreno.

Para medir a altura das árvores e dos prédios, o grupo adotou o levantamento disponível no GeoSampa e realizado com LiDAR (sigla em inglês para Light Detection and Ranging). A técnica consiste em lançar de um avião milhares de feixes de laser, que acertam a superfície da terra e retornam para o equipamento na velocidade da luz, modelando o terreno tridimensionalmente.

É possível determinar a altura dos objetos —árvores, edificações e outros— por meio da diferença de tempo entre o disparo e o recebimento do feixe. O método fornece dados com precisão de cerca de um metro. A LiDAR é utilizada em levantamentos topográficos e para caracterizar a estrutura da vegetação.

Fuvest 2023 abre inscrições para 11.147 vagas em cursos de graduação na USP

SÃO PAULO Começaram nesta segunda-feira (15) as inscrições para a Fuvest 2023, vestibular que dá acesso às vagas de graduação da USP (Universidade de São Paulo). Os candidatos devem acessar o site da Fuvest até 23 de setembro. Neste ano, a universidade oferta 11.147 vagas em 184 cursos distribuídos em 43 unidades de ensino.

Nesta segunda-feira, também foi divulgado no site o resultado dos pedidos de isenção de taxa, que nesta edição é de R$ 191.

Para a inscrição, a Fuvest pede para que os candidatos preencham um formulário com os dados pessoais e enviem uma foto de rosto para o reconhecimento facial nos dias de aplicação das provas.

Na inscrição, os candidatos também devem indicar por qual modalidade de vaga irão concorrer —ampla concorrência, egresso de escola pública ou pretos, pardos e indígenas. É nesse momento também que indicam a carreira e o curso escolhidos.

Os candidatos podem escolher até quatro cursos em ordem de preferência.

O candidato também precisa escolher em qual cidade irá fazer a prova e se tem alguma necessidade especial para realizar o exame. Nesse último caso é necessário apresentar documentos que comprovem essa condição.

A prova da primeira fase está marcada para o dia 4 de dezembro deste ano —nesta etapa, os candidatos fazem uma prova de múltipla escolha com 90 questões. A segunda fase será nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023. Para os cursos com provas de habilidades específicas, também estão marcadas provas para os dias 11 e 14 de janeiro.

+ Calendário

- **Inscrições** de 15.ago a 23.set, pelo site www.fuvest.br
- **Divulgação dos locais de prova da 1ª fase** 18.nov
- **Prova da 1ª fase (Conhecimentos Gerais)** 4.dez
- **Divulgação da lista de convocados para a 2ª fase** 16.dez; a divulgação dos locais de prova da segunda fase será no mesmo dia
- **Provas da 2ª fase** 8 e 9.jan.2023
- **Provas de habilidades específicas** de 11 a 14.jan
- **Divulgação dos aprovados** 30.jan, no site www.fuvest.br.
- **Divulgação dos "treineiros"** 6.fev.2023

Polícia faz operação contra venda de espaços em 'feirinha' no Brás

SÃO PAULO A Polícia Civil, a Guarda Civil Metropolitana e equipes da Prefeitura de São Paulo fazem nesta segunda-feira (15) uma operação contra as atividades de organizações criminosas que vendem espaço na "feirinha da madrugada", no Brás, região central de São Paulo.

Chamada Hades - Fase 2 pela 1ª Delegacia Seccional da polícia, a operação reuniu 48 policiais civis, seis equipes da Guarda Civil Metropolitana, equipes da prefeitura e de marcas de produtos que seriam vítimas de fraudes no Brás. Segundo a polícia, foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão em São Paulo e em São Caetano do Sul (ABC).

A suspeita é de intimidação e violência contra ambulantes. Os suspeitos estariam vendendo espaços divulgando a informação de que têm relações com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). O Brás e a rua 25 de Março estão entre os maiores mercados e varejistas de falsificações no Brasil e na América Latina, segundo relatório do escritório de representação comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês).

No início deste ano, a região de comércio popular anunciou o lançamento de um selo de certificação para as lojas que não vendem produtos piratas.

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Segurança, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO": EDITAL Nº 119/2022 - PROCESSO Nº 18.766/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO PARA ESPINGARDA CALIBRE 12 - MODELO 12/70 ANTIMOTIM LONGA DISTÂNCIA.

As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 31 de agosto de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).

Mogi das Cruzes, em 15 de agosto de 2022.

TORIEL ANGELO MOTA SARDINHA - Secretário Municipal de Segurança

Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado São Paulo

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, o Sindicato dos Biomédicos Profissionais do Estado São Paulo, CNPJ nº 06.333.233/0001-92, por seu representante legal e com fulcro no art. 8º, III, da CF/88, convoca os trabalhadores associados ou não, da Categoria Profissional dos Biomédicos Profissionais do Estado de São Paulo, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia **16** de agosto de 2022, às **10:00** horas em primeira convocação, e não havendo quórum legal, às **10:30** horas em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, no endereço sito a Av. Lins de Vasconcelos, nº 1251, Sala 03, Cambuci, CEP 01537-001, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Deliberação das datas de reuniões das comissões de trabalhadores que participarão das discussão e votação das pautas de reivindicações da categoria; 2) Escolha e nomeação das comissões de negociações dos Acordos Coletivos 2022-2023; 3) Autorizar a diretoria juntamente com as comissões de trabalhadores a implementar as negociações coletivas com a(s) correspondente(s) entidade(s) patronal(is); 4) Fixar a contribuição assistencial para os membros da categoria; 5) Autorizar o ajuizamento de Dissídio Coletivo ou Mediação Pré Processual caso frustradas as negociações.

São Paulo, 16 de Agosto de 2022.

Luiz Guedes - Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COMUNICADO - Processo SAA-PRC-2022/11203

Encontra-se aberta licitação, objetivando a prestação dos serviços de engenharia para reforma e adequação do imóvel que abriga a sede da CATI Regional Pindamonhangaba, do tipo menor preço, através da modalidade Pregão Eletrônico - CATI n° 16/2022 - com oferta de compra n° 130104000012022OC00048. A sessão publica será realizada no dia 31/08/2022 às 9h00 por intermédio da "Bolsa Eletrônica de Compras", no site www.bec.sp.gov.br. O edital encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico www.imesp.com.br opção e-negociospublicos. Quaisquer possíveis alterações no Edital deverão ser acompanhadas através de publicações no DOE e no sítio da BEC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUMONT
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2022 PROCESSO Nº. 042/2022

A Prefeitura Municipal de Dumont, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que se encontra aberta licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS sob o nº. 003/2022, objetivando a contratação de empresa para construção de estacionamento na Praça da Prefeitura Municipal de Dumont-SP, compreendendo o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações estabelecidas no edital regulador do certame. A abertura dos envelopes está marcada para o dia 30 de agosto de 2022, às 13:30 horas, na Sala de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Praça Josefina Negri, nº. 21, Dumont-SP. O edital em seu inteiro teor poderá ser retirado ou consultado na Sala de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal no endereço acima indicado, de segunda às sextas feiras das 9:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs às 16:00 horas. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (0XX16) 3944-9100.

Dumont/SP, 15 de agosto de 2022.

PEDRO HENRIQUE BOVO - Presidente da COPEL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta nesta unidade, sito à Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo - Capital- LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO (eletrônico) CG nº 15/2022, Oferta de Compra 380101000012022OC00035, do tipo MENOR PREÇO. Processo n° SAP-PRC-2022/27391. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE VIATURAS DESTINADAS ÀS ATIVIDADES DO GRUPO DE AÇÕES DE ESCOLTA E VIGILANCIA PENITENCIARIA - GRAEVP. A entrega das PROPOSTAS, a partir das 00:00 horas do dia 17/08/2022, no site: **www.bec.sp.gov.br**, com a abertura para o dia 29/08/2022, às 09:00 horas. O Edital na integra poderá ser obtido ou consultado gratuitamente através do site **http://www.e-negociospublicos.com.br**, **www.bec.sp.gov.br** e **www.sap.sp.gov.br** Informações Tel: (0xx11) 3206-4872 / 3206-4876 / 3206-4873.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.bec.sp.gov.br, www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br ou no seguinte endereço: **Serviço de Compras Centralizadas da Reitoria da USP,** sito na Rua da Reitoria, 374 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP 05508-220 - Telefones: (0XX11) 2648-0308/0518, 3091-1112/0485/0611/6394 - e-mail licitarusp@usp.br.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 - RUSP **PROCESSO Nº: 2021.1.11950.1.6** **OFERTA DE COMPRA BEC Nº: 102101100582022OC00047**	**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES, PELO PERÍODO DE 15 MESES, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.**	A partir do dia 16/08/2022	29/08/2022 às 09h30

Sindicato dos Trabalhadores, Empregados, Autônomos, Avulsos e Temporários em Feiras, Congressos e Eventos em Geral e em Atividades Afins de Organização, Montagem e Promoção no Estado de São Paulo - SP - SINDIEVENTOS

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

O Sindicato dos Trabalhadores, Empregados, Autônomos, Avulsos e Temporários em Feiras, Congressos e Eventos em Geral e em Atividades Afins de Organização, Montagem e Promoção no Estado de São Paulo - SP - SINDIEVENTOS, com sede na Rua Tácito de Almeida, nº 119, Sumaré, São Paulo, SP, CEP 01251-010, através de seu Diretor Presidente - Sr. LADISLAU JOSÉ DE SOUZA, comunica e convoca todos os membros da categoria profissional do Estado de São Paulo, a respeito das eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, para o mandato de 15 de novembro de 2022 a 14 de novembro de 2025, para tanto, os candidatos deverão observar disposições estatutárias e o que segue abaixo: a) o prazo para registro das chapas concorrentes ao processo de eleição iniciar-se-á às 09:00 horas do dia 17 de agosto de 2022, sendo que o término previsto para às 17:00 horas do dia 30 de agosto de 2022, as inscrições deverão ser efetuadas no horário das 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da sede do Sindicato situado no endereço mencionado acima; b) a votação para eleição ocorrerá no dia 11 de novembro de 2022, no horário das 09:00 às 17:00 horas, na sede do Sindicato situado no endereço mencionado acima; c) o presente edital será afixado também na sede do Sindicato situado no endereço mencionado acima; d) o requerimento de inscrição deverá ser dirigido à Presidente do Sindicato, contendo pelo menos a assinatura de um dos candidatos da chapa concorrente, bem como observando o Artigo 49 e seguintes do Estatuto do Sindieventos; e) o prazo limite para impugnação de candidaturas deverá ser efetuado em até 03 (três) dias, após a publicação das chapas concorrentes, no horário das 09:00 às 17:00 horas, na sede do Sindicato situado no endereço mencionado acima; f) quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas perante a sede do Sindieventos situado na Rua Tácito de Almeida, nº 119, Sumaré, São Paulo, SP, CEP 01251-010.

São Paulo, 15 de agosto de 2022

LADISLAU JOSÉ DE SOUZA - Diretor Presidente

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ nº 02.302.101/0001-42 - NIRE nº 35300153243
COMPANHIA ABERTA
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO R$ 285.411.308,35
CONVOCAÇÃO

Ficam os Acionistas convocados para, na forma do disposto no Artigo 5º do Estatuto Social, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **12 de setembro de 2022, às 11 horas,** em sua sede social situada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 - 16º andar, São Paulo - SP, de forma parcialmente digital, conforme Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 e alterada pela Instrução CVM nº 622 de 17/4/2020, deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: - Eleger membro do Conselho Fiscal para completar o mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. **Informações gerais:** 1) Participação na AGE: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia sob qualquer das seguintes formas: a) *Presencial*: na sede da empresa, mediante apresentação de documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador. Preferencialmente, enviar de forma antecipada a documentação por e-mail para conferência. b) *Virtual*: por meio de sistema eletrônico que permite participar e votar. As orientações e os dados para conexão, incluindo a senha necessária para acesso, serão enviados aos Acionistas que, por e-mail, manifestarem o interesse por essa forma de participação e enviarem a documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador até às 17h00 do dia 09/09/2022. c) *Voto a distância*: os Boletins de Voto a Distância (BVD) podem ser enviados diretamente à Companhia (preferencialmente via e-mail), por meio dos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações da Companhia (Banco Bradesco), devendo o BVD ser recebido até o dia 05/09/2022, de acordo com as instruções detalhadas contidas no Manual da Assembleia. A apresentação de documentos assim como a solicitação de participação na AGE por sistema eletrônico devem ser entregues na sede da Companhia ou, preferencialmente, encaminhadas ao e-mail riemae@emae.com.br. 2) Voto múltiplo: para a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração ou Fiscal é necessário que seja requerido por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98. 3) Documentos e informações: os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada e as instruções detalhadas para credenciamento e participação presencial ou remota estão à disposição dos acionistas na sede da Empresa e nos websites de RI da Companhia (https://ri.emae.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 10 de agosto de 2022

LUIZ CARLOS LUSTRE

Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **REPETIÇÃO DE CERTAME: PE 352/22 DLC PA 26465/22** menor preço visando RP de tenecteplase. Abertura: 30/08/22 08:30 Disputa: 09:30. O edital poderá ser obtido no site www.guarulhos.sp.gov.br Licit.Ag.

Mantova Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ: 09.397.892/0001-80 - NIRE 3522199614-1

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 01/08/2022

Data, hora, local. 01/08/2022, 10hs, na sede, Avenida das Comunicações, 265, Bloco B 07, Osasco/SP. **Presença.** Totalidade dos sócios. **Mesa.** Celio Edecio Bottura Junior - Presidente, Carlos Alberto Bottura - Secretário. **Deliberações aprovadas.** Reduzir o capital social, por julgá-lo excessivo para realização de seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, no montante de R$ 200.000,00, com o cancelamento das respectivas quotas. O montante objeto da redução do capital social será restituído aos sócios, na proporção das respectivas participações no capital social da Sociedade. Transcorrido o prazo legal sem a oposição de credores, a redução do capital será efetivada, com a consequente alteração do contrato social da Sociedade. **Encerramento.** Nada mais. Osasco, 01.08.2022. Sócios: Celio Edecio Bottura Junior, Carlos Alberto Bottura, Marcelo Gozzo Pereira (por procuração) Procurador: Celio Edecio Bottura Junior e José Ribeiro de Souza Filho.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil - DIPOL
Divisão de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO DIPOL nº07/2022
PROCESSO: PCSP-PRC-2022/07042
OFERTA DE COMPRA (OC) n.º180134000012022OC00075

Acha-se aberta, no Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, que tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA READEQUAÇÃO DOS ANDARES 18º E 19º DO PALÁCIO DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO,** conforme quantidade, características e especificações constantes do Projeto Básico/Memorial – Anexo I do Edital. A sessão pública realizar-se-á no dia **29/08/2022**, a partir das **10:00 horas** (horário de Brasília). Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: **17/08/2022.** O Edital na íntegra poderá ser obtido nos "sites" www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022- PROCESSO DIGITAL FF.005041/2022-47 A Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO o CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS/ AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS, QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E INDÍGENAS PARA A AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PALMEIRA JUÇARA (EUTERPE EDULIS) PARA USO PRÓPRIO EM ATIVIDADES DE REPOVOAMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB GESTÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL, NO ÂMBITO DA PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021 QUE TRATA DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – UC´S., que tem por objetivo geral a conservação da espécie nos espaços protegidos de domínio público e de domínio privado, das zonas de amortecimento e entorno de UCs, com remanescentes florestais, conforme estabelecido e faculta a PORTARIA NORMATIVA FF Nº 327/2021. A compra das sementes da palmeira juçara será feito por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93, de acordo com as condições e exigências previstas nesse edital. Os interessados poderão obter cópia integral do Edital no sítio eletrônico: **www.fflorestal.sp.gov.br** A documentação completa, composta pelo formulário de requerimento, proposta de venda e habilitação jurídica deverá ser entregue eletronicamente até às 16h do dia 09/09, para o seguinte endereço: **projucara@fflorestal.sp.gov.br**. O resultado dos credenciados e recursos acontecerão do dia 13/09 a 19/09. Por sua vez, a entrega das sementes poderá ser iniciada de 21/09 até o dia 09/12. PARECER AJ 380/2022 DATADO DE 15/08/2022

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022

Processo: 084/2022. OBJETO: Aquisição de Materiais - Elétricos, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 16/08/2022 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 16/08/2022 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 02/09/2022 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Gerson Ulisses de Moraes Junior

Pregoeiro

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

ERRATA

Pregão Eletrônico IPT nº PE00017/2022 - Processo IPT nº 64721/22 - Oferta de Compra nº 103101100912022OC00284 - contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de solução tecnológica de equipamentos Next Generation Firewall (NGFW), incluindo serviços de instalação, atualização, configuração, migração/transição das regras do equipamento Firewall existente, parametrização dos softwares, treinamento, garantia, manutenção e suporte técnico pelo período de 24 meses. Comunicamos as novas datas para o presente pregão: Início do recebimento das propostas: 16/08/2022. Abertura da sessão pública: 31/08/22 às 9:00h. O edital permanece disponível na internet, devendo ser consideradas as novas datas ora divulgadas. O Edital está disponível nos "sites" www.ipt.br/fornecedores, www.imprensaoficial.com.br, opção negócios públicos e www.bec.sp.gov.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: teresafm@ipt.br - Coordenadoria Administrativa - Departamento de Aquisição, Contratação e Estoque/Área de Licitações.

SUBPREFEITURAS JAÇANÃ/TREMEMBÉ

EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/SUB-JT/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/SUB-JT/2022
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 6043.2022/0001216-9
OBJETO: Contratação de empresa visando a execução de serviços de Revitalização/Requalificação/Readequação das Ruas da Vila Zilda: Rua São João Batista, Viela Bela Vista, Rua J. B. de Moraes, Tv Santa Luzia.
DATA: 29/08/2022
HORÁRIO DE ENTREGA DE ENVELOPES: 14h30.
HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 15h00.

EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 09/SUB-JT/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/SUB-JT/2022
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 6043.2022/0001221-5
OBJETO: Contratação de empresa para a execução de via em concreto, calçada e escada de pedestre. Local: Rua São Gabriel, de acordo com a quantidade, característica, condições e especificações indicadas no termo de referência/memorial descritivo da minuta de Edital.
DATA: 30/08/2022
HORÁRIO DE ENTREGA DE ENVELOPES: 14h30.
HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 15h00.

EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 07/SUB-JT/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/SUB-JT/2022
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 6043.2022/0001238-0
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de revitalização no CDC Cantareira.
Local: Rua Capitão José Aguirre, 156-200, Sítio Barrocada, São Paulo/SP.
DATA: 31/08/2022
HORÁRIO DE ENTREGA DE ENVELOPES: 14h30.
HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 15h00.

Os **EDITAIS DE LICITAÇÃO PODERÃO SER OBTIDOS NA PÁGINA** http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel e Papelão de São Paulo/SP. CNPJ 62.652.821/0001-60.
Rua Monsenhor de Andrade, 72 – Brás São Paulo – SP CEP: 03008-000. www.sintipacesp.com.br -*E-mail: faleconosco@sintipacesp.org.br.*

ERRATA

Pelo presente Edital o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel e Papelão de São Paulo/SP.** Vem corrigir um erro no último edital publicado na edição de 03 de agosto de 2022 pagina B3 do Jornal Folha de São Paulo que, embora todas as informações estavam corretas e aconteceram nos tempos adequados o edital foi finalizado como: São Paulo 02 de julho de 2021, **onde deve ser lido São Paulo 02 de agosto de 2022.** São Paulo 15 de agosto de 2022. **JOÃO PEREIRA DAS CHAGAS - Presidente**

Ao Sr. Sivaldo Damasceno.

Sua empregadora Serviços Administrativos Destak, através do presente, vem novamente convocar o senhor, para solicitar o seu imediato comparecimento no seu posto de trabalho, haja vista que pelo resultado da decisão do INSS e o resultado do médico do trabalho, o senhor encontrasse apto para o retorno ao trabalho, tendo comparecido somente no dia 07/07/2022 e não mais retornado desde então.

Solicitamos que o senhor compareça para justificar sua ausência, reiterando que seu cargo está disponível em nosso quadro de funcionários, lembrando que fizemos contato por telefone, mensagem, telegrama, carta registrada com AR, e até o momento não recebemos nenhum retorno de sua parte. Por fim, o eventual não comparecimento poderá acarretar na dispensa por justa causa, em razão do abandono de emprego, nos termos do artigo 482, alínea "i", da CLT.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008694-04.2009.8.26.0596. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Serrana, Estado de São Paulo, Dr(a). Viviane Decnop Freitas Figueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ISARAEL FRANCISCO CARDOSO ALVES DE OLIVEIRA (CPF 151.147608-86) e ISNARD HUMBERTO CARDOSO ALVES DE OLIVEIRA (CPF 261.230.008-29), que Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI lhes ajuizou Medida Cautelar de Exibição de Documentos, objetivando que os requeridos exibam em juízo as Guias do Recolhimento da Previdência Social – GRPS's, hoje, GPS's, inclusive as relativas às reclamatórias trabalhistas ou sentença/acordo judicial, a GFIP, Resumidas folhas de pagamento, Registro de Empregados-CAGED, Guias de Recolhimento do Convênio para Arrecadação Direta-SESI, bem como todos os demais documentos necessários para cumprimento desse mister, relativo aos últimos 5 anos que antecedem a presente ação. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital para que em 05 (cinco) dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação ou apresentem os documentos descritos na inicial, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

ASSOCIAÇÃO EREMIM AÇÃO SOCIAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, convocamos todos os membros da Associação Eremim para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária na forma da legislação vigente, a realizar-se no próximo dia **31 de agosto de 2022,** às 08h00 em primeira convocação e não havendo número legal, às 08h30 em segunda convocação, na Rua Erasmo Braga, 307, Presidente Altino, Osasco/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A) Prestação de Contas do Exercício 2021. B) Outros Assuntos.**

Osasco, 16 de agosto de 2022. **JORGE NAZARENO RODRIGUES -** Presidente

Fundação Memorial da América Latina

TOMADA DE PREÇOS Nº001/2022
Processo FMAL - PRC - 2022/00101

A Fundação Memorial da América Latina torna pública a abertura de licitação na modalidade "TOMADA DE PREÇOS", do tipo MENOR PREÇO, com inversão de fases, objetivando a contratação de prestação de serviços advocatícios na área trabalhista para a Fundação Memorial da América Latina, conforme especificações técnicas constantes do Edital.

Os envelopes nº01-PROPOSTA e nº02 - HABILITAÇÃO serão recebidos no dia 01/09/2022, das 10:30hs às 11:00hs, no Prédio da Administração da Fundação, situada na Av. Mário de Andrade, 664 – Barra Funda – São Paulo/SP, sendo admitida a entrega antecipada dos envelopes nos termos do item 3.5.1 do Edital.

A realização da sessão pública será no dia 01/09/2022, às 11:15 hs, no mesmo local.

O Edital completo estará disponível no sítio eletrônico: www.imprensaoficial.com.br - "negócios públicos" e www.memorial.org.br.

IPÊ CLUBE
CNPJ - 62.365.697/0001-51
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Associados do Ipê Clube, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em única convocação, no dia **08 de Outubro de 2.022**, na sua sede social, localizada na Rua Ipê, 103, nesta capital, a fim de deliberarem a seguinte Ordem do Dia: **a)** no período das 8 às 16 horas, eleições de nove (9) Conselheiros Efetivos, com mandato de quatro (4) anos; um (1) Conselheiro Efetivo, com mandato de dois (2) anos; e Conselheiros Suplentes com mandato de um (1) ano; **b)** no período das 16 às 18 horas, apuração dos votos. Os Associados interessados em se candidatarem, que possuam os requisitos estabelecidos no Estatuto Social e no Regulamento Eleitoral, devem se inscrever na Central de Atendimento do Ipê Clube até às 18 horas do dia 22 de setembro de 2022.

São Paulo, 16 de agosto de 2.022.

CLAUDIO JOSÉ LANGROIVA PEREIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 62/SME/2022
PROCESSO ELETRÔNICO nº 6016.2022/0040371-3 - Registro de Ata de Preços para aquisição de PÃO DE FORMA TRADICIONAL e PÃO DE FORMA INTEGRAL, destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas aos sistemas de gestão direta e mista do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município de São Paulo.

Acha-se aberta a licitação em epígrafe, que será realizada às **09h30** do dia **30/08/2022.**

O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.comprasnet.gov.br e http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

SAÚDE

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto no Gabinete, o seguinte pregão:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 696/2022-SMS.G, processo **6018.2022/0038015-3,** destinado ao registro de preços para o fornecimento de **ESPARADRAPO BRANCO E CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO SOBRE AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA**, para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico-Hospitalar, do tipo menor preço. A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir **das 9 horas do dia 1º de setembro de 2022,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br**, a cargo **da 8ª Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal da Saúde.**

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.comprasnet.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado no edital.

RETIRADA DE EDITAL

O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido nos endereços: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br; www.comprasnet.gov.br, quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

SAÚDE

PROCESSO: 6018.2021/0098774-9
REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DOC/SP DE 12/08/2022 - PÁGINA 59; JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 12/08/2022, PÁGINA B7 E JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO DE 12/08/2022, PÁGINA B6.
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4641/OC-BR
EDITAL Nº LPN 002s/2022
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Município de São Paulo recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em várias moedas, relativo ao custo no montante de US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) para o financiamento do projeto de reestruturação e qualificação das redes assistenciais da cidade São Paulo, Avança Saúde - São Paulo e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos elegíveis nos termos do Contrato de prestação de serviços de desenvolvimento, implantação, suporte e manutenção de sistema, no modelo de software, "**SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS - SICAP**", com o fornecimento de apoio técnico e operacional nas diferentes fases do projeto.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde - Unidade de Coordenação do Projeto Avança Saúde São Paulo, doravante denominado "Contratante", **solicita propostas fechadas de Concorrentes elegíveis para a execução dos Serviços descritos nas Especificações Técnicas, Seção 6 do Edital.**

O Edital, bem como seus anexos, está publicado no Site da Secretaria Municipal de Saúde (Programas/Avança Saúde/ Avisos de Aquisições).

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/index.php?p=278456

As empresas interessadas poderão obter mais informações por meio de endereço eletrônico: **smsbidavancasaude@prefeitura.sp.gov.br** e pelo Telefone: (11) 2027-2345 das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde situada à Rua General Jardim, 36 - 9º andar - Vila Buarque, 01223-010, na Unidade de Coordenação do Projeto Avança Saúde São Paulo, **até às 10h00 do dia 30 de setembro de 2022**, acompanhadas de Garantia de Proposta no valor de R$ 114.554,39 (Cento e quatorze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e serão abertas imediatamente na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura.

Os Serviços devem ser executados na Secretaria Municipal da Saúde situada à Rua General Jardim, 36 - 9º andar -Vila Buarque, 01223-010, conforme descrito na Seção 6, Escopo dos Serviços e na Seção 8, Dados do Contrato.

'Novata' será primeira mulher a presidir a Premier League

Com extenso currículo fora do esporte, Alison Brittain assume a liga mais rica

SÃO PAULO No que diz respeito ao futebol, pouco se sabe a respeito de Alison Brittain, 57. A única informação disponível é que ela torce pelo clube inglês Manchester United.

Mas seu conhecimento ou envolvimento anterior com o esporte é irrelevante para o cargo que vai ocupar a partir do início de 2023. Ela será a primeira mulher a comandar a Premier League.

Para presidir a instituição que organiza o Campeonato Inglês, o torneio nacional que mais movimenta dinheiro no futebol mundial, é importante entender de finanças. Alison foi escolhida por unanimidade pelos 20 clubes que disputam a competição por seu currículo na área. Ela vai substituir Peter McCormick, que atualmente ocupa a vaga de forma interina.

Ela era desde 2016 presidente-executiva da Whitbread, cadeia de alimentação, hotéis e entretenimento criada em 1742. Antes disso, desempenhou diferentes cargos no mercado de finanças. Trabalhou nos bancos Barclays, Santander e Lloyds. Foi Alison a responsável por supervisionar a venda da cadeia de cafés Costa para a Coca-Cola, uma operação de 3,9 bilhões de libras esterlinas (R$ 24,8 bilhões pelos valores atuais).

"É um esporte de enorme importância no país, é amado por tantas pessoas ao redor do mundo e pode ter um enorme impacto positivo em comunidades", disse ela, em texto divulgado pela Premier League.

> É um esporte de enorme importância no país, é amado por tantas pessoas ao redor do mundo e pode ter um enorme impacto positivo em comunidades
>
> **Alison Brittain**
> que vai comandar a Premier League a partir de 2023

Alison será responsável por negociar o próximo ciclo da venda de direitos de transmissão, a principal fonte de receita para os clubes. No período que começou neste ano e vai até 2025, as equipes vão receber, no total, US$ 7,1 bilhões (R$ 36,1 bilhões em valores atuais) pelos contratos internacionais e US$ 6,9 bilhões (R$ 35,1 bilhões) pelo acordo doméstico.

Na última relação divulgada pela consultoria Deloitte, que lista os 20 clubes mais ricos do planeta, 10 são times da Inglaterra.

Em 2019, a nova presidente recebeu o CBE (sigla em inglês para Comandante da Ordem do Império Britânico), distinção oferecida pela família real. Fez parte também do conselho econômico dos últimos três governos conservadores do Reino Unido (Boris Johnson, Theresa May e David Cameron).

A habilidade política pode lhe ser útil também porque a Premier League recebe acusações de não ter um sistema robusto o bastante para impedir que clubes sejam adquiridos por donos predatórios, não benéficos para o esporte. A consequência disso é ser tachada como instituição que se preocupa apenas com o dinheiro.

Há também o "sportswashing", a compra de equipes por estados totalitários e sem respeito por direitos humanos como forma de melhorar sua imagem institucional. Denúncias que ficaram mais fortes após a aquisição do Newcastle por conglomerado ligado ao governo da Arábia Saudita, no ano passado. Mas já existia quando o Manchester City passou a pertencer, na prática, à família real dos Emirados Árabes, em 2008.

1 Paul Ellis/AFP

2 Divulgação/Premier League

1 Luis Diaz (dir.), do Liverpool, disputa a bola com Nathaniel Clyne, do Crystal Palace, em partida pela Premier League que terminou no 1 a 1 nesta segunda (15), no estádio Anfield, na Inglaterra 2 Alison Brittain, 57, que vai assumir o comando da instituição em 2023

Professor precisa aprender

Verdades escancaradas e mentiras esfarrapadas mostram que ter humildade é algo necessário

Renata Mendonça
Jornalista, comenta na Globo e é cofundadora do Dibradoras, canal sobre mulheres no esporte

Em semana de jogos quentes na Libertadores e no Campeonato Brasileiro, as entrevistas de alguns dos principais treinadores do futebol brasileiro ganharam mais holofotes.

Começou com o embate Abel Ferreira x Cuca na partida que definiu nos pênaltis um semifinalista do torneio continental. O técnico do Atlético-MG disse que, "às vezes, você tem um jogador a mais e isso passa a não ser a vantagem", ao comentar sobre a dificuldade de infiltração na retranca montada pelo Palmeiras após a expulsão de Danilo ainda no primeiro tempo.

Já o comandante português apontou caminhos que o Galo poderia ter explorado: "Ele tinha os pontas por fora, os dois laterais abertos, os zagueiros por trás, mas poucos jogadores por dentro do nosso bloco. Isso, para nós, foi mais fácil de controlar".

Não é comum por aqui vermos um técnico apontar o que o outro poderia ter feito para vencê-lo. Não vejo problema nenhum em dizê-lo, como foi o caso de Abel Ferreira.

Cuca voltou ao assunto no último domingo, após vencer o Coritiba com gol nos acréscimos. "O Palmeiras é um time reativo. Meu time não conseguiria fazer isso porque não é reativo, é proativo. Propõe o jogo, o que geralmente o Palmeiras não faz. Eles têm a bola longa, a marcação individualizada e jogam no erro do adversário após a roubada de bola."

Um time reativo, como descreveu o treinador do Galo, costuma ser definido, entre outras coisas, como um time que abre mão da bola e deixa o adversário controlá-la na maior parte das vezes, apostando em contra-ataques rápidos quando recupera a posse para agredir o adversário.

Eu até concordaria com essa descrição sobre o Palmeiras de Abel Ferreira se ela tivesse acontecido em 2020 ou mesmo até meados de 2021. O time que inclusive conquistou a Libertadores diante do Santos, treinado por Cuca, realmente naquele primeiro momento não rendia tanto quando precisava ter a bola nos pés por mais tempo.

Mas o Palmeiras de hoje, após 22 meses de Abel no comando, é bem diferente. Para pegar números: o Palmeiras terminou com mais posse do que o adversário em 15 das 22 rodadas do Campeonato Brasileiro. E terminou o jogo com mais finalizações do que o adversário 16 vezes.

Esse Palmeiras já teve mais posse que o São Paulo, menos posse que o Botafogo e o Atlético-GO, mesma posse que o Atlético-MG, e varia as estratégias adotadas conforme o adversário. Resumir um time que já apresentou tantas variações táticas desde a chegada de Abel Ferreira como "reativo" é uma análise rasa.

E houve também quem trouxesse verdades demais a uma coletiva. O técnico do Corinthians, Vítor Pereira, não gostou da pergunta sobre "emprego ameaçado" após a derrota no dérbi. Até aí, eu, particularmente, também não gosto desse tipo de pergunta porque acredito que ela só contribui para aumentar a instabilidade dos técnicos no futebol brasileiro, como se a demissão fosse sempre a única solução para um time melhorar seu desempenho.

Mas fica difícil defender a resposta arrogante, soberba e desconectada da realidade do treinador corintiano.

"Eu, nesta fase da minha vida, da minha carreira, ter medo de perder emprego? Sabe quanto dinheiro eu tenho no banco, amigo? Eu tenho a vida estabilizada."

Alguns técnicos com verdades escancaradas demais, outros com mentiras esfarrapadas por trás, e a lição que fica é aquela básica: professor também precisa ter humildade para aprender.

Vitória quase certa

Será difícil o Palmeiras, equipe forte e acostumada a ganhar troféus, deixar escapar o título brasileiro

Walter Casagrande Jr.
Comentarista e ex-jogador. É autor, com Gilvan Ribeiro, de "Casagrande e seus Demônios", "Sócrates e Casagrande - Uma História de Amor" e "Travessia"

A cada rodada que passa do Campeonato Brasileiro, o Palmeiras fica mais distante dos demais. Na última, venceu novamente o Corinthians. Aliás, Vítor Pereira perdeu nas três vezes em que enfrentou Abel Ferreira.

Será difícil o Palmeiras perder esse título. Apesar de o Flamengo estar vencendo e jogando bem, há uma distância grande entre as duas equipes.

Nessas horas, sempre lembram o título de 2009 do Flamengo, que, na 20ª rodada, estava a 11 pontos do líder Palmeiras. Mas naquele campeonato acompanhei vários jogos do time palmeirense do então treinador Muricy Ramalho, e a equipe jogava mal.

Já o Flamengo estava em um momento parecido com este, atuando bem e com dois fantásticos jogadores fazendo a diferença: Adriano e Petkovic.

Acho difícil isso acontecer agora porque o Palmeiras é uma equipe fortíssima, acostumada a ganhar títulos.

O time de Dorival Júnior já é o segundo colocado, nove pontos atrás do de Abel Ferreira, e acredito que vá continuar nessa pegada de vencer e jogar bem. Mas não creio que o Palmeiras perca cinco partidas no segundo turno.

De qualquer forma, entre aqueles que todos nós apostávamos no início do ano, só o Galo está para trás na classificação e eliminado na Libertadores e na Copa do Brasil.

Do lado corintiano, a semana será decisiva também para o relacionamento entre torcida, time e treinador. No sábado passado (13), a Fiel já se manifestou e demonstrou não estar nada feliz.

Terá que reverter um resultado de 2 a 0 contra o Atlético GO, para continuar no páreo pelo título da Copa do Brasil e para manter um ambiente saudável para se trabalhar.

Eu, particularmente, não estou gostando do trabalho do Vítor Pereira porque ele não consegue fazer o Corinthians jogar bem uma partida.

Fez um excelente segundo tempo com o Internacional no Beira-Rio e outro com o Atlético MG no Mineirão, nada mais. Estamos em agosto, e ele não tem uma base para uma equipe titular. Ocorreram várias contusões, mas mesmo antes disso mudava o time todo jogo.

Fazer revezamento de jogadores é uma coisa, não ter uma espinha dorsal é outra.

Sylvinho era muito criticado porque o seu time não jogava bem e não ganhava fora de casa, mas ele tirou o Corinthians lá da parte baixo da tabela até a Libertadores.

Já neste Brasileiro, o time começou a fazer a estrada inversa de líder por muito tempo. Agora, já está em terceiro e sem ganhar clássicos. A única vitória contra os principais rivais do estado, neste ano, foi contra o Santos, na Copa do Brasil, por 4 a 0.

Enquanto isso, os outros dois grandes times de São Paulo no campeonato estão quase da mesma forma. O Santos perdeu em BH para o América por 1 a 0 e ficou nos 30 pontos, enquanto o São Paulo venceu bem o Bragantino por 3 a 0 no Morumbi, mas só chegou a 29 pontos.

No final da rodada, outro resultado beneficiou o Verdão: a vitória do Internacional segurou o Fluminense na quarta posição. O clube gaúcho foi eliminado pelo fraco Melgar no meio de semana na Copa Sul-Americana e deixou a torcida revoltada. Mas contra o Fluminense fez uma partida brilhante, assim como já tinha feito contra o Galo.

Para terminar, o time do Abel Ferreira será o único, entre os primeiros cinco colocados, que terá a semana toda para treinar, por já ter sido eliminado da Copa do Brasil. Poder treinar seu time todos os dias será um benefício enorme para ir em busca do título.

TUDO + UM POUCO | *Carolina Muniz*
folha.com/tudomaisumpouco

Como manter uma cozinha pequena organizada

Uma cozinha compacta exige maior esforço de organização. A seguir, saiba como deixar o ambiente mais funcional, com a ajuda da organizadora pessoal Bárbara Volnei.

*

Desapegue
O primeiro passo é avaliar se cada item que está ali é realmente necessário. "As pessoas, quando se mudam para um apartamento menor, costumam levar tudo o que tinham na casa anterior e querem fazer caber. Não dá certo", afirma a organizadora.

Realize uma triagem e selecione o que de fato vale a pena ser mantido. Livre-se do que já está velho —nada de insistir em guardar aquele monte de potes sem tampa. Também não há espaço para aquela panela de arroz ou aquela máquina de pão que você só usou uma vez na vida. Dê preferência a equipamentos que desempenhem mais de uma função.

Veja se há utensílios repetidos (é preciso ter cinco escumadeiras?) e se é possível diminuir até mesmo a quantidade de itens de uso frequente, como pratos, copos, panos de prato, toalhas de mesa etc.

Setorize
Separe os itens por tipo. Deixe louça com louça, vasilha com vasilha, e assim por diante. Além de facilitar o acesso no dia a dia, isso ajuda a impor um limite de espaço. Assim, antes de comprar um utensílio novo, será preciso verificar se ele vai caber naquele compartimento.

Se preciso, guarde uma panela dentro da outra. Se elas forem feitas de cerâmica ou teflon, é importante colocar uma folha de papel toalha no fundo de cada uma, para protegê-las. Uma dica é armazenar as tampas na vertical, em um porta-pratos de aramado.

Divida
Utilize divisórias ou cestas plásticas para que as gavetas fiquem organizadas e possam acomodar mais itens.

Dá para aproveitar melhor o espaço interno dos armários criando uma segunda altura de prateleira, o que pode ser feito com uma estrutura de aramado. Há também acessórios com ganchos para pendurar canecas ou xícaras, que podem ser encaixados na prateleira superior.

Facilite
Para saber qual é o lugar mais adequado para cada coisa, pense na sua rotina e como é a sua dinâmica na hora de cozinhar. O que é mais usado deve ficar nos locais mais acessíveis, nos quais não é preciso erguer o braço para alcançar.

Aproveite a parede
Se o armário não for suficiente para acomodar tudo, instale prateleiras e nichos. Para que os itens não fiquem expostos à gordura, acondicione-os dentro de caixas transparentes ou cole uma etiqueta para saber o que tem ali dentro.

Nas prateleiras mais altas, deixe aquilo que é menos utilizado no dia a dia, como abridores de vinho e formas de cupcake. Nas intermediárias, é possível colocar, por exemplo, potes transparentes cilíndricos com arroz ou feijão.

Nunca armazene em prateleiras equipamentos mais pesados, como uma air fyer, porque pode causar acidentes.

Também é possível usar barras com ganchos para pendurar os talheres maiores. O único problema é que eles vão ficar expostos à gordura do ambiente, então precisarão ser higienizados antes do uso.

Economize
Cozinhas pequenas não permitem fazer grandes estoques de alimentos. Na despensa, tenha apenas o produto que está em uso e mais um reserva.

Ao abrir um pacote de alimento, prefira armazená-lo dentro de potes transparentes. No fundo do recipiente, cole uma etiqueta com a data de validade. Assim, evita-se guardar um monte de embalagens fechadas com pregador de roupa, o que facilita a visualização dos produtos.

ÍNDIA COMEMORA 75 ANOS DA SUA INDEPENDÊNCIA
Integrantes da Força de Proteção Ferroviária participam de desfile nesta segunda (15), em Chennai, pela celebração do fim do domínio britânico Arun Sankar/AFP

ACERVO FOLHA
Há 100 anos
16.ago.1922

Festa no Rio por monumento a Santos Dumont

Acentuam-se com animação os preparativos para a chamada "Festa dos Poetas", a realizar-se em breve no Theatro Phoenix, no Rio de Janeiro, em benefício do fundo para a construção de um monumento em homenagem ao aviador Santos Dumont.

O vice-almirante português Gago Coutinho —que realizou, junto com o seu compatriota Sacadura Cabral, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul da história—, declarou que também vai participar.

Coutinho pretende ler no evento trechos interessantes das peripécias da sua viagem aérea entre Lisboa e Rio de Janeiro, concluída em junho.

Folha da Noite
O PAPA PIO XI

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

NA CORRIDA | *Rodrigo Flores*
folha.com/nacorrida

Com trecho de 12 quilômetros de subida, maratona mais difícil do país abre inscrição

Diz o ditado que uma imagem vale mais do que mil palavras. Antes de eu falar sobre a maratona mais difícil do Brasil, veja a foto ao lado.

A estrada em questão é a SC-390, no trecho que serpenteia a Serra do Rio do Rastro, entre os municípios de Lauro Muller e Bom Jardim da Serra, no sul de Santa Catarina.

As curvas fechadas cercadas por cachoeiras e natureza exuberante renderam fama à rodovia, considerada ponto turístico e cartão-postal catarinense. O jornal britânico The Guardian chegou a incluir a SC-390 em lista de estradas espetaculares pouco conhecidas do mundo.

A impressão que se tem ao trafegar pela Serra do Rio do Rastro é que ali não deveria existir uma estrada. As ladeiras são tão íngremes em alguns pontos que o asfalto precisa ser substituído por um concreto com ranhuras para evitar que os pneus dos carros girem em falso durante a árdua subida.

É nesse cenário repleto de pirambeiras que acontece a maratona mais difícil do Brasil. A próxima edição da Serra do Rio do Rastro Marathon acontece nos dias 6 e 7 de maio de 2023. Apesar de acontecer só no ano que vem, as inscrições para a prova já foram abertas. A boa notícia é que os atletas terão nove meses para treinar para a corrida.

A parte ruim é que treinar pode não ser suficiente. "Você corre a prova com as pernas, com a cabeça e com o coração. Você precisa respeitar a serra e lembrar que a missão é difícil, mas não impossível", conta a médica e maratonista Érika Ferrari, que completou a prova em 2018.

"Eu via pessoas com experiência em Ironman que olhavam para a serra e diziam que desistiriam. Apesar do preparo físico exemplar, elas se deixavam intimidar pela ladeira."

Serra do Rio do Rastro, em Santa Catarina Anders Marcio Duarte/Divulgação

Nos primeiros 30 km, o atleta se depara com subidas e descidas —mais subidas do que descidas, é bem verdade. A serra do cartão postal está reservada para os últimos 12 km, justamente quando os atletas já estão cansados pela distância e pelo clima imprevisível da região.

"Em 2018, corri com temperatura de 12 graus, debaixo de chuva. No percurso, vi pessoas desistindo por hipotermia e, após a linha de chegada, os atletas eram recebidos com chocolate quente, em vez do tradicional isotônico", relembra Érika. "No ano anterior, o calor era de 30 graus e havia o risco de insolação", conta.

Se o percurso desafiador não fosse o suficiente, a organização do evento também adota limites de tempo dentro da prova. Os primeiros 29,5 km devem ser percorridos em até 3 horas e 50 minutos. A marca dos 37 km precisa ser vencida em 5 horas e 15 minutos. E quem não cruzar a linha de chegada em até 6 horas e 20 minutos é desclassificado e obrigado a terminar a corrida em uma van.

"Isso obriga o corredor a se concentrar em um trecho de cada vez. São três corridas dentro de uma só", explica Érica, que completou a prova em 5 horas e 21 minutos. Menos de três meses antes, ela correra a maratona de Vancouver, no Canadá, em 4 horas e 5 minutos. A diferença de 75 minutos entre uma prova e outra está nas ladeiras da Serra do Rio do Rastro.

A organização também criou a categoria "Missão dos Guardiões". Nela, o atleta precisa completar 25 km no primeiro dia e 42 km no segundo para receber uma medalha especial. Apenas cem pessoas podem se inscrever nessa modalidade da prova.

As inscrições para todas as categorias podem ser feitas no site wemcorrer.com. A organização espera até 2.000 atletas, divididos nas provas de 12 km, 25 km e 42 km. Há ainda a possibilidade de percorrer 40 km de bicicleta, sem divisão por categoria. O kit custa de R$ 349 a R$ 826, dependendo da modalidade, mais taxas. Informações no site riodorastromarathon.com.br.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2022 C1

Da orgia à magia

'A Casa do Dragão', nova série derivada de 'Game of Thrones', traz sexo e sangue de volta à TV

Leia nas págs. C2 e C3

A atriz Milly Alcock em cartaz de 'A Casa do Dragão', seriado que estreia neste domingo na HBO e amplia o universo de George R. R. Martin nas telas depois de 'Game of Thrones' Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DIRETO AO PONTO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve baixar uma série de normas, nas próximas semanas, para garantir a segurança das eleições de outubro. Paralelamente ao combate às tentativas golpistas de desqualificar o sistema eleitoral, o tema deve ser tratado como prioridade absoluta pela gestão de Alexandre de Moraes, que toma posse na presidência da corte nesta terça-feira (16).

PISTOLA Uma das questões que deve ser discutida é a circulação de pessoas armadas nos locais de votação nos dias 2 e 30 de outubro, datas do primeiro e do segundo turno das eleições.

PISTOLA 2 O deputado federal Alencar Santana Braga (PT-SP) apoiado por diversos parlamentares de oposição, protocolou petição para que o tribunal discuta a questão. Ela deve ser pautada nas próximas semanas para deliberação dos magistrados.

TERRITÓRIO LIVRE Os parlamentares defendem que apenas agentes das forças de segurança possam circular armados das dependências eleitorais nos dias do pleito. Em 2018, eleitores chegaram a ir armados para as seções eleitorais, o que pode intimidar os demais cidadãos que exercem o direito ao voto.

TERRITÓRIO 2 Alguns bolsonaristas usaram armas para pressionar os botões das urnas eletrônicas. Eles ainda filmaram e fotografaram seus votos, o que é crime eleitoral.

PAZ Entidades de servidores da Justiça Eleitoral também já manifestaram preocupação e defendem o controle para que pessoas armadas não entrem nos locais de votação.

PAZ 2 Há uma preocupação de que sejam alvos de ataques por causa dos recorrentes ataques que o presidente Jair Bolsonaro (PL) faz à confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro.

OLHO VIVO A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou nesta segunda-feira (15) que o partido estuda entrar com representação contra o deputado Marco Feliciano (PL-SP) após ele admitir ter espalhado a informação de que, se eleito, Lula (PT) fecharia templos.

OLHO 2 "Lula governou esse país por oito anos. Quando é que fechou uma igreja, perseguiu evangélicos, um pastor?", disse Gleisi.

ALTO FALANTE Feliciano, que também é pastor da Assembleia de Deus Ministério Catedral do Avivamento, reafirmou em mensagem enviada à coluna que a comunidade evangélica tem "muito receio" de um eventual governo Lula, e que o partido do ex-presidente é a "expressão viva do mal" no Brasil.

PODE VIR "Se o PT quer me processar por expressar minha opinião e crenças, que processe! Nunca tive medo deles e sou eleito pelo povo de Deus justamente para combater o mal", diz o pastor, que é um dos parlamentares mais próximos de Jair Bolsonaro (PL).

ENTRE AMIGOS

Fotos Jardiel Carvalho/Folhapress

A escritora Noemi Jaffe **1** participou de uma conversa durante o lançamento do livro "A Vida Futura", do escritor e colunista da Folha Sérgio Rodrigues **2**, na livraria Megafauna, em São Paulo. O evento foi realizado no sábado (13). O escritor Xico Sá **3** também passou por lá

LADEIRA Os preços de materiais médico-hospitalares usados por hospitais públicos do país tiveram aumento de até 528% durante a pandemia. O valor de medicamentos também apresentou alta de até 410% no mesmo período. de 2020 a 2021. O custo da ampola do sedativo Midazolam (usado em intubações), por exemplo, passou de R$ 2,22 para R$ 11,33.

IN LOCO É o que mostra uma pesquisa do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross) em parceria com a consultoria GO Associados. O levantamento analisou dados de cerca de 50 hospitais administrados por Organizações Sociais de Saúde (OSS) filiadas à entidade.

CENÁRIO Uma das explicações para a alta dos preços é a desvalorização do real, já que muitos dos insumos são importados, e o aumento da demanda de itens utilizados no tratamento da Covid-19.

ESTREIA O Consulado Geral da Alemanha em SP passou a ser chefiado por uma mulher pela primeira vez em mais de cem anos. Com passagens pelas embaixadas do país em Pequim e em Brasília, a diplomata Martina Hackelberg acaba de ser nomeada cônsul-geral.

ESTANTE A escritora Helena T. lança o livro de contos "Luz de Néon" (editora Rua do Sabão), nesta terça (16), na Livraria da Travessa, do shopping Iguatemi, em SP. A obra deverá ser traduzida para o espanhol por uma editora mexicana.

BORDA E a escritora Julia Braga lança no sábado (20), na Livraria Martins Fontes, em SP, o livro "Para Sempre Seu" pelo selo Naci, marca da editora Nacional para o público jovem adulto. É a quarta obra dela, que começou a escrever na internet, em versão física.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sexo e violência tornam a ditar as regras com 'A Casa do Dragão'

Atração derivada da adaptação dos livros de George R. R. Martin espera repetir o êxito de 'Game of Thrones'

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Dragões cortam o céu azulado e voam ameaçadoramente em direção a torres altas e acastanhadas, como se estivessem prontos para atacar. Já vimos essa cena antes, quando Daenerys botou fogo em toda Porto Real, na violenta e traumática despedida da série "Game of Thrones" —que chegou ao fim em maio de 2019 deixando o público órfão.

Agora, no entanto, as criaturas aladas só passeiam de forma amigável sobre a capital dos Sete Reinos, já que são os seus donos, os Targaryen, que estão no comando do universo de fantasia que recebe a trama de "A Casa do Dragão", derivado que chega nesta semana à tela da HBO Max.

Isso não quer dizer que são tempos de paz e harmonia nos Sete Reinos —pelo contrário. Sentar no Trono de Ferro por tanto tempo só alimentou a ganância da família que tem como marca os cabelos platinados. Em "A Casa do Dragão", seus membros brigam entre si quando o rei Viserys precisa determinar quem assumirá a coroa quando ele morrer.

A trama se passa dois séculos antes dos eventos de "Game of Thrones" e opõe dois lados —o primeiro é o do irmão do rei, um sujeito narcisista e inconsequente, e o segundo é o de sua filha, justa e bondosa. Vale lembrar que Daenerys também começou sua jornada assim, mas lá para a última temporada estava completamente embriagada por sua sede de vingança.

Continua na pág. C3

No alto, Paddy Considine é o rei Viserys 1º; acima, da esquerda à direita, Emma D'Arcy como Rhaenyra, Fabien Frankel como Ser Criston Cole e Steve Toussaint como Sea Snake Fotos Divulgação

Continuação da pág. C2

"Eu acho que elas são parecidas por causa das circunstâncias em que estão, por causa da maneira como veem o mundo e como são frequentemente questionadas por isso. Mas a Rhaenyra encontra menos resistência", diz uma de suas intérpretes, a atriz Milly Alcock, numa entrevista feita por videoconferência.

Como nas novelas da TV Globo, "A Casa do Dragão" é dividida em duas fases. Na primeira, a protagonista é adolescente e ainda vive na sombra da possibilidade de o pai ter um herdeiro homem.

Na segunda parte da trama, a atriz Emma D'Arcy, mais velha, assume a personagem já como favorita ao trono. Se tudo correr como esperado, ela se tornará a primeira rainha dos Sete Reinos —mas nem todos os machões ao redor estão dispostos a ser comandados por uma mulher.

O tio da personagem, Daemon Targaryen, se aproveita da situação, criando a fagulha que impulsiona esta que deve ser uma nova "guerra dos tronos" —nome brasileiro, mas nunca adotado de fato, de "Game of Thrones", o que pode voltar a acontecer com "House of the Dragon".

"Tudo na história sempre foi movido por poder, desde o princípio. É algo intrínseco aos humanos. Nós sempre precisamos de alguém no comando", diz Paddy Considine, intérprete do rei Viserys. "Então nós olhamos para trás, olhamos para o hoje e nos perguntamos o quanto o mundo realmente evoluiu."

Se a ideia de Considine é que "A Casa do Dragão", em sua ambientação de fantasia medieval, seja como um espelho da nossa sociedade, então a resposta para a sua provocação é que o mundo vai mal. Isso porque a nova série segue a cartilha de violência, machismo e corrupção que ajudou a fazer de "Game of Thrones" não só uma das séries mais vistas da história da televisão, como também uma das mais polêmicas.

Espere por palavrões, nudez, sexo, agressão, tortura e sangue —muito sangue— já no primeiro episódio da nova série. O único elemento controverso e onipresente na antecessora que não deve reaparecer são as cenas de estupro —produtores, diretores e atores estão se contradizendo em eventos de divulgação, mas a palavra da HBO é a de que esse tipo de violência vai ser abordado, mas não mostrado.

São temas importantes para se discutir em cena, acredita o elenco, já que "coisas terríveis acontecem na vida real", segundo diz Considine. "Só porque não acontece na sua vida, não quer dizer que não esteja acontecendo na esquina. Pensar assim é errado. É importante mostrar conteúdo explícito, desde que seja bem executado, porque esse tipo de situação impacta a trajetória dos personagens."

Numa amostra de sua personalidade atroz, por exemplo, Daemon comanda uma cruzada por Porto Real, em que soldados caçam gente pobre, rotulada de criminosa. Ele enterra sua espada na barriga de um sem-número de homens, corta mãos e, por fim, abaixa as calças de um rapaz para arrancar seu pênis. A câmera observa tudo por trás de suas nádegas, até se voltar ao membro decepado e ensanguentado no chão.

Virilidade, e não monstruosidade, é a palavra que o personagem, anfitrião de festinhas em bordéis, cola a si próprio. Mas, numa outra cena, vemos essa potência se dissipar. Daemon está transando com uma mulher, até que ela se cansa de suas tentativas de ficar ereto e ele mergulha numa melancolia profunda, assombrado ainda pela possibilidade de não se tornar rei.

A cena pode até ser importante para entender a complexidade do personagem, segundo o ator Matt Smith, embora não tenha sido agradável de filmar. Ele vem dizendo a jornalistas que "A Casa do Dragão" tem cenas de sexo demais, mas já rolam nos bastidores notícias de que a produção da série teria dado um puxão de orelha nele por causa das reclamações.

Se deu, foi antes de sua conversa com este jornal, em que o ator afirmou que não sabe dizer se a série é explícita demais, mas que "aquele é o mundo que ela representa, uma sociedade violenta e brutal". Ele, no entanto, foge das rédeas da HBO para comentar especificamente sua transa frustrada sob a luz de velas.

"Para ser sincero, eu não amo aquela cena. Eu não gosto da maneira como ela foi filmada, mas era daquele jeito que queriam. Eu sinto que havia uma forma mais profunda, interessante de contar aquela história física entre os dois personagens", afirma o ator britânico, que faz um complicado malabarismo com o lençol para não deixar seu pênis à mostra —vale dizer que "Game of Thrones" já foi criticada por mostrar seios e vaginas de mais e genitais masculinos de menos.

"A Casa do Dragão" promete trazer várias discussões para o espectador e, a julgar pela expectativa que a aguarda, deve ainda se tornar um dos grandes fenômenos televisivos do ano —fruto de uma cuidadosa ampliação do universo literário criado pelo escritor George R. R. Martin, depois que a HBO chegou a descartar uma série derivada que já tinha um episódio gravado por cerca de US$ 30 milhões.

O elenco parece estar ciente de seu potencial —tanto para o sucesso, quanto para o fracasso, ainda é cedo para saber— e lembra, repetidamente, outra série, "Succession", e sua suja politicagem familiar como uma inspiração para a nova trama fantástica.

Esse drama é hoje o queridinho das premiações e a menina dos olhos da HBO, títulos que "A Casa do Dragão" pode tentar usurpar, num paralelo com esses universos em que irmão puxa o tapete de irmão.

Série 'Uprising' é uma testemunha do racismo

Trabalho de Steve McQueen e James Rogan ecoa o presente ao contar luta da população negra britânica nos anos 1980

CINEMA
Uprising
★★★★☆
Reino Unido, 2020. Dir.: Steve McQueen e James Rogan. 12 anos. Disponível em sessão online na 11ª Mostra Ecofalante de Cinema, até qua. (17), ecofalante.org.br

Gabriel Araújo

Existe uma preocupação aparentemente genuína em "Uprising" que vai além da denúncia e do clamor por justiça.

A série britânica de Steve McQueen e James Rogan, disponível online durante a 11ª Mostra Ecofalante de Cinema até quarta, retoma o incêndio que impulsionou uma forte reação da comunidade negra britânica num movimento pelos direitos civis por todo o Reino Unido.

Em 18 de janeiro em 1981, o fogo pôs fim a uma festa que reunia dezenas de jovens negros em New Cross, em Londres, matando 13 deles e ferindo diversos outros.

Diante das denúncias de que o incêndio teria sido criminoso, da escalada da brutalidade policial contra as pessoas negras na região e das ações da Frente Nacional, organização fascista que pregava a repatriação dos imigrantes negros e de seus descendentes, McQueen e Rogan constroem uma série documental comprometida em se tornar testemunha do racismo, historicizando a luta contra essa segregação.

Nos três episódios da série, McQueen felizmente abandona a espetacularização da violência contra corpos negros que caracterizou "12 Anos de Escravidão" —longa vencedor do Oscar de melhor filme em 2014— para trazer humanidade às vítimas do incêndio, entrevistadas quatro décadas depois do ocorrido.

É nítido o esforço dos diretores em registrar tudo em sua inteireza, compartilhando as histórias, os desejos e dramas, sem necessariamente enquadrar esses relatos dentro do espaço limitador do trauma.

A escolha por planos mais aproximados e o recorrente enfoque nos olhos dessas pessoas também colaboram para a construção dessa intimidade, costura que vai guiar toda a narrativa.

Por outro lado, nessa opção pela complexidade, a série também corre alguns riscos. É perigoso o modo como ela algumas vezes equaliza o depoimento de ex-policiais com o das vítimas, seja nessa provável tentativa de representar os "dois lados", seja na possível denúncia de que o problema está na instituição, não no indivíduo.

Ao mesmo tempo em que o discurso do documentário mantém seu compromisso com a máxima de Malcolm X —"não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor"—, sua linguagem pode apontar para outras interpretações.

Não é que a série não assuma um lado nessa disputa de narrativas, que ainda dá o tom das discussões raciais contemporâneas e se atualiza a cada dia. Pelo contrário.

Com os depoimentos, as imagens de arquivo e, sobretudo, com a música que embala boa parte das cenas, os episódios exemplificam, de forma bastante didática, as razões pelas quais a luta foi necessária nas décadas de 1970 e 1980 e permanece crucial para os dias de hoje —especialmente em tempos de brexit e de ascensão da extrema direita ao redor do mundo todo.

Se Margaret Thatcher, por exemplo, à época primeira-ministra do Reino Unido, se diz preocupada com a mistura de culturas proporcionada pela imigração, a comunidade afro-caribenha do país reafirma a sua identidade britânica, reforçando que, como cidadãos, merecem direitos iguais.

Se a estrutura colonial do território, por meio de apagamentos estratégicos ou mesmo coerções mais diretas, dificulta o estabelecimento dessa identidade, eis que surgem Bob Marley e o reggae. O ritmo, como um personagem bem destaca, traduz perfeitamente a ambiguidade da experiência negra no mundo, entre o amor e o ódio.

Se existe a tentativa, num primeiro momento, de culpabilizar as próprias vítimas do incêndio pelo alastramento do fogo, o documentário vai na direção inversa e se esforça em mostrar cada um desses rostos, dando nome, identidade e história aos jovens mortos.

Frente às experiências de morte causadas pelo racismo no país —a literal e a simbólica, calcada no silenciamento e na opressão—, a série documental "Uprising", ao longo dos seus três episódios de cerca de uma hora, anda de braços dados com as cerca de 20 mil pessoas que, em março de 1981, marcharam no Dia de Ação dos Povos Negros, parando Londres num protesto por direitos e respeito.

Enfim, o trabalho de Rogan e McQueen se encontra com o presente, com George Floyd, Genivaldo de Jesus, o menino Miguel e tantos outros que, nos últimos anos em diferentes partes do mundo, perderam a vida pelos processos de desumanização.

Cena da série documental 'Uprising', de Steve McQueen e James Rogan, sobre a luta da população negra britânica Divulgação

'Koyaanisqatsi', 40 anos depois, segue um sonífero sem igual

CINEMA
Koyaanisqatsi
★☆☆☆☆
EUA, 1982. Dir.: Godfrey Reggio. Sessões na 11ª Mostra Ecofalante, no dia 21, no Cine Santa Tereza, em Belo Horizonte; em 3 de setembro na Cinemateca do Capitólio, em Porto Alegre. Disponível para aluguel na Apple TV

Inácio Araujo

Há uns 40 anos, quando "Koyaanisqatsi" chegou por aqui, pouca gente sabia o que significava essa palavra estranha e poucos davam bola à questão ambiental. Mesmo assim o filme foi recebido com aplausos, comentado na Mostra de Cinema e tudo mais.

Hoje que o filme de Godfrey Reggio está de volta, a questão ambiental se tornou cem vezes mais urgente, é fácil saber que o título significa "vida em desequilíbrio" na língua de uma tribo indígena. Algumas coisas mudaram, mas o filme continua esnobe e esteticista.

É como se a questão ambiental fosse um pretexto para a composição de imagens que testemunham a deterioração de vida na Terra e ratificam a previsão do povo hopi contida no significado da palavra. Falamos de vida em estado de destruição ou, mais extensamente, um modo de ser que exige um outro modo de vida.

Estamos hoje no centro do problema, mas "Koyaanisqatsi" continua o mesmo. Começa com imagens da natureza em estado, digamos, puro —solo desértico, esculturas naturais, nuvens em movimento, a areia do deserto tocada pelo vento, água, ondas, fogo, lava. Reggio aprecia a câmera ora lenta, ora seu inverso, rápida. Os efeitos são —que dizer?— bonitos, é indiscutível.

Logo vem a primeira virada —a presença humana, o que introduz certa dramaticidade. Tratores imensos, tubos intermináveis, torres de eletricidade, construções, edifícios, filas de edifícios. Uma concentração de humanos surge na tela. Parecem atônitos. Com o quê? Alguns olham para o alto. Surge então, tomado de baixo, um edifício enorme, muito vidro espelhado.

Indústria em funcionamento. Fumaça. Um avião pousa. A câmera é lentíssima. Só para entrar em foco leva um tempo enorme. A cena termina quando ele se acomoda, seu bico enorme ocupando a tela.

A obra humana, ou antes, da civilização branca, se manifesta —o lixo, pilhas de lixo numa rua pobre, quase deserta, onde dois humanos, três no máximo, permanecem sentados. E depois Exércitos, bombardeios, frotas de guerra em movimento, ruas, congestionamentos. Prédios são implodidos, pontes são destruídas; e explosões e prédios, uma fábrica de salsichas; e depois foguetes, suas caudas de fogo enorme, por fim seus módulos caindo lentamente.

Nunca, nem antes nem depois de "Koyaanisqatsi", o desequilíbrio da vida foi tão equilibrado, tão calibrado para produzir efeitos estéticos capazes de impressionar as plateias. Seria isso efetivo? É difícil acreditar, mesmo nos dias de hoje. A questão ambiental pode passar por conscientização e é inegável que ela pode acontecer através de filmes.

Dois exemplos. "A Enseada", de 2009, um filme sobre como os golfinhos que encantam as crianças em parques são implacavelmente caçados e depois amestrados; como a carne dos outros do bando, atraídos por sons a uma armadilha, é aproveitada pelos consumidores humanos, enquanto a espécie entra em declínio. A violência pode nos ensinar algo.

Mas a comédia também. Tomemos o caso de "Recife Frio", uma ficção sobre como o quente Recife de uma hora para outra se transforma em um lugar gélido. Ou sobre o desaparecimento de animais cuja caça constituía o alimento de tribos indígenas.

Nenhum desses filmes entra no mérito dos problemas e interesses econômicos envolvidos, da resistência a perceber as transformações do meio ambiente. Mas, à parte meia dúzia de toupeiras científicas e meia dúzia de militares tapados, o mundo inteiro já se deu conta de que não há negacionismo capaz de negar os recordes de temperatura que se sucedem ano a ano na Europa ou a destruição das geleiras do Ártico e fenômenos semelhantes. No mais, o ex-quase presidente dos Estados Unidos, Al Gore, escreveu pessoalmente o documentário "Uma Verdade Inconveniente", de 2007, sobre tais fenômenos.

As resistências à proteção ao meio ambiente existem. Ainda são fortes, embora declinantes. Tão declinantes quanto a capacidade do meio de resistir a tais agressões. O inventário de imagens de Godfrey Reggio era em 1982, e hoje é mais ainda um empreendimento fútil, cujo resultado (senão for o objetivo) consiste em transformar a destruição em espetáculo de beleza. Ah, sim, claro, como sonífero tem efeito poderoso e nenhum efeito nocivo que se conheça.

Indiano 'RRR' é delirante e sincero como poucos

Quem quiser caçar defeitos na produção indiana poderá se divertir, mas o cinema nunca foi fiel a verdades históricas

CINEMA
RRR: Revolta, Rebelião, Revolução
★★★★★

Índia, 2022. Dir.: S.S. Rajamouli. Com: N.T. Rama Rao Jr., Ram Charan, Ajay Devgn. 16 anos. Disponível na Netflix

Inácio Araujo

De vez em quando o cinema se lembra que nasceu arte popular. Isso pode acontecer na Itália, no Brasil, em Hong Kong, ou na Índia. E é da Índia que chega, distribuído pela Netflix, o original "RRR". Ou "Revolta, Rebelião, Revolução".

O que exatamente é isso? Épico ou aventura? Musical ou artes marciais? Melodrama ou filme experimental? Ambientalista ou de ação? De certa forma é tudo isso, embora não tudo ao mesmo tempo.

Mas a mistura de gêneros é um componente tão claro quanto o uso constante de recursos contemporâneos como drones, usados a torto e a direito, cortes rápidos e não raro feitos apenas para cortar, efeitos especiais. Tudo faz parte da estética hiperbólica adotada pelo diretor S.S. Rajamouli.

A base dessa ficção delirante são dois heróis da luta pela independência da Índia, da província de Telangana, no centro-sul do país —se minha ignorância da geografia indiana não está promovendo um amplo deslocamento.

Mas o essencial é que Alluri Sitarama Raju e Komaran Beem são dois líderes rebeldes. O primeiro morreu há cem anos, executado pelos britânicos; o segundo, em 1940. Não existe, ao que parece, registro de que tenham se conhecido.

O filme se interessa bem menos pelos fatos do que pelas lendas que criaram os dois heróis. Aqui, eles podem ser, em dado momento, amigos "irmãos". Mais adiante, serão inimigos, já que Beem é o guardião da floresta, encarregado de encontrar uma menina sequestrada pelos britânicos, enquanto Raju começa o filme como policial a serviço dos britânicos. São heróis com fôlego de super-heróis, sem, no entanto, avançarem nesse campo —é de vidas lendárias que o filme trata, não de personagens de HQs.

Quem quiser caçar defeitos na produção poderá se divertir. Em dado momento aparecem tigres que ficam do tamanho de elefantes. Podemos chamar isso de incompetência dos efeitos especiais etc.

Mas é possível ver, mais que isso, a importância dada aos animais, já que, para os indianos —os do filme, em todo caso—, homens, animais e natureza partilham o mundo de maneira igualitária. Eles crescem ou diminuem conforme a importância de sua presença em cada momento.

É um aspecto a notar nessa ficção delirante, na qual a horas tantas os rebeldes soltarão uma multidão de animais para enfrentar a guarda britânica durante uma festa promovida pelos colonizadores.

Mas não o único. Para quem alegar que em certos momentos a cenografia parece artificial, será fácil responder pedindo que se observe a beleza da combinação de cores. Para quem se queixar da arbitrária velocidade dos dançarinos em uma dada sequência, basta pedir que observe a complexidade da dança.

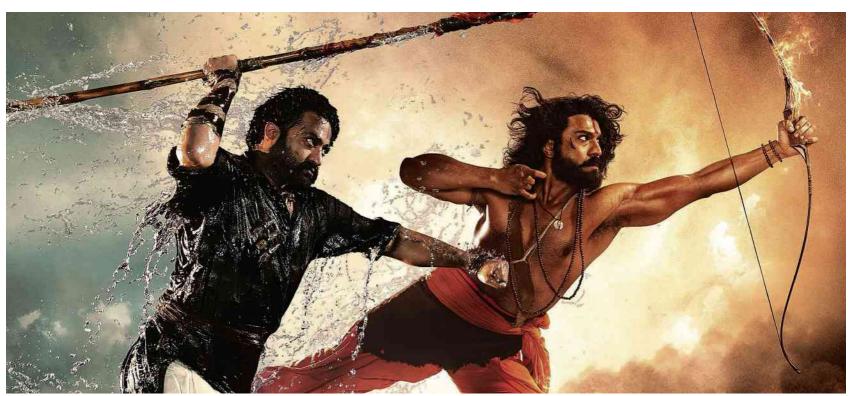
O cinema nunca foi fiel à verdade histórica ou à vida real. Ele as reconstrói conforme as conveniências de lugar e de momento. Mas poucos fazem isso com a sinceridade e mesmo a clareza de "RRR". Basta ver o momento em que duas baquetas voam e caem nas mãos da Raju, que, imediatamente, começa a tocar bateria, substituindo o ritmo ocidental da música por um indiano. Isso é trabalhar o efeito —as baquetas voando em câmera lenta e caindo das mãos de um personagem que até então não participara da sequência—, de tirar da cena seu significado integral.

O longa "RRR" ainda reserva ao espectador surpresas sobre as quais é melhor nada adiantar, mas que fazem o filme soar por vezes como um evento surrealista.

Onde "RRR" talvez seja de fato criticável não é naquilo em que contraria certas convenções do verossímil tal qual aceito pela indústria e espectadores ocidentais, mas justamente nos aspectos em que a imita, como a troca de planos por vezes excessiva e sem parada, característica do tempo de tantos blockbusters. Isso pode até dinamizar cada cena, mas torna o conjunto um tanto monótono, dominado por um andamento que raramente se altera.

Tanto virtudes quanto eventuais defeitos acabam submetidos a constatações que de repente soam como novas, ao menos a mim, que nasci e cresci vendo Gandhi e seu pacifismo serem cantados em prosa e verso, como se uma espécie de independência submissa ao colonialismo fizesse parte da natureza indiana.

No filme, isso parece quimera —basta ver o retrato que "RRR" faz dos britânicos para ter a medida de quanto, até hoje, os indianos (ou parte significativa deles) odeiam os antigos invasores, de quanto a colonização os marcou e de como a libertação ainda hoje é um ideal bastante vivo no país.

Nada a ver com a imagem gentil que filmes britânicos (ou americanos) costumam fazer dos indianos. Talvez este filme explique, aliás, a presença deles no Brics ou mesmo a atitude em face da Otan em recentes acontecimentos de política internacional. Por vezes a ficção e a vida se encaixam bem mais do que pensamos à primeira vista.

Os atores N.T. Rama Rao Jr. e Ram Charan em imagem do cartaz do filme 'RRR: Revolta, Rebelião, Revolução' Fotos Divulgação

'A Médium' aposta em falso documentário que não causa impacto

CINEMA
A Médium

Tailândia, 2022. Dir.: Banjong Pisanthanakun. Com: Na Hong-jin e Choi Cha-won. 16 anos. Disponível para aluguel no Apple TV e Claro TV+

Bruno Ghetti

No Ocidente, a principal referência que se tem do cinema feito na Tailândia é Apichatpong Weerasethakul, cineasta de longas admiráveis como "Mal dos Trópicos" e "Cemitério do Esplendor". Seus filmes exploram as esotéricas paisagens da região de Isan, onde o cineasta cresceu e cujo misticismo o inspira.

O apreciador da obra do tailandês reconhecerá esse elemento no longa "A Médium", de Banjong Pisanthanakun, que se passa na mesma região e também fala sobre espíritos e xamãs. No entanto, com uma chave estética e intenções bastante distintas.

O filme começa como um documentário sobre líderes espirituais de Isan, com foco específico em Nim, uma simpática xamã que diz conseguir ajudar os locais a se curarem de doenças. "Mas, se alguém me aparece aqui para eu sarar um câncer, certamente morrerá", ela diz, aos risos, mostrando que não tem interesse em contar vantagens nem enganar a câmera.

As cenas do início parecem registros da rotina em aldeias, e as imagens possuem uma aura enigmática que sugere que talvez de fato exista, ali, uma força especial. Mas em dez minutos de filme, o espectador começa a se tocar de que há encenação —as pessoas não estranham a câmera, o som é sempre de boa qualidade, e a naturalidade das primeiras cenas por vezes some. O tom documental abre caminho ao cinema de gênero —e se torna um filme de terror.

Na trama, a xamã Nim percebe que sua sobrinha pode estar possuída por espíritos malignos. Tenta descobrir o que está acontecendo com a jovem, cada vez mais agressiva.

O cinema de horror é exploratório, então não é uma surpresa certo sensacionalismo visual sobre o corpo da atriz que interpreta a possuída. Quando ela fica repentinamente hostil com quem a rodeia, é até um pouco engraçada —a atriz Narilya Gulmongkolpech tem crises que dão tons cômicos ao longa.

Mas o filme se detém por muito tempo sobre a degradação física da moça. Ela tem recorrentes sangramentos vaginais, vomita um líquido negro enquanto está amarrada a uma cama, diz frases sexualmente agressivas a um tio, urina em cima da mesa de jantar. Nada tão longe de como o corpo feminino vem sendo apresentado na tela desde que o cinema de horror surgiu, mas aqui às vezes se vai um pouco além da conta.

O teórico Kendall Walton diz que nenhum espectador sente verdadeiramente pânico diante de um filme de horror, mas sim o que ele chama de "quase medo" —um sentimento de quem se sabe seguro na poltrona, mas que aceita o jogo proposto pelo filme.

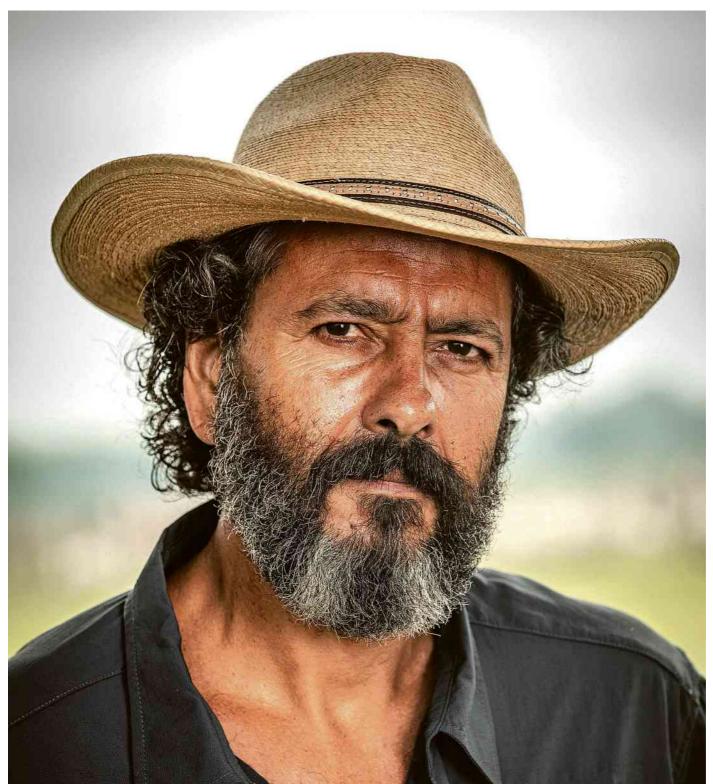
Em "A Médium", o espectador sente esse "quase medo", mas precisa de um esforço extra para se entregar a uma eventual "quase crença" de que há algum aspecto de fato documental na história.

O longa segue os passos de obras canônicas desse estilo de terror de "found footage", como "A Bruxa de Blair" e "Atividade Paranormal". Por vezes, segue até demais. Há dois trechos em que ambos os filmes são não exatamente "citados" —mais adequado seria dizer "copiados".

No final, há reviravoltas curiosas, que desembocam num acúmulo de carnificina que faz o filme assumir o "gore", com canibalismo e rios de sangue.

Há algo de incômodo, porém, no tratamento que o diretor dá à questão espiritual dos moradores de Isan. Não que ele ridicularize a fé, mas tampouco parece respeitoso.

No final, com tanto sangue jorrando, o filme parece ter uma lição —os cineastas talvez tenham brincado com fogo e desdenhado dos espíritos da floresta. Mas, até aí, o que Pisanthanakun faz em seu próprio filme também não é lá tão diferente, em essência.

Cena do filme 'A Médium', de 2022, dirigido pelo tailandês Banjong Pisanthanakun

O ator Marcos Palmeira como o José Leôncio em cena da novela 'Pantanal' Divulgação

Marcos Palmeira ataca política cultural e diz que em breve 'o dique vai estourar'

Ator que foi homenageado no Festival de Gramado defende seu Zé Leôncio como bruto sensível

Leonardo Sanchez

GRAMADO (RS) Marcos Palmeira não é nenhum estranho para o Festival de Gramado. Ele já venceu Kikitos pela atuação nos filmes "Dedé Mamata", de 1988, e "Barrela: Escola de Crimes", de 1990. É como um velho amigo que ele retorna, agora, ao evento gaúcho, para ser homenageado nesta 50ª edição.

O ator recebeu, na noite deste sábado, o troféu Oscarito, concedido desde 1990 aos mais importantes nomes do cinema nacional, em especial atores, pelo conjunto de sua obra. Muita coisa mudou de "Dedé Mamata" para hoje, a começar pela multidão ensandecida que o cercava no lobby de um hotel, horas antes da cerimônia.

Celulares enquadravam Palmeira furiosamente enquanto ele concedia esta entrevista, com fãs e curiosos pedindo fotos. Num canto, uma mãe mostrava a tela de seu aparelho a um menino, pequeno demais para acompanhar "Pantanal". "Olha, filho, você e o Zé Leôncio", dizia, por baixo dos grossos casacos que cobrem os turistas da cidadezinha gaúcha.

Não foi desse jeito em 1988, relembra o ator —ao menos não de cara. Naquele ano ele estrelou três filmes da seleção gramadense e chegou ao festival quase anônimo, até que "Dedé Mamata" tomou a cinefilia local de assalto e o transformou numa das sensações daquele ano.

"As grandes viradas que eu tive na minha vida de ator, como o 'Dedé Mamata', foram graças ao Festival de Gramado, então eu me sinto muito honrado de ser homenageado", diz ele. "É quase uma coisa terapêutica, porque isso significa que muita coisa aconteceu há muito tempo, então eu tomei isso como uma oportunidade para refletir, para entrar em contato comigo mesmo."

Apesar de a maior parte do público o reconhecer pelas novelas que estrelou, Palmeira sempre teve uma ligação íntima com o cinema. O primeiro crédito veio já em 1968, com "Copacabana me Aterra". Então, na década de 1980, ajudou a levar duas dezenas de filmes às telas.

"O cinema brasileiro cresceu muito. Nós estamos batendo na porta desse governo que está aí, fazendo a água vazar. Em breve esse dique vai estourar e a água vai fazer florescer muita coisa. Porque o cinema é isso, ele transcende quem está envolvido com ele. Fora que ninguém vive sem cinema, sem cultura", diz. "A gente não tem hoje uma política cultural, nós vivemos a criminalização da cultura."

O marco de cinco décadas que o Festival de Gramado alcança agora é símbolo de resistência, acredita o ator, que lembra, além do governo atual, também o de Fernando Collor como um dos grandes desafios do audiovisual no país. Ele relembra que, em 1995, participou da retomada do setor com "Carlota Joaquina, Princesa do Brasil".

Neste ano, a programação gramadense tem curadoria assinada por Dira Paes, amiga de Palmeira de longa data e seu par em "Pantanal". Ele diz que adora passar tempo no lar cenográfico de Zé Leôncio. A repercussão de "Pantanal", aliás, o surpreendeu.

"Estamos em 2022 e quando dá nove e meia da noite as pessoas têm o prazer de se reunir na frente de uma televisão. A mãe e o pai esperam a filha, que passa o dia inteiro cagando para eles, para a família ter essa experiência em conjunto. Quem diria que isso iria acontecer de novo", afirma, entre risos.

Isso se deve, em sua análise, à capacidade que os personagens de "Pantanal" têm de se relacionar com o brasileiro. Eles enfrentam dilemas pertinentes a todos —como quando o assunto é machismo, racismo, homofobia ou desarmamento, todos abordados na versão do folhetim.

Zé Leôncio talvez seja o melhor exemplo disso, com seu jeito "bruto, mas com sua sensibilidade". Mais do que isso, ele é um personagem que entende o agronegócio pelo olhar da natureza, que está disposto a preservar sem se preocupar com a conta final de seus negócios.

"O mundo tem que repensar sua relação com o ambiente. Como pode nós vermos desperdício de alimentos num país em que as pessoas estão passando fome? Isso é surreal. Antigamente havia o discurso de que precisava de agrotóxico, de transgênicos. Não, não precisa. Precisa para eles, esse pequeno grupo de empresários que se formou para ganhar muito dinheiro", diz o ator, que já quis ser indigenista e hoje também é produtor de alimentos orgânicos.

A percepção dele hoje, durante as gravações da novela, é de estar diante do que sobrou, não mais de um puro deslumbre. "Os animais estão estressados, é jacaré comendo jacaré", diz. E, para resumir os personagens de "Pantanal" e sugerir como lidar com o problema, cita Che Guevara.

"Hay que endurecerse pero sin perder la ternura" —é preciso endurecer, mas sem perder a ternura. Essa é a síntese de Zé Leôncio, ele acredita.

O repórter viajou a convite do Festival de Gramado

'Papai É Pop' tem um propósito claro, mas o roteiro não ajuda

CINEMA
Papai É Pop
★★☆☆☆
Brasil, 2021. Dir.: Caio Ortiz. Com: Lázaro Ramos, Paolla Oliveira e Elisa Lucinda. 12 anos. Em cartaz

Inácio Araujo

No meio das desgraças que enfrenta há alguns anos, da pandemia ao governo Bolsonaro, o cinema brasileiro continua tateando em busca de saídas e, sobretudo, de seu público.

Passou o consumismo que ditava o ritmo das comédias nos governos do PT, passou também o momento em que Paulo Gustavo salvava os resultados do ano. Até agora, apenas abordar o racismo e o autoritarismo deu certo, ao menos em "Medida Provisória", de Lázaro Ramos, e trouxe um público razoável.

Resta a família como núcleo a ser tentado, e é esse o caminho que "Papai É Pop" busca. Aqui temos de volta Lázaro Ramos, agora como ator. Ele é Tom, o jovem marido alegre e irresponsável, que se vê diante da circunstância sempre tão inesperada quanto definitiva de ser pai. O filme é baseado no livro de Marcos Piangers.

Ele se encanta com a criança, mas seu comportamento continua o mesmo. Ele continua a beber com os amigos e a curtir o futebol. Enquanto isso cabe a Elisa, papel de Paolla Oliveira, sua mulher, trocar fraldas, fazer a criança parar de chorar, dar mamadeiras etc. A crise conjugal é previsível.

"Papai É Pop" assume aí o ponto de vista da mulher. Sabemos que uma parte mais que considerável de famílias existe por causa das mulheres. É então que entra em cena a mãe de Tom, papel de Elisa Lucinda, que sabe pôr panos quentes tanto quanto ajudar.

Existem ainda os pais de Elisa. Não ajudam muito. O pai, coronel, logo que a criança nasce, vai logo advertindo o "soldado" de que agora deve estar preparado para a guerra.

Está aí um argumento que não é mau, num filme em que os atores estão bem dirigidos e não se pode reclamar da câmera do diretor Caito Ortiz.

O problema é mesmo o roteiro. Mesmo seguindo à risca os famosos manuais, estes supõem que os três atos sejam preenchidos por alguma coisa. Mas "Papai É Pop", depois de uma boa sequência inicial, cai numa espécie de abismo, tal o vazio das personagens.

Para Tom nada melhor se consegue do que um amigo bobo, com quem o rapaz tem conversas idem. Já Elisa, quando contemplada pelo marido com um dia de folga, encontra as amigas, mas o fato é que elas não têm nada a dizer.

Entrementes, a mãe de Tom tenta salvar o casamento periclitante, e os atores fazem o melhor possível até que chegue o desenlace, ocasião em que o filme volta a subir.

"Papai É Pop" tem a inconveniência de um título que promete uma comédia, mas não é o que entrega. Está mais próximo do drama ligeiro, por vezes da comédia dramática.

Mas é pelo didatismo que se afirma. É questão de ensinar aos homens a assumirem as responsabilidades da paternidade. Tudo com a delicadeza para que ele não se recuse a ir ao cinema quando a mulher o convidar. A companhia do filho não será indesejável —o filme também se dirige às crianças da casa, responsáveis, diretas ou indiretas, pela educação do papai.

"Papai É Pop" não sofre, em suma, de desonestidade. Se não fosse a falta de trabalho no roteiro teria chegado a resultado bem melhor.

A lama faz bem para a pele

O segredo da minha beleza é uma rotina de skin care à base de lágrimas

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da quipe do canal Porta dos Fundos

Entre um trago e outro, uma amiga diz que quer me apresentar a um cara que pode ser "o amor da minha vida". Não sei de onde ela tirou que tenho agenda para isso, se mal consigo responder os GIFs de bom dia que minha mãe me manda no WhatsApp.

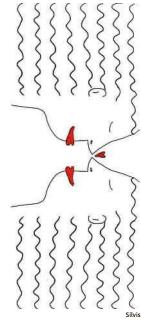
"Ah, mas ele é tão legal." Pior ainda. Eu não quero conhecer um cara legal. Eu quero conhecer um babaca mal resolvido e inseguro, que prometa tudo e não entregue nada, que faça eu me sentir mais sozinha ao lado dele do que sozinha de fato, para que eu tome consciência de que não preciso dele nem de ninguém para ser feliz. Um cara legal jamais contribuiria tanto para o desenvolvimento da minha personagem. E ainda é um produto em falta no mercado, melhor passá-lo adiante para alguém que faça mais proveito.

Minha amiga tem a lua em Peixes e, talvez pelo excesso de água no mapa, tenta romantizar o romance, se é que isso é possível. Dormir de conchinha é bom, admito, mas acordar de uma ilusão amorosa vale mais a pena. Não é confortável, admito, e sim abrupto como pular de um trem em movimento, mas, passado o susto, observando de fora, você se dá conta de que o trem estava descarrilado e, se continuasse nele, aí sim seria uma catástrofe.

Não posso me dar ao luxo de desperdiçar meu maior talento. Quando sofro por amor, minha performance melhora absurdamente. Tipo o Senna correndo na chuva. Com a sensibilidade à flor da pele, cuido melhor de mim e dos outros, escrevo mais, produzo mais, ganho mais dinheiro. A dor de cotovelo é o motor do meu sucesso. O segredo da minha beleza é uma rotina de skin care à base de lágrimas.

Ofereço o melhor do entretenimento quando o assunto é minha vida afetiva. Histórias de superação repletas de reviravoltas, sobrepondo gêneros como humor do constrangimento, drama, terror. E esta ingrata que chamo de amiga tentando reduzir o relato do meu fim de semana a um spoiler não solicitado de uma série que maratonei a dois, uma resenha sobre um restaurante andino que acabou de abrir na Barra e um desabafo antifeminista sobre o fato de ele ter curtido a foto de uma bunda qualquer no Instagram.

Pensando melhor, esse romance tem tudo para dar errado. Em mais uma reviravolta, topo conhecer meu prometido. Minha amiga deseja boa sorte. Boa sorte? Pelo visto, não entendeu a moral da história.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Gregorio Duvivier** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Derivado de 'Law & Order' e outras três séries de ação vão ao streaming

Law & Order: Crime Organizado
Globoplay, 16 anos
Quatro novas séries de ação, de diferentes países, acabam de chegar à plataforma. Uma delas traz um personagem conhecido pelo público — o detetive Elliot Stabler, vivido por Christopher Meloni, que volta à polícia de Nova York no mais novo derivado da franquia "Law & Order".

As outras novidades da plataforma são a belga "Fair Trade de Jogo Sujo" (16 anos), sobre uma dupla de policiais no combate ao narcotráfico; a islandesa "Stella Blómkvist: Investigação Sem Limites" (16 anos), cuja protagonista é uma advogada que se envolve demais com seus clientes; e a alemã "Unbroken: Nada a Perder" (14 anos), em que uma investigadora grávida é raptada por bandidos.

Uma Família Exemplar
Netflix, 18 anos
Nesta série sul-coreana, um professor se apossa de uma grande soma de dinheiro, sem saber que ela pertence a um cartel. Perseguido pelos traficantes, ele se torna entregador de drogas para salvar sua família.

Quase Lendas
Globo, 15h30, 14 anos
Um homem com síndrome de Asperger busca reencontrar seus ex-companheiros de uma banda de rock, que esteve à beira do sucesso 25 anos antes. Comédia argentina inédita na TV aberta.

Provoca
Cultura, 22h, 10 anos
Marcelo Tas conversa com a escritora Aline Bei, autora conhecida pelos romances "O Peso do Pássaro Morto" e "Pequena Coreografia do Adeus".

A Caça
SBT, 23h15, 14 anos
Duas crianças vão acampar com o padrasto e presenciam um crime. Ao saber que seus filhos correm perigo, o pai foge da prisão para proteger os dois. Com Brendan Fraser.

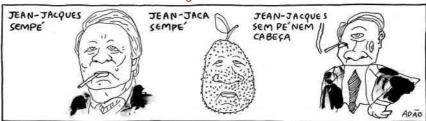
Ciclo de Encontros: Dramaturgia e Dispositivo
O CPT_SESC realiza, entre os dias 23 e 25, três encontros gratuitos via Zoom, das 19h às 23h. Membros de companhias teatrais compartilharão suas experiências sobre a transmissão online de peças durante a pandemia. As inscrições abrem às 14h desta terça, em inscricoes.sescsp.org.br.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

9							4	
4		2				3	9	
			9				2	8
	8	3	7					
			8		6			
					4	8	5	
2	9				7			
	3	7				6		9
	1							3

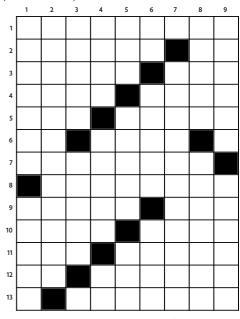
O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	7	8	2	1	3	5	4	6
4	5	2	6	7	8	3	9	1
3	6	1	9	4	5	7	2	8
1	8	3	7	5	2	9	6	4
7	4	5	8	9	6	1	3	2
6	2	9	1	3	4	8	5	7
2	9	6	3	8	7	4	1	5
5	3	7	4	2	1	6	8	9
8	1	4	5	6	9	2	7	3

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (Rel.) O mais velho da Bíblia **2.** Planta que se come crua em saladas, rica em ferro e iodo / Sigla do estado de Floriano e Picos **3.** Nem loiro nem moreno / Título que precede o nome de batismo de membros da nobreza **4.** Cobertura de motor de carros / A parte que inicia o intestino grosso **5.** Interjeição de alegria, admiração, surpresa / No xadrez são 64 **6.** Um tecido fino como a escumilha / Carta topográfica **7.** Diz-se da lei que cria ou regula órgãos da administração pública ou instituições necessárias ao Estado **8.** Indígena de famosa tribo amazônica **9.** Diz-se de substância cujo pH é inferior a 7 / Grau de intensidade de uma cor **10.** Um bicho arisco / O endurecimento epidérmico de certas partes do corpo, causado pelo excesso de fricção da pele com outro objeto **11.** Metade da viagem / (Pop.) Passar mal por causa de bebida ou tóxico **12.** O tântalo, entre os químicos / Móvel com gavetas para guardar roupas **13.** (Med.) Relativo ou pertencente à neoformação exagerada de um tecido local.

VERTICAIS
1. O Rossi padre / (Gír.) Movimento da rua, de uma multidão **2.** Uma solução usada como desinfetante para os olhos **3.** Intestino animal, usado em culinária / Instrumento musical **4.** Voz triste e aguda dos cães / Direito, poder / O símbolo químico do cobre **5.** (Red.) Aquele que foi canonizado / (Pop.) Pão francês cortado em duas fatias, pelo lado mais longo, de que se retira o miolo / Que não tem nenhuma enfermidade **6.** As vogais de Marcos / Uma erva forrageira / Da maneira que **7.** Que não tem respeito **8.** Estação, período / Afiada, aguçada **9.** Espécie de acácia, planta ornamental / Escandaloso.

HORIZONTAIS: 1. Matusalém, **2.** Agrião, PI, **3.** Ruivo, Dom, **4.** Capô, Ceco, **5.** Eba, Casas, **6.** Ló, Mapa, **7.** Orgânica, **8.** Ianomâmi, **9.** Ácida, Tom, **10.** Gato, Calo, **11.** Ida, Bodar, **12.** Tá, Cômoda, **13.** Tumoral.
VERTICAIS: 1. Marcelo, Agito, **2.** Água boricada, **3.** Tripa, Gaita, **4.** Uivo, Mando, Cu, **5.** São, Canoa, Bom, **6.** Ao, Capim, Como, **7.** Desacatador, **8.** Época, Amolada, **9.** Mimosa, Imoral.

comida

Peruano Mil fica ao lado de sítio arqueológico

Nas cercanias de Cusco, restaurante dos donos do premiado Central só utiliza ingredientes do ecossistema de altura

Luiza Fecarotta

Área externa do restaurante Mil, que explora a riqueza da biodiversidade andina Fotos Gustavo Vivanco Leon/Divulgação

cusco Das bordas do restaurante peruano Mil, no Vale Sagrado andino, avista-se um parque arqueológico singular, à semelhança de um coliseu. Moray é um complexo construído pelas civilizações pré-inca, nas cercanias de Cusco, a 3.500 metros de altitude.

O espaço se consolidou como um antigo centro de experimentação agrícola em função de sua amplitude térmica, em terraços circulares, e serve de inspiração ao Mil, liderado pelo casal de chefs reconhecido mundialmente, Pía Léon e Virgilio Martínez.

Eles também estão à frente, junto da médica Malena Martínez, do Central —número um da América Latina e segundo melhor do mundo pelo ranking do 50 Best Restaurants— e do Kjolle.

No Mil, está em construção uma cozinha de altura, ultralocal. Seus pratos fazem uso de ervas, tubérculos e carnes somente próprios da região.

Com isso, a cada prato e a cada bebida o restaurante escava uma história ancestral dos ingredientes e de suas respectivas relações com antigas comunidades vizinhas —a equipe convive com elas e estabelece uma relação participativa, mutuamente benéfica.

A ideia de interpretar o passado no presente e, a um só tempo, conceber uma visão de futuro, está enraizada no Mil.

Trata-se da primeira base regional fora de Lima da Mater, centro nervoso de todos os restaurantes de Pía e Virgilio. O local funciona como um instituto de pesquisa interdisciplinar, no qual convivem biólogos, agrônomos, neurocientistas, linguistas, cozinheiros, e que cataloga espécies botânicas provenientes das zonas de vida do Peru, na tentativa de mapear a grandeza do país.

O próprio Mil, um lugar único no mundo, afastado de polos urbanos, funciona como um centro de investigação, interpretação e desenvolvimento.

"É um projeto que começou com muitas ilusões e medo. Não sabíamos o que íamos encontrar", lembra Pía, sobre a empreitada que a colocou em contato com ingredientes desconhecidos e com a riqueza da biodiversidade andina.

Prato com ervas e tubérculos servido no restaurante peruano

O casal renomado de chefs Pía Léon e Virgilio Martínez

Na cozinha, todos os insumos pertencem ao ecossistema de altura e são descobertos a partir da relação com as comunidades locais –e da sabedoria de seus antigos usos. A inovação, paradoxalmente, nasce relacionada à terra, à agricultura e às origens.

No terreno do restaurante, cuja arquitetura faz com que a casa se misture à natureza, são cultivados alguns produtos orgânicos, como quinoas, ervas e as batatas, que ficam expostas ao sol para concentrar os açúcares.

O solo calcário é de manejo complexo —é difícil a absorção de nutrientes, e a água, por outro lado, é sugada muito rapidamente.

"Aqui, fazemos duas coisas muito importantes: uma é introduzir produtos que não são da área, e testar o que cresce; a outra é reintroduzir produtos que se perderam ao longo do tempo", explica Maria Fernanda Viviano, responsável pela imersão botânica feita com turistas pela chácara.

São plantios feitos em conjunto com as comunidades locais, que detêm o conhecimento, dos quais as colheitas são divididas meio a meio.

"Tentamos replicar esse consumo nas comunidades para que elas possam melhorar a alimentação", diz o agrônomo do Mil, Cristian Granda.

A tendência é optarem por variedades não nativas, enxertadas em laboratório, porque produzem mais e são maiores. Com o dinheiro da venda, é comum a troca por comida ultraprocessada.

Manuel Contreras, filho e neto de botânicos e responsável por todos os experimentos líquidos do restaurante, acredita que o conhecimento ancestral, quando levado ao laboratório, é atestado.

Com respeito a esse repertório, ele faz uma alquimia no bar. São drinques fermentados, destilados ou infusionados, que carregam folhas, ervas, flores silvestres e raízes, que lhes dão uma variedade sensorial imensa.

Um mesmo ingrediente pode ser interpretado de outra maneira em um prato. São receitas como as diferentes batatas, de cores e de texturas alucinantes —púrpuras, rosadas, amareladas— servidas em louças artesanais, ou em pedras esculpidas a serem compartilhadas ao centro da mesa, como uma experiência comunitária.

"Há muitos competentes ao redor de uma experiência em Mil, testes em campo e nas nossas relações. Todos os dias nos desafiamos a olhar atentamente ao nosso território", diz Malena Martínez.

"Obviamente o Peru tem muitos destinos turísticos, como Machu Pichu e centros arqueológicos, mas a gastronomia é muito forte", diz Virgilio Martínez. "É a nossa maior forma de nos relacionar com o turista, é a nossa maior expressão cultural."

A jornalista viajou a convite do restaurante Kjolle.

NAÇÃO CHURRASQUEIRA

Larissa Morales
folha.com/nacao-churrasqueira

Odiado ou amado, tutano pode ser servido com carne crua

Você provavelmente já deve ter comido este ingrediente em caldos de mocotó, guisados, molhos de carne ou acompanhado de torradas.

Odiado por uns e tido como iguaria por outros, o tutano está presente no interior de ossos, com consistência gelatinosa e gordurosa.

Dizem que traz benefícios estéticos, por ser rico em colágeno, aminoácidos e minerais, o que fortalece o organismo, ajudando na digestão, na desintoxicação e na textura e qualidade da pele.

Sugiro que você peça para seu açougueiro separar este item, quase sempre descartado. Você vai pedir o osso da canela traseira do boi, serrado ao meio, para que possa levar para a brasa. No preparo, gosto de dourar a parte do tutano virada para a grelha por uns três minutos e depois virar. O osso vai ficar tostado e, nas laterais, você notará uma coloração amarronzada.

Para finalizar, flor de sal. Essa receita com carne crua —prato original do norte da Itália, da região do Piemonte— traz uma untuosidade ao prato. As papilas gustativas agradecem.

Tutano na brasa com carne crua Larissa Morales/Divulgação

Tutano com carne crua

Ingredientes
- Duas metades de tutano
- 250 g de filé mignon
- 1 colher de sopa de mostarda de Dijon
- 1 colher de sopa de cebolinha picada
- Pimenta-do-reino a gosto
- 1 colher de chá de flor de sal

Preparo
- Pique a carne em quadrados pequenos
- Misture com a mostarda, a cebolinha e a pimenta-do-reino e reserve
- Leve o tutano para grelhar, ou leve para o forno com a parte do tutano para cima por 30 minutos a 180°C
- Retire o tutano do osso com a ajuda de uma colher, junte a mistura da carne picada e adicione a flor de sal
- Coloque a carne crua de volta para o osso para arrasar na apresentação